

Daniel José Soares Ribeiro

*Mosteiro de Santa
Clara de Amarante:*

*História, Património e
Musealização*



Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Daniel José Soares Ribeiro

Mosteiro de Santa Clara de Amarante:
História, Património e Musealização

Dissertação de mestrado em História, Especialização em Museologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sob a orientação do Professor Doutor Francisco Pato de Macedo.

*À memória da Minha avó Maria Emília,
Costureira da Casa da Cerca*

Agradecimentos:

Aos meus pais, por tudo o que tem feito por mim;

Ao meu coordenador, O Doutor Francisco Pato de Macedo, pelos bons conselhos;

A todos os meus professores do curso, pelos seus ensinamentos;

À Divisão de Cultura Turismo e Património Cultural da Câmara Municipal de Amarante, pelos materiais disponibilizados;

Ao Departamento dos Bens Culturais da Diocese do Porto, pela cedência de imagens;

À Paróquia de S. Gonçalo, pelas informações;

À Empresa Arqueologia e Património Lda, pelas informações, fotografias e esclarecimentos;

Ao meu amigo Major Torres e à esposa por todo apoio e dedicação que me deram;

Ao meu amigo Gerson pelo empenho na projecção 3 D, que realizou;

E a todos os outros meus amigos pelo apoio, que me deram.

Índice:

Agradecimentos	7
Índice	9
Siglas e Abreviaturas	10
Advertência	12
Resumo	13
Introdução	14
Parte I	20
1.1 - A Origem da Ordem dos Frades Menores e a sua Difusão no Contexto Medieval Português	22
1.2- A Ordem de Santa Clara: Breve Resenha Histórica	31
1.3- A Espiritualidade na Arquitectura dos Franciscanos.....	45
1.4- Formas, Espaços e Tipologias dos Conventos e dos Mosteiros dos Franciscanos .54	
Parte II	68
2.1- O Mosteiro de Santa Clara de Amarante: Estado da Questão	70
2.2 - O Espaço Urbano de Amarante, na Idade Média	91
2.3- A Origem de um Cenóbio Feminino em Amarante	113
2.4- De Recolhimento a Mosteiro de Santa Clara	125
2.5- Caracterização dos Espaços Monásticos: Da sua Origem ao Incêndio de 1809... 134	
2.6- O Mosteiro de Santa Clara de Amarante no século XIX	166
2.7- De Mosteiro a Casa da Cerca	172
2.8- De Casa da Cerca a Biblioteca e Arquivo Municipais	181
Parte III	187
3.1 - O projecto de investigação Histórico-arqueológica: Ponto da Situação	190
3.2 - Para um plano de recuperação das Ruínas do Mosteiro de Santa Clara de Amarante	204
3.3 - Musealizando um Espaço.....	225
Conclusão	262
Bibliografia	266

Siglas e Abreviaturas:

A.D.B- Arquivo Distrital de Braga;

A.D.P- Arquivo Distrital do Porto;

A.H.M.F- Arquivo Histórico do Ministério das Finanças;

A.M.A – Arquivo Municipal de Amarante;

A.M.A.P – Arquivo Municipal Alfredo Pimenta – Guimarães;

A.N.T.T- Arquivo Nacional Torre do Tombo;

B.M 2 – Biblioteca Municipal de tipo 2;

Coord – Coordenador;

C.M.A- Câmara Municipal de Amarante;

CX – Caixa;

D – Dom/Dona;

D.E.M – Departamento de Empreitadas Municipais;

D.G.A.R.Q – Direcção Geral de Arquivos;

D.G.E.M.N- Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais;

D.G.L.B- Direcção Geral do Livro e da Biblioteca;

D.R.C.N- Direcção Regional de Cultura do Norte;

Doc – Documento;

Fasc- Fascículo;

Fig. – Figura;

Fl- Fólio;

Gav – Gaveta;

I.A.N.T.T – Instituto dos Arquivos Nacionais Torre do Tombo;

I.B.N.L – Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro;

I.G.E.P.A.R – Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico;

I.P.A – Instituto Português de Arqueologia;
I.P.P.A.R – Instituto Português do Património Arquitectónico;
Lda – Limitada;
Liv – Livro;
Mç- Maço;
Nsa – Nossa;
N – Nota;
O.F.M – Ordem dos Frades Menores;
P – Página;
Pe – Padre;
Pp – Páginas;
S. – São;
S/ - Sobre;
S.d – Sem data;
S.I.P.A – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico;
Séc. – Século;
Sra – Senhora;
Sta. – Santa;
T – Tomo;
Vol. – Volume;

Advertência:

Na presente dissertação de mestrado, subordinada ao tema da valorização do mosteiro de Santa Clara de Amarante, optou-se por designar sempre este cenóbio, por mosteiro, ao contrário da denominação habitual e generalizada, a partir do séc. XIX, de convento de Santa Clara como consta, designadamente na base de dados do Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (SIPA).

Trata-se de uma questão controversa, pois aparentemente, as palavras têm o mesmo significado, escolhendo-se, por vezes, uma ou outra mediante a designação local, mais habitual [Silva, 2008, 48]. No entanto, por ser uma casa de freiras clarissas, decidiu-se aplicar a que se julga mais correcta, ou seja, mosteiro, ao contrário da que passou a ser habitualmente usada, pois em alguns países europeus, entre os quais Portugal, o termo mosteiro anda mais relacionado com as comunidades de religiosas de clausura [Silva, 2008, 48].

Contrariamente, ao ramo masculino da Ordem, cujas casas sempre se designaram de conventos, as clarissas, desde os primeiros tempos, denominaram os seus edifícios, por mosteiro, visto que ao contrário dos frades franciscanos, faziam votos de clausura e levavam uma vida mais contemplativa. Para esta designação, poderão evocar-se também, razões de natureza histórica, uma vez que as primeiras clarissas professaram a regra de S. Bento [Silva, 2008, 47 – 48].

Resumo:

A presente dissertação de mestrado em História, especialização em Museologia intitulada: *Mosteiro de Santa Clara de Amarante: História, Património e Musealização*, procura esclarecimento para algumas das questões mais nebulosas desta casa religiosa feminina, desde a sua obscura fundação no século XIII, enquanto recolhimento de mantelatas à posterior transformação em mosteiro da Ordem de Santa Clara. Dá igualmente relevância à História desta casa monástica, no período entre 1809, coincidente com a passagem do exército napoleónico, por Amarante, no contexto da Segunda Invasão Francesa, e 1862, data do encerramento das portas do mosteiro, no âmbito da extinção das Ordens Religiosas. Traça as alterações decorrentes do processo de transformação dos antigos espaços monásticos em Casa da Cerca. Analisa o seu processo de valorização patrimonial e a recente adaptação a Biblioteca e Arquivo municipais. Objectiva ainda um projecto de musealização para o complexo patrimonial do mosteiro de Santa Clara de Amarante, que pressupõe a recuperação da memória actualmente quase esquecida, do mosteiro mais antigo da cidade de Amarante.

Palavras-chave:

Mosteiro de Santa Clara de Amarante; Mantelatas; Ordem de Santa Clara; Dependências Monásticas; Segunda Invasão Francesa; Extinção das Ordens Religiosas; Casa da Cerca; Musealização.

Introdução

Por detrás das torres do imponente convento de S. Gonçalo de Amarante, no morro que fica sobranceiro a este, ainda se ergue, embora muito descaracterizado e arruinado, o mosteiro de Santa Clara de Amarante, que hoje poucos infelizmente conhecem. Apesar de marcar a sua presença na malha urbana da cidade, há mais de 750 anos, a sua memória foi-se perdendo, particularmente a partir do dia em que o mosteiro encerrou as suas portas, a meados do séc. XIX.

A acompanhar e a contribuir largamente para o seu esquecimento, estiveram as sucessivas remodelações do espaço monástico para adaptação a residência familiar e, mais tarde, a demolição quase total da sua igreja. A estes infortúnios apenas escapou a capela lateral de S. José, um culto arreigado a Santa Clara, entre a população local e os tradicionais doces conventuais de Amarante. No entanto, poucos reconhecem ou têm dificuldades em compreender, que as ruínas de uma velha capela lateral, dedicada a S. José, integravam o corpo de uma igreja monástica, actualmente muito mutilado. É também com algum espanto, que os devotos da «*Luce Clarior*» [Faria, 1994, 35] de Assis recebem a notícia de a imagem, pela qual intercedem, ser proveniente da antiga igreja das clarissas de Amarante. O mesmo ocorre com as afamadas iguarias criadas pelas mãos e a sabedoria das religiosas deste mosteiro, que continuam a ser tradicionalmente confeccionadas, e de que poucos hoje conhecem a origem.

A aquisição em 1993, por parte da Câmara Municipal de Amarante, da Casa da Cerca, nome pelo qual é agora designado o antigo mosteiro de Santa Clara, com o intuito de a adaptar a biblioteca e arquivo municipais, viria a dar origem a toda uma série de trabalhos arqueológicos, no espaço do antigo mosteiro.

A intervenção arqueológica desenvolvida neste espaço deu origem a algumas publicações relacionadas com o processo fundacional do mosteiro e permitiu divulgar dados sobre esta antiga casa monástica. Estes trabalhos fizeram germinar a vontade de

recuperar outros elementos do antigo cenóbio feminino, que possam ainda vir a ser encontrados, e a salvaguardar o seu legado.

Pois que, apesar de terem sido apresentados alguns dos resultados obtidos, no decurso destes trabalhos arqueológicos, continua ainda a faltar a realização de uma exposição ou até mesmo a criação de um núcleo museológico, que promova a divulgação, compreensão e salvaguarda da memória do percurso histórico de uma comunidade religiosa, que permaneceu em Amarante 600 anos.

Face a esta circunstância e ao fascínio, mística e mistério que uma estação arqueológica sempre representa, particularmente, quando se encontra num estado praticamente virgem ou a que apenas foram levantados alguns pequenos véus, surge a presente dissertação de mestrado, em História, Especialização em Museologia.

Na base deste trabalho começou por estar a curiosidade pela Ordem dos Frades Menores, mais concretamente do seu ramo feminino (a Ordem de Santa Clara) estimulada pelo projecto de recuperação e de musealização levado a cabo, em Santa Clara-a-Velha de Coimbra.

Do desenvolvimento deste deslumbramento e curiosidade surtiu como primeiro efeito a realização de um trabalho, para a disciplina de Património Cultural, que integra o plano de estudos do Curso de Segundo Ciclo em Museologia. Nesse trabalho, a que foi dado o título, «*O Real Convento de Santa Clara de Amarante: Em Busca da Memória Perdida*», apercebemo-nos que o quase esquecido e desaparecido mosteiro das freiras da Ordem de Santa Clara é detentor de um vasto potencial, que merece ser salvaguardado, preservado, investigado e usufruído.

Com este intuito realizou-se a presente dissertação de Mestrado, com o seguinte título, «*Mosteiro de Santa Clara de Amarante: História, Património e Musealização*», onde se pretende alertar para a necessidade da valorização de todos os vestígios que ainda subsistem, daquele que foi o mosteiro mais antigo da actual cidade de Amarante. Deste modo, procurou-se conhecer, aprofundar e divulgar o seu processo histórico, desde a fundação, na Idade Média até à contemporaneidade. Recorreu-se às fontes históricas e arqueológicas disponíveis para desvendar, na medida do possível, a evolução do espaço monástico, ao longo dos tempos, procurando do mesmo modo proceder à sua contextualização no panorama geral da Ordem de Santa Clara, em Portugal.

Por fim, a completar este trabalho será apresentado um plano de valorização e de musealização, que vá ao encontro das preocupações enunciadas e que contribua para a divulgação, promoção e sustentabilidade, não só do sítio arqueológico, mas também para a promoção de alguns sectores da economia local.

Deste modo, a presente dissertação de mestrado, foi dividida em três partes distintas.

Na primeira parte, abordam-se as temáticas da origem, chegada, fixação e difusão em Portugal, da Ordem dos Frades Menores, bem como do seu ramo feminino. São abordados ainda alguns aspectos da sua espiritualidade e do reflexo desta nos programas arquitectónicos das suas casas monásticas.

Na segunda parte, dedicada ao percurso histórico do mosteiro de Santa Clara de Amarante, começa-se por traçar, no primeiro capítulo, o estado da questão no que concerne à bibliografia do mosteiro, seguindo-se o segundo capítulo, sobre «o espaço urbano de Amarante, na Idade Média», que, depois de uma breve contextualização geográfica, traça a origem e o desenvolvimento da então jovem vila de Amarante, ao longo da época medieval, contribuindo assim, para uma melhor percepção e compreensão das razões que terão levado à fundação e terão permitido a sobrevivência aqui, de um recolhimento feminino. No terceiro capítulo desta parte, analisa-se a problemática da sua fundação, atribuída à infanta D. Mafalda, filha de D. Sancho I. No capítulo seguinte é abordada a obscura questão do quotidiano dessa primitiva comunidade de “devotas mulheres” ou beguinhas que, no séc. XV, viriam a professar na Ordem de Santa Clara, depois de antes se terem tornado Terceiras de S. Francisco.

Ainda nesta segunda parte procede-se, no capítulo quinto, a uma descrição e ao traçado de um quadro evolutivo hipotético do espaço edificado do mosteiro de Santa Clara de Amarante, desde as suas origens até ao dia em que foi incendiado, aquando da Segunda Invasão Napoleónica a Portugal, em 1809.

Neste capítulo, optou-se ainda por incluir uma descrição das dependências monásticas mais importantes de um mosteiro de freiras clarissas, para estabelecer a contextualização das do de Amarante. Seguindo-se no capítulo sexto, uma abordagem ao conturbado processo de restauro do edifício monástico e ao regresso da comunidade a Amarante, depois de ter estado dispersa por alguns mosteiros da Ordem, no Norte de Portugal. No capítulo sétimo analisa-se o período que precedeu a extinção do mosteiro em 1862, no âmbito das reformas liberais anticongregacionistas, de 1833 e 1834 e a consequente venda em hasta pública e posterior remodelação para adaptar a residência

familiar, que deu origem à Casa da Cerca. No capítulo oitavo aborda-se o programa de remodelação e adaptação a biblioteca e arquivo municipais, programa que contribuiu para um certo renascimento da memória, quase esquecida e perdida do antigo mosteiro feminino de Amarante.

Tratando-se de uma dissertação em museologia, a terceira parte, deste trabalho é exclusivamente dedicada à criação de um plano de recuperação e de musealização, dos vestígios, que ainda subsistem, do antigo Mosteiro de Santa Clara de Amarante.

No Capítulo 1 da Parte III, expõem-se e analisam-se todos os elementos conservados do antigo mosteiro e indicam-se, de forma breve, alguns dos principais resultados obtidos pelos trabalhos de arqueologia, que decorreram no âmbito do programa de adaptação do edifício às suas novas funcionalidades.

Após este primeiro capítulo, destinado a contextualizar e a apresentar o ponto da situação relativamente à investigação já realizada sobre o mosteiro de Santa Clara de Amarante, seguem-se os dois últimos capítulos, que definem estratégias para a sua conservação e fruição.

Atendendo aos resultados apurados pelas escavações arqueológicas, que já decorreram, esboça-se um plano de recuperação para as ruínas do mosteiro de Santa Clara de Amarante, que se propõe levar à prática, em seis fases distintas e sequenciais. Para a execução deste projecto, foram tidas em consideração as recomendações internacionais e nacionais para a salvaguarda, conservação e restauro de monumentos arqueológicos, bem como algumas intervenções que já decorreram noutros sítios arqueológicos idênticos.

O projecto que propomos para Santa Clara de Amarante tem em atenção as dificuldades e os constrangimentos, que eventualmente possam surgir ao longo das diferentes fases de intervenção e procura, em todas elas, conseguir o envolvimento da população local. Pois que, só dessa forma será possível sensibilizar a comunidade para a importância da conservação e salvaguarda do Património Cultural, enquanto elemento imprescindível para a memória e a identidade local.

Por fim, a presente dissertação de mestrado termina com o capítulo «*Musealizando um Espaço*», onde a partir de um projecto de intervenção e de recuperação, se define um discurso museológico, para o complexo patrimonial, baseado no seu processo histórico.

Neste programa museológico constará a tipologia de museu mais adequada a aplicar em Santa Clara de Amarante, o seu plano de gestão e funcionamento, os objectivos que se deverão cumprir, a ideia e a temática museológica pretendida, o circuito de visita proposto, formas e ideias para a sua dinamização e promoção, bem como algumas estratégias para a sua sustentabilidade.

Pretende-se apresentar um programa museológico que seja inovador, atractivo e que, caso possa vir a ser implementado, se torne uma referência, tanto a nível regional como nacional.

As potencialidades que o mosteiro de Santa Clara de Amarante encerra não se esgotam no plano de musealização que se propõe. Por conseguinte, este foi delineado atendendo a eventuais alterações, reestruturações ou mesmo omissões, que poderão ser remediadas, mediante a realização de exposições temporárias.

Parte I



1.1- *A Origem da Ordem dos Frades Menores e a sua Difusão no Contexto Medieval Português*

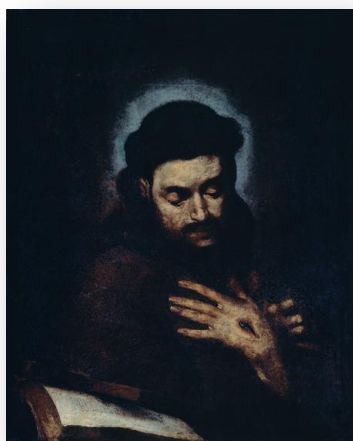


Fig. 1- S. Francisco, óleo s/tela, autor desconhecido (pintura espanhola (?)), séc. XVII, Museu Nacional de Arte Antiga.

A Ordem dos Frades Menores tem a sua génese na figura carismática de Giovanni Bernardone¹ (1182 – 1226), mais conhecido por Francesco, filho de um rico mercador de Assis, que cansado de uma vida desafogada e prazenteira, decide, no Verão de 1205, despojar-se de todas as amarras mundanas, para enveredar por uma vida semelhante à dos Apóstolos de Cristo. A sua forma de viver sustentava-se em quatro princípios essenciais, a humildade, a simplicidade, a pobreza e a oração² [Macedo, 2006, 17-18].

Este modelo de vida, proposto por Francisco, é seguido por um grupo, inicialmente reduzido de companheiros, que energicamente partem, pregando o abandono liminar dos bens terrenos, em prol da pobreza absoluta, numa reacção directa, contra o fausto e a opulência do Clero (regular e secular) procurando igualmente, combater as heresias e as deturpações aos Santos Evangelhos [Macedo, 2006, 17].

¹ - S. Francisco, filho de Pietro de Bernardone um rico mercador de tecidos e D. Pica, nasceu no ano de 1182 e passa a sua juventude num ambiente desafogado e boémio, até ter sido capturado e feito prisioneiro, durante a guerra entre Perugia e Assis. Depois de ter adoecido gravemente foi resgatado em 1203. Durante a convalescença, começou-se a interessar cada vez mais pela vida de Cristo e terá sentido um primeiro apelo divino, no decorrer de uma oração diante de um crucifixo, na capela de S. Damião, no qual o próprio Cristo o adverte para restaurar a sua igreja em ruínas. Pedido que este se prontificou a cumprir, recorrendo para tal, ao erário familiar. Este facto, viria a gerar graves atritos com o pai, mas consegue, com as suas próprias mãos e com o auxílio de muitos que o quiseram ajudar, levar a obra por diante. Entretanto sente o apelo a uma vida semelhante à de Cristo e à dos Apóstolos e despoja-se de todos os seus bens, passando a partir de então, a deambular por diversas gafarias a tratar de leprosos e pelas ruas de Assis a evangelizar. Rapidamente, a ele se junta um grupo de companheiros, que vai engrossando de dia para dia. Em 1221, o papa Inocêncio III aprova oralmente, a sua primeira regra, formando-se assim a Ordem dos Frades Menores. Em 1224 Francisco é estigmatizado com os sinais da crucifixão de Cristo, situação que lhe causa bastantes sofrimentos, mas não o demovem de compor vários cânticos e louvores à Natureza e a Deus. A 3 de Outubro de 1226 morre na Porciúncula e é canonizado a 16 de Julho de 1228, pelo Papa Gregório IX [Lopes, 1999, 859].

² - S. Francisco apelava à pregação e à planificação do trabalho da Igreja, tendo em consideração os novos esquemas mentais, do Homem e da Sociedade do séc. XIII, sem contudo esquecer a importância da penitência [Fraga, 1992, 23].

Nesta forma de vida, Francisco procurou entrar em ruptura com todas as congregações religiosas, do seu tempo³. Para estes frades menores, não deveria existir um prior⁴, nem tão pouco, terem qualquer posse material⁵. Deviam mendigar para acautelarem as suas necessidades básicas indispensáveis e para prestarem auxílio, aos mais pobres⁶. Pretendiam levar o rico a dar os seus bens, a fim de adquirir o direito a pedir ele mesmo esmola, sem vergonha e revelar o estado de pobreza, contrapondo a pobreza voluntária escolhida, à vivida de modo involuntário, que não é por si só, santificadora [Macedo, 2006, 18]. Os frades menores tinham por missão, percorrer todo o mundo, de cidade em cidade, recusando sempre os prazeres e os bens mundanos. Este modelo de vida viria a ser aprovado oralmente, a 16 de Abril de 1209, pelo papa Inocêncio III [Macedo, 2006, 18].

Devido às muitas adesões que foram acontecendo, o Sumo Pontífice (Inocêncio III), incumbiu S. Francisco de estabelecer uma regra e um enquadramento jurídico, contrariando as suas pretensões de apenas querer lançar um movimento religioso⁷. Progressivamente as orientações papais foram sendo aceites e recebidas pelos frades menores em respeito e obediência, ao poder da autoridade do sucessor de Pedro. Neste espírito o *Poverello de Assis* pede ao papa, um responsável pela condução da Ordem, pedido atendido por Honório III, que em 1220 incumbiu o cardeal Hugolino, futuro Gregório IX, para este acompanhamento e no Capítulo Geral da Ordem, em 1221 é

³ - Nos finais do séc. XII o lema beneditino: "*Ora et Labora*", há muito que estava ultrapassado, os mosteiros eram autênticos domínios senhoriais. O trabalho era desempenhado por conversos, para permitir a dedicação dos monges, ao estudo, à oração, à supervisão das tarefas das suas propriedades. Em alguns mosteiros, o abade era considerado um senhor com direitos iguais aos de um senhor laico, ausentando-se com bastante frequência do mosteiro. Por vezes, dentro do próprio espaço monástico, existia uma separação entre a administração dos bens da comunidade e os bens do abade. O ideal de pobreza, à muito que se havia deteriorado, esquecido e posto de parte. Se no caso a introdução da reforma de Cister, nas casas beneditinas procurou combater estes vícios e excessos, acabaria por cair nos mesmos, a partir do séc. XIV [Fraga, 1996, 17 e 18].

⁴ - «*E nenhum se chame prior, mas todos, indistintamente, se chamem irmãos menores. E lavem os pés uns aos outros*», 1ª Regra de S. Francisco, 6, 2 [Pereira, 2005, 150].

⁵ - «*A Regra dos irmãos é esta, a saber: Viver em obediência, em castidade e sem nada de próprio*», 1ª Regra de S. Francisco, 1, 1 [Pereira, 2005, 145].

⁶ - «*Por isso, nenhum irmão, onde quer que esteja ou paro onde quer que vá aceite de qualquer modo, receba ou faça receber pecúnia ou dinheiro, nem para compra de hábitos ou de livros, nem em retribuição de algum trabalho, nem por qualquer outro motivo, salva manifesta necessidade dos irmãos enfermos; porque não devemos ter nem reputar a pecúnia e o dinheiro como mais úteis do que as pedras*», 1ª Regra de S. Francisco, 8, 3 [Pereira, 2005, 151].

⁷ - S. Francisco apenas pretendia levar uma vida baseada nos ensinamentos de Jesus Cristo, que não tinha onde repousar a cabeça. Para ele construir, um mosteiro, uma igreja e salas comuns, num terreno próprio era um atentado à Pobreza, Considerava também que a vida num mosteiro ou num convento era incompatível com estes ensinamentos. Francisco não aceita uma vida planificada, segundo ele bastava confiar em Deus. O monge deveria andar ao ar livre e não fechado no interior de um mosteiro. Para estes frades um qualquer lugar poderia ser o seu lar [Braunfels, 1975, 187].

promulgada a *Regula Prima*. Em 1223, é aprovada pelo papa, uma segunda regra, curta e cheia de citações bíblicas, escrita pelo próprio S. Francisco. Nesta está bem patente a sua vocação de pretender imitar a vida apostólica, nas suas três características essenciais, a pobreza, a peregrinação e a pregação [Macedo, 2006, 19].

Ainda durante a vida do seu fundador, já a Ordem se afastava da simplicidade e do despojamento inicial, caindo na tentação de construir grandes mosteiros, semelhantes em magnificência e riqueza às abadias beneditinas. A partir de então, o movimento vai-se transformando cada vez mais, numa Ordem organizada, afastando-se progressivamente, dos ideais de pobreza e de perfeição cristã, defendidos pelo seu fundador, para quem, em 1230 iniciam a construção de uma grandiosa basílica, composta por duas igrejas sobrepostas⁸ [Macedo, 2006, 19].

Esta situação vai-se agudizando ao longo dos sécs. XIII e XIV e originam a divisão da Ordem em duas facções, a dos conventualistas ou claustrais e a dos observantes. Os claustrais vivem em conventos desenhados com amplidão, privilegiam a disciplina regular da vida em comum de estilo monástico e praticam a Regra com algumas dispensas pontifícias, no que respeita aos votos de pobreza. Os seus conventos implantam-se sobretudo nos centros urbanos e muitos deles dispõem de escolas públicas [Moreira, 1996, 21].

Os Observantes, por sua vez, surgem em Itália no ano de 1368 e defendem a observância integral da Regra, praticam a austeridade e a pobreza, na simplicidade dos seus edifícios e no passadio quotidiano, privilegiam a oração mental e a pregação popular. Os seus conventos implantam-se geralmente, em sítios ermos ou em meios rurais, mas por impulso de S. Bernardino de Sena, a partir do séc. XV, regressam às cidades, sem contudo, abandonarem as suas implantações eremíticas [Moreira, 1996, 21]. Este confronto entre duas correntes distintas, de uma mesma Ordem culminaria em 1517 com a divisão da Ordem, processo levado a cabo pelo papa Leão X, que assim, põe um termo, à difícil coexistência entre os dois ramos, dando origem aos Frades

⁸ - A construção da imponente igreja/mausoléu de S. Francisco de Assis, iniciada em 1228, dois anos após a sua morte, a mando do papa Gregório IX, esteve envolta em muita polémica e gerou algumas dissidências no seio da Ordem, nomeadamente entre Frei Elias e S. Boaventura, onde o primeiro defende a sumptuosidade do templo e o segundo apela e exorta à simplicidade e à pobreza das construções franciscanas, que tem o seu ponto alto, na suspensão do programa pictórico desenvolvido por Giotto, em 1257, para ser novamente retomado em 1274, onde se aceita e admite a sumptuosidade decorativa, enquanto igreja de carácter excepcional, por ser local de peregrinação [Fraga, 1992, 32 – 36].

Menores da Regular Observância e aos Frades Menores Conventuais [Moreira, 1996, 22].

Movidos pelo espírito da pregação e da itinerância, os irmãos de S. Francisco espalham-se rapidamente pela Europa, incluindo a Península Ibérica⁹. Em Portugal a sua presença é atestada logo no início do séc. XIII, porém desconhece-se o momento da sua chegada, que a tradição franciscana afirma ter acontecido em 1214, aquando de uma peregrinação a Santiago de Compostela, realizada pelo seu fundador, no entanto, a sua instalação em território nacional, só se confirma em 1217 [Macedo, 2006, 22].

Preocupado com o rápido aumento de irmãos, S. Francisco decide no Capítulo Geral, celebrado a 14 de Maio de 1217, nomear ministros provinciais, organizados em “províncias pessoais” e envia-los com mais alguns frades a quase todos os reinos católicos. Tendo cabido a frei Bernardo de Quintavalle, a frei Zacarias de Roma, a Frei Gualter, entre outros a responsabilidade de se fixarem na antiga Hispânia [Moreira, 1996, 15].

De acordo com a Crónica dos XXIV Gerais¹⁰, este grupo de frades italianos, fundaram em Guimarães (1217), Lisboa (1217) e Alenquer (1217), os primeiros ermitérios, dos quais, o de Guimarães e o de Lisboa contaram com o apoio e o patrocínio da rainha D. Urraca (esposa de D. Afonso II) e o de Alenquer com o da Infanta D. Sancha (filha de D. Sancho I e irmã do rei D. Afonso II) [Moreira, 1996, 15].

Mais tarde, no Capítulo Geral da Porciúncula, realizado em Maio de 1219, foi tomada a decisão de fazer um esforço suplementar para que os frades menores chegassem a todo o Mundo e se reforçasse a organização provincial, nomeadamente a partir da instituição de províncias territoriais. Uma dessas províncias criadas, foi a de Espanha ou das Espanhas, na qual se englobavam os cinco reinos cristãos peninsulares (Portugal, Leão, Castela, Navarra e Aragão) [Moreira, 1996, 15].

⁹ - Para esta rápida difusão, em muito contribuiu a aproximação de laicos, que desde o séc. XII, manifestam e reclamam por um papel mais activo na Igreja e a protecção, confiança e apoio papal, de nobres e de famílias reais [Fraga, 1992, 2, 3 et 20].

¹⁰ - *Chronica XXIV Generalium Ordinis Minorum*, (Analecta Franciscana, III, Quaracchi, 1897, pp.1 – 575) compilada por volta de 1370, com base em documentação mais antiga e da qual existe uma tradução para o Português datada do séc. XV, publicada em 1918 (Crónica da Ordem dos Frades Menores (1209 – 1285, ed. José Joaquim Nunes, Coimbra, 2 vol, 1918), mas incompleta, indo apenas até ao 10º Ministro Geral (Fr. Bonagrazia de San Giovanni in Persiceto) [Moreira, 1996, 15 n.6].



Fig.2- Santos Mártires de Marrocos, óleo s/Madeira, Simão Rodrigues, séc. XVI, Museu Nacional Machado de Castro. 15].

Pelas mesmas crónicas, sabe-se que passaram por Coimbra e Alenquer, cinco frades, a caminho de Marrocos, onde viriam ser martirizados, no dia 16 de Janeiro de 1220. Os seus restos mortais são enviados para Portugal e recebem sepultura em Santa Cruz de Coimbra, a mando do infante D. Pedro (filho de D. Sancho I e irmão de D. Afonso II). A vida e o martírio destes frades impressionaram de tal modo, um cônego chamado Fernando de Bulhões¹¹, que este decide tornar-se franciscano, recebendo o nome de António (trata-se de Santo António de Lisboa). A sua admissão à Ordem acontece ainda nesse ano de 1220, no ermitério de Santo Antão dos Olivais, em Coimbra. Muito provavelmente, este acto constituiu a primeira profissão na Ordem, de um português [Moreira, 1996,

Entre 1232 e 1239, a província de Espanha desdobra-se em três: Aragão, Castela e Santiago ou de Portugal (esta Província englobava o território Português e o da Galiza).

Por sua vez, uma província é subdividida em Custódias, inicialmente, os conventos portugueses constituíam a designada Custódia de Portugal ou de Lisboa. Pelo Capítulo Provincial de 1272, a Custódia de Portugal desdobra-se em duas, a de Lisboa com os

¹¹ - Fernando de Bulhões, mais conhecido por Santo António de Lisboa ou de Pádua, nasceu em Lisboa por volta de 1190, numa família de ricos mercadores. Aprendeu as primeiras letras na escola da catedral de Lisboa e por volta dos 20 anos ingressa no mosteiro dos cônegos regrantes de Santo Agostinho de S. Vicente de Fora. Passados dois anos é transferido para o mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, professo na mesma Ordem, onde se torna sacerdote. Em 1220, toma o hábito franciscano, no ermitério de Santo Antão dos Olivais em Coimbra, onde adopta o nome de António. Parte para Marrocos em missão apostólica, mas é obrigado a regressar. O navio que o traria de volta acabaria, por atracar junto à costa da Sicília, dali seguiu para Assis, onde assistiu ao Capítulo Geral da Ordem, em 1221. Terminando o Capítulo, instala-se no ermitério de S. Paulo, perto de Bolonha, onde permanece até ao ano de 1222. Depois de revelar os seus dotes para a pregação tornar-se-ia pregador da Ordem e parte em missão, entre os anos de 1223 e 1225, evangelizando comunidades de cátaros, patarenos, albigenses e valdenses (hereges cristãos). Durante este período torna-se doutor escolástico, passando a ensinar teologia, nas escolas da Ordem, instaladas nos conventos de Bolonha, Montpellier e Tolosa. Entre 1227 e 1230 intensifica os seus ensinamentos, escreve alguns sermões e participa em conversações e negociações com a corte pontifícia. Esgotado pelo intenso trabalho retira-se para o ermitério de S. Pedro, onde ficaria gravemente doente, acabando por falecer em Arcela, a caminho de Pádua, no dia 13 de Junho de 1231. É canonizado a 30 de Maio de 1233 pelo papa Gregório IX e declarado doutor da Igreja, pelo papa Pio XII, a 16 de Janeiro de 1946 [Lopes, 1998, 1168 – 1172].

conventos de Alenquer, Estremoz, Évora, Leiria, Lisboa, Portalegre e Santarém e a de Coimbra, com os conventos de Coimbra, Covilhã, Guarda, Guimarães, Lamego e Porto [Moreira, 1996, 17]. O convento de Bragança, documentado desde 1271, ficou pela proximidade territorial ligado à Custódia de Orense [Moreira, 1996, 17].

No Capítulo celebrado em Coimbra, no ano de 1330, foi criada uma terceira Custódia, a de Évora, constituída pelos conventos de Beja, Estremoz, Évora, Loulé, Portalegre e Tavira [Moreira, 1996, 17].

O Cisma do Ocidente, entre 1378 e 1415, provocou a divisão das custódias Portuguesas e Espanholas. As de Espanha ligaram-se ao papa de Avinhão e as de Portugal mantiveram-se fiéis ao papa de Roma, Urbano IV. A situação viria agravar-se ainda mais, com a guerra de 1384 – 1387, desencadeando a criação da Província de Portugal [Macedo, 2006, 23], formalizada no Capítulo Geral de 1418 ou de 1421. O seu primeiro ministro provincial, foi Frei Gil Lobo de Tavira [Moreira, 2000, 274].

Também em Portugal, a divisão da Ordem em duas facções daria origem, no âmbito do decreto papal à Província de Portugal da Regular Observância, constituída por 27 casas e com sede no convento de S. Francisco da cidade de Lisboa e a Província de Portugal dos Conventuais ou Claustrais, com 22 casas e sediada no convento de S. Francisco do Porto.

Em Portugal os claustrais seriam extintos, a pedido do Cardeal D. Henrique (na altura regente do reino), ao papa Pio V, que decreta a sua reforma e incorporação na província dos observantes, por Breve Apostólico de 1567, executado um ano depois [Moreira, 1996, 22- 23].

Por darem primazia ao apostolado, em detrimento de uma vida contemplativa, estes monges, que não estavam presos à *Stabilitas loci*, nem viviam fora do mundo, preferindo viver e exercer a sua acção nas cidades¹², estabelecem-se nos maiores centros urbanos portugueses, designadamente no Porto (1233) [Fraga, 1992, 7], Guarda (1245) [Fraga, 1992, 7], Covilhã (1245) [Fraga, 1992, 7], Coimbra (1220) [Fraga, 1992, 7], Évora (1250) [Fraga, 1992, 7], Bragança (cerca de 1271) [Macedo, 2006, 23], Santarém (1250) [Fraga, 1992, 7] e Lisboa (1217) [Fraga, 1992, 7]. Na cidade de Braga por terem

¹²- «É possível Viver o Evangelho no meio dos Homens, rejeitando a lógica do Mundo», máxima que se emprega estes frades, instalados, geralmente fora dos muros da cidade, mas junto às muralhas, onde vivem os grupos sociais mais desfavorecidos. Este facto aproxima-os ainda mais do povo [Fraga, 1992, 24].

sentido a oposição dos arcebispos e do seu cabido, apenas conseguem instalar um hospício¹³ [Macedo, 2006, 24].

Nas cidades de Média dimensão, fixam-se em Guimarães (1217) [Fraga, 1992, 7], Lamego (1271) [Fraga, 1992, 7], Leiria (1232) [Fraga, 1992, 7], Alenquer (1217) [Fraga, 1992, 7], Estremoz (1258) [Fraga, 1992, 7] e Elvas (?) [Macedo, 2006, 23 – 24].

Tendo em conta os locais, onde acontecem as primeiras fundações, pode-se dizer que os franciscanos se instalam na Estremadura e no Ribatejo, por serem as regiões mais ricas, com os centros urbanos mais importantes, nomeadamente as cidades de Lisboa e de Santarém, dispoindo de povoações, que ocupam as regiões mais centrais do reino, instaladas na rede primária de comunicações, tais como Alenquer e Leiria, onde ocorrem as mais importantes manifestações culturais do séc. XIII [Macedo, 2006, 27].

Por sua vez, nas regiões a Norte de Coimbra, caracterizadas por uma grande densidade populacional, os franciscanos procuram essencialmente as cidades do Norte Litoral, em franco crescimento, como por exemplo, a do Porto e a de Guimarães, que rivalizam com o protagonismo da de Braga. No Interior Norte, instalam-se na Guarda e na Covilhã por serem dois pólos de atracção populacional. Bragança teve a fixação destes frades, apenas, por se encontrar na Rota de um dos Caminhos de Santiago de Compostela [Macedo, 2006,27].

A Sul do Tejo, uma região ainda em fase de conclusão do processo de Reconquista Cristã, são atraídos, essencialmente, pelo confronto com o Mundo Islâmico e pela proximidade de Marrocos, fixando-se no séc. XIII, em Portalegre, Évora, Beja e Estremoz, chegando no séc. XIV, ao Algarve, mais concretamente a Tavira e a Loulé [Macedo, 2006, 27].

Em Portugal, como no resto da Europa, a difusão do franciscanismo associa-se ao fenómeno urbano do séc. XIII, aliás a história urbana não pode ser feita sem ter em consideração a presença desta ou de outras Ordens mendicantes, estando inclusive relacionadas, isto é quanto maior for a demografia e a vitalidade económica de um centro urbano, mais e maiores serão as comunidades religiosas, professas numa Ordem

¹³ - A instalação dos franciscanos em Braga teve a oposição do cabido da Catedral e da Câmara, que face à vacância da Arquidiocese e à nomeação de D. Frei Telo (ministro provincial de Castela), para arcebispo de Braga, celebram a 20 de Março de 1279 um pacto, registado em auto notarial, segundo o qual, não consentem a fixação de frades mendicantes, quer na cidade, quer no couto, comprometendo-se ainda os capitulares a pagarem todas as despesas judiciais que, eventualmente, se venham a fazer. O respectivo auto pode ser consultado em A.D.B - gaveta das religiões, mosteiros e seminário, nº17 [Marques, 1982, 12].

Mendicante, presentes nesses espaços urbanos, que lhes garantem habitação, subsistência e fieis para evangelizar, apoiar e prestar assistência [Macedo, 2006, 27]. Pois é nestes aglomerados de maior dimensão, que se encontram maiores quantidades de pobres, marginais, sem trabalho ou com, mas mal remunerados [Mattoso, 2002, 246].

A aproximação a estes grupos sociais, mais desfavorecidos e a preocupação desta Ordem com as suas inquietações e necessidades, sem contudo, se esquecerem da sua evangelização, faz com que adaptem os seus sermões, a estes estratos sociais, realizados nas línguas vulgares, como o Português ou o Castelhana, por exemplo, que decorrem, muitas vezes, fora das igrejas, mais precisamente em praças públicas, caminhos, encruzilhadas ou albergues [Fraga, 1992, 15].



Fig. 3- Rainha Santa Isabel, Pintura, autor desconhecido, séc. XVIII, Museu da Guarda.

Com estas linhas de acção, secularizam-se os preceitos e as práticas, garantindo a aproximação não só dos mais desfavorecidos, mas também de muitos burgueses, nobres, clérigos e elementos da corte régia. Não faltando exemplos em Portugal de estima, carinho e protecção por esta Ordem, como os dos burgueses do Porto, que recebem em suas casas os franciscanos perseguidos a mando do bispo, ou o ingresso de elementos de outras Ordens Religiosas, na Ordem dos Frades Menores, como aconteceu com Santo António de Lisboa. Também muitos laicos provenientes dos mais diversos estratos sociais ingressam na sua Ordem Terceira, como aconteceu com os reis D. Sancho II, D. Afonso IV, D. Pedro I e

D. Fernando I, ou das rainhas D. Isabel de Aragão (rainha Santa Isabel de Portugal) e D. Brites, que pelo seu estatuto social influenciam a entrada de novos elementos, nesta Irmandade¹⁴.

Os franciscanos, pelo seu carisma, também vão ser chamados a ocuparem as cátedras das dioceses, que entretanto vão ficando vacantes, tornam-se confessores particulares da

¹⁴ - «A Ordem de São Francisco em Portugal gozou durante a Idade Média dum crescente prestígio, tendo tido uma imensa adesão por parte de todos os grupos sociais que viam na mensagem de São Francisco o apelo a valores que se encontravam em contravenção com a praxis doutras instituições religiosas» [Moreno, 1996, 96].

Corte ou da Alta Nobreza¹⁵, sendo ainda alguns deles nomeados, para conselheiros reais [Fraga, 1992, 25].

Por todas estas razões, à medida que a Idade Média caminha para o seu termo, a Ordem dos Frades Menores vai-se propagando pelo território nacional e marcar com a sua presença, a espiritualidade das populações urbanas das cidades medievais portuguesas.

¹⁵ - A título de exemplo: Frei Salvador Martins, confessor de D. Isabel de Aragão, Frei Vasco do rei D. Dinis, Frei Estêvão da Veiga de D. Afonso IV e de D. Beatriz de Castela, frei Vicente Amado, de D. Pedro I e Frei Gil Lobo, de D. Duarte [Fraga, 1992, 60].

1.2- A Ordem de Santa Clara: Breve Resenha Histórica



Fig. 4- Pormenor de Santa Clara de Assis, fresco Tibério de Assis, 1495-1524, Basílica de Santa Maria dos Anjos – Assis.

O carisma e a acção dos frades menores vocacionados para os leigos, atraiu não só homens mas também mulheres, que se convertem ou desejam ingressar na irmandade de S. Francisco.

A primeira mulher a pretender abraçar esta nova forma de vida, foi a jovem Clara Offreducci¹, nascida em 1194, proveniente de famílias aristocratas de Assis [Macedo, 2006, 20].

No Domingo de Ramos de 1212, Clara depois de ter recebido das mãos do bispo o ramo de oliveira, foge para a Porciúncula, com a intenção de se retirar do mundo e viver com mais intensidade o Evangelho, sustentando a sua vida, nos princípios basilares da regra de S. Francisco, a pobreza e a humildade [Macedo, 2006, 20]. Porém, ao decidir enveredar neste movimento, aceita seguir uma via alternativa aos franciscanos, renunciando à acção apostólica e à evangelização, reservadas aos irmãos da fraternidade, por uma espiritualidade de vida, mais contemplativa e separada do mundo. Aliás como deveria ser, caso pretendesse viver em conformidade com as

¹ - Santa Clara nasceu em Assis, no ano de 1194, no seio de uma importante família nobre. Durante a sua juventude recusa dois vantajosos casamentos e aos 18 anos foge de casa, para se juntar a S. Francisco e recolhe-se num mosteiro beneditino, em Bastia, a pedido do fundador da Ordem. A família ainda a tentou convencer a regressar, mas em vão e a ela se junta uma irmã e mais tarde, a mãe depois de ter enviuvado. S. Francisco instala-as em S. Damião e entrega-lhes uma forma de vida. Nascia assim a primeira comunidade das Senhoras Pobres. Em 1216 Santa Clara obtém do papa Inocêncio III, o privilégio de pobreza, que as autoriza a viverem exclusivamente de esmolas, sem qualquer propriedade ou outro tipo de bens colectivos. Ao longo de toda a sua vida, Clara luta pela manutenção destes votos de pobreza. O seu modo, de vida era o mais duro de todas as regras de mosteiros femininos vigentes na Idade Média, e a própria Santa Clara esteve na Linha da frente das contemplativas medievais e é considerada a mais autêntica expressão de perfeição evangélica, tal como S. Francisco entendia [Attwater, 1992, 103 – 104].

Clara dirigiu a sua comunidade com discrição durante quarenta anos, na maior parte das vezes, com uma saúde muito débil. Diz a tradição, que à noite aconchegava a roupa às suas irmãs. Um dia escreve a Santa Inês de Praga, para não cometer excessos de austeridade, «*pois os nossos corpos não são de ferro*» [Attwater, 1992, 104].

Após a morte de S. Francisco, Santa Clara ainda vive mais 27 anos e viria a falecer no dia 11 de Agosto de 1253 e é canonizada em 1255 [Attwater, 1992, 103 – 104].

disposições da Igreja Católica, atendendo à sua condição de mulher² [Mourão, 2004, 48].

Perante estes condicionalismos, Santa Clara recolhe-se em S. Damão, juntamente com mais algumas mulheres, que como ela, pretendiam seguir Cristo e viver o Evangelho em estilo novo [Fontoura, 2000, 10 – 11]. Formava-se assim, a primeira comunidade feminina, da Ordem dos Frades Menores. Estas mulheres em reclusão perpétua são designadas de “senhoras pobres”, ou simplesmente de clarissas [Macedo, 2006, 20]. A partir deste primeiro mosteiro, do qual Santa Clara se tornara na sua primeira abadessa, cargo que ocupa até ao ano da sua morte, ocorrida a 11 de Agosto de 1253, difunde-se rapidamente por toda a Europa, este movimento religioso feminino³ [Mourão, 2004, 48], que para além da acção e carisma de Clara de Assis, contou também com o papel de outras clarissas, das quais se salienta a figura de Inês de Praga⁴, que foi responsável pela ampla e rápida difusão da Ordem na Europa Central, ao longo do séc. XIII [Silva, 2008, 34].

Tal como nas casas masculinas, os mosteiros de clarissas implantam-se em ambientes urbanos e muitas vezes, nas proximidades de um convento franciscano, para garantirem a assistência espiritual e o ofício litúrgico das religiosas. Por esta razão, o mosteiro de

² - Na Idade Média, a mulher era subjugada aos interesses de uma estrutura social. Se fosse nobre estava destinada a alianças familiares aliadas ou rivais, com o intuito de acrescentar ou de associar feudos e gerar filhos. Quando completava os 12 anos, se já não tivesse acontecido antes, era prometida por contracto dos pais em casamento, acordo que se realizava aos 17anos de idade. Durante os cinco anos que decorriam entre o contracto e o casamento, o cavaleiro procurava conquistar o afecto e o coração da donzela, se o não conseguisse e caso ela optasse pelo celibato, os pais, convidavam-na a entrar num mosteiro [Fontoura, 2000, 9].

Santa Clara não se sentia vocacionada para o matrimónio, nem tão pouco para um mosteiro de monjas, como os existentes. Ela tinha o seu caminho próprio, seria irmã pobre, seguidora intrépida de Jesus Cristo [Fontoura, 2000, 9].

³ - No ano de 1253, já existiam 68 mosteiros em Itália, 21 em Espanha, 14 em França e 8 nos Países Germânicos [Fontoura, 2000, 29].

⁴ - Filha do rei da Boémia, Inês nasceu em 1200 e foi educada por monjas cistercienses de Trebniz. Desde muito cedo manifesta o desejo de se consagrar a Deus, recusa sucessivamente vantajosos casamentos, entre os quais, um com o imperador do Sacro-império Germano-Romano, Frederico II. Face aos constantes apelos de casamento, pede a intercessão do papa Gregório IX, que se compromete a defender as suas causas e vontades. Sentindo-se livre dos constantes apelos matrimoniais, distribui os seus bens e constrói um hospital, contribui para a finalização das obras de construção do convento franciscano e funda o de São Salvador, para freiras clarissas, para o qual, Santa Clara envia cinco religiosas. Em 1234, Santa Inês decide tomar o hábito das Senhoras Pobres e é convidada a tornar-se abadessa, cargo que recusa, mas vê-se impelida a aceitar, em conformidade com o voto de obediência. Recebe cartas de Santa Clara, com felicitações, definição de deveres, exortações à perseverança e demonstrações de afectos. Santa Inês faleceu a 6 de Março de 1282, foi beatificada em 1874 e canonizada em 1989 [Daix, 2000, 96].

clarissas é fundado, habitualmente, numa data posterior ao da do convento masculino⁵ [Mourão, 2004, 48].



Fig. 5- Santa Clara recebe de S. Francisco a forma de vida, óleo s/tela, autor anónimo, séc. XVIII, Confraria Rainha Santa Isabel, mosteiro de Santa Clara-a-Nova.

a Deus⁷, em humildade e pureza [Mourão, 2004, 49].

No ano de 1212, Santa Clara e as suas primeiras companheiras, reunidas em S. Damião, recebem de S. Francisco, uma breve *forma vivendi*, na qual, o fundador da Ordem define a pobreza e a vinculação das religiosas aos frades menores, como os

No interior dos mosteiros estas “*senhoras pobres*” vivem em estrita clausura, que consideram um meio ascético indispensável ao cumprimento integral da vocação contemplativa. As clarissas estruturam a sua vida religiosa sobre quatro votos, que professam solenemente, a obediência, a castidade, a pobreza e a clausura. Para além destes votos, as religiosas submetem-se ainda a privações e sacrifícios, tais como o jejum e o silêncio. As suas vidas, afastadas do mundo secular e despojadas de todo o tipo de bens⁶, deveriam ser de inteira dedicação

⁵ - Nem sempre assim acontece, em Portugal surgiram fundações de clarissas que se implantaram numa data anterior à chegada dos conventos masculinos, como são por exemplo os casos do mosteiro de Vila do Conde e do de Pinhel, onde os frades menores se instalaram mais tarde, que pelas dimensões muito modestas dos seus edifícios, sugerem precisamente que a fundação só ocorre com o sentido de melhor prestar a assistência às religiosas [Silva, 2008, 74].

⁶ - «Uma vez vós, queridas filhas em Cristo, desprezando as pompas e delícias do mundo e seguindo as pegadas do mesmo Cristo e de sua Santíssima Mãe, optastes por uma vida em clausura, consagrando-vos ao Senhor na mais alta pobreza a fim de O servirdes com mais liberdade de espírito, nós, louvando o vosso santo propósito, de boa vontade e com afecto parental queremos anuir com benevolência aos vossos rogos e santos desejos». – Regra de Santa Clara, Bula do Papa Inocêncio IV, 12 - 14 [Pereira, 1996, 43 - 44].

⁷ - «No silêncio do mosteiro contemplavam embevecidas Jesus na simplicidade do presépio de Belém, no mistério eucarístico, na loucura amorosa da cruz, na glória da Jerusalém celeste. Todas procuravam viver em íntima união com Cristo, aderir a Ele com todas as fibras do seu coração, vê-lo nas criaturas e na criação, vê-lo na bondade dos Homens, no sorriso da criança, na beleza do Sol, no perfume da flor. Para as irmãs de São Damião, como para toda a alma franciscana, viver em oração contemplativa é também entrar com todas as criaturas de Deus, no Mundo do Louvor, da Glória, do Amor e do Encanto» [Fontoura, 2000, 21].

elementos essenciais à sua espiritualidade⁸. No entanto, o IV Concílio de Latrão, realizado em 1215 vem proibir a criação de novas congregações religiosas e determina que quem quisesse seguir a vida consagrada, deveria optar por uma das regras já existentes. Em conformidade com estas decisões, a comunidade de S. Damiano opta pela regra de S. Bento. No entanto, como pretendiam manter a especificidade da sua fundação e os princípios espirituais defendidos por S. Francisco, as damianas, solicitam ao papa Inocêncio III o *Privilegium Paupertatis*, que este concede em 1216. Neste documento, o sumo pontífice compromete-se a proteger a decisão das clarissas de viverem em absoluta pobreza⁹ [Mourão, 2004, 50].

Em 1219, o Cardeal Hugolino, cria uma nova forma de vida, muito mais detalhada do que a de S. Francisco, que tem por objectivo unificar todos os cenóbios femininos, que surgem, inspirados no modelo de S. Damiano. Nestas constituições de Hugolino, mantêm-se nominalmente, a regra de S. Bento¹⁰ e como tal, admite-se a posse de bens, por parte da comunidade, facto que não satisfaz Santa Clara, que pretende manter-se fiel, tal como S. Francisco, ao princípio da Santa Pobreza [Mourão, 2004, 50].

Mais tarde, o papa Inocêncio IV promulga em 1247, uma nova regra específica para todas as comunidades de clarissas, a Regra Inocenciana, que mais uma vez, pretende unificar todas as casas de clarissas do ponto de vista legislativo. Também esta nova regra não satisfaz as aspirações de Clara, porque obriga as comunidades de senhoras pobres a reconhecerem a propriedade, como a única forma possível, para a subsistência dos seus cenóbios¹¹. Foi então que a fundadora da Ordem sentiu a necessidade, de ela mesma, redigir uma nova regra, que pusesse um fim aos abusos, devido à posse de

⁸ - «Pois que, por inspiração divina vos fizestes filhas e servas do altíssimo e soberano Rei e Pai Celestial, e vos tornastes esposas do Espírito Santo, abraçando uma vida conforme a perfeição do Santo Evangelho, eu quero e prometo, em meu nome e em nome dos meus irmãos, ter sempre para convosco, como tenho para com eles, diligente e solicitude particular» - Forma de Vida [Pereira, 1996, 372].

⁹ - «Por isso, tal como haveis suplicado, confirmamos com benignidade apostólica o vosso propósito de altíssima pobreza e determinamos por força do presente escrito que ninguém vos possa obrigar a receber propriedades. Se alguma mulher tal propósito não puder ou não quiser observar, não deve morar convosco, mas deve ser transferida para outro lugar» - Privilégio da Pobreza Seráfica dado pelo Papa Inocêncio III a Santa Clara [Pereira, 1996, 293].

¹⁰ - «Sendo necessário que imiteis os exemplos dos que serviram o Senhor sem desfalecer e souberam coroar os princípios felizes duma vida santa com uma perseverança ainda mais feliz; e sendo necessário que a vossa vida religiosa seja edificada e constituída em Cristo e se desenvolva até formar um templo santo no Senhor e possais seguir as pegadas dos santos até à recompensa da vocação sobrenatural, damos-vos a Regra de São Bento. Ela é reconhecida como instituição que leva à perfeição das virtudes e a um supremo discernimento. Ela foi recebida devotamente pelos Santos Padres e aprovada com veneração pela Igreja romana, para que vos entreguemos e de acordo com a qual decidistes orientar as vossas vidas» - 3, Regra de Hugolino [Pereira, 1996, 310].

¹¹ - «No respeitante aos bens, seja-vos permitido receber e ter em comum e reter livremente rendas e propriedades» - 11, Regra de Inocêncio IV [Pereira, 1996, 337].

terras, que entretanto se começavam a verificar em alguns mosteiros, sujeitando-os, a apenas uma única regra de inspiração franciscana¹² [Mourão, 2004, 50].

A Regra de Santa Clara viria a ser aprovada em 1253 e as suas normas, extremamente rigorosas, estabelecem a vinculação dos franciscanos aos seus cuidados espirituais e à manutenção da mais estrita pobreza¹³ [Mourão, 2004, 50].

Após a morte de Santa Clara, o papa Urbano IV, procura em definitivo uma unificação normativa e para tal concede, em 1262, às irmãs de Santa Clara uma nova regra, a Regra Urbaniana, que é menos austera, do que a da fundadora e possibilita que a *curia animarum* das religiosas, até aqui, da responsabilidade exclusiva dos franciscanos, passa-se também, para os cuidados do Cardeal protector dos frades menores¹⁴. Segundo esta regra as propriedades e as rendas são convertidas na principal fonte de rendimento, para o sustento das religiosas, garantindo ao mesmo tempo a sua auto-suficiência económica. A Regra Urbanista mantém a proibição da posse de bens particulares, mas admite a propriedade comum do mosteiro¹⁵, que constitui a garantia de sobrevivência da comunidade monástica [Mourão, 2004, 51].

¹² - «E para que nem nós, nem as que nos hão-de suceder nos desviássemos da altíssima pobreza que abraçamos, pouco antes de morrer, novamente nos escreveu a sua última vontade: “Eu, o pequeno irmão Francisco, quero seguir a vida e a pobreza do nosso altíssimo Senhor Jesus Cristo e da sua Santíssima Mãe e preservar nela até ao fim, e rogo-vos, minhas senhoras, e vos aconselho, que vivais sempre nesta santíssima vida e pobreza. E conservai-vos muito atentas para que nenhum modo jamais vos afasteis dela, por ensinamentos ou conselhos, donde quer que venham”» [Pereira, 1996, 53].

«E tal como eu e minhas irmãs sempre nos empenhamos em guardar a Santa Pobreza que prometemos ao Senhor Deus e ao bem-aventurado Francisco, assim também as abadessas que me sucederem no ofício e todas as irmãs se sintam obrigadas a observá-la inviolavelmente até ao fim» - Cap. VI, Regra de Santa Clara [Pereira, 1996, 53].

¹³ - «“Pois que, por inspiração divina vos fizestes filhas e servas do altíssimo e Soberano Rei e Pai Celestial, e vos tornastes esposas do Espírito Santo, abraçando uma vida conforme a perfeição do Santo Evangelho, eu quero e prometo, em meu nome e em nome dos meus irmãos, ter sempre para convosco, como tenho para com eles, diligente cuidado e solicitude particular.” Isto cumpriu fielmente enquanto viveu e quis que o mesmo fizessem seus irmãos» - Cap. VI, Regra de Santa Clara [Pereira, 1996, 53].

¹⁴ - «Para que não vos falte um governo seguro e para que no futuro não vos afasteis da observância da Regra ou da Forma de Vida aqui proposta e que queremos e mandamos que seja diligentemente observada por todas uniformemente e em todos os lugares e para que não sejais influenciadas por autoridades distintas que vos podem impor estilos de vida diferentes, achamos por bem entregar o governo dos mosteiros da vossa Ordem e das pessoas que os habitam, incluindo capelães, conversos e familiares, ao cuidado do nosso irmão João, Cardeal-diácono de São Nicolau in cárcere, que é Governador, Protector e Corrector da Ordem dos Frades Menores. Decretamos que daqui para o futuro permaneçais sob a sua obediência, cuidado e governo, assim como dos Cardeais que forem nomeados pela Sé Apostólica para governo, protecção e correcção da Ordem dos ditos Frades, a quem deveis rigorosa obediência» - Cap. XXV, Regra de Urbano IV [Pereira, 1996, 367].

¹⁵ - «As irmãs podem receber, possuir e reter em comum rendas e possessões. Para que tudo seja devidamente administrado, cada mosteiro da vossa Ordem terá um Procurador prudente e fiel, que deve ser nomeado e removido pela abadessa e comunidade, como lhes parecer oportuno» - Cap. XXI, Regra de Urbano IV [Pereira, 1996, 362].

Esta nova forma de vida provocou um certo relaxamento nas comunidades de Clarissas e permitiu que muitos, mosteiros constituíssem um importante património fundiário, alcançado através de doações, heranças e dos dotes das professoras. Para a administração e gestão dos bens do mosteiro, as religiosas nomeiam um administrador, que sob a vigilância da abadessa, faz a sua gestão, em nome da comunidade¹⁶ [Mourão, 2004, 51].

A partir deste momento, os mosteiros de clarissas vão optando por uma destas duas regras, a de Santa Clara (também designada de Regra Primeira) ou a de Urbano IV (que também é designada de Segunda Regra de Santa Clara), dando origem a uma divisão da Ordem, em que entram em confronto dois modos diferentes de ver e de compreender a subsistência e a sobrevivência de um mosteiro feminino de clausura, como era o caso das clarissas. Surgindo assim e tal como havia acontecido ao ramo masculino da Ordem, as clarissas claustrais, seguidoras de uma regra mitigada por dispensas papais, em relação aos bens materiais e as clarissas observantes, adeptas de um total rigor em relação à questão da pobreza e à austeridade de vida, tal como propõe os seus fundadores [Mourão, 2004, 51].

Em Portugal, a primeira fundação de um mosteiro de Clarissas acontece em Lamego no ano de 1258, dois anos, após a canonização de Santa Clara.

O Mosteiro de Lamego¹⁷ dedicado a Santa Maria e a Santa Clara de Assis, resulta da reunião de algumas mulheres devotas, que a 20 de Fevereiro de 1258, recebem do papa Alexandre IV a sua protecção, concedendo-lhes a Regra do Cardeal Hugolino, dias depois, confia esta primeira comunidade ao cuidado do Ministro Geral e Provincial dos Frades Menores de Portugal/Santiago, a quem estas deveriam prestar obediência. Em 1258, a igreja do mosteiro ainda não tinha sido construída [Sousa, 2006, 293] e passado um ano, são iniciadas na observância regular, por irmãs provenientes do estrangeiro. Talvez, por falta de assistência dos frades franciscanos, às religiosas, visto que os conventos mais próximos se localizavam no Porto e na Guarda, estas religiosas acabam por ser transferidas para Santarém [Lalanda, 2000, 353]. Estando já construído o novo

¹⁶ - Vide nota 10.

¹⁷ - A implantação do mosteiro de Santa Maria e de Santa Clara de Lamego, afastada dos grandes centros urbanos e económicos portugueses do séc. XIII, bem como fora do raio de acção dos conventos franciscanos, deverá ser vista, como estando, directamente relacionada com a proximidade de alguns mosteiros de clarissas de Leão e de Castela, nomeadamente em Burgos (1234), Ciudad Rodrigo (1240), Zamora (1234/5), Cuellar (1244), Salamanca (1244), Medina del Campo (1246), Almazán (1253), Soria (1253) e Astorga (1258) [Silva, 2008, 75].

cenóbio no ano de 1260, como comprova uma bula do papa Alexandre IV [Sousa, 2006, 293].

Ainda nesse ano é fundado no mês de Abril, por D. Rodrido e D. Chamôa Gomes, um novo mosteiro de Santa Clara em Entre-Ambos-os-Rios (actual freguesia do Torrão,



Fig. 6 - A igreja do mosteiro de Santa Clara do Porto.
Foto: SIPA

concelho de Marco de Canavezes), onde desde 1256 viviam algumas damas com três clarissas provenientes de Zamora¹⁸ [Lalanda, 2000, 353]. Para garantir a sobrevivência da comunidade, os fundadores doaram ao mosteiro um couto que lhes

pertencia [Marques, 1982, 15].

Como este mosteiro era no séc. XIV, constantemente sitiado por fidalgos, que a pretexto de direitos de aposentadoria aí se instalavam e perturbavam o quotidiano das religiosas, iniciam-se os trâmites, que efectivariam a transferência da comunidade para os subúrbios da cidade do Porto. A primeira pedra do novo mosteiro é lançada a 28 de Maio de 1416, estando presentes o prelado diocesano, D. Fernando da Guerra, o rei D. João I e alguns infantes [Marques, 1982, 15].

A estas fundações, segue-se o atribulado início do mosteiro de Santa Clara de Coimbra, instituído em 1286, por D. Mor Dias, que vivia recolhida em S. João das Donas. Esta fundação gera alguns atritos com os cónegos regentes de Santa Cruz de Coimbra, que se opõem veemente à fundação, pois ficariam desprovidos de inúmeros bens e rendimentos, alegando que D. Mor era soror professa de Santa Cruz e por isso, dele dependente no espiritual e no temporal. Não obstante, D. Mor leva consigo para o novo mosteiro, algumas religiosas de S. João das Donas [Sousa, 2006, 295].

Após a morte da fundadora, ocorrida em 1302 e com a doação dos seus bens ao mosteiro mendicante, a questão não fica sanada e o cenóbio é extinto em 1311. Por sua

¹⁸ - Segundo Lúcia Silva, estaria implícita, neste recolhimento de Entre-Ambos-os-Rios, um adensamento ou alastramento a partir de Leão/Castela para Portugal, da malha de mosteiros da Ordem Santa Clara [Silva, 2008, 75].

vez, D. Isabel de Aragão, esposa do rei D. Dinis, empenha-se na remediação da causa e consegue promover a sua refundação em 1314, sob a autorização do papa Clemente V e as obras de construção do mosteiro, patrocinadas e acompanhadas pela rainha, iniciam-se pouco tempo depois em 1316 [Sousa, 2006, 295], porém a questão com o mosteiro de Santa Cruz só ficaria resolvida em 1319 [Sousa, 2006, 295].

A 8 de Junho de 1330, é sagrada a nova igreja do mosteiro de Coimbra, sob a invocação de Santa Clara e de Santa Isabel da Hungria [Côrte-Real, 2008, 25 e 35].

Ainda no séc. XIII é fundado em Lisboa, em 1288 o quarto mosteiro de Santa Clara, em Portugal, por iniciativa de D. Inês Fernandes, uma asturiana viúva de um mercador genovês, D. Vivaldo de Pandulfo, tendo contando ainda com o apoio de Maria Martins, Maria Domingues e Clara Eanes. O edifício monástico é entregue às primeiras clarissas a 1 de Fevereiro de 1292 e as obras da igreja iniciam-se a 7 de Setembro de 1294 [Sousa, 2006, 297].

Ao longo do séc. XIV são fundados mais quatro mosteiros professos na Ordem de Santa Clara, os de Vila do Conde, Beja, Guarda e Portalegre [Mourão, 2004, 49]. O mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde é instituído no ano de 1318, por um filho bastardo de D. Dinis, D. Afonso Sanches e sua mulher D. Teresa Martins Telo [Sousa, 2006, 297-298]. O de Beja, em 1340, parte da iniciativa de D. Afonso IV, mas a sua construção é patrocinada pelos moradores da cidade [Sousa, 2006, 323]. O da Guarda surge a partir de um recolhimento de mantelatas, localizado nos arredores da cidade (Lugar de Vela), que em 1346 adoptam a Regra de Santa Clara, depois de terem mudado de instalações, dois anos antes. Por sua vez, o mosteiro Santa Clara de Portalegre é edificado pelo rei D. Fernando, em resposta a uma solicitação de Elvira e Maria Fernandes, que pretendiam formar um mosteiro na cidade. O cenóbio viria a ser instituído numa data anterior a 1370 e é instalado no Paço Real e nos banhos a ele anexos, que foram adaptados às novas funcionalidades (*vide* anexos: p.34) [Sousa, 2006, 323].

Já no séc. XV são instituídos mais seis mosteiros, localizados em Amarante, Estremoz, Évora, Beja, Setúbal e Funchal.

Tal como o mosteiro de Santa Clara da Guarda, o de Amarante tem início a partir de um recolhimento de mantelatas, que professam na Ordem Terceira de S. Francisco¹⁹. O mosteiro de Santa Clara de Estremoz é fundado entre 1424 e 1425, por iniciativa de Frei António do Paraíso, confessor do rei D. Duarte, seu pregador e conselheiro, que depois

¹⁹ - Por se tratar do mosteiro que é objecto da presente dissertação de mestrado, o mesmo será devidamente analisado na segunda e terceira parte, deste trabalho.

se torna provincial dos claustrais. Pela bula *Ineffabilis Summi Providentia Patris*, do papa Martinho V, datada de 26 de Setembro de 1428, sabe-se que o mosteiro já estava edificado, ou pelo menos que já se encontrava habitado [Sousa, 2006, 324]. O mosteiro de Santa Clara de Évora é instituído pelo arcebispo de Évora, D. Vasco Perdigão, em 1458, embora a sua licença tenha sido dada em 1390. As religiosas de Santa Clara tomam posse do mosteiro, em 1459 e instalam-se no Paço dos Falcões, comprado para o efeito, pelo fundador, em 1464 [Sousa, 2006, 325].

Novamente na cidade de Beja, é instituído um novo mosteiro de Clarissas, em 1459, a partir de um recolhimento de mantelatas. As obras da construção do mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Beja são patrocinadas pelos primeiros duques de Beja, o infante D. Fernando (irmão do rei D. Afonso V) e sua mulher, D. Beatriz. A licença para a fundação do mosteiro é concedida por dois breves do papa Pio II, expedidos em 1459. Sabe-se que no ano de 1463, as mantelatas já haviam professado na Ordem de Santa Clara e em 1469, as obras estão praticamente concluídas [Sousa, 2006, 326].

Para a fundação do mosteiro de Jesus de Setúbal, foi obtida uma licença do papa Inocêncio VIII, de 17 de Junho de 1489. A sua construção só se inicia em 1492, sob o patrocínio da ama de D. Manuel I, D. Justa Rodrigues Pereira, contando também com o impulso de D. João II e da rainha D. Leonor, que foram seus padroeiros. Em 1496, concluem-se as obras e chegam de Gandia, na região de Valência, Espanha, as sete primeiras religiosas, às quais se juntam outras sete mulheres, nobres e de origem portuguesa, provenientes da casa da rainha, D. Leonor [Sousa, 2006, 327].

Apesar da fundação do primeiro mosteiro de clarissas, na Madeira ter ocorrido em 1492, a autorização para a sua edificação foi dada pela bula *Eximiae devotionis affectus*, do papa Sisto IV, lavrada a 4 de Maio de 1479. A sua construção ficou ao cargo do segundo capitão donatário do Funchal, João Gonçalves da Câmara. Para a instalação do mosteiro foi incorporada e adaptada à clausura a igreja de Nossa Senhora da Conceição de Cima e cinco anos depois, chegam as primeiras religiosas, provenientes do mosteiro da Conceição de Beja, entre elas, D. Isabel de Noronha, filha dos patronos do cenóbio, que se tornaria na sua primeira abadessa. O mosteiro era inicialmente, da invocação de Nossa Senhora da Conceição, mas passa, anos mais tarde, a ser também da invocação de Santa Clara [Sousa, 2006, 363].

É no decorrer deste século que as disputas internas no ramo feminino da Ordem dos Frades Menores, se fazem sentir em Portugal, que coincidem com a chegada dos primeiros observantes e a conseqüente reforma de alguns conventos masculinos, bem

como a das primeiras fundações de raiz [Mourão, 2004, 51]. As clarissas não alheadas a este fenómeno, também se vão reformando. Tendo sido o mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Beja, o primeiro a adoptar a observância, no ano de 1489, todavia nunca chegou a professar a Primeira Regra de Santa Clara [Mourão, 2004, 51 – 52].

As comunidades de clarissas, em Portugal receberam na sua maioria a Regra de Urbano IV ou, mas com menor adesão, a Regra de Hugolino, contudo não alheadas do ambiente de disputa e de cisão, no interior da Ordem começam a aderir à reforma de Santa Coleta²⁰, que propõe o cumprimento das normas da Regra de Santa Clara, no que diz respeito, à proibição das rendas e dos dotes. O primeiro mosteiro português a aderir à reforma de Santa Coleta, foi o mosteiro de Jesus de Setúbal. A partir desta casa, o movimento coletino²¹ foi-se propagando pelos mosteiros já existentes, ou pelos que entretanto se vão fundando [Mourão, 2004, 52].

No entanto, o processo de reforma dos mosteiros femininos professos na Regra Urbanista, não foi levado às últimas consequências, pois viu-se confrontado com a oposição das religiosas, das suas famílias ou mesmo da Corte Régia, mas consegue, pelo menos, contribuir para o melhoramento do padrão mural e dos costumes quotidianos das clarissas portuguesas, que a pouco e pouco se vão aproximando dos valores propostos pela fundadora da Ordem. Estas melhorias vão-se registando à medida que os padres franciscanos observantes vão tomando conta do encaminhamento espiritual, das comunidades religiosas femininas [Mourão, 2004, 52].

Em 1517 com a divisão dos franciscanos em duas Ordens distintas, a dos Frades Menores Conventuais e a dos Frades Menores da Regular Observância, pelo papa Leão X, desencadeou o desdobramento, da Província de Portugal, originando a Província de Portugal dos Conventuais e a Província de Portugal da Regular Observância. Esta cisão

²⁰ - Santa Coleta de Corbie, filha de um carpinteiro da Picardia, nasceu em 1381, mais tarde ingressou na Ordem Terceira de S. Francisco. Aos 21 anos começou a viver sozinha num eremitério alugado pelo abade de Corbie, onde viria a ter uma aparição de S. Francisco que a encarrega de reformar as comunidades de religiosas professas nas Regras de Santa Clara, que se haviam afastado dos rigores iniciais da Ordem. Aconselhada por frei Henrique de Baume, dirige-se a Nice em 1406, para ser recebida pelo requerente papal Pedro de Luna, que fica de tal maneira impressionado com a religiosa que a admite na Ordem de Santa Clara e autoriza-a a reformar os mosteiros da Ordem e a fundar novos. A sua reforma é alvo da resistência de muitas religiosas da Picardia e de Sabóia, mas a partir de 1410, com o apoio de frei Henrique, consegue levar por diante a sua missão, fundando 17 mosteiros, em França e na Flandres e reforma outros, dos quais se destaca o de Le Puy-en-Velay [Attwater, 1992, 106]. Curiosamente, Santa Coleta não tinha preparação literária ou profissional para levar por diante tão difícil tarefa, no entanto, a sua obra continua a propagar-se pelo Mundo Católico, mesmo após a sua morte, ocorrida a 6 de Março de 1447. Santa Coleta é canonizada em 1807 [Attwater, 1992, 106].

²¹ - A reforma Coletina constituiu um importante movimento de renovação religiosa, que eclodiu em Portugal, num evidente contexto de Pré-reforma da Igreja Católica [Mourão, 2004, 52].

também teve efeitos na Ordem de Santa Clara, pois estas comunidades religiosas, para além de sentirem os mesmos conflitos, estavam sujeitas ao ramo masculino dos franciscanos. Todavia, em 1567, em atendimento ao pedido do Cardeal D. Henrique (na altura regente do reino) os conventuais ou claustrais são extintos e reformados na regular observância [Mourão, 2004, 51].

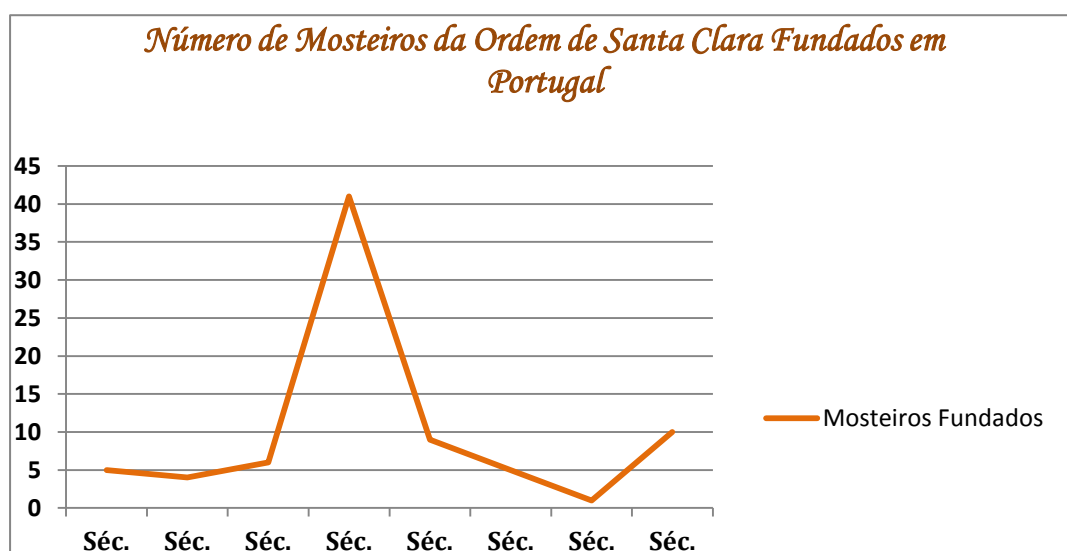


Fig. 7- Número de mosteiros da Ordem de Santa Clara fundados em Portugal entre os sécs. XIII e XX.

Daniel Ribeiro

Este é também o período de maior expansão e vitalidade da Ordem em território nacional [Mourão, 2004, 49], onde são fundados 41 novos mosteiros. Este elevado número de fundações acontece, devido à adesão de cerca de uma dezena de recolhimentos de mantelatas, à Ordem de Santa Clara, aos quais se viriam a juntar alguns mosteiros pertencentes à Ordem Terceira Regular Franciscana, que se convertem agora em mosteiros de clarissas, como foram por exemplo, os casos dos mosteiros de Alenquer, Castanheira do Ribatejo, S. Salvador de Évora e Figueiró dos Vinhos [Silva, 2008, 57]. Os novos hábitos de vida, resultantes das reformas observantes terão contribuído para o aumento do prestígio da Ordem, que se traduz em novas profissões e em novas fundações.

É ainda neste século, que se dão as primeiras fundações de clarissas, no arquipélago dos Açores, designadamente o mosteiro de Nossa Senhora da Luz, na Praia da Vitória, ilha da Terceira e em 1512 e o de Nossa Senhora da Conceição de Vale de Cabaços, em 1523, na ilha de S. Miguel, na localidade de Caloura [Silva, 2008, 58].

A partir do séc. XVII assiste-se ainda à fundação de mais 21 mosteiros de clarissas, relacionados com o desagravo de um sacrilégio ao Santíssimo Sacramento, sucedido em

Lisboa, no ano de 1630, como por exemplo, as fundações dos mosteiros do Desagravo do Santíssimo Sacramento do Lourçal, de Lisboa, popularmente designado de “*conventinho de Lisboa*”, do de Vila Pouca da Beira e do de Montemor-o-Novo [Silva, 2008, 59]. Surgindo ainda mais alguns, resultantes do ingresso de recolhimentos de mantelatas, na Ordem de Santa Clara [Mourão, 2004, 52].

É ainda nos idos de seiscentos, que chegam a Portugal as primeiras freiras “*Capuchinhas*”, cuja primeira casa, seria o mosteiro da Porciúncula, em Lisboa, fundado no ano de 1647. As clarissas “*Capuchinhas*” aparecem em 1538 e observam a Regra de Santa Clara, com as alterações, introduzidas na Reforma Coletina e nos adiantamentos das Constituições dos Franciscanos Capuchinhos²² [Silva, 2008, 59].

Assim, pelo ano de 1739 existiam em Portugal 65 mosteiros de Clarissas, dispersos por todo o país [Mourão, 2004, 52], sendo o Alentejo a região com maior número de fundações, seguindo-se os Açores e o Entre Douro e Minho. Por sua vez, a zona com menor concentração foi o Algarve, onde apenas se contabiliza um mosteiro, o de Nossa Senhora da Assunção de Faro, instituído em 1541 [Silva, 2008, 60] (vide anexos: p. 34).

O triunfo do liberalismo em Portugal, trouxe consigo o decreto de 5 de Agosto de 1833, que proíbe todas as admissões ao noviciado e a tomada de votos. Com este documento, inicia-se o processo de morte lenta, de todas as congregações religiosas presentes em Portugal. Se alguma esperança existia, esta é dissipada por completo, com a extinção de todas as Ordens religiosas²³, pelo decreto de 30 de Maio de 1834 [Fontoura, 2004, 39 – 40].

Ao contrário das congregações masculinas, que são extintas de imediato e os seus membros expulsos do interior dos conventos e mosteiros, as casas femininas são apenas impedidas, de aceitar novas admissões e o mosteiro só se extingue após a morte, da última freira [Mourão, 2004, 53]. Contudo, nem sempre assim aconteceu, existindo casos em que, quando restavam apenas quatro religiosas, as autoridades civis limitavam-nas a apenas um sector do edifício e iniciavam a ocupação dos restantes espaços para os fins, mais variados [Silva, 2008, 66]. Noutros, as sorores, são

²² - Os Frades Menores Capuchinhos surgem em 1525, a partir de uma reforma autónoma dos observantes, que fora aprovada pelo papa Clemente VII em 1528 [Moreira, 1996, 23]. Estes frades seguem o regime mais austero da Estrita Observância e estavam hierarquicamente associados ao tronco principal da Observância sob a dependência do mesmo ministro geral, mas beneficiavam de larga autonomia [Moreira, 1996, 24].

²³ - As políticas legislativas de supressão das congregações religiosas, fizeram-se sentir um pouco por toda a Europa, entre os sécs. XVIII e XIX, como reflexo dos novos ideais, saídos dos regimes liberais. Assim acontece por exemplo, na Áustria em 1782, em França no ano de 1792 e em Itália no ano de 1860 [Fontoura, 2004, 30].

transferidas e agregadas a outras comunidades, como aconteceu, por exemplo no mosteiro de Vialonga em Alverca, que se extingue em 1838, com a deslocação das suas religiosas para o mosteiro de Castanheira do Ribatejo [Silva, 2008, 65] e no de Amarante, em que a última religiosa ainda viva, no ano de 1862, é enviada para o mosteiro de Santa Clara do Porto²⁴.

O último mosteiro a encerrar as suas portas, em definitivo, iria ser o mosteiro das Chagas de Lamego, no ano de 1906, após a morte da sua última religiosa [Silva, 2008, 65].

Porém alguns mosteiros continuaram a receber mulheres, que usam hábito e vivem em comunidade e em clausura, mas não professam os votos solenes, visto que o Estado, não permitia novas profissões. Estas mulheres que não eram religiosas, no sentido canónico do termo conseguem no entanto, que os mosteiros se mantenham abertos até à Proclamação da República, em 1910. Assim aconteceu com os mosteiros de Nossa Senhora das Mercês, no Funchal, no do Desagravo do Santíssimo Sacramento do Louriçal e no “*conventinho de Lisboa*”. Todavia, a chegada do novo regime político e a promulgação de novas leis anticongregacionistas, impõem a exclausuração de todas as casas religiosas, incluindo as femininas. Com estas leis todos os mosteiros de clarissas que ainda permaneciam em actividade são extintos [Lalanda, 2000, 354].

A partir de 1925 as religiosas do mosteiro do Louriçal, recolhidas em casas particulares adquirem em hasta pública o seu antigo cenóbio e reiniciam a vida em comunidade, no ano de 1928 e em 1958, obtêm a revalidação canónica [Silva, 2008, 67].

No ano de 1927 é declarada a não extinção do mosteiro do Desagravo do Santíssimo Sacramento de Lisboa e um ano depois, duas pupilas do conventinho fazem a sua profissão solene na Ordem, em Cuidad Rodrigo. Depois de terem realizado diversas mudanças de instalações e de receberem, em 1958, algumas professoras solenes do Louriçal. Conseguem o reconhecimento canónico do mosteiro no ano de 1967 e em 1971 transferem-se para a vila de Sintra [Silva, 2008, 67].

Na ilha da Madeira, em 1931 algumas sorores do extinto mosteiro das Mercês retomam a vida em comunidade, num edifício que constroem em Câmara de Lobos, ao qual passam a designar de mosteiro de Nossa Senhora da Piedade. Esta casa viria a ser reconhecida canonicamente, no ano de 1958 [Silva, 2008, 67].

²⁴ - O processo de extinção do mosteiro de Santa Clara de Amarante será devidamente abordado na segunda parte, do presente trabalho.

A partir dos anos 50 do séc. XX, até ao ano de 1992 passam a existir em Portugal dez mosteiros de Clarissas (Louriçal, Mercês de Lisboa, Mercês do Funchal, S. José de Vila das Aves, Monte Real, Montalvo, Fátima, Funchal e Calhetas [Mourão, 2004, 53]), que seguem a Regra de Santa Clara e prestam obediência aos respectivos bispos diocesanos, destes, nove estão integrados na Federação do Imaculado Coração de Maria²⁵ [Lalanda, 2000, 354].

Nesta resenha histórica, está incluído o mosteiro de Santa Clara de Amarante, cujas particularidades, problemáticas e soluções serão devidamente abordadas na segunda parte deste trabalho, pois compreender o mais antigo mosteiro da cidade de Amarante e contextualiza-lo no panorama nacional da Ordem à qual pertence, é contribuir com novos e renovados passos para a História e para a compreensão, do processo de implantação das casas das Senhoras Pobres, que pretendem seguir ou aproximarem-se dos seus seráficos fundadores.

²⁵ - A Federação das Clarissas foi constituída em Portugal, por decreto da Sagrada Congregação dos Religiosos e Institutos seculares, no dia 22 de Agosto de 1967, festa litúrgica do Sagrado Coração de Maria (daí a designação da federação) onde foram aprovados os seus estatutos e nomeado o seu assistente religioso [Imaculado Coração, 1976, 177].

1.3- A Espiritualidade na Arquitectura dos Franciscanos



Fig.8- Estigmatização de S. Francisco, pintura, André Gonçalves, séc. XVII, igreja da Madre de Deus – Lisboa.

Nos primeiros tempos, da Ordem, Francisco e os seus seguidores opõem-se acerrimamente à “*stabilitas loci*” das Ordens monásticas, vigentes no seu tempo e ao eremitismo oculto em grutas ou cabanas.

Embora pretendessem uma vida errante, à semelhança de Cristo e dos seus apóstolos, os primeiros frades menores, instalam-se num tugúrio abandonado de Rivo Torto¹, nas imediações do vale de Assis, de onde vieram a ser expulsos, mudando-se para a pequena capela da *Porziuncola*, cedida pelo abade do mosteiro beneditino do Monte Subasio. Esta capela dedicada a Nossa Senhora dos Anjos da Porciúncula, torna-se na “*Caput et Mater Ordinis*”, passando a ser este, o local central, da vida de S. Francisco e dos seus irmãos espirituais [Macedo, 2006, 37].

Nesta primeira fase da Ordem, marcada pela constante itinerância, seguindo uma vida aproximada à de Cristo e à dos seus apóstolos, entregues à providência, no que respeita à subsistência e ao alojamento, só foi possível e decorreu normalmente, enquanto a fraternidade foi constituída por um número relativamente baixo de irmãos. Com o crescente aumento de professos, surgem os primeiros conflitos²

¹ - «[S. Francisco] recolheu-se num tugúrio abandonado, que ficava perto de Assis, com o objectivo de viver ali com os seus irmãos, segundo a forma da Santa Pobreza, no estrito rigor da sua religião e sair a pregar a Palavra de Deus aos povos conforme as exigências de lugares e tempos» - Legenda Menor, III, 5, de S. Boaventura [Fraga, 1992, 27].

² - Após a morte dos principais mentores da Ordem Franciscana, dá-se um certo relaxamento na forma de vida dos irmãos, que passam a desejar mais segurança e comodidade. Ou seja, assiste-se a uma deterioração dos costumes e dos ideais do franciscanismo primitivo. Face a esta situação surgem os primeiros conflitos entre aqueles que pretendiam continuar fiéis aos princípios basilares da Ordem e os que enveredavam por uma vida de caris mais conventual. O principal pomo de discórdia seria a questão da posse de bens materiais.

Em 1322 o papa João XXII, revela um certo cepticismo, em relação ao tema da “*Pobreza de Cristo*”, que considera “*uma vaidade dos frades*” e provoca um novo recrudescer dos conflitos internos da Ordem e em 1333, numa bula, considera herética esta postura e impõe um novo regime aos

e começa-se a sentir a necessidade de se criarem aposentos mais fixos, a instalar fora das povoações, junto a capelas ou ermitérios [Macedo, 2006, 37].

Contudo, a passagem e instalação dos franciscanos, para instalações mais estáveis, levanta a questão do sentido de propriedade e de posse, à qual se deveriam opor, caso pretendessem uma vida semelhante, à do seu fundador, que apegado à pobreza recusava, qualquer tipo de posse ou apropriação.

Com esta disposição, o simples facto de se construir um edifício, que sirva para a fixação de uma comunidade de frades franciscanos, dispondo de uma igreja para a prática regular da liturgia e de instalações reservadas à comunidade religiosa, coloca em causa o princípio da pobreza voluntária e aproxima-os, do monaquismo e do ascetismo tradicionais, seguindo uma linha de orientação contrária aquela, pela qual fora criada, esta Ordem. Terá sido isto, uma traição aos valores de S. Francisco de Assis, ou uma demonstração da incapacidade dos seus seguidores, de os perpetuarem [Macedo, 2006, 38].

Esta situação contribuiu, para uma maior institucionalização da Ordem, permitindo a sua fixação nas cidades, que constituem os centros por excelência, das linhas de acção dos mendicantes.

A instalação de um convento franciscano numa cidade medieval resulta de um processo mais ou menos longo e faseado. Assim sendo, num primeiro momento, a comunidade estabelece-se em instalações precárias, geralmente próximas ou adossadas a uma capela, já existente [Macedo, 2006, 29], que fica afastada dos centros urbanos, para onde se deslocam regularmente, onde pregam e realizam os serviços de coro, que geralmente acontecem, nas igrejas paroquiais. Esta primeira fase de implantação reveste-se sempre, de um carácter provisório, pois as instalações são limitadas e encontram-se afastadas dos centros urbanos, dificultando assim, a ida de todos aqueles, que pretendem escutar as suas mensagens e apelos. A estes aspectos negativos, acresce o facto de que nos arrabaldes, os espaços são mais inseguros e insalubres, do que no interior de uma cidade [Macedo, 2006, 38 - 39]. Face a esta problemática, os religiosos e os próprios fiéis desejam, que as casas franciscanas se aproximem um pouco mais das cidades, ou se possível que se instalem, no interior dos seus muros. Com esta

franciscanos, que deverão ser proprietários e administradores dos bens móveis e imóveis que auferirem. Este documento ataca directamente, o seu objectivo principal: A Pobreza Evangélica [Fraga, 1992, 8 e 9].

deslocação, inicia-se a segunda fase de implantação franciscana, num meio urbano [Macedo, 2006, 30].

A fixação próxima ou mesmo no interior das cidades, requer num primeiro momento, da escolha de um local apropriado e da disposição económico-financeira dos seus habitantes ou mecenas, mediante estes condicionalismos, a fundação de um mosteiro franciscano, num centro urbano, resulta por vezes de um processo bastante demorado [Macedo, 2006, 39] e cuidadosamente planificado [Goff, 1994, 230].

Em muitos casos a construção do mosteiro é patrocinada por um ou vários mecenas, graças ao prestígio, que os frades menores vão adquirindo junto das comunidades que evangelizam ou por onde passam. Pois conseguem captar a atenção de todos aqueles que se sentem negligenciados, pelas estruturas diocesanas e paroquiais, nomeadamente em actos de pregação, de reconciliação ou na participação e condução de cerimónias fúnebres. Estes grupos sociais, devido à atenção e aos princípios basilares franciscanos, sentem alguma estima e carinho, por estes frades, que se materializa, nas avultadas doações que lhes fazem³. Os numerários das ofertas são canalizados, para a construção das suas igrejas de vastas, amplas e iluminadas naves, onde os mais abastados e influentes vão poder ser sepultados, em capelas consagradas a devoções particulares, familiares ou de confrarias⁴. Muitas destas sepulturas ou sarcófagos são concebidas com uma estátua jacente do defunto (que se constitui um mecanismo, bastante útil, quando se trata de perpetuar a sua memória) [Macedo, 2006, 36].

Estes cenários e funcionalidades das igrejas franciscanas, não se conseguem conceber, sem um ambiente figurativo e sumptuoso, aliás os franciscanos acabaram por ser pioneiros na introdução da imaginária, nas suas igrejas [Macedo, 2006, 36].

No entanto, o templo franciscano deveria, ser simples, apto para a pregação e ter capacidade para receber grandes massas de fiéis, ávidos por uma maior participação, na vida da Igreja [Fraga, 1992, 37].

Com estes pressupostos, as suas igrejas tendem a ser construídas com amplas naves com coberturas em madeira, suportadas por arcos diafragma em ogiva, adoptando uma

³ - As camadas populares que habitualmente, participavam as obras de construção das catedrais, fazem agora, doações para ajudar a construir as igrejas franciscanas. Muito provavelmente, estas doações aumentaram com a permissão, concedida pelo papa, a 25 de Fevereiro de 1250, para se poderem realizar enterramentos nas suas igrejas [Fraga, 1992, 38].

⁴ - Muitos Nobres e Burgueses abastados, incluindo confrarias, não satisfeitos com um monumento funerário, erguem capelas para seu uso pessoal, no interior de um templo franciscano, tal como se vinha fazendo em catedrais, igrejas paroquiais ou em colegiadas. Nelas satisfaziam as suas devoções particulares e davam sepultura aos seus entes queridos [Fraga, 1992, 38].

solução semelhante à usada pelos cistercienses, para a construção dos seus dormitórios [Fraga, 1992, 37]. A nave deverá ser despida e desprovida de qualquer elemento decorativo, com janelas pequenas e escassas, conferindo ao espaço uma certa penumbra, provocando um efeito de contraste e contraluz, entre a nave e a absida da capela-mor, cujos janelões podem conter vitrais, propiciando um ambiente harmonioso e cénico, para a adoração do Cristo eucarístico ou humanizado e sofredor [Fraga, 1992, 39].

Para combater os excessos de sumptuosidade, na arquitectura dos conventos e mosteiros mendicantes, quer os dominicanos, quer os franciscanos criaram códigos legislativos, de combate à ostentação de riqueza, nos seus edifícios. Para a Ordem dos Frades Menores, as mais antigas que se conhecem actualmente, são as normas, aprovadas no Capítulo Geral da Ordem, realizado em Narbona, no dia 10 de Junho de 1260 [Braunfels, 1975, 329] compostas por S. Boaventura⁵, mas baseadas numa constituição mais antiga, que infelizmente, não chegaram à actualidade [Fraga, 1992, 33].

Neste Capítulo Geral da Ordem, a comunidade franciscana conclui que o supérfluo é contrário à pobreza e estabelece normas gerais, para a construção dos conventos que devem ser cumpridas, salvo pena de serem punidos ou expulsos, os seus transgressores⁶ [Macedo, 2006, 35]. Estas disposições que vão ao encontro do testamento de S. Francisco, onde consta um apelo aos irmãos, para se acautelarem *«de receber, por qualquer modo, igrejas pobrezinhas moradas ou outra qualquer coisa que para eles seja edificada, se não forem conformes à santa pobreza que na Regra prometemos; e nelas se hospedem sempre como peregrinos e estrangeiros»* [Pereira, 2005, 181].

⁵ - João de Fidenza nasceu em 1221, na Bagnorea (Toscana). Ao ingressar na Ordem Franciscana passa a chamar-se de Boaventura [AA.VV, 1998, 788]. Boaventura vai estudar na Universidade de Paris, onde é aluno do inglês Alexandre de Hales. Mais tarde ensina e prega em Paris, durante muitos anos, concentrando-se no esclarecimento de algumas dúvidas da Sociedade do seu tempo. Defende acerrimamente as Ordens Mendicantes, contra os seus opositores. Em 1257 é eleito Ministro Geral dos Franciscanos. Desempenhou de tal modo, esta função, que é considerado como o maior frade menor, logo seguido de S. Francisco de Assis. No ano de 1265, abdica do arcebispado de York, para assumir o cargo de cardeal bispo de Albano. É na qualidade de Cardeal de Albano que participa em 1265, no Concílio de Lyon, onde não passa despercebido e onde viria a falecer, tendo sido sepultado nesta mesma cidade. Em 1588, o papa Sisto V declara-o Doutor da Igreja. Boaventura é também responsável e autor de uma grande produção literária, de carácter filosófico, teológico e místico [Attwater, 1992, 77-78].

⁶ - *«Se evite dentro do possível, todo o embelezamento dos edifícios em pinturas, tabernáculos, janelas, colunas e coisas similares, e igualmente todo o excesso de comprimento, largura e altura, segundo as condições do lugar» ... Para aqueles que transgredirem esta constituição, serão castigados com severidade e os responsáveis serão expulsos irrevogavelmente dos seus lugares»* – Disposições de Naborna de 10 de Junho de 1260 [Braunfels, 1975, 329].

Posteriores a este capítulo de 1260 irão ser realizadas mais reuniões, acerca deste assunto, como as constituições de Assis de 1279 e as de Paris de 1292, que confirmam as normas de Narbona, mantendo-se inclusive, as determinações para a expulsão da Ordem, pelo Ministro Geral, de todo aquele que não as cumprir [Macedo, 2006, 35].

No séc. XIV, volta-se a falar desta problemática, nomeadamente nas constituições de Assis de 1316, onde já se prevê, que as dimensões das igrejas possam ser reguladas, de acordo com o número de frades. Em 1336, o papa Bento XII confirma as antigas normas, mas admite algumas excepções e nas constituições de Cahors, datadas de 1337, voltam-se novamente a confirmar. Mais tarde em 1354, aceita-se o pedido de derrogação, ao Ministro Provincial e reconhece-se que o problema da restrição às dimensões dos edifícios franciscanos, tinha deixado de ser um tema relevante, pois em meados deste século, a maioria dos conventos, já se encontrava fundado e as suas igrejas ou estavam construídas ou encontram-se, em adiantado estado de construção [Macedo, 2006, 36].

Provavelmente, devido às constantes confirmações destas disposições legislativas, cujo objectivo é manter a austeridade e a pobreza dos edifícios franciscanos, poder-se-á especular, a sua constante transgressão, no momento em que se inicia, a construção de um novo estabelecimento conventual dos frades menores [Macedo, 2006, 36].

Na edificação dos primeiros conventos franciscanos portugueses, tudo indica que foi tida em consideração, o cumprimento destas normas, pelo menos à luz das crónicas da Ordem, realizadas por Frei Manuel da Esperança.

Em Alenquer, frei Zacarias recusa a hospedagem no paço da infanta D. Sancha (filha de D. Sancho I), em troca de uma ermida dedicada a Santa Catarina, situada perto do rio e afastada da vila «*a distancia bastante para viver recolhido sem faltar ao bem comum das almas*» [Esperança, 1666, 68]. Junto desta capela foram construídas «*huas cellinhas térreas, e pobres com algumas officinas, que pertencião ao corpo do convento, em particular o coro para louvare a Deus*» [Esperança, 1656, 68], justificando que «*aqueles bem ditos padres primitivos da nossa religião, não querião maior casa do que bastava para se agasalhar a Santa Pobreza, que não achava no mundo quem quisesse recolher*» [Esperança, 1656, 69].

O mesmo sucede em relação ao convento de Bragança, instalado «*na parte nascente da cidade, fora mas junto desta, por ser mais acomodado ao nosso instituto de procurar o remédio das almas sem dispêndio das obrigações do coro*» [Esperança, 1656, 47], no

local, de uma ermida também ela dedicada a Santa Catarina, que foi utilizada como igreja e posteriormente transformada em capela do Capítulo, onde se viria a estabelecer uma confraria em louvor à Cruz de Cristo. Este convento foi edificado «*pela traça e medida da sua santa pobreza*» [Esperança, 1656, 48].



Fig. 9 - Igreja do Convento de S. Francisco de Guimarães.
Foto: SIPA

Em Guimarães, estes frades fixam-se, junto de uma fonte (actualmente, designada de fonte Santa ou fonte de S. Gualter), a cerca de um quilómetro, da cidade. Neste local, S. Gualter e os seus companheiros viviam do

seguinte modo: «*ordenado*

huas choupanas de ramos, como de homens passageiros, que caminhauão da terra para o Céu. Comião das esmolos, com que vinhão visitallos os devotos sem elles as procurarem, e aproveitando-se da fonte, della bebião, e nela lavavam as suas túnicas em uma pia de pedra» [Esperança, 1656, 138].

Como os moradores da cidade reclamavam por uma instalação mais próxima da cidade, decidiram que o convento «*se fizesse mais abaixo pêra a parte da vila, quase em distância igual entre ella e a fonte*» [Esperança, 1656, 139].

As obras, financiadas pelos vimaranenses «*não eram de custo pela grande humildade e pobreza, com que então se faziam as moradas franciscanas*» [Esperança, 1656, 139].

Passados 55 anos, os habitantes da então vila de Guimarães decidem fazer a doação de um hospital aos frades menores, instalado junto aos muros da cidade, onde estes, poderiam cumprir melhor a prática da caridade, do apostolado e do cuidado dos enfermos. Porém, os frades são obrigados a regressarem ao seu primitivo estabelecimento, devido aos conflitos com a Colegiada de Guimarães. Sanadas as contendas, regressam ao convento construído ao lado do hospital [Macedo, 2006, 43].

Na Cidade de Coimbra, a rainha D. Urraca e o rei D. Afonso II, doaram a «*ermida de Santo Antão Abbade, que pertencia ao cabido da Sé, a qual agora, latinizando o nome, ou a respeito de nosso Santo António, que em ela professou, e por razão das oliveiras*

que vestem aqueles montes, he chamada geralmente “Santo António dos Olivais”» [Esperança, 1656,261], que ficava «em distancia da cidade por meio quarto de légua, para a banda do sol nascente, numa paragem alegre pela dilatada vista do que alcançam os olhos» [Esperança, 1656, 260]. Neste pequeno convento, «de telha vaam, se agazalharam em nossa companhia os cinco mártires de Marrocos... Nele celebramos o seu ditoso triunfo na ocasião que suas santas relíquias se trouxeram a Coimbra. Nele vestimos o hábito e fizemos profissão a Santo António» [Esperança, 1656, 261]. Sobre este assunto, frei Manuel da Esperança reflecte que «quando nós nos lembramos deste desprezo do mundo nos franciscanos antigos, maior fundamento temos para fazer pouco caso das grandes machinas, que hoje levanta a vaidade» [Esperança, 1656, 261].



Fig. 10 - Fachada da igreja de S. Francisco de Leiria.

Foto: SIPA

No caso de Leiria, os frades menores ter-se-ão instalado na gafaria de Santo André e quando encontraram um local para a edificação do convento iniciam as obras, «pela plãta que então se praticava, piquena, e muito pobre» [Esperança, 1656, 362].

Na cidade da Covilhã o primitivo convento fundado «abaixo da villa velha pêra a banda, donde o Sol lhe nascia, porque delle se estavam esperando luzes grandes de doutrina e exemplo» [Esperança, 1656, 423], era um «conventinho pobre»

[Esperança, 1656, 423] que viria a ser

transferido «pêra mais perto [da vila] logo na sua entrada a respeito dos que sobem pelo monte» [Esperança, 1656, 423]. Este segundo estabelecimento «que vierão pouoar, acharão já edifícios mais largos, e mais sumptuosa fabrica» [Esperança, 1656, 423].

O convento de S. Francisco de Estremoz resultou da doação da ermida de S. Bento do Mato, que os freires de Avis fizeram aos franciscanos e ao longo do tempo «se foi aumentando e estendendo de sorte que o convento, na sua grandeza e lugar em que se acha é um dos maiores e mais especiosos da Província» [Belém, 1750, 89].

Mediante as afirmações de frei Manuel da Esperança, concluí-se, que as primeiras fundações franciscanas, em Portugal, obedecem numa primeira fase, aos valores do apostolado, emanados a partir dos pequenos e humildes ermitérios, coadunados com os votos de pobreza, dos quais ressalta a preocupação, com a edificação dos espaços definitivos, realizados segundo um modelo arquitectónico humilde, pobre e austero.

No entanto, estes princípios começam a ser esquecidos, em detrimento de edifícios mais majestosos e sumptuosos, que em nada ficavam atrás, das outras Ordens religiosas. Frei Manuel da Esperança justifica afirmando que a grandiosidade destes conventos, se deve ao aumento considerável de religiosos, motivados pela exigência de socorrer as populações, que a eles recorriam e por essa razão, tiveram de aumentar a área dos seus edifícios, para os quais, contaram com o apoio e o patrocínio de um ou de vários beneméritos [Macedo, 2006, 44].

As principais razões para o patrocínio de obras, em conventos mendicantes, prendem-se sobretudo a razões de natureza religiosa, funerária, política e social, pois os frades menores, em finais da Idade Média são exímios servidores pontifícios e detentores de uma elevada consideração e estima por parte de todos os estratos sociais, desempenhando muitos deles, as funções de confesores e conselheiros da Corte [Macedo, 2006, 44].

Tal notoriedade fará com que a partir dos finais do séc. XIII, os mosteiros e conventos franciscanos, se tornem pólos aglutinadores e difusores, das principais tendências artísticas e arquitectónicas [Macedo, 2006, 36].

O fenómeno de implantação dos mosteiros de clarissas resultou essencialmente, da iniciativa dos seus patrocinadores, aspecto que é comum à maioria dos mosteiros e conventos femininos, mas que agora se reveste de novas vantagens, concedidas aos seus benfeitores, que para além de continuarem a beneficiar de ofícios monásticos e da possibilidade de neles fazerem ingressar, alguns familiares seus, podem ainda instalar capelas e beneficiarem de enterramentos privilegiados. Alguns mosteiros surgem ainda do interesse do papado ou dos prelados locais, em fazerem ingressar ou reformar nas ordens canonicamente reconhecidas, pela igreja católica os grupos mais ou menos espontâneos, de mantelatas. Facto que acaba por ser mais vantajoso, para estas comunidades, que se integram numa comunidade religiosa, dispondo de protecção pontifícia, ao mesmo tempo, que afastam qualquer tipo de desconfiança, por parte da sociedade ou da própria Igreja [Macedo, 2006, 34].

À medida que a Ordem vai crescendo e difundindo pelo Mundo a sua espiritualidade e evangelização, os seus estabelecimentos vão dilatando os espaços edificados, adquirindo notoriedade e sumptuosidade, afirmando-se a pouco e pouco, na malha urbana, onde se implantam⁷. No entanto, nota-se uma certa ambiguidade pelo desenvolvimento destes programas arquitectónicos e o conseqüente afastamento das primitivas linhas de orientação, definidas pelo seu fundador, justificando sempre, com as necessidades e as problemáticas dos tempos em que decorrem, as reformulações e as ampliações do espaço conventual.

⁷ - Francesch Eximeniç, um franciscano Catalão do séc. XIV, na Obra "*Regiment de Princeps*", escreve que o plano da cidade ideal, deve ser um quadrilátero, com a praça da catedral ao centro, dividido em quatro bairros, tendo cada um no seu centro uma praça grande e bela, a de cada uma das ordens mendicantes [Goff, 1994, 237].

1.4 - *Formas, Espaços e Tipologias dos Conventos e dos Mosteiros dos Franciscanos*

A instalação de conventos da Ordem dos Frades Menores em Portugal, à semelhança do que aconteceu noutros países da Europa Cristã, resultou de um processo faseado e prolongado no tempo, que só viria a terminar no séc. XV.

Em território nacional, são identificados cinco períodos distintos para a chegada e fixação dos irmãos de S. Francisco, às quais, não foram alheias as vicissitudes económicas, sociais, políticas e religiosas do país [Mattoso, 2002, 250].

Assim, numa primeira etapa, obedecendo às normas da Ordem, instalam-se em eremitérios muito humildes, próximos das cidades, constituídos por comunidades de religiosos carismáticos, considerados inofensivos pelas autoridades civis e eclesiásticas. Este período inicia-se com a chegada dos primeiros frades por volta de 1216 e prolonga-se até cerca de 1230¹ [Mattoso, 2002, 250].

À segunda fase², corresponde a época das represálias eclesiásticas e senhoriais, que se sentem nas cidades do Porto³, Guimarães e Leiria. Este período conturbado para a Ordem prolongar-se-ia até ao ano de 1245 [Mattoso, 2002, 250].

Entre 1245 e 1266, inicia-se uma verdadeira “ofensiva franciscana”⁴, que está relacionada com a construção dos primeiros conventos, nas cidades, onde os confrontos

¹ - No ano em que a cidade de Alcácer do Sal é conquistada aos Almóadas, operação militar que permite libertar Lisboa e o Vale do Tejo das constantes ameaças muçulmanas, são fundados os primeiros conventos franciscanos em território Português, mais concretamente, os de S. Francisco de Alenquer, de Lisboa e de Guimarães, aos quais se junta em 1221, o de convento de S. Francisco de Coimbra [Mattoso, 2002, 250].

² - Esta fase corresponde ao período mais conturbado do reinado de D. Sancho II. A situação conflituosa com alguns bispos desencadeou a sua destituição, por parte do papa Inocêncio IV. Estes confrontos foram mais intensos no Entre Douro e Minho e em parte das Beiras, ou seja, nas regiões mais senhoriais do país [Mattoso, 2002, 251].

³ - O bispo do Porto, D. Pedro Salvadores, tenta a todo custo impedir a fundação de um convento franciscano na cidade, com este intuito persegue e expulsa os frades, mandando saquear e incendiar as suas instalações. Provavelmente, temia que o apostolado mais popular dos irmãos de S. Francisco agravasse os conflitos sociais latentes ou já desencadeados na cidade [Mattoso, 2002, 251].

⁴ - Nesta fase depois de terem sofrido as represálias do bispo do Porto e do Arcebispo de Braga, os frades menores são novamente vítimas de senhores e de bandos de salteadores, contudo estas

já não são problemas de autoridade senhorial, mas do foro canónico, nomeadamente, questões de jurisdição sacramental e pastoral com os ordinários do lugar. Para a sua resolução, os irmãos de S. Francisco contam com o apoio da Santa Sé [Mattoso, 2002, 250].

O quarto período, que compreende os anos entre 1266 e 1286⁵, relaciona-se com o modo como os frades menores ultrapassam as resistências de alguns bispos, e com o empenho que demonstram na construção das suas novas igrejas e conventos. Estes estabelecimentos instalados nas cidades passam a desempenhar um papel cada vez mais activo em missões canónicas, incumbidas pela Santa Sé. Durante este período, começam a ocupar alguns lugares de destaque nas dioceses. São também protegidos pela Coroa [Mattoso, 2002, 250].

Por fim, um quinto período que se inicia com a data da fundação do convento de Beja em 1286, corresponde à normalização institucional da Ordem. Durante este tempo, os franciscanos inserem-se pacificamente nas estruturas civis e eclesiásticas. Detecta-se também, uma desaceleração do processo de fundação de novas casas [Mattoso, 2002, 250].

Das diferentes fases de instalação da Ordem franciscana em Portugal, resultaram edifícios que, apesar das características de cada um, condicionadas pelas pré-existências, pela topografia e pela configuração urbana, mantêm uma certa unidade, conferida pela aplicação de modelos locais de construção, se bem que adaptados às exigências comuns de carácter prático e funcional e ao desenvolvimento de programas arquitectónicos austeros e despojados [Macedo, 2006, 45].

Uma análise arquitectónica dos edifícios dos franciscanos em Portugal é uma tarefa bastante complicada, pois entre as últimas décadas do séc. XIII e todo o séc. XIV, praticamente não se registam grandes alterações do ponto de vista arquitectónico e construtivo, sendo, por isso, difícil a atribuição de cronologias absolutas. A não coincidência entre o momento da fundação com o da fixação e o da construção dos espaços conventuais, em nada facilita esta tarefa. A inexistência de um fundo

circunstâncias não os atemoriza e empenham-se na fundação do convento do Porto e não abandonam o de Guimarães [Mattoso, 2002, 252].

⁵ - Este período corresponde às fundações dos conventos de Portalegre, Lamego, Beja e Bragança, numa altura em que se normalizava a vida política e social do país e se inicia uma época de expansão económica e demográfica [Mattoso, 2002, 253].

documental completo para os sécs. XIII e XIV, contribui também, largamente para o aumento destas dificuldades [Macedo, 2006, 46].

Porém, este processo poderá ser um pouco mais clarificado, mediante o desenvolvimento de trabalhos de investigação histórica e arqueológica, detalhados e incisivos, nos diferentes estabelecimentos franciscanos, englobando não só os que ainda subsistem, mas também os que já desapareceram. Só assim se compreenderá melhor o processo de instalação e fixação da Ordem dos Frades Menores em Portugal. Apenas no final de todo este processo, se poderá estabelecer um quadro genérico da evolução da arquitectura dos franciscanos em território nacional [Macedo, 2006, 47 - 48].



Fig. 11 – Vista aérea do convento de S. Francisco de Alenquer.
Foto: SIPA

A partir do remanescente, agrupam-se numa mesma tipologia as igrejas dos conventos de Alenquer [Macedo, 2006, 50 – 55], Bragança [Macedo, 2006, 56 – 57], Covilhã [Macedo, 2006, 58 – 59], Portalegre [Macedo, 2006, 65 - 66], Leiria [Macedo, 2006, 61 - 62] e a das clarissas de Vila do Conde [Macedo, 2006, 68 - 69], que, apesar das diversas

remodelações e descaracterizações que sofreram ao longo dos tempos, permitem ainda, não obstante as particularidades de cada uma, identificar alguns pontos comuns [Macedo, 2006, 50].

A construção dos seus edifícios, como é habitual, contou com a comparticipação e o apoio real. Exemplo disso, são as obras dos conventos de S. Francisco de Bragança, da Covilhã e de Portalegre, que foram contempladas com o financiamento de D. Afonso III, ou da sua esposa, a rainha D. Beatriz, no caso das de S. Francisco de Alenquer, embora este já tivesse sido deslocado do seu primitivo estabelecimento, pela filha de D. Sancho I, a infanta D. Sancha, por volta de 1223⁶ (ano em que se recolhe no mosteiro

⁶ - Inicialmente instalado na ermida de Santa Catarina, o convento de S. Francisco deslocou-se para o paço de D. Sancha, por ter sido aí que a infanta recebeu os Cinco Mártires de Marrocos a caminho de Lisboa. A recepção dos santos franciscanos ficou de tal modo na sua memória, que decide transformar em igreja a câmara onde os recebera [Macedo, 2006, 50]. Este episódio foi registado para a

cisterciense de Santa Maria de Celas, em Coimbra). Também o rei D. Dinis patrocinou as obras deste convento, bem como dos de S. Francisco de Portalegre e de Bragança, contando para este último, com a anuência da esposa, a rainha D. Isabel de Aragão [Macedo, 2006, 56].

Também a população local foi importante, e em muito contribuiu para o desenvolvimento dos programas arquitectónicos e construtivos das casas franciscanas, sendo de destacar os casos dos conventos de S. Francisco da Covilhã e de Leiria [Macedo, 2006, 61]. A igreja deste convento viria a ser posteriormente ampliada, pelo rei D. João I e pela rainha D. Filipa de Lencastre [Macedo, 2006, 62].

O mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde é instituído a partir da iniciativa directa de um filho bastardo de D. Dinis, D. Afonso Sanches, e da mulher, D. Teresa Martins Telo [Macedo, 2006, 68].

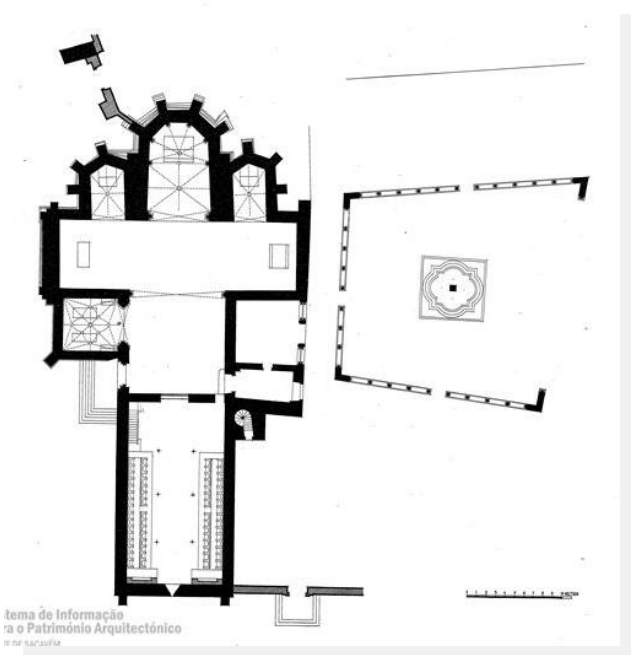


Fig. 12 – Planta da igreja do mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde.
SIPA

Em comum, estas casas franciscanas têm o facto de se localizarem em espaço urbano ou peri-urbano e de serem detentores de igrejas de nave única, em cruz latina. Originalmente, teriam coberturas em madeira que mais tarde viriam a ser substituídas por alvenaria. Tal como noutras igrejas pertencentes a esta Ordem Mendicante, os seus templos, para além de uma importante função litúrgica e evangélica, são também espaços cemiteriais por excelência. Em todas estas igrejas, identificam-se capelas laterais adjacentes à nave ou

posterioridade, numa inscrição do séc. XVII, colocada ao fundo da actual igreja, na parede do lado da epístola, sob o coro alto, contendo o seguinte texto: «A INFANTA DONA SĀCHA FILHA DEL/ REI DŌ SĀCHO NETA DEL REI DŌ AF^o AN/ RIQUES PR^o REI DE PORTUGAL FVND^oU/ ESTE CŌVETO NO ANNO DE 1222/ ESTA SNRĀ RECOLHEO AQUI OS SĀCTOS. 5. MARTIRES DE MARROCOS PELO Q MERECEO/ VELOS NA HORA DE SEV/ MARTIRIO GLORIOSOS/ 1616 [Macedo, 2006, 51, n.16].

levantadas entre os seus contrafortes [Macedo, 2006, 69].

Ao nível das cabeceiras, registam-se algumas diferenças tipológicas, como, por exemplo, em S. Francisco de Alenquer, S. Francisco Portalegre e Santa Clara de Vila do Conde, que são triplas, abobadadas e abertas para um transepto mais ou menos desenvolvido, não sendo ainda possível, no caso das duas primeiras, determinar a configuração da abside, embora se saiba que os absidiólos terão sido rectos [Macedo, 2006, 70]. A abside da cabeceira da igreja mosteiro de Vila do Conde é precedida de um tramo rectangular, que termina em três panos, ao contrário dos seus absidiólos de apenas dois [Macedo, 2006, 69].

Por sua vez, as igrejas de S. Francisco da Covilhã e de S. Francisco de Bragança apresentam uma capela-mor única, sendo recta no exemplar da Covilhã [Macedo, 2006, 59] e semi-circular com contrafortes e frestas de ladrilho de gosto mudéjar, na do de Bragança [Macedo, 2006, 57].

Ao contrário das demais, os templos dos conventos de S. Francisco de Bragança e de S. Francisco de Leiria são desprovidos de transepto [Macedo, 2006, 70].



Fig. 13 – Igreja do convento da Igreja de S. Francisco de Évora.

Foto: Sarima (Panorâmico).

Fora deste primeiro grupo, ficam as igrejas dos conventos franciscanos de Guimarães [Macedo, 2006, 71 – 75] e de Évora [Macedo, 2006, 75 - 77], o primeiro porque não existe um consenso se seria de uma só nave ou se teria tido três, como indiciam os contrafortes da fachada [Macedo, 2006, 74] e o segundo, por ter resultado de um templo anterior com três naves [Macedo, 2006, 70].

Embora as primitivas dependências destes dois conventos permaneçam na mais obscura penumbra, é possível determinar que, no reinado de D. Dinis, as suas igrejas seriam de três naves com cabeceiras triplas. Quer numa, quer noutra, ao longo do tempo assiste-se a uma monumentalização dos seus espaços, em resultado das boas relações que as suas comunidades religiosas detêm junto da Corte, da Nobreza e das populações locais. As intervenções decorridas nestes conventos, a partir do séc. XV, são as principais responsáveis pelo desconhecimento da

arquitectura destes edifícios, nos seus primeiros séculos de existência [Macedo, 2006, 77].



Fig. 14 – Igreja do convento de S. Francisco de Santarém.

Foto: Nuno Timóteo (Panorâmico).

Num terceiro grupo de igrejas pertencentes aos frades menores, existentes em Portugal, inscrevem-se os templos dos conventos de S. Francisco de Santarém [Macedo, 2006, 79 - 80], de Estremoz [Macedo, 2006, 82 - 84] e do Porto [Macedo, 2006, 85 - 86], bem como os dos mosteiros de Santa Clara de Santarém [Macedo, 2006, 81- 82] e

de Coimbra [Macedo, 2006, 251 – 698] (Santa Clara-a-Velha) [Macedo, 2006, 77].

Também as igrejas dos conventos deste terceiro grupo, contaram com a fundação ou o patrocínio da Coroa, tendo cabido a construção do convento de S. Francisco de Santarém⁷ [Macedo, 2006, 79] e do mosteiro de Santa Clara, da mesma cidade [Macedo, 2006, 82] a D. Afonso III, embora a fundação do convento franciscano tenha partido da iniciativa do antecessor, o rei D. Sancho II.

À rainha D. Beatriz e ao filho, o rei D. Dinis, é atribuída a construção da igreja de S. Francisco de Estremoz [Macedo, 2006, 82] e à esposa deste, a rainha D. Isabel, se deve o empenho na difícil refundação do mosteiro de Santa Clara de Coimbra [Macedo, 2006, 295]. D. Fernando, por sua vez, encarregou-se da construção de uma nova igreja para o convento de S. Francisco do Porto, que só haveria de ficar concluída no reinado de D. João I.

Estes conventos e mosteiros têm em comum o facto de serem detentores de uma igreja de planta em cruz latina com três naves [Macedo, 2006, 77] e de possuírem um desenvolvido transepto, sendo de destacar a amplitude do de S. Francisco do Porto [Macedo, 2006, 86].

⁷ - O Convento de S. Francisco de Santarém seguiu o modelo do Convento de S. Domingos da mesma cidade, fundado em 1223, cuja construção se inicia em 1228. Especula-se se os mestres construtores tenham sido comuns aos dois conventos [Pereira, 2009, 29 – 30].

A exceção recai apenas na igreja do mosteiro de Santa Clara de Coimbra, que é desprovida de transepto. Este templo tem ainda a particularidade de ter uma nave central mais larga que as laterais. Verifica-se também que o último tramo da nave, localizado

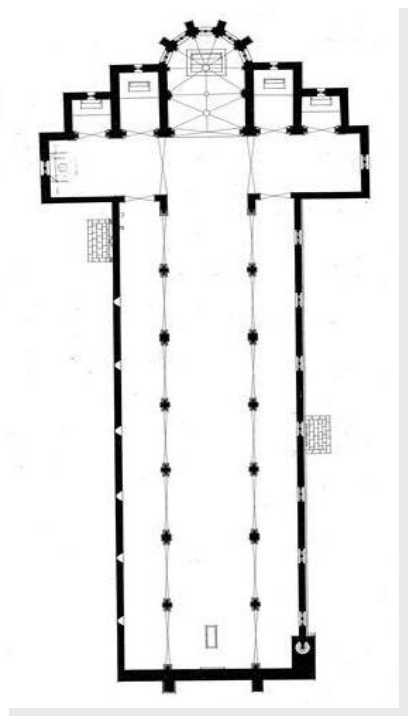


Fig. 15 – Planta da igreja do mosteiro de Santa Clara de Santarém, após o restauro da DGEMN.
SIPA

no coro, é mais amplo [Macedo, 2006, 422] do que o situado no espaço contíguo ao presbitério [Macedo, 2006, 297].

As igrejas dos conventos de S. Francisco de Estremoz [Macedo, 2006, 84], do Porto [Macedo, 2006, 86] e do mosteiro de Santa Clara de Coimbra [Macedo, 2006, 335], apresentam uma cabeceira tripla, com capelas escalonadas. Por sua vez, as igrejas de S. Francisco e de Santa Clara de Santarém são constituídas por um presbitério com cinco capelas, igualmente escalonadas [Macedo, 2006, 79 – 80]. Todas estas igrejas apresentam absides de três panos [Macedo, 2006, 80, 84, 86 *et* 335], no entanto, é de referir que o desaparecimento da de S. Francisco de Santarém impede a sua confirmação [Macedo, 2006, 80].

A abside de Santa Clara de Coimbra tem ainda a singular particularidade de apresentar um pronunciado desvio para Norte e um alargamento para Sul. Esta circunstância, que poderá ter sido intencional, permitiu facultar o alargamento do espaço interior da capela-mor. Por esta razão, os alçados laterais dos absidiolos não são paralelos [Macedo, 2006, 358].

Na fachada destas igrejas, abaixo do frontão triangular, rasga-se uma rosácea que em Santa Clara de Santarém [Macedo, 2006, 82] e em Santa Clara de Coimbra [Macedo, 2006, 533] é delimitada por dois contrafortes. Como habitualmente acontece nos mosteiros femininos, estes dois templos são desprovidos de uma porta axial [Macedo, 2006, 82].

Sobre a primitiva fachada da igreja do convento de Estremoz, nada se sabe devido às profundas alterações que aí se verificaram em meados do séc. XVIII [Macedo, 2006, 84].

As coberturas destes templos são tripartidas, constituídas por um corpo central mais elevado e com telhado de duas águas, ladeado pelos corpos laterais, mais baixos e de uma só água [Macedo, 2006, 79, 81, 83 – 84], evidenciando-se assim, a partir do exterior, a existência de três naves com altura diferente, sendo a central mais elevada que as laterais.



Fig. 16 – Igreja do mosteiro de Santa Clara-a-Velha de Coimbra.
SIPA

Apesar de actualmente a igreja do mosteiro de Santa Clara-a-Velha de Coimbra ser detentor de um telhado de duas águas ao nível da nave central, e de uma só

vertente nas laterais, resultante de uma intervenção levada a cabo

nos anos 30, pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Especula-se que a original seria constituída por uma espécie de terraço ligeiramente inclinado e revestido a cerâmica. A opção por este tipo de telhado, retirou o efeito de igreja-salão⁸ do templo das clarissas de Coimbra e conferiu-lhe um aspecto mais basilical [Macedo, 2006, 413 – 415]. Esta não será a tipologia mais apropriada para esta igreja, pois a sua configuração, constituída por três naves abobadadas na íntegra e elevadas quase à mesma altura, aproximam-na bastante das igrejas-salão, mais aptas à prática da pregação [Macedo, 2006, 464 - 465].

A singularidade da igreja de Santa Clara-a-Velha evidencia-se no contexto dos demais espaços litúrgicos mendicantes e apenas encontra paralelo na arquitectura religiosa medieval portuguesa, na abadia de Alcobaça com uma cronologia anterior, e na igreja de Santiago da Espada em Palmela, construída no séc. XV [Macedo, 2006, 460].

⁸ - Igreja com várias naves (geralmente três), coberta com abóbadas à mesma altura e onde é patente a unificação espacial. Corrente no Românico europeu, especialmente na Alemanha, atinge na arquitectura portuguesa a plena isotropia na igreja manuelina, cujo melhor exemplo é a de Santa Maria de Belém, em Lisboa, com o corpo das naves cerrado por uma única abóbada [Teixeira, 1985, 132 – 133].

Após esta análise, verifica-se que em Portugal predominaram as igrejas de média dimensão com três naves e cinco tramos, notando-se, todavia, maior diversidade ao nível do comprimento. Em alguns exemplares, existem transeptos bastante desenvolvidos. Exceptuando as cabeceiras, constata-se que a cobertura destas igrejas terá sido inicialmente feita, ou prevista para ser, em madeira. Os presbitérios, na grande maioria, são triplos ou quádruplos e com dimensões diversas, que comunicam entre si por intermédio de pequenos vãos [Macedo, 2006, 87].

No entanto, é preciso ter em conta que os exemplares aqui apresentados tiveram origem numa fase avançada da instalação da Ordem dos Frades Menores em Portugal, resultando alguns deles de reformas posteriores ou da transferência dos primitivos estabelecimentos. Além do mais, é necessário ter presente, que alguns dos primeiros conventos franciscanos já desapareceram, na sua totalidade. Porém, com a realização de trabalhos arqueológicos e de investigação histórica mais aprofundados de todos estes exemplares, será possível traçar um quadro mais completo das igrejas dos franciscanos e das clarissas em território português [Macedo, 2006, 87].

No entanto, pode-se afirmar que a Ordem dos Frades Menores foi responsável pela construção de um grupo de edifícios eclesiásticos marcados por uma certa identidade, utilizando preferencialmente uma planta de tipo basilical com uma ou três naves, onde se regista um adelgaçamento dos pilares e uma maior amplitude das arcadas. Desta forma, consegue-se conferir a estas igrejas uma maior unidade dos espaços, para a qual em muito contribui uma abundante iluminação, que só é possível devido à existência de rosáceas na fachada e janelas no clerestório da nave central [Macedo, 2006, 88].

Entre os sécs. XIII e XIV, os templos franciscanos são os mais adequados à celebração, à oração, à pregação e ao enterramento. Esta última funcionalidade, em conjunto com a influência directa da Corte ou da Alta Nobreza, foi a principal responsável por uma progressiva alteração da uniformidade das suas igrejas, fazendo pender o binómio pobreza/riqueza, em favor da última. Esta atitude encontra-se bem patente na complexidade dos programas arquitectónicos e nos elementos decorativos destes edifícios. Nota-se também que a partir dos finais do séc. XIV e ao longo do séc. XV, se começam a verificar algumas cedências ou mesmo o incumprimento das normas firmadas no Capítulo Geral de Narbona, de 1260. Três bons exemplos deste

relaxamento, são os conventos de S. Francisco de Guimarães, do Porto e de Évora [Macedo, 2006, 89].

Tal como acontece em relação às igrejas, a análise das demais dependências conventuais medievais de alguns conventos franciscanos existentes em Portugal, depara-se com a falta de exemplares intactos, à semelhança do que ocorre por toda a Europa. Os poucos que ainda restam resultam, na maioria das vezes, de ampliações, transformações e reutilizações, subsistindo em alguns destes casos, apenas as salas do capítulo, por serem consideradas juntamente com a igreja, espaços litúrgicos. Por esta razão, esta dependência monástica ou conventual teve um maior cuidado construtivo [Macedo, 2006, 91 - 92].

Ao contrário das igrejas não existe qualquer norma ou regulamentação para a construção das demais dependências conventuais, pelo que se poderá depreender que os espaços conventuais franciscanos adoptaram o modelo beneditino, idealizado na utopia de Saint Gall⁹ e aplicado pelos cistercienses [Macedo, 2006, 91].

Contudo, os frades menores não seguem a rigidez das estruturas conventuais dos cistercienses, pois não tinham necessidade para tal, uma vez que desenvolvem um apostolado fora de muros, junto dos leigos. Ao contrário de outras Ordens, que exercem um tipo de monaquismo de desprezo pelo mundo secular (“*contemptus mundi*”), os frades menores instalam-se nas cidades ou nas suas imediações, ocupando terrenos com uma área mais limitada, mais caros e, por vezes, condicionados por pré-existências. Deste modo, submetendo-se a estes constrangimentos, os franciscanos desenvolvem os seus edifícios, à medida das suas necessidades, procurando a melhor solução para ultrapassar estas condicionantes [Macedo, 2006, 92].

Actualmente, os únicos conventos e mosteiros dos irmãos de S. Francisco existentes em Portugal, datados dos séculos. XIII e XIV, que ainda conservam os respectivos claustros, são o convento de S. Francisco de Santarém, o de S. Francisco de Évora (uma pequena parte) e o mosteiro de Santa Clara-a-Velha de Coimbra, cujas ruínas reapareceram recentemente. É de salientar que o claustro do convento de S. Francisco

⁹ - Trata-se de um pergaminho anterior ao séc. VIII que, planifica o mosteiro beneditino ideal, onde são desenhadas e organizadas, todas as dependências monásticas úteis e necessárias à vida num mosteiro. O plano inclui ainda a atribuição dos santos, que devem constar nos altares, o mobiliário necessário, juntamente com as suas dimensões, bem como as árvores que deverão ser plantadas no jardim do mosteiro [Braunfels, 1975, 57].

de Santarém não é o primitivo, que foi destruído num incêndio ocorrido antes de 1338. No entanto, deste claustro ainda subsistem alguns capitéis reutilizados no actual [Macedo, 2006, 95], cujas obras se prolongaram pelo séc. XV [Macedo, 2006, 93].

Os conventos de Alenquer e de Estremoz apresentam uma castra, resultante de reformas ocorridas no reinado de D. Manuel I [Macedo, 2006, 93].

Destes parques exemplares, constata-se que enquanto o claustro de S. Francisco de Santarém se localiza a Norte da igreja [Macedo, 2006, 94], o de Santa Clara de Coimbra se desenvolve para Sul, tirando proveito de uma boa exposição solar [Macedo, 2006, 714]. Verifica-se que estes claustros têm uma planta sub-quadrangular e apresentam uma certa irregularidade [Macedo, 2006, 95], sendo o caso de Santa Clara de Coimbra justificado, com a irregularidade planimétrica do alçado Sul da igreja. Esta “imperfeição” resultou não da fachada do claustro, mas sim do paralelismo das arcadas voltadas a Norte, com os pilares localizados a Sul do templo, que permitem uma maior amplitude no trajecto do dormitório para o coro, facto que poderá ter sido intencional [Macedo, 2006, 723 – 724].

No entanto, quer num exemplar, quer noutro, nota-se uma certa uniformidade, conferida pelas arcadas.

Enquanto que, as coberturas das arcadas do claustro de S. Francisco de Santarém apresentam um abobadamento ogival [Macedo, 2006, 95], as de Santa Clara de Coimbra têm abóbadas de berço, suportadas por colunas grupadas. Mais uma vez, esta solução arquitectónica de gosto Românico, inscrita num contexto marcadamente Gótico, de onde se afasta qualquer plano de austeridade, serve para demonstrar o carácter singular deste mosteiro, sem qualquer tipo de paralelo nacional ou mesmo internacional [Macedo, 2006, 733]. A própria dimensão do claustro das clarissas de Coimbra surpreende, com os seus 1 766, 52 m², que fazem dele o maior exemplar, conhecido até ao momento, da arquitectura gótica existente em Portugal [Macedo, 2006, 714 – 719].

Por só existirem actualmente nove arcadas do claustro de S. Francisco de Évora, não se podem retirar grandes ilações, sabendo-se apenas que o tecto abobadado que possui não corresponde ao original [Macedo, 2006, 96].

Em todos estes espaços conventuais e monásticos, existiu um segundo claustro construído numa fase posterior, já na Época Moderna [Macedo, 2006, 94, 96, 723].

Das salas do capítulo originais, apenas sobreviveram à voragem dos tempos, os portais de ingresso, com uma janela de cada lado, dos conventos de S. Francisco de Beja, de Santarém e de Guimarães. No de Santa Clara de Vila do Conde, apenas se detecta o seu primitivo acesso, actualmente convertido numa fachada da sacristia. Em todos e seguindo um modelo idêntico ao das abadias cistercienses, a comunicação com o claustro é feita por três vãos. Aliás, esta parece ter sido prática comum, se não na totalidade, pelo menos na maioria das casas religiosas existentes em Portugal. Não se detectaram, até ao presente, indícios de portais de ingresso à sala capitular constituídas por cinco vãos [Macedo, 2006, 97].

Geralmente, estas dependências monásticas ou conventuais encontram-se localizadas na nave do claustro contígua à igreja e estão voltadas a Este. Somente no convento de Guimarães e nos mosteiros de Santa Clara de Coimbra e de Vila do Conde, tal não acontece. Em S. Francisco de Guimarães e em Santa Clara-a-Velha de Coimbra, esta pode ver-se na nave Sul do claustro. No mosteiro de Coimbra a sala do capítulo, instalada na primitiva igreja do cenóbio fundado por D. Mor Dias, fica voltada para o templo construído pela Rainha Santa Isabel. No de Vila do Conde, esta dependência monástica encosta-se ao braço Sul do transepto.

Dos portais de acesso à sala do capítulo merece destaque o do convento da cidade vimaranense, constituído por capitéis decorados com motivos figurativos alusivos aos ensinamentos de S. Boaventura, publicados em 1273, na obra «*Collationes in Hexaemeron*», onde se podem ver as representações de um homem sem barba rodeado de vegetação (o homem no Paraíso), um homem a ser devorado por uma ave e ladeado por dois centauros afrontados, associados a um rosto masculino barbado (o homem maduro e conhecedor, que entretanto se deixa devorar pelo vício e pelo pecado) e a de uma nova figura masculina com barba e de longa cabeleira, rodeada por quatro animais (uma clara analogia ao Homem Novo) [Macedo, 2006, 99 – 100].

As coberturas destas salas com uma planta quadrangular ou rectangular seriam inicialmente em madeira, mas foram sendo abobadadas, ao longo dos tempos [Macedo, 2006, 103].

Embora os franciscanos adoptem os modelos beneditinos, ao instalarem-se nos meios urbanos, e ao se relacionarem com as comunidades exteriores ao convento, vão despojando e afastando dos seus espaços conventuais a ideologia do monaquismo tradicional, nomeadamente a beneditina e a cisterciense. Ao contrário dos frades

menores, estes monges vivem submetidos à autoridade de um abade e levam, por vezes, uma vida pouco ética, desafogada e rodeada de luxo, objectivando alcançar com seus edifícios monásticos o seu isolamento do mundo exterior [Macedo, 2006, 103].

Os conventos dos frades menores surgem portanto a contrapor estes mosteiros fechados e isolados do mundo, dispendo-se a acolher a comunidade secular que neles podia escutar os Santos Evangelhos, orar, estudar, ser sepultado e até conviver. Recorde-se por exemplo, o acto de reconciliação do rei D. Afonso IV com o filho, o infante D. Pedro, aquando da execução de Inês de Castro [Macedo, 2006, 104].

Somente as comunidades de clarissas estavam impedidas de abrirem os seus mosteiros, ou de se misturarem com o mundo secular, pois os votos de clausura e a mentalidade medieval, não lhes consentiriam tal ultraje. Deste modo, as “*Pobres Senhoras de Santa Clara*”, sentem-se obrigadas a viverem segundo as normas e os preceitos das monjas e das cónegas [Parrisse, 1994, 196], mantendo-se no entanto, fiéis aos ideais franciscanos [Macedo, 2006, 104].

Para se precaverem dos olhares indiscretos e para não causarem escândalo, bem como para respeitarem e obedecerem às disposições dos seus fundadores, criam uma série de mecanismos de contacto e de segregação entre as comunidades de intra e de extra-muros¹⁰. A estas disposições, não foi excepção o mosteiro de Santa Clara de Amarante que, nos próximos capítulos, se vai analisar e contextualizar no seio da Segunda Ordem dos Frades Menores.

¹⁰ - A organização espacial dos mosteiros portugueses de clarissas será devidamente tratada na segunda parte deste trabalho.

Parte II



2.1 - *⊕ Mosteiro de Santa Clara de Amarante:*

Estado da Questão

Ao longo de quase oito séculos, muito se tem escrito sobre o mosteiro mendicante feminino de Amarante.

Entre as questões que lhe dizem respeito, a da sua obscura origem é, sem dúvida, a mais abordada, nas referências bibliográficas consultadas, para a realização deste trabalho.

A referência mais antiga sobre o mosteiro de Santa Clara de Amarante encontra-se na obra de Francisco Gonzaga, publicada em Roma, no ano de 1587, intitulada: «*De Originae Seraphicae Religionis Franciscanae eius progressibus, de Regularis Observantiae institutione, forma ad ministrationis ac legibus, admirabili eius propagatione*».

Nesta publicação, o cronista diz que em Amarante, Arquidiocese de Braga (actualmente todas as paróquias de Amarante pertencem à Diocese do Porto), existe um mosteiro muito antigo da Ordem de Santa Clara, que não se consegue precisar a data da sua fundação e que nessa casa de clarissas muito zelosa, professoras na Regra Urbanista, floresceram duas religiosas, falecidas em aura de santidade, uma em 1550 e outra em 1575 [Gonzaga, 1587, 812].

Termina a sua breve exposição, dizendo que numa das paredes da igreja existia um epítáfio, que tinha o seguinte texto: «*Domina Mafalda me fecit*» [Gonzaga, 1587, 812].

Em 1666, numa «*História Seráfica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco, na Província de Portugal*», da autoria de Frei Manuel da Esperança, voltam a constar alguns elementos pertinentes para a história do mosteiro de Santa Clara de Amarante.

O frade franciscano depois fazer uma breve contextualização histórica e geográfica de Amarante inicia a abordagem ao mosteiro expressando que, apesar de se desconhecer o momento exacto da sua fundação, diz-se que partiu da iniciativa de D. Mafalda, filha de D. Sancho I e rainha de Castela, por matrimónio com o rei Henrique I [Esperança, 1666, 250].

Segundo este autor, a fundação do mosteiro de Amarante ocorre depois do regresso da rainha a Portugal, após a morte do rei de Castela, sem que o casamento se tenha consumado e depois de ter introduzido a reforma cisterciense no mosteiro de Arouca. A comprovar a sua origem, diz que existia no sino, uma inscrição com o seguinte campo epigráfico: «*Domina Mafalda me fecit*», mas na observação que mandou efectuar à sineira do mosteiro, não encontrou quaisquer indícios de uma inscrição, nem nas paredes da igreja como tinha declarado frei Francisco Gonzaga [Gonzaga, 1587, 812]. O cronista levanta então a hipótese de esta se ter perdido a quando das obras de ampliação da igreja, justificando, que é tradição da casa afirmar-se que a rainha de Castela lança a primeira pedra do mosteiro, constrói a igreja e o coro com quatro ou cinco cadeiras.

Para Esperança, a albergaria do Covelo do Tâmega¹ (antigo concelho de Gouveia de Riba Tâmega) é obra da rainha Santa Mafalda, que por causa da assistência aos peregrinos, poderia ter fundado um cenóbio, do outro lado da ponte, na Vila de Amarante (Voltar-se-á a este assunto, quando se tratar da questão do ingresso das mantelatas de Amarante na Ordem Terceira de S. Francisco).

Partindo do pressuposto de que um mosteiro necessita de mais espaço e de maior área edificada, o cronista franciscano conjectura, que a intenção de D. Mafalda, não seria a fundação de um mosteiro, mas apenas a de uma ermida dedicada a um santo da sua devoção ou a de um recolhimento para mulheres virtuosas. Esta possibilidade, a seu ver, parece ser a mais plausível [Esperança, 1666, 251].

Durante muito tempo, o cenóbio era tão limitado e a área da cerca tão estreita, que não havia a possibilidade de se poder construir um claustro. Somente no séc. XVII, o mosteiro se estendeu para uma vinha e fechou uma via pública², que até então, fazia a separação dos dois espaços. Informa que a igreja já tinha sido alvo de um aumento, mas como a afluência de fiéis era muita em dias de romaria e procissão, a 10 de Agosto de 1610, a câmara da vila concede uma licença, para um novo acrescento [Esperança, 1666, 251].

Para dar alguma dignidade aos espaços monásticos e à sua comunidade, trespassaram para o convento dominicano de S. Gonçalo, uns pomares e outras propriedades, com a

¹ - Segundo José de Pinho, a Albergaria do Covelo do Tâmega será obra da rainha D. Mafalda, esposa de D. Afonso I e avó de D. Mafalda, infanta de Portugal [Pinho, 1933 (a), 1], [Pinho, 1933 (b), 1] e [Pinho, 1933 (c), 1].

² - De facto, a rua que se inicia no largo de Santa Clara, junto à entrada da antiga igreja e que delimita toda a fachada poente, da actual biblioteca, em direcção ao Campo da Feira, designa-se de Caminho Novo, o que poderá pressupor a existência ou a substituição de um caminho mais antigo.

condição de que este lhes compraria o sítio e lhes levantaria uma cerca. A partir de então, constroem-se os dormitórios, para garantir a comodidade mínima da comunidade religiosa [Esperança, 1666, 251].

No quarto capítulo, Frei Manuel da Esperança refere que numa fase inicial, o recolhimento se destinava a um pequeno grupo de beatas e por isso, o espaço edificado era suficiente. Com o passar do tempo, a comunidade vai crescendo «*na devoção e no número*» [Esperança, 1666, 252] e os espaços vão-se tornando exíguos.

Anos mais tarde, as “*virtuosas mulheres*” ingressariam na Ordem Terceira de S. Francisco, remetendo como comprovativo de tal facto, uma carta de protecção do rei D. Afonso IV, datada do dia 16 de Abril de 1333, passada em Santarém. Segundo Esperança, a esta data ainda estamos perante Terceiras de S. Francisco e não de freiras de Santa Clara, pois se tivessem professado a regra de Santa Clara, no documento régio, seriam tratadas por “*Donas de Santa Clara*” ou “*Ordem de Santa Clara*” e não “*Donas de Amarante*”, como consta, na respectiva carta. Em 1389, D. João I reafirma a protecção «*às Donas de Amarante*», o que significa que nessa data ainda permaneciam na qualidade de terceiras [Esperança, 1666, 252].

Alguns anos depois, professariam na Ordem de Santa Clara, mas também este facto, se perdeu na poeira do tempo. No entanto, Frei Manuel da Esperança adianta uma data aproximada a 1449, porque a 25 de Abril desse ano, D. Afonso V, compromete-se a conceder-lhes anualmente 10 000 libras de esmola e designa-as de freiras de Santa Clara. Diz também e que nessa altura, seriam apenas cinco religiosas e elegeram por abadessa, Soror Guiomar das Chagas, que faleceria no ano de 1505. A partir de então, o número das esposas de Cristo de Amarante aumenta gradualmente e no dia 12 de Janeiro de 1567 é-lhes instituído o decreto apostólico, que as torna observantes e as obriga a guardar clausura [Esperança, 1666, 252].

No seguimento deste capítulo, afirma que em todas as fases, por que passou o mosteiro, foram sempre humildes e nunca abandonaram a «*santa pobreza*» [Esperança, 1666, 253]. Diz também, que a comunidade sobrevivia, apenas com os dotes das noviças e com as esmolas que pediam. Por vezes, apenas recebiam algum pão e 10 mil reis de juros, que eram canalizados para pagar os serviços do médico, que cuidava das enfermas, o que era bastante pouco e em algumas alturas passavam necessidade [Esperança, 1666, 253].

Adianta que apesar de terem necessidade de pedir esmola, nunca foram esquecidas pela piedade régia e cita, a título de exemplo, D. Afonso IV, D. Afonso V, D. João I, D.

João III e D. Sebastião, salientado, que este monarca lhes fez a doação do assento da Feitoria, que aí possuía (oficina localizada no antigo concelho de Gestaço, onde se faziam lonas e vedantes para a armada real) [Esperança, 1666, 253].

O cronista Esperança faz, também referência ao benemérito Dr. Manuel Cerqueira (vide anexos: p.18), mestre-escola da Sé de Évora (que na sua velhice, regressa a Amarante, de onde era natural), nomeadamente pelo empenho e dedicação, que teve em fazer chegar a água ao interior do mosteiro, na ampliação dos coros e pela construção da capela de S. José, para dela fazer o seu mausoléu. Para além destas obras, o Dr. Manuel Cerqueira «*em qualquer necessidade, na cura das enfermas, na sustentação das sans era o seu provedor. De todas tinha bom rol*» [Esperança, 1666, 253]. Como resultado destes melhoramentos, o mosteiro ia crescendo em espaço e em religiosas. À data da crónica, contaria com cerca de 70 freiras [Esperança, 1666, 254].

No ano de 1568, entra em vigor o Decreto da Regular Observância. A transição é feita de boa vontade, acolhendo a Regra «*pera tudo o que era do serviço do Senhor*» [Esperança, 1666, 254]. Para auxiliar a transição foram enviadas as sorores Joana da Mãe de Deus e Joana de Jesus (da linhagem dos Ataídes, tia e sobrinha respectivamente) do mosteiro de Vila do Conde e uma secular, chamada Cosma Pinta, que acabou por professar em Amarante. Quando as religiosas de Amarante se encontravam já devidamente enquadradas, nos novos modos de vida observantes, as de Vila do Conde regressaram ao seu mosteiro [Esperança, 1666, 254].

A terminar a crónica do mosteiro de Amarante, Esperança salienta a vida de algumas freiras, que ficaram na memória da comunidade monástica e na dos fiéis, em aura de santidade. Soror Guiomar das Chagas, Soror Antónia, Soror Úrsula, Soror Antónia de S. Paulo, Soror Paula da Prisão, Soror Ana das Chagas, Soror Joana, Soror Guiomar, Soror Isabel do Salvador, Soror Ana de S. João, Soror Maria de Santo António, Soror Luzia dos Reis e Madre Branca de S. João (vide anexos: pp.18 - 26). [Esperança, 1666, 254 - 267].

No capítulo X, Esperança menciona algumas religiosas que professaram no mosteiro da vila de Amarante e que saíram para fundar outros, nomeadamente as filhas do mestre-escola da Colegiada de Guimarães, Baltazar de Andrade [Sousa, 2006, 366], Helena, Joana e Francisca de Andrade (vide anexos: p. 25), naturais de Guimarães, que ingressam no mosteiro de Amarante com o objectivo de aí professar, para depois

regressarem à sua Terra Natal, onde o pai se empenha na fundação do mosteiro de Santa Clara de Guimarães, sagrado no dia 12 de Agosto de 1562³ [Esperança, 1666, 267].

A crónica destaca ainda, Soror Catarina da Cruz (*vide anexos p.26*), que no ano de 1664 sai de Amarante, a pedido do cabido da Diocese de Miranda (Bragança), para se tornar abadessa do mosteiro de Santa Clara de Vinhais⁴, com o intuito de o governar e reformar [Esperança, 1666, 268].

A terminar, narra alguns feitos “milagrosos” do mosteiro, como por exemplo, a cura de um tumor de uma freira com recurso ao azeite de um lampadário do coro, situado entre uma imagem de S. Gonçalo e de uma cruz. Indica também a existência de uma imagem de Santo António oferecido pelas religiosas de Vila do Conde, que atendia aos pedidos dos seus devotos, concedendo-lhes inúmeras graças [Esperança, 1666, 269].

No ano de 1705, é elaborada uma nova «*História Seráfica, Cronológica da Ordem de S. Francisco, na Província de Portugal*», da autoria de Fernando da Soledade.

No tomo III, parágrafo 9 do «*proémio*», desta obra, existe uma breve referência ao mosteiro de Santa Clara de Amarante.

Contudo, nesta publicação não se encontra nenhuma novidade, acerca do mosteiro em estudo, mais uma vez confirma, que foi fundado pela Rainha Santa Mafalda e que no ano de 1333, ingressa na Ordem de Santa Clara⁵. Soledade considera que embora sendo uma casa humilde, em tempos de fome, as suas religiosas sempre se remediaram, «[a divina Providencia] *assim as remediava benigna, porque as conhecia servas fiéis*».

³ - Fundado em 1548, sob a invocação de Nossa Senhora da Assunção, para religiosas de Santa Clara, profetas na Ordem Urbanista. O mosteiro foi doado pelo cônego Baltazar de Andrade, com o apoio da Infanta D. Isabel, duquesa de Guimarães. Para a sua fundação, Baltazar de Andrade impõe algumas condições, que seriam confirmadas por Bula Papal. As condições impostas foram a nomeação das três filhas para o cargo de abadessa *in perpetuum* e só depois da morte da última se procede à eleição canónica, de uma nova e que o mosteiro se mantenha na posse dos seus herdeiros, na qualidade de patronos. Dota ainda a instituição, com alguns estatutos, tais como a proibição das freiras, com excepção de duas, de saberem ler ou escrever. O cenóbio esteve na posse da Família Andrade, até 1608, ano em que passou para a jurisdição do arcebispo de Braga [Sousa, 2006, 366]. A respectiva bula papal encontra-se disponível em: A.M.A.P - Convento de Santa Clara de Guimarães, mç. 291 (1), fl. 4 - 7.

⁴ - Fundado antes de 1582, pelo Dr. António Alvares Ferreira, juiz de Fora da Guarda e sua esposa, D. Helena da Nóvoa, natural de Vinhais. No ano de 1648 encontra-se arruinado, sendo habitado apenas, por duas freiras. O edifício é então ampliado e restaurado, recebendo três religiosas de Bragança. O auge da casa é alcançado durante o abadessado da Madre Catarina da Cruz (1664 -1667), religiosa proveniente do mosteiro de Amarante. O mosteiro de Santa Clara de Vinhais prestava obediência ao bispo de Miranda [Mattoso, 2002, 392].

⁵ - No ano de 1333, a comunidade de religiosas de Amarante, ainda não tinham professado na Ordem de Santa Clara, mas sim ingressado na Ordem Terceira de S. Francisco.

O cronista indica também, embora sem citar nomes e motivos, a existência de 13 freiras veneráveis [Soledade, 1705, 23 - 24].

Nesse mesmo ano (de 1705), o padre António Carvalho da Costa, na obra «*Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica do Famoso Reyno de Portugal*», tomo I, faz uma breve alusão ao mosteiro de Santa Clara de Amarante, dizendo que fora fundado por D. Mafalda, filha de D. Sancho I [Costa, 1705, 144] e que, nos primeiros tempos, a casa fora para monjas cistercienses, mas por estar situado em terreno pobre e fragoso, a fundadora fá-las passar para o mosteiro de Arouca. Algum tempo depois, a Ordem franciscana toma posse do edifício, desconhecendo-se porém o período em que tal acontece⁶ [Costa, 1705, 144].

Quanto ao número de religiosas, diz que foram numa fase inicial bastantes, mas que ao longo dos tempos, por falta de sustento, se foi despovoando e quase se extingue no abadessado da Madre Guiomar das Chagas, que o consegue reerguer, atingindo o número máximo de religiosas no tempo de D. Afonso IV⁷ [Costa, 1705, 144].

Em 1726, Francisco Xavier Craesbeeck publica a obra «*Memórias Ressuscitadas da Província de Entre Douro e Minho*». À *villa de Amarante*, dedica o segundo título e neste, o capítulo 1, parágrafo 20, ao mosteiro de Santa Clara de Amarante.

Citando Frei Manuel da Esperança, afirma que «*escurece-se a sua antiguidade com a falta de certeza de seu principio*» [Craesbeeck, 1992, 258] e que a fundadora fora a rainha D. Mafalda, filha de D. Sancho I, que o instituía por volta do ano de 1174⁸. Segundo este autor, tal facto é de todo impossível, uma vez que a esta data a futura rainha de Castela ainda era criança, e como tal, não tinha condições, para se dedicar a tão nobres causas, como a fundação de um mosteiro e de uma albergaria, localizada na

⁶ - Seria interessante saber as referências desta afirmação de Carvalho da Costa. Desconhece-se até ao momento, qualquer fonte documental, que cite uma pressuposta relação entre Arouca e Amarante.

⁷ - Este registo é contraditório com o de Frei Manuel da Esperança, que revela precisamente o contrário. Em vários momentos da crónica, salienta que o mosteiro ia crescendo na devoção e no número de religiosas [Esperança, 1666, 252]. Erradamente afirma que o abadessado de Soror Guiomar das Chagas é anterior ao reinado de D. Afonso IV, pois todas as fontes são unânimes a afirmarem, que Soror Guiomar das Chagas faleceu no ano de 1506, ou seja, em pleno reinado de D. Manuel I.

⁸ - Não se sabe por que razão, Craesbeeck remete a fundação do mosteiro de Santa Clara de Amarante, atribuída a D. Mafalda, filha de D. Sancho I, para o ano de 1174, pois a essa data a infanta ainda não tinha nascido, facto que só vem a acontecer, no ano de 1195 ou 1196 [Coelho, 2005, 25, notas 36 - 37]. Provavelmente, Craesbeeck terá confundido a Era Hispânica com a Era de Cristo (1174 +38 = 1212)? No capítulo sobre a origem do mosteiro abordar-se-á melhor esta questão.

antiga rua do Covelo (actual rua 31 de Janeiro)⁹. Contudo, não refuta a hipótese e admite a pressuposta fundação, pela dita rainha, remetendo para Frei Fernando da Soledade, que afirma o mesmo, mas sem precisar uma data, para a sua instituição [Craesbeeck, 1992, 258].

Mantendo a mesma ordem de ideias de Esperança, diz que o mosteiro teve a sua origem a partir de um recolhimento de beatas, levantando a possibilidade do cenóbio ter tido a influência de S. Gonçalo¹⁰ e anos depois, iniciam o processo de ingresso na Ordem franciscana. Sendo numa primeira fase, Terceiras de S. Francisco, indicando como comprovativo, as cartas de D. Afonso IV e de D. João I e somente, no reinado de D. Afonso V, se tornariam freiras de Santa Clara (exemplificando com a Carta de D. Afonso V, passada a 25 de Abril de 1449). Refere também a eleição de Soror Guiomar das Chagas para o cargo de abadessa e das dificuldades de subsistência que o mosteiro passava, em concordância com Frei Manuel da Esperança, salienta que para sobreviver recorriam com bastante frequência à caridade, dando ênfase às mercês régias e aos feitos do Dr. Manuel Cerqueira (mestre-escola da Sé de Évora).

A obra de Craesbeeck reveste-se de grande importância, pois efectua uma descrição do espaço público do mosteiro, nomeadamente da igreja, dos retábulos, das imagens e das capelas, que existiam no seu interior, indica as dimensões da capela-mor e acompanha a sua descrição, com um desenho de todas as sepulturas que existiam na igreja e de uma inscrição, colocada à entrada da capela de S. José [Craesbeeck, 1992, 259 - 261] (voltar-se-á a fazer referência a este assunto, quando se tratar da caracterização dos espaços monásticos).

Por último, e a terminar a exposição sobre o mosteiro das religiosas, faz um levantamento de todas as abadessas, que se conhecem. Tendo sido a primeira, e já citada na obra de Frei Manuel da Esperança, a Madre Guiomar das Chagas, que faleceu no ano de 1506, depois desta há um hiato até 1654, ano em que toma posse a Madre Bernarda da Conceição. No ano da publicação desta obra ocupava o cargo a Madre Maria de S. Jerónimo (*vide* anexos, p. 28) [Craesbeeck, 1992, 268 – 169].

⁹ - José de Pinho (*vide* nota 1) afirma, que a Albergaria do Covelo do Tâmega é de fundação anterior, levada a cabo pela Rainha D. Mafalda de Sabóia, todavia esta teoria carece de fontes documentais e de provas arqueológicas.

¹⁰ - Craesbeeck é o único a referir uma possível influência de S. Gonçalo, na origem e desenvolvimento do recolhimento feminino, que mais tarde se converterá em mosteiro de Santa Clara. No capítulo da origem do cenóbio será aprofundada esta problemática.

A 22 de Maio de 1758, os párocos da Vila de Amarante, Silvestre Cerqueira Ribeiro e Manuel de Vasconcelos e o cura da freguesia de S. João de Gatão respondem ao inquérito lançado pela Secretaria dos Negócios do Reino¹¹.

Nestas, juntamente com outros edifícios religiosos encontram-se referências ao mosteiro de Santa Clara de Amarante, onde é feita uma descrição do interior da igreja, nomeadamente, os retábulos e as imagens que estes albergam, das capelas e dos seus possuidores, indicam também que o mosteiro tem um «*bom mirante com admiráveis vistas para o Poente*», uma cerca e uma nora [Capela, 2009, 135].

Salientam que a essa data, existiam em Santa Clara de Amarante, 104 freiras e que este começou a partir de um recolhimento de beatas, desconhecendo-se quem terá sido o seu fundador, sabendo-se apenas, que D. Mafalda, o dotou com algumas rendas [Capela, 2009, 135].

Dizem também que ao longo dos tempos, floresceram nesta casa, religiosas em virtude e em santidade e que dele saíram algumas, para se instalarem noutros recentemente fundados, mais concretamente no de Guimarães e no da Ribeira de Sernancelhe¹² [Capela, 2009, 135].

Os responsáveis por estas memórias indicam que o mosteiro, em meados do séc. XVIII, possuía umas rendas muito limitadas e que as religiosas, não tinham ração, recebendo apenas cada uma, por semana algum pão [Capela, 2009, 135].

Até ao ano de 1814, tanto quanto se conseguiu apurar, não é conhecida mais nenhuma alusão, ao mosteiro de Santa Clara de Amarante. Nesse ano, é publicado em Londres, a «*História Antiga e Moderna da Sempre Leal e Antiquíssima Villa de Amarante*», da autoria do padre Francisco de Azevedo Coelho de Magalhães, confessor do general Silveira, 1º. Conde de Amarante¹³. Embora se trate de uma História de

¹¹ - A 18 de Janeiro de 1758, a Secretaria dos Negócios do Reino envia às dioceses portuguesas, um inquérito, que deveria ser respondido pelo respectivo pároco, sobre alguns assuntos relacionados com os aspectos sociais, económicos e religiosos de cada uma das paróquias do reino [Capela, 2009, 123].

¹² - Trata-se do mosteiro de Nossa Senhora da Ribeira de Sernancelhe, fundado em 1460, por Frei Pedro da ameixoeira, para frades terceiros. Em 1527, transita para o ramo feminino, por iniciativa de D. Maria Pereira de Sernancelhe (irmã de Pedro Alvares Cabral), que viria a tornar-se na sua primeira abadessa. Nada se sabe de que forma decorreu a transição da casa, para o ramo feminino [Sousa, 2006, 359 – 360], ou em que circunstâncias saíram as religiosas do de Amarante para este.

¹³ - Francisco da Silveira Pinto da Fonseca, natural de Canelas do Douro, fica responsável do Governo das Armas de Trás-os-Montes, cargo para o qual fora nomeado pela Junta Provisional do Supremo Governo do Reino (ou simplesmente Junta do Porto). As suas manobras de retaguarda sobre o exército do Marechal Soult, fixando-o e desgastando-o no Norte de Portugal, facilitaram a marcha do exército Anglo-luso de Beresford e Wellesley e accionaram as operações de retirada do invasor do território

Amarante desde as suas origens até «*ser incendiada pelos Franceses em 1809*», uma parte substancial da obra, incide na temática das Invasões Napoleónicas, com maior destaque à segunda invasão, pois em Amarante ocorreram, algumas das operações militares, que determinaram a retirada das colunas dos exércitos napoleónicos, do território nacional [Azeredo, 2004, 69 -85].

No capítulo X, o autor descreve a vila antes de ter sido incendiada pelo exército francês. Neste encontram-se alguns registos relativos ao mosteiro de Santa Clara, que se localizava na vila e estava sujeito à jurisdição do Reverendíssimo Padre Provincial dos Franciscanos Menores da Observância. Refere que o edifício ardeu todo, logo no primeiro dia em que os franceses entraram em Amarante, que à data, contava com poucas freiras e que estas se tinham refugiado no convento de Monchique¹⁴, na cidade do Porto, antevendo o que lhes poderia acontecer, caso permanecessem em Amarante [Magalhães, 2008, 35 -36].

Após a retirada do exército napoleónico, o pe. Francisco de Magalhães afirma que o mosteiro obteve licença para a sua reedificação e que o seu cartório foi salvo, indica também que até às invasões francesas, as suas rendas eram muito parcas, não indo mais além do que três contos de reis, pelo que, as religiosas confeccionavam doces de receita própria e flores *contrafeitas*, para vender [Magalhães, 2008, 36].

Também partilha da opinião, que a sua origem, ocorreu por intermédio da rainha D. Mafalda, para monjas bernardas, que depois transfere para Arouca. Mais tarde, a abadia de Amarante viria a ingressar, na Ordem Franciscana.

De acordo com o confessor do General Silveira, algumas capelas da igreja deste mosteiro são cabeça de morgados, que tem por padroeiros, os Condes do Redondo, Marquesses de Borba. Remete mais algumas referências a Santa Clara de Amarante, para

Português [Azeredo, 2004, 6]. Mais tarde, o general Silveira seria agraciado com o título de Conde de Amarante, em reconhecimento pelos seus actos heróicos e pela brilhante prestação na defesa da Ponte de Amarante [Beça, 2009, 22].

¹⁴ - O mosteiro da Madre de Deus de Monchique de Miragaia foi fundado, no local do Paço de Monchique, localizados no extra-muros da cidade do Porto, em 1533, por D. Pedro da Cunha Coutinho e sua mulher D. Beatriz Vilhena, que para além do paço concederam às religiosas observantes de Santa Clara, inúmeros bens, conseguindo do papa Paulo III, uma bula com a data de 12 de Novembro de 1535, a autorizar a fundadora a nomear as primeiras religiosas, a permitir que o mosteiro guardasse todos os bens que ela lhe pudesse conceder, a possibilita-la de nomear sacerdotes seculares, caso não houvesse capelão, nem frades e ainda que ela própria e a abadessa pudessem ordenar algumas leis para o governo da casa. Os fundadores fazem ao mosteiro, a doação do padroado das igrejas de São Vicente de Cidadelhe (bispado do Porto), de Santa Maria do Sovral e da Velosa (no bispado da Guarda).

As obras do mosteiro são concluídas em 1534 e a entrada das primeiras religiosas ocorre, no ano de 1538 [Sousa, 2006, 302- 303].

uma obra que haveria de publicar, onde constaria a caracterização dos espaços monásticos, a gestão e a administração da casa¹⁵.

No capítulo XXVII, ao descrever a entrada do exército francês e a sua progressão na vila, narra-nos o seguinte: «*o inimigo, que do convento das religiosas fazia hum fogo desesperado, vendo os nossos lançaõ o fogo a todo elle, os nossos cheios de furor, e desasperaçaõ atacaõ, e depois de os terem incorrallados, postaraõ-se firmes, e impedindo a sahida a muitos daquelles malvados foraõ victimas das mesmas chamas que tinhaõ acendido*» [Magalhães, 2008, 214].

No capítulo XXVIII, mantendo a mesma ordem de ideias, diz que os franceses rompem no Campo da Feira a cerca das religiosas, para assentar duas peças de artilharia [Magalhães, 2008, 215].

Em 1874, é editada a obra de Augusto Soares d’Azevedo Barbosa Pinho Leal, intitulada «*Portugal, Antigo e Moderno, Dicionário, Geografico, Estatistico, Chorográfico, Heraldico, Archeologico, Histórico, Biographico e Etymologico, De todas as Cidades, Villas e Freguezias de Portugal*». No volume I deste Dicionário, ao ser caracterizada a vila de Amarante, pode ver-se uma breve referência ao mosteiro de Santa Clara de Amarante.

Segundo Pinho Leal o mosteiro foi fundado pela Rainha Santa Mafalda, por volta de 1220, para recolhimento de beatas e que mais tarde se tornaria da Ordem de Santa Clara. À medida que o tempo vai passando o cenóbio vai sendo ampliado, com as esmolas do povo e com a ajuda de alguns beneméritos. Dos quais se destacam os Condes do Redondo, que em 1560¹⁶ o reedificam e ampliam, tornando-se inclusive, nos seus padroeiros. O autor afirma também, que o mosteiro tinha uma grande cerca e chegou a recolher 110 freiras [Leal, 2006, 190].

Já no século XX, em 1930, o «*Dicionário Chorográfico de Portugal Continental e Insular*», da responsabilidade de Américo Costa, ao fazer referência a Amarante, diz

¹⁵ - Na edição fac-similada, da presente obra, os responsáveis pela introdução, Conceição Meireles Pereira, José Augusto Pizarro e Lúcia Rosas, salientam que o «*Livro das Provas*», onde constariam os documentos comprovativos de algumas afirmações do Padre Francisco de Magalhães, permanece desaparecido e não se encontrou até á data nenhum manuscrito com este título.

¹⁶ - Em 1560, D. Martim Afonso de Sousa, casado com D. Joana de Tovar, donatários do Concelho de Gouveia de Riba Tâmega [Craesbeeck, 1992, 260], apesar de pertencerem à linhagem dos Sousa Chichorro não eram Condes do Redondo. Este título só recairia mais tarde, para este ramo dos descendentes de D. Martim Afonso de Sousa Chichorro, filho de D. Afonso III [Pelúcia, 2007, 49].

que tem um mosteiro de Santa Clara, ou melhor uma igreja de Santa Clara, de pouca importância artística e que fora fundado por D. Mafalda, em 1220, tendo sido posteriormente, reedificado em 1560, pelo Conde do Redondo. A instituição chegou a ter cerca de 110 freiras [Costa, 1930, 259].

Sobre a problemática questão da sua fundação também partilha da ideia de que este começa, a partir de um recolhimento de mantelatas e mais tarde, se tornaria num mosteiro franciscano. Salienta que modernamente, o edifício religioso perdera a traça monástica, por ter sido convertido em casa solarenga [Costa, 1930, 259 - 260].

Em 1976, a Federação das Clarissas em Portugal edita uma obra, onde traça, com alguma brevidade o processo evolutivo da Ordem, em território nacional. Num registo muito breve, consta que o mosteiro de Santa Clara de Amarante começa, em 1333, a partir de um recolhimento de terceiras de S. Francisco que passa à condição de comunidade de clarissas professoras, por volta de 1449 [Imaculado Coração, 1976, 40].

Numa antologia de textos sobre Amarante, editada em 1979, é publicado um texto de Albano Sardoeira, datado de 1964, sobre o mosteiro de Santa Clara, que segundo ele, foi fundado por volta de 1195, por D. Mafalda, filha de D. Sancho I, nascida em 1192¹⁷ [Cardoso, 1979, 131].

Como no testamento da infanta, lavrado em 1256, não consta nenhuma referência ao cenóbio de Amarante, avança com a possibilidade da instituição ter sido fundada por uma D. Mafalda, não a filha de D. Sancho I, mas sim a sua avô D. Mafalda de Sabóia, esposa de D. Afonso Henriques, justificando que a rainha passava largas temporadas no seu paço, em Marco de Canaveses e foi responsável pela construção da ponte de Canaveses. Certamente nessa altura, a mesma rainha poderia ter-se deslocado a Amarante e fundar um mosteiro, numa data anterior a 1157 [Cardoso, 1979, 131].

Contudo, não descartando de vez a possibilidade da sua origem estar relacionada com a infanta D. Mafalda, afirma que a sua fundação terá sido numa data posterior a 1195 e prosseguindo no seu artigo, dizendo «*de fonte segura*» [Cardoso, 1979,131] (embora

¹⁷ - Como já foi referido, D. Mafalda de Portugal nasceu no ano de 1195 ou de 1196. Uma vez que, no foral de Leiria, outorgado no dia 13 de Abril de 1195 por D. Sancho I, surge o nome de alguns infantes sem constar o de Mafalda é de pressupor que a essa data, ainda não teria nascido. Surgindo pela primeira vez, a 2 de Maio de 1196, na doação, que o pai lhe fizera, do mosteiro de S. Salvador de Bouças, juntamente com uma herdade [Coelho, 2005, 25, notas 36 – 37]. Será que esta doação ocorreu nos dias imediatos ao nascimento da infanta? Também não se sabe onde terá Albano Sardoeira encontrado esta data (1195). Terá confundido a Era Hispânica com a Era de Cristo (1233 – 38 = 1195)?

sem especificar as razões) que o mosteiro é ampliado em 1560, por intermédio dos Condes do Redondo, Senhores do Concelho de Gouveia de Riba Tâmega e menciona as obras do Dr. Manuel Cerqueira, mestre-escola da Sé de Évora e um dos mais antigos provedores da Santa Casa da Misericórdia de Amarante¹⁸ [Cardoso, 1979, 131]. A terminar, diz que a igreja foi incendiada em 1809 pelas tropas napoleónicas e em 1962, foi parcialmente demolida para se poder alargar a rua [Cardoso, 1979, 131].

Em 1982, o professor José Marques, publica um estudo sobre os franciscanos no Norte de Portugal, nos finais da Idade Média. O 4º capítulo deste trabalho, alusivo aos mosteiros das clarissas, contém algumas referências a Santa Clara de Amarante.

Sobre a questão da fundação, fundamenta a sua opinião nas afirmações de Frei Manuel da Esperança, dizendo que a fundação do recolhimento acontece numa data posterior à reforma cisterciense introduzida no mosteiro de Arouca, afirmando, no entanto, que o cronista não explica o relacionamento, que existiria entre Amarante e Arouca. Cita as primeiras fontes documentais, que comprovam a existência do mosteiro de Amarante, não como professo na Ordem Franciscana, mas na qualidade de recolhimento de mantelatas, tornando-se depois terceiras de S. Francisco, como comprova a carta de protecção de D. Afonso IV, lavrada no ano de 1323¹⁹. Salaria que vários reis, para além de D. Afonso IV, concedem cartas de protecção às religiosas de Amarante (D. João I e D. João III) e durante a regência do infante D. Pedro, tal como noutras comunidades religiosas, a situação económica do mosteiro era bastante débil, pelo que, lhes são concedidos 10 000 reais de esmola anual, pagos pelos ingressos do almoxarifado de Guimarães [Marques, 1982, 16].

Na «*Pequena História de Amarante*», publicada por Luís Van Zeller Macedo, em 1993, encontra-se um pequeno registo do mosteiro de Santa Clara, dizendo apenas, que

¹⁸ - A fundação da Misericórdia de Amarante é atribuída a Pedro Cunha Coutinho, fundador do mosteiro da Madre de Deus de Monchique (Porto), ocorrida na primeira metade do séc. XVI. Já estaria em pleno funcionamento pelo ano de 1529, como comprovam duas cartas de privilégios concedidas por D. João III, uma de atribuição de duas arrobas de açúcar e outra a autorizar um mamposteiro a pedir esmola [Lopes, 2005, 25].

¹⁹ - De facto o documento de D. Afonso IV, que vários autores referem lavrado em 1333, numa confirmação feita por D. João III, aparece com a data de 1323, o que evidencia um erro de transcrição, pois a essa data, D. Afonso IV era ainda infante, logo não se identificava como, «*Dom Afonso per graça de Deus rey de Portugall e do Algarve*» - A.N.T.T.- Chancelaria de D. João III, livro 22, fl. 144.

a igreja era em talha dourada, delineada por Nicolau Nazoni²⁰, que ardeu durante o incêndio, que os franceses atearam ao mosteiro em 1809 [Macedo, 1993, 49].

No mesmo ano de 1993, o então IPPAR, publica um Catálogo do Património Arquitectónico e Arqueológico Classificado, do Distrito do Porto, onde consta um registo sobre o mosteiro de Santa Clara de Amarante. Nesta publicação, verifica-se que a classificação do monumento apenas abrange os vestígios da capela de S. José, que integravam a antiga igreja do mosteiro. De igual modo, é referida a sua fundação no séc. XIII, por D. Mafalda e a sua reconstrução e ampliação, em 1560, pelo Conde do Redondo [Lopes, 1993, 7].

A terminar, é feita uma descrição dos vestígios existentes, constituídos pelo portal de entrada, brasão e abóbada da referida capela lateral [Lopes, 1993, 7].

No ano de 1998, realizou-se em Amarante o 1º- Congresso Histórico, onde são apresentadas e posteriormente, publicadas em acta, duas comunicações, uma sobre a documentação medieval, existente no cartório da Colegiada de Guimarães, relativa a Amarante e outra sobre os resultados prévios dos trabalhos arqueológicos, levados a cabo a quando do projecto de adaptação da Casa da Cerca, a Biblioteca e Arquivo Municipais.

Na comunicação, da autoria do padre Arlindo Magalhães, são citados seis testamentos relativos às freiras de Amarante, lavrados nos anos de 1282, 1284, 1287, 1302, 1308 e 1350 (estes documentos serão devidamente analisados, no capítulo 5, desta parte) [Magalhães, 1998,484].

Segundo o autor, o mosteiro terá sido fundado por D. Mafalda, com o intuito de ser professo na Ordem de Cister. Sugerindo mesmo, que poderá ser a abadia, que a Ordem iria construir no ano de 1227, fundamentando esta teoria, com o Capítulo Geral dos Cistercienses, que dá a comissão aos abades de Tarouca e de Alcobaça, sobre a abadia, que a filha do rei de Portugal (D. Mafalda) iria construir para monjas da Ordem. De facto, a esta data já existiam os mosteiros de Arouca, Lorvão e Celas [Magalhães, 1998, 487] e baseando-se em Francisco Alpoim de Menezes²¹, acredita que o mosteiro possa

²⁰ - Apenas Luís Van Zeller Macedo afirma que a talha da igreja de Santa Clara de Amarante é da autoria de Nicolau Nazoni. Até ao momento, desconhece-se a existência de contratos de obras de entalhamento a este mestre, e o autor desta publicação não justifica esta afirmação.

²¹ -B.N.P – Códice 558 (Francisco Alpoim Menezes, História de Amarante, 1814, p. 35).

ter tido um princípio cisterciense, iniciado por D. Mafalda, depois da introdução da reforma de Cister, no mosteiro de Arouca, no ano de 1224 [Magalhães, 1998, 487].

Na comunicação da autoria do arqueólogo Ricardo Teixeira, acerca dos principais resultados, dos trabalhos de arqueologia, realizados pela empresa Arqueologia e Património, é feita uma contextualização espacial do sítio, ocupado pelo antigo mosteiro franciscano, localizado na zona alta do núcleo Histórico de Amarante e enquadra os trabalhos de investigação arqueológica, no projecto de remodelação e adaptação da Casa da Cerca, onde também se perspectivam meios e formas de divulgação dos resultados obtidos no decurso das escavações arqueológicas, bem como a publicação de uma monografia.

Após a introdução, faz uma narrativa histórica do edifício, alegando os factos que levaram ao fim do mosteiro e à sua adaptação e reocupação como residência familiar, tendo-se mantido a igreja afectada ao culto, que viria a ser bastante mutilada, no ano de 1962, para se proceder ao alargamento da via pública.

Citando Craesbeeck, afirma que a origem do mosteiro permanece envolvida em mistério e cheia de contradições, justificando que as fontes documentais existentes, ainda não foram alvo de nenhum estudo. Diz também, que o cenóbio teve a origem, a partir de um “recolhimento de beatas,” que mais tarde, abraçam a Regra de Santa Clara [Teixeira, 2000, 540].

Tal como José Marques [Marques, 1982, 16], reconhece que, embora não se saiba ao certo a data precisa da sua fundação, alguns documentos, datados da segunda metade do séc. XIII, confirmam a existência de uma comunidade monástica feminina, em Amarante e que este integra no grupo dos mosteiros de clarissas, da primeira fase de implantação, desta Ordem, no Norte de Portugal [Teixeira, 2000, 541].

Mais uma vez, com base em José Marques [Marques, 1982, 16], afirma que numa fase inicial, seria uma comunidade muito pequena e relativamente pobre e só a partir do séc. XVI conhece alguma notoriedade, devido em grande parte, ao patrocínio dos donatários do Concelho de Gouveia de Riba Tâmega e dos Cerqueira (mais concretamente, o Dr. Manuel Cerqueira, mestre-escola da Sé de Évora) [Teixeira, 2000, 541].

Refere a descrição da igreja feita por Francisco Xavier Craesbeeck [Craesbeeck, 1992, 259 – 268], bem como duas escrituras relativas à encomenda de um retábulo e tribuna, uma data de 17 de Janeiro de 1696 e outra de 18 de Novembro de 1754.

Antes da realização dos trabalhos arqueológicos, segundo Ricardo Teixeira, pouco mais do que a capela lateral da igreja, materializava a memória do antigo mosteiro [Teixeira, 2000, 542].

A primeira fase de trabalhos arqueológicos corresponde, sensivelmente ao espaço ocupado pelo edifício de dois pisos, de planta rectangular rematado por um corpo de planta pentagonal, mais elevado. Estes trabalhos tiveram por objectivo o reconhecimento e a identificação de estruturas definidoras das diferentes configurações do edifício, para depois se tomarem medidas de salvaguarda, protecção, valorização e divulgação dos vestígios [Teixeira, 2000,543].

Com recurso a prospecções geofísicas conseguiram-se visualizar os principais alinhamentos das estruturas conventuais enterradas, canalizações e pavimentos [Teixeira, 2000, 544].

No decorrer do processo de escavação, identificaram-se as desaparecidas alas Sul e Norte do mosteiro, bem como os respectivos pavimentos. Detectou-se ainda o claustro e a canalização do fontanário de espaldar localizado, sensivelmente ao centro [Teixeira, 2000, 544 - 545].

Do ponto de vista material, informa que foi recolhida cerâmica comum medieval, moderna e contemporânea, grés, faianças, porcelanas, azulejos, contas de rosário, anéis, moedas, medalhas e alfinetes [Teixeira, 2000, 545].

A picagem dos rebocos e a posterior análise dos paramentos construtivos permitiu determinar a cronologia de algumas fases construtivas, do espaço edificado e possibilitou a descoberta dos antigos vãos gradeados do alto e baixo coro, bem como das janelas das antigas celas monásticas e alguns negativos de corpos, divisões e alas desaparecidas [Teixeira, 2000, 546].

Por fim, Ricardo Teixeira dá algumas indicações que atestam para a necessidade do desenvolvimento e continuidade de trabalhos de investigação arqueológica, tal como, para a criação de um circuito de visita, às ruínas do antigo mosteiro [Teixeira, 2000, 546].

O artigo para além das referências bibliográficas é acompanhado de plantas do edifício e imagens de alguns vestígios identificados ou encontrados, ao longo da primeira fase dos trabalhos arqueológicos, cujos resultados, se encontram editados, no «*Relatório de Prospecção Geofísica*» [Almeida, 1997, 1- 10], no «*Relatório da Escavação Arqueológica de 1997 e 2000*» [Teixeira, 2010 (a), 1 – 38], no «*Relatório Antropológico*» [Araújo, 2010, 1- 73], no «*Relatório de Escavação Arqueológica, 2002*

– 2003» [Teixeira, 2010 (b), 1 – 35] e no «*Relatório de Tratamento, Estabilização e Restauro de Peças*» [Teixeira, 2010 (c), 1 – 20], disponíveis para consulta, desde o início de 2011, na recém-criada Divisão de Cultura, Turismo e Património Cultural, da Câmara Municipal de Amarante.

Aquando da inauguração das novas instalações da Biblioteca e Arquivo Municipais, foi editado no ano 2000, pela Câmara Municipal de Amarante, um catálogo sobre o projecto de intervenção arquitectónica da Casa da Cerca, que contemplou um capítulo dedicado aos trabalhos de investigação histórica e arqueológica, elaborado pelo arqueólogo Ricardo Teixeira e um segundo capítulo alusivo ao processo de adaptação da Casa da Cerca a Biblioteca e Arquivo Municipais, da autoria da equipa projectista, nomeadamente os arquitectos, António Portugal e Manuel Maria Reis.

Nesta publicação, o coordenador dos trabalhos de escavação, nada acrescenta de novo, ao que já tinha publicado dois anos antes, nas actas do 1º- Congresso Histórico de Amarante.

No capítulo intitulado «*Casa da Cerca, Adaptação a Biblioteca e Arquivo*» da autoria da equipa projectista são delineadas as principais matrizes, que foram tidas em conta, para por um lado, permitir as devidas condições de uso e funcionamento de uma biblioteca e arquivo municipal e por outro, para salvaguardar e, de certo modo, valorizar os elementos arquitectónicos, pré-existentes, enquadrando-os com um toque da arquitectura moderna [Reis, 2000, 13].

O projecto arquitectónico foi sendo desenvolvido e delineando, tendo em conta alguns elementos que foram surgindo, tais como o alto e o baixo coro, as sepulturas, e os alinhamentos estruturais, do antigo edifício monástico.

Deste modo, o projecto de implantação teve de ir ao encontro das necessidades básicas e funcionais, que uma biblioteca e arquivo necessitam, enquanto instituições de serviço público, procurando ao mesmo tempo, uma articulação com os elementos pré-existentes [Reis, 2000, 14 -15].

Tendo em conta os princípios acima anunciados, os arquitectos responsáveis pelo projecto referem as soluções encontradas, para fazer face à principal problemática, que um edifício histórico, com uma longa duração e com diversas reutilizações implica [Reis, 2000, 15].

O mesmo projecto arquitectónico manifesta, a necessidade da progressão dos trabalhos arqueológicos e de investigação histórica, nas desaparecidas alas Nascente e Norte do antigo mosteiro, bem como na igreja e no claustro [Reis, 2000, 15].

Sob a direcção de Bernardo Vasconcelos e Sousa, surgiu em 2006, uma obra que assinalou todos os edifícios monásticos existentes em Portugal, desde as suas origens até ao Concílio de Trento. Na parte relativa aos mosteiros do ramo feminino dos franciscanos, encontra-se a indicação do mosteiro de Santa Clara de Amarante.

Tal como noutras publicações considera-se, que o mosteiro tem a sua origem a partir de um recolhimento de mantelatas, fundado por D. Mafalda, filha de D. Sancho I, e que se tornam terceiras de S. Francisco, pelo menos desde 1333 e nessa condição permanecem até ao ano de 1449, data em que professam na Ordem de Santa Clara [Sousa, 2006, 298].

Afirma que o mosteiro é reedificado no ano de 1560, pelo Conde do Redondo e que as religiosas passam de claustrais a observantes, em 1567 [Sousa, 2006, 298].

No fim do breve registo sobre o mosteiro de Santa Clara de Amarante, indicam-se algumas fontes bibliográficas, documentais e ainda o estado actual, em que o edifício se encontra [Sousa, 2006, 298 – 299].

Quase a terminar este apontamento, sobre o estado da questão do mosteiro de Santa Clara de Amarante, é referida uma tese de doutoramento da autoria de Lígia Simões, apresentada no ano de 2008 à Universidade da Corunha (Escola Técnica Superior de Arquitectura, Departamento de Construções Arquitectónicas) sobre a «*Arquitectura Monástica de Clarissas em Portugal*», onde se encontra, entre outros mosteiros, um capítulo no segundo volume, dedicado ao mosteiro de Amarante.

Tal como os outros autores, indica que Santa Clara de Amarante teve início a partir de um recolhimento de mantelatas, fundado por D. Mafalda, filha do rei D. Sancho I. Pelo menos, desde 1333, a sua comunidade torna-se Terceira de S. Francisco e em 1449 já teria ingressado na Ordem de Santa Clara [Silva, 2008, 201].

Refere que do mosteiro ainda subsistem os restos de uma capela, constituída por um portal de entrada, em estilo Renascentista, ladeado por brasão e um tecto em abóbada de berço, com caixotões e bem como os vãos gradeados do alto e baixo coro [Silva, 2008, 201].

Por fim, menciona que o Bem Patrimonial é constituído pela capela arruinada, classificada como Monumento de Interesse Público, pelo Decreto de Lei nº 735/74, de 21 de Dezembro de 1974²², com o número de inventário: PT113013330012 e que todo o espaço de implantação do antigo mosteiro é pertença do Município de Amarante [Silva, 2008, 201].

Ainda no decorrer do ano de 2008, realizou-se o II Congresso Histórico de Amarante, onde foram apresentadas duas comunicações relacionadas com o mosteiro de Santa Clara de Amarante, uma da autoria das arqueólogas Maria da Graça Pereira, Helena Gomes e Maria Alice Carneiro, que integraram a equipa da empresa Arqueologia e Património Lda, responsável pelas escavações arqueológicas da Casa da Cerca, a quando da implementação do projecto de adaptação a Biblioteca e Arquivo Municipais e outra sobre a acção da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, em alguns edifícios religiosos de Amarante, da responsabilidade de Milton Pacheco, onde se incluem, as ruínas da igreja de Santa Clara.

Sob o título «*Um Conjunto de Medalhas Religiosas do Convento de Santa Clara de Amarante*», as arqueólogas da equipa de escavação arqueológica, apresentam os principais resultados de um estudo, por elas realizado, acerca das medalhas religiosas exumadas, no decurso das intervenções arqueológicas.

Na introdução do seu trabalho começam por fazer uma breve contextualização do espaço, dizendo que o topónimo de Casa da Cerca resulta de uma reminiscência de um antigo estabelecimento monástico, fundado em Amarante na Idade Média e que permaneceu em plena actividade, até ao ano de 1809, altura em que foi incendiado pela coluna do exército napoleónico, que destruído em parte, ficaria abandonado até um particular o ter adquirido ao Estado, procedendo depois à sua remodelação e adaptação a casa solarenga [Gomes, 2009, 257].

Afirmam, que decorridos mais de 100 anos, após a extinção da comunidade religiosa, a C.M.A adquire a casa com o intuito de a converter em biblioteca e arquivo municipais e que tendo subjacente o valor histórico do edifício, realizam-se diversas campanhas de escavações arqueológicas [Gomes, 2009, 257].

Neste contexto, surgem algumas estruturas, tais como muros, alicerces, pavimentos e um significativo conjunto de artefactos arqueológicos, merecendo destaque as peças, de

²² - Diário de Governo, nº 297, série I, de 21 de Dezembro de 1974, pp. 1604 – 1605.

uso pessoal, como por exemplo, os anéis em vidro, os alfinetes, os crucifixos, as contas de rosário e as medalhas devocionais [Gomes, 2009, 258].

Depois de uma breve introdução acerca do espaço e do contexto em que decorreram os trabalhos arqueológicos, as arqueólogas, responsáveis por este estudo, fazem uma breve contextualização, acerca da medalhística de iconografia religiosa e apresentam 15 de um total de 44 medalhas, exumadas pelas escavações arqueológicas. Os exemplares apresentados, foram seleccionados, tendo em conta o seu estado de conservação, que ainda permite uma leitura total ou parcial, das inscrições e da própria representação iconográfica [Gomes, 2009, 258 – 259].

Apesar de não ser referido o contexto arqueológico de cada uma das medalhas, indicam que estes foram recolhidos em níveis de enterramento, de ocupação e dos que resultaram de revolvimentos de terras, com uma cronologia correspondente ao intervalo compreendido, entre os sécs. XVI e XIX [Gomes, 2009, 259].

Do ponto de vista técnico, as medalhas estudadas são elaboradas numa liga de cobre e variam entre as formas redondas, ovais ou mesmo octogonais.

As medalhas mais representadas são alusivas à Imaculada Conceição e a S. Bento. Seguindo-se outras dedicadas a Nossa Senhora de Monserrat, a Nossa Senhora das Dores, ao Sagrado Coração de Jesus, a S. Carlos Borromeu, a S. João Baptista, a S. João Evangelista, ao Santíssimo Sacramento, aos Santos Mártires de Marrocos, a S. Pedro de Alcântara, a S. Pascoal Baylon, a S. Caetano, a Sto. André, a Sta. Ana, a Nossa Senhora do Carmo, a Sta. Maria Madalena de Pazzi, a S. Francisco de Assis e a Nossa Senhora das Graças [Gomes, 2009, 260 – 279].

A acta desta comunicação é acompanhada pelas estampas de alguns exemplares medalhísticos, com as respectivas legendas.

Na comunicação de Milton Pacheco designada, «*Deus, Pátria e Restauro: A acção da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, na salvaguarda dos Monumentos religiosos de Amarante*» é referida a actuação deste organismo estatal, nas ruínas do mosteiro de Santa Clara de Amarante.

Milton Pacheco começa por fazer uma breve resenha histórica do edifício, dizendo que o mosteiro foi fundado por D. Mafalda Infanta de Portugal e rainha de Castela, no séc. XIII e que ao longo dos tempos foi sucessivamente remodelado, merecendo destaque as intervenções, que ocorreram a partir de 1560. No séc. XIX, seria fortemente atingido pela «*fúria das tropas napoleónicas*», em Abril de 1809 e mais tarde, com a

promulgação do Decreto 30 de Maio de 1834²³, inicia o seu processo de extinção [Pacheco, 2009, 118].

Depois de abandonadas, as ruínas acabariam por ser adquiridas e transformadas em residência particular, passando o antigo mosteiro a ser designado de Casa da Cerca. A capela, que havia saído incólume ao incêndio de 1809²⁴, viria a ser profundamente mutilada, no ano de 1962, aquando do alargamento da rua de Entremuros (actual, Capitão Augusto Casimiro), sem que para tal, se tivesse consultado ou pedido um parecer, técnico à delegação, Norte dos Monumentos Nacionais [Pacheco, 2009, 118].

Após a demolição parcial da capela, o autor desta comunicação, revela que a 11 de Janeiro de 1973 se iniciou o processo de classificação das ruínas da capela de Santa Clara de Amarante e que este se concluiu a 21 de Dezembro de 1974, com a promulgação do Decreto n.º 735/74, que para além de salvaguardar os vestígios da capela arruinada, delimita uma área de protecção (a promulgação deste decreto será devidamente abordada no capítulo «*De Mosteiro a Casa da Cerca*»).

A terminar a sua exposição, informa que a Câmara Municipal de Amarante adquiriu a Casa da Cerca, em 1993, para a transformar num equipamento cultural, destinado a receber a Biblioteca Albano Sardoeira e o Arquivo Municipal [Pacheco, 2009, 119].

Como se pode constatar, o mosteiro de Santa Clara de Amarante tem sido objecto de várias publicações, umas mais desenvolvidas e outras mais breves. Nesta abordagem verifica-se que o assunto de maior dificuldade de resolução é a questão da origem e da fundação do espaço monástico. De todos os autores consultados, Luís Van Zeller Macedo é o único que nada refere, acerca deste assunto e os demais são unânimes a afirmar, que tal se deveu à acção de D. Mafalda, filha de D. Sancho I, excepto os padres intervenientes nas memórias paroquiais da *Villa d' Amarante*, que mencionam D. Mafalda como benemérita do mosteiro e não como a sua fundadora.

Quanto aos restantes autores, não existe um consenso em relação à cronologia da origem, desta instituição, sendo de salientar, que enquanto Frei Manuel da Esperança apenas diz, que a sua fundação terá ocorrido depois do regresso da rainha D. Mafalda a

²³ - Já se constatou que as Congregações religiosas femininas existentes em Portugal, no ano de 1834, não tiveram qualquer afectação, pelo Decreto de 30 de Maio de 1834, mas mantinham-se sujeitas à proibição de aceitar novas admissões ao noviciado ou de confirmar novos votos, pelo Decreto de 5 de Agosto de 1833.

²⁴ - Milton Pacheco é o único autor de um trabalho, relacionado com o mosteiro de Santa Clara de Amarante a afirmar, categoricamente, que a igreja escapa incólume às chamas ateadas aos restantes espaços monásticos.

Portugal e após a introdução da reforma cisterciense, no mosteiro de Arouca, Francisco Xavier Craesbeeck e Albano Sardoeira precisam uma data concreta, se bem que não fundamentam as razões, que os levaram a determinar tal cronologia.

Talvez por D. Mafalda ter estado intimamente relacionada, com o cenóbio cisterciense de Arouca, António Carvalho da Costa, Francisco de Magalhães e Arlindo Magalhães remetem para uma origem cisterciense do mosteiro de Amarante, que seria, pouco depois, abandonado por razões de ordem geográfica. Por sua vez, os restantes autores afirmam que Santa Clara de Amarante teve o seu início, a partir de um recolhimento de mantelatas. Sendo todos unânimes em indicarem, que este se tornaria franciscano, antes de 1333 e professaria a Ordem de Santa Clara, numa data igual ou anterior a 1449.

A crónica de Frei Manuel da Esperança, os trabalhos de Francisco Xavier Craesbeeck e os do arqueólogo Ricardo Teixeira, para além das questões relacionadas com a origem e a evolução do mosteiro, dão algumas informações sobre a evolução dos espaços monásticos, descrevem alguns dos seus elementos construtivos e arquitectónicos e indicam alguns momentos das vivências da comunidade de religiosas de Amarante.

Erradamente, as arqueólogas responsáveis pelo estudo das medalhas devocionais, encontradas nas escavações da Casa da Cerca, afirmam que o mosteiro de Santa Clara de Amarante sucumbe, com o incêndio de 18 de Abril de 1809, verificar-se-á no sétimo capítulo da segunda parte da presente dissertação, que tal não é verdade e o mosteiro encerrará em definitivo as suas portas, somente no ano de 1862.

Nos capítulos, que se seguem aprofundar-se-ão estas temáticas, evidenciando os pontos concordantes e discordantes de cada uma, apontar-se-ão soluções, ou elementos para a sua resolução e encontrar-se-ão novas problemáticas.

2.2- O Espaço Urbano de Amarante na Idade Média

O actual Concelho de Amarante situa-se na região Norte de Portugal (Latitude/ Longitude 41° 16' 0'' N, 8° 4' 0'' W), Distrito do Porto, sub-região do Baixo Tâmega. É constituído por 40 freguesias, que formam um território com 299, 25 Km², de área, sendo limitado a Norte pelos concelhos de Celorico e Mondim de Basto, a Este pelos de Vila Real e Santa Marta de Penaguião, a Sul pelos de Baião, Marco de Canaveses e Penafiel e a Oeste pelos de Lousada e Felgueiras [Ferreira, 2001, 2].

Por se encontrar numa zona de transição entre o Litoral Minhoto e o Interior Transmontano, o território amarantino apresenta-se dividido, entre duas estruturas distintas, separadas pelo rio Tâmega (linha de água, que atravessa todo o concelho no sentido NE-SW), que devido a uma fractura geológica, corre em vale bastante aberto, sendo ainda irrigado por outros, tais como o Olo, o Ovelha, o Fornelo, o Marão, o Odrês e a Ribeira de Santa Natália [Ferreira, 2001, 8].

A margem direita do Tâmega é caracterizada genericamente, por um relevo essencialmente granítico, cujas características suaves, onduladas e aplanadas, não

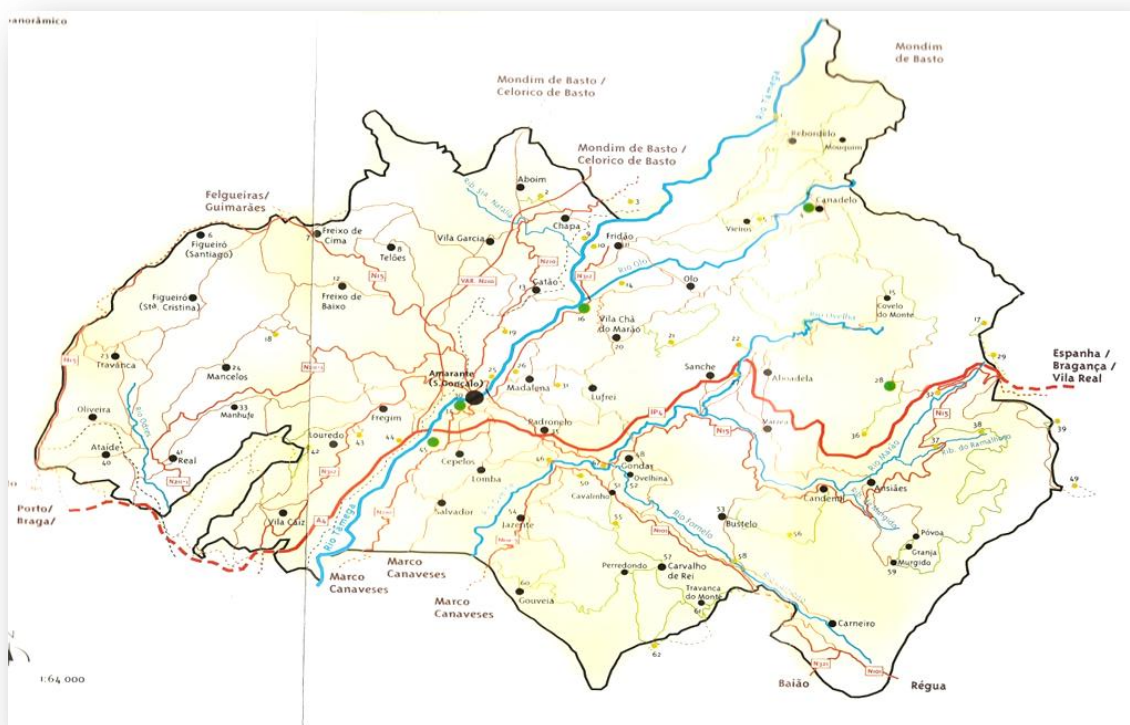


Fig. 17- Mapa do concelho de Amarante na actualidade [Ferreira, 2001, 81].

ultrapassam os 500 m de altitude [Ferreira, 2001, 7 - 10], permitindo também uma boa exposição solar.

Por sua vez, a margem esquerda, fortemente influenciada pelas Serras da Meia Via, do Marão e da Aboboreira, atinge uma altitude máxima de 1344 m (no Alto da Freita) e caracteriza-se por grandes cristas, que se opõe a vales fundos e bastante encaixados, pelos quais, correm de um modo, mais ou menos sinuoso, alguns cursos de água [Ferreira, 2001, 10 – 11].

A falha tectónica, de grande extensão e que atravessa todo o concelho, no sentido SE NW, deu origem ao vale do rio Fornelo (com uma configuração rectilínea, de vertentes abruptas e profundas), separa a Serra do Marão com a da Aboboreira e permite que do Alto de Espinho até Amarante, a descida se faça por um vale, inicialmente muito apertado, mas que progressivamente se vai tornando mais aberto, embora sinuoso. Geologicamente, predominam os xistos, os quartzitos e os grauvaques [Ferreira, 2001, 10 – 17].

Do ponto de vista agrícola, no Concelho de Amarante, predominam nas encostas e serranias, de algumas aldeias, as culturas do centeio, do trigo, do milho, da batata e das hortícolas. Sendo também muito frequentes, as culturas da vinha, da oliveira e das frutícolas, tais como pessegueiros, figueiras e citrinos [Ferreira, 2001, 28 – 29].

Este território, pelas características inerentes, é propício à pastorícia do gado bovino e ovino, nos seus diversos prados de lameiro e de várzea e do gado caprino, nas muitas vertentes e encostas, existentes em todo o território, com maior incidência, na margem esquerda do Tâmega.

A própria floresta, que ocupa quase metade do seu território, desempenhou um papel deveras importante, na economia local. Tradicionalmente a floresta autóctone de Amarante era constituída por árvores de folha caduca (carvalhos), que actualmente se encontra em regressão, devido à proliferação de coníferas (pinheiros) e exóticas (como o eucalipto), ao pastoreio excessivo e a acções de florestação, pouco controladas [Ferreira, 2001, 30 – 32].

Estas características geomorfológicas, favoráveis à ocupação humana, ao qual se junta um factor de entreposto obrigatório de passagem, para quem do Interior Transmontano se dirige para o Litoral ou para as Beiras, imprimiram a Amarante, uma importância estratégica, que desde os tempos mais recuados deixou, as suas marcas no Património, na Cultura e na Memória das suas gentes.

Pelas razões acima indicadas, durante a Época Romana desenvolve-se neste espaço, um importante eixo viário [Dias, 1997, 319 – 320], que irá ser a garantia primordial do seu desenvolvimento e projecção ao nível local e regional, a partir da Idade Média. Uma destas vias era proveniente da região de Lamego/ Régua, que depois de passar por Mesão Frio, Amarante e Felgueiras prosseguia para Guimarães e Braga¹. Esta via podia seguir em direcção ao Porto, a partir de uma bifurcação existente nos actuais lugares de Santa Luzia/Salto (no fim, do actual centro histórico de Amarante) e seguindo por Vila Meã, Penafiel, Paredes e Valongo. Outra estrada, que vindo do Litoral Norte e cruzando-se em Amarante, com a de Lamego, subia à Serra do Marão em direcção a Panoias/Vila Real, continuando depois o percurso até Chaves² [Mattoso, 1997, 142] (vide anexo: p.35).

No ponto de cruzamento destes itinerários, irá desenvolver-se a partir da fundação do Condado Portucalense, em 1095, o burgo de Amarante, processo que se acelera após a Independência do Reino de Portugal 1139, rectificadora pelo Tratado de Zamora em 1146.

Por se encontrar numa plataforma de ligação, entre cidades vitais do ponto de vista, político, religioso e económico, tais como Braga, Guimarães, Porto, Lamego e Viseu³, juntamente com a influência proveniente da fixação de diversas famílias de infanções⁴ relacionadas, num primeiro momento, com a corte Leonesa e, num segundo, com a portucalense, onde posteriormente se irão integrar nos movimentos independentistas do Condado Portucalense, contra a Galiza (e a influência do nobres galegos) e Leão. Por terem tomado parte nestas lutas encabeçadas pelo príncipe D. Afonso, das quais se sagram vencedores, serão recompensados com cargos político-administrativos, militares e doações várias, principalmente em propriedades agrícolas e urbanas [Rodrigues, 2008, 66].

¹ - Esta via era percorrida durante a Idade Média, por peregrinos de Santiago de Compostela, por esta razão, têm-se conhecimento da existência de pelo menos, três albergarias de apoio a peregrinos no actual concelho de Amarante.

² - Esta via também era percorrida por peregrinos de Santiago de Compostela.

³ - Amarante manteve esta característica de ponto de passagem obrigatório entre o interior e o litoral Norte até à actualidade.

⁴ - Termo de origem Peninsular e designa certamente membros da aristocracia sem fortuna, embora a sua conotação vassálica só se possa estabelecer com segurança quando acompanhado de um genitivo ou de um possessivo, isto é, no contexto "*infancion alicuius*". O carácter vassálico a provável acepção específica de um membro do séquito armado de um rei ou *magnate*, parece dever deduzir-se do facto de se usar como sinónimo dos termos: *socius*, *satélites* ou *miles*, durante o séc. X.

A partir dos sécs. XI e XII, alguns infanções tornam-se ricos-homens, outros porém mantêm-se na categoria de nobreza de segunda ordem, ocupando um estado intermédio entre os ricos-homens e os cavaleiros [Mattoso (a), 1998, 40, 113 - 114].

Destas famílias destacam-se os Gondar (mais tarde designados de Mota⁵), os Sousas ou Sousões,⁶ que centram a sua influência, no Vale do Sousa e ainda os Ribadouro,⁷ que se encontram relativamente próximos de Amarante, na região do Douro.

A sua presença faz-se notar desde logo, no fomento e nos incentivos ao desenvolvimento e crescimento urbano, nomeadamente com a fundação ou o patrocínio na edificação de igrejas e mosteiros (essencialmente da Ordem Beneditina), na construção ou melhoramentos de estradas e pontes e em obras de caridade ou de beneficência social, como hospitais, albergarias e gafarias, que embora partam na maioria das vezes, da iniciativa régia, são apoiadas e beneficiadas pela nobreza local, mais próxima e conhecedora das reais necessidades das suas populações ou de quem a elas ocorre, como por exemplo, no apoio a peregrinos e viajantes, órfãos e viúvas [Marques, 1989, 15 - 16].

Neste contexto, surgem as primeiras referências documentais conhecidas de Amarante, mais precisamente um testamento de Bona Gonçalves lavrado no ano de 1113⁸, que indica a existência de uma igreja, dedicada a Santa Maria de Amarante, bem como umas propriedades agrícolas. Apesar de ainda não se poder detectar um povoado, já se pode, pelo menos, confirmar a presença de um lugar chamado Amarante, com a respectiva igreja e orago [Cardoso, 1978, 12].

⁵ - Provenientes das Astúrias, descendentes de D. Mem Gundar, um dos cavaleiros que, ingressou no séquito do conde D. Henrique da Borgonha, aquando da sua chegada às Terras de Portucale. Por se terem fixado numa Quinta chamada da Motta (actual freguesia de Vila Chã do Marão), adoptam como antropónimo o microtopónimo da respectiva quinta [Magalhães, 2008, 17-18].

⁶ - O primeiro deste nome é um tal *Dux Vizoi Vizois* que, em 985, confirma uma doação ao mosteiro de S. Paio de Antealtares, em Santiago de Compostela.

Na Corte de D. Raimundo em 1094 e posteriormente, na corte condal portugalense em 1106, 1110, 1111, 1112, 1116 e 1120, surge Mem Viegas, descendente de Vizoi Vizois, muito provavelmente com as funções de governador das terras do Vale do Sousa, controlando os castelos de Santa Cruz e de Celorico de Basto. Teve como filhos Gonçalo Mendes de Sousa, o Sousão, a mais importante personagem da corte de Afonso Henriques, depois da morte de Egas Moniz. Durante 10 anos desempenha as funções de mordomo-mor. As altas funções na corte portuguesa continuam com o filho, o conde D. Mendo Gonçalves de Sousa, na categoria de alferes de D. Sancho I, desde 1173 até 1186, passando a partir desta data a desempenhar o cargo de mordomo-mor. Esta família entra em declínio a partir do séc. XII, por falta de varonia acabando por desaparecer, subsistindo e perpetuando os seus diversos ramos colaterais [Mattoso, 1998 (a), 46 – 50].

⁷ - Provenientes da Gasconha, no Sudoeste da França. O seu ascendente mais antigo surge documentado em 1014, D. Munio Viegas [Mattoso, 1998, 54]. Terão sido os descendentes de Munio Viegas os fundadores do mosteiro de S. Salvador de Travanca – Amarante [Rodrigues, 2008, 80].

⁸ - Este documento terá sido visto pela primeira vez, no mosteiro de Alpendurada, por Artur Mota Alves, que dele fez alguns registos [Cardoso, 1978, 12].

No ano de 1192⁹, volta a aparecer um novo documento sobre Amarante, que se encontrava no mosteiro da Alpendurada (Marco de Canaveses). Relacionado com uma albergaria (designada de albergaria de Amarante) juntamente com a sua igreja e padroado, que é doada, pelos filhos de Gonçalo Mendes de Sousa¹⁰ a D. Toda Soares, por esta ter dado, à referida albergaria, um casal e um mouro, para estarem ao serviço da instituição [Sardoeira, 1992, 18].

Contudo, uma albergaria com uma igreja anexa não justificam, por si só, a presença de um aglomerado urbano, antes pelo contrário, comprovam sim a existência de um local pouco povoado ou mesmo despovoado, embora frequentado por viajantes, peregrinos e mercadores [Machado, 1979, 13].

Um núcleo urbano minimamente compacto e estabelecido em Amarante, surge pela primeira vez à luz da documentação, nas inquirições de 1220, de D. Afonso II¹¹ [Machado, 1979, 17]. Nestas, verifica-se a existência de duas paróquias em Amarante, uma de Santa Maria Maior¹² e outra de S. Veríssimo¹³, que pertencem ao julgado da Vila de Basto¹⁴. Das testemunhas declarantes Pero Gonçalves, Juiz de Santa Maria de Amarante e Pero Pires, capelão de S. Veríssimo afirmam que o rei não tem nenhum reguengo naquelas paróquias¹⁵, que a Ordem do Hospital recebe 87 morabitanos¹⁶ de Santa Maria de Amarante e é detentora de metade da igreja e de uma quinta, com oito casais¹⁷, em S. Veríssimo. Afirmam ainda, que a igreja de S. Veríssimo tem searas e o mosteiro de Vila Cova¹⁸, um casal¹⁹ [Machado, 1979, 20].

⁹ - A.N.T.T – Pendurada, XII, 22.

¹⁰ - Da linhagem dos Sousas, Gonçalo Mendes de Sousa é filho de Mem Viegas de Sousa e de Elvira Fernandes de Toledo, casou com Teresa Sanches filha de Sancho Nunes e da Infanta Sancha, irmã de D. Afonso I [Norton, 1971, 12-13].

¹¹ - A.N.T.T- Inquirições Gerais, D. Afonso II, livro 1, fl. 24v (disponível online); transcrito em: [Herculano, 188, 195 – 196].

¹² - «*De Sancta Maria de Villa de Amaranti Maiore*» [Herculano, 1888, 195 – 196].

¹³ - «*De Sancto Verissimo de Amaranti*» [Herculano, 1888, 196].

¹⁴ - «*De Celorico de Basto*» [Herculano, 1888, 54].

¹⁵ - De Santa Maria de Amarante «*jurati dixerunt quod rex nullum habet ibi regalengum*» e de S. Veríssimo «*jurati dixerunt quod rex nullum habet ibi regalengum*» [Herculano, 1888, 54].

¹⁶ - «*jurati quod habet ibi Hospitale Lxxxvii morabitanos de renda*» [Herculano, 1888, 244].

¹⁷ - «*jurati dixerunt quod est medietas de ista ecclesia de Hospitale et i quintana et viij casalia*» [Herculano, 1888, 244].

¹⁸ - Poderá tratar-se do mosteiro do Salvador de Vila Cova da Lixa, fundado antes do ano de 1120, para a Ordem de S. Bento, que no séc. XIII, é dado como extinto e transformado em igreja Paroquial, também teve a invocação de Santo André [Sousa, 2006, 82].

¹⁹ - «*et ista ecclesia habet senarias, et Villa Cova i casale*» [Herculano, 1888, 244 -245].

Mais tarde, nas inquirições de 1258, de D. Afonso III²⁰, Amarante, surge já como detentora de julgado próprio²¹. Um dos inquiridos, Martinho Martins, capelão da igreja, diz que a vila pertence à Ordem do Hospital e aos filhos e netos de D. Elvira Vasquez e que o Hospital recebeu, a sua parte, do Conde D. Mendo, mordomo-mor de D. Sancho I²² (que à morte do rei, abandona a Corte, regressando, mais tarde para defender a causa das infantas [Machado, 1979, 19]).

As mesmas inquirições revelam que a Vila de Amarante é constituída por 104 casais dos quais, 72 pertencem aos Hospitalários e 32 aos filhos e netos de D. Elvira²³ [Machado, 1979, 20]. É mencionado ainda um Couto constituído por 20 casais, pertencendo 10 à Ordem do Hospital, 9 aos filhos e netos de D. Elvira Vasquez e 1 ao mosteiro de Vila Cova²⁴. De acordo com o inquirido Martim Martins, a carta de Couto fora concedida pelo rei Afonso, o Velho²⁵ [Machado, 1979, 21], ou seja, D. Afonso Henriques (que reinou entre 1139 e 1185).

Numas inquirições de D. Afonso IV e do prior da Ordem do Hospital efectuadas a 13 de Novembro de 1343²⁶, sobre a vila e jurisdição de Amarante²⁷, constata-se que existiam a esta data, 164 casais²⁸, dos quais, 142 pertenciam à Ordem do Hospital e 42 aos Cavaleiros²⁹. Um dos inquiridos, Gonçalo Anes afirma, que existiam mais alguns

²⁰ - A.N.T.T- Inquirições Gerais, D. Afonso III, livro 5, fl. 91 (disponível online); transcrito em: [Herculano, 1888, 627].

²¹ - «*Du Judicatu de Amaranti*» [Herculano, 1888,627].

²² - «*Martinus Martini, capellanus ejusdem Ecclesie, juratus et interrogatus cujas est ipsa Ecclesia, dixit quod est Hospitalis et filiorum et nepotum Domne Elvire Velasci. Interrogatus unde habuit eam Hospitale, dixit quod de Comite Domno Menedo*» [Herculano, 1888, 627].

²³ - «*Interrogatus quot casalia habentur in ipsa villa, dixit quod C et iij^{or} et de istis sunt inde Hospitalis LXXa ij^o, et XXX^a ij^o. Filiorum et nepotum Domne Elvire Velasci*» [Herculano, 1888, 627].

²⁴ - «*Item, dixit quod habentur ibi XX. Casalia, et de istis casalibus sunt inde X. Hospitalis, et iX. Filiorum et nepotum Domne Elvire Velasci, et unum est Monasterii Ville Cove, et omnia ista casalia jacent in Cauto ipsius ville*» [Herculano, 1888, 627].

²⁵ - «*Interrogatus quis cautavit eam, dixit quod Dominus Rex Alfonsus veteris*» [Herculano, 1888,627].

²⁶ - A.H.M.F- Próprios Nacionais, Inquirição de D. Afonso IV e do Prior do Hospital sobre a Vila de Amarante, T.I, fl.296v – 299, transcrito em: [Saraiva, 1947, 211 – 298].

²⁷ - Ignora-se a finalidade destas inquirições, contudo, sabe-se que D. Afonso IV, no início do seu reinado (1325), determina que todos aqueles que possuíssem vilas, castelos, coutos, honras ou jurisdições se apresentassem na corte, a fim de lhes serem confirmados os respectivos direitos. Como muitos não compareceram a este chamamento, o rei enviou inquiridores para averiguar o estado das suas terras. Como provavelmente existiam dúvidas acerca da jurisdição da Ordem do Hospital em Amarante, terá sido realizada esta inquirição [Marreiros, 1985, 3, n.1].

²⁸ - Os intervenientes desta inquirição utilizam o termo casa (*caza*) e herdades. Numa publicação da professora Rosa Marreiros sobre o senhorio da Ordem do Hospital em Amarante, também fora empregue o termo casa. No presente capítulo optou-se por utilizar o conceito casal, por uma questão de concordância com as inquirições anteriores.

²⁹ - «*Item Martim Pires dito Gallego (...) disse que a metade das cazas, e mais da Marante que era do Hospital, porque disse que o Hospital havia ahi cento e quarenta e duas cazas, e os Cavaleiros quarenta e duas cazas*» [Saraiva, 1947, 269- 270].

casais que se encontravam devolutos ou completamente destruídos³⁰ [Machado, 1979, 24].

De todas as testemunhas ouvidas, muitas associam a origem da Vila de Amarante aos Sousas ou Sousões e nelas encontramos referência aos seguintes nomes pertencentes a esta linhagem: D. Gonçalo Mendes de Sousa, D. Mendo Mendes de Sousa, D. Vasco Martins de Sousa e suas filhas D. Alda e D. Elvira Vasques, bem como os filhos e netos desta [Machado, 1979, 24].

De acordo com os livros de linhagens, não existiu nesta família, nenhum membro chamado Vasco Martins de Sousa. Muito provavelmente os inquiridos, ter-se-ão equivocado com D. Vasco Fernandes de Soverosa, filho de D. Fernando de Soverosa³¹, o cativo, que o livro velho dá como tendo sido casado com D. Teresa Gonçalves de Sousa. Deste casamento nasceram quatro filhos, Gil Vasques³² (apesar de nunca ter desempenhado qualquer cargo de renome na corte de D. Sancho I, surge a confirmar alguns documentos régios [Matoso, 1995, 174]), Martim Vasques (alferes de D. Sancho I, entre os anos de 1193 e 1297 [Mattoso, 1995, 174]), [Brocardo, 2006, 73] Elvira Vasques e Alda Vasques, que fora monja no mosteiro de Santo Tirso, pormenor que coincide com os testemunhos dos inquiridos [Marreiros, 1985, 8].

Pode-se concluir que estas Senhoras, primas de D. Gonçalo Mendes de Sousa, filho do Conde D. Mendo, terão vivido entre a segunda metade do séc. XII e a primeira do séc. XIII [Marreiros, 1985, 8]. À data das inquirições de 1258, D. Elvira já teria falecido, pois apenas são referidos os seus filhos e netos³³ e D. Alda ainda seria viva e viria a

³⁰ -“Item Gonçalo Annes dito Garganta morador no Burgo da Marante (...) que outrosy havia hi cazas desfeitas” [Saraiva, 1947, 223].

³¹ - O nome desta linhagem tem origem na Freguesia de Sobrosa (Concelho de Paredes), descendente de Fernão Peres o Cativo, que surge na corte de D. Afonso I entre os anos de 1128 e 1129, vindo a desempenhar o cargo de alferes, nos anos de 1130 e 1136. Em 1146 sucede a Egas Moniz, na função de mordomo-mor, que exerce até ao ano de 1159. Viria a acumular também as funções de governador de algumas terras do Entre Vouga e Mondego (Viseu, Lafões e Oliveira do Hospital). Os altos cargos na corte portuguesa continuaram a ser desempenhados pelos filhos, nomeadamente, Nuno Fernandes, no cargo de alferes, durante o ano de 1169 e Vasco Fernandes no cargo de mordomo-mor, entre 1176 e 1185. A partir deste ano seriam substituídos nos altos cargos da corte, pelos Sousões e passam a prestar serviço à Corte de leão, no entanto, os filhos de Vasco Fernandes permanecem em Portugal [Mattoso, 1995, 174].

³² - O seu filho, Gil Vasques de Soverosa, fora um dos principais defensores e partidários de D. Sancho II [Mattoso, 1995, 174].

³³ - Do seu casamento com Paio Soares de Valadares, nasceram Soeiro Pais, Rodrigo Pais e Maria Pais. Soeiro Pais casou com D. Esteveinha Ponço de Baião e tiveram Lourenço Soares de Valadares, Paio Soares de Valadares e Rui Pais de Valadares [Brocardo, 2006, 79].

falecer em 1273 (caso se confirme que a sepultura existente no Mosteiro de Santo Tirso corresponda a esta senhora³⁴).

Na inquirição, de D. Afonso IV aos bens da Ordem do Hospital na vila de Amarante, das 20 testemunhas ouvidas, quase todas são unânimes em afirmar, que o lugar pertencia, a duas irmãs, filhas de D. Vasco, D. Alda e D. Elvira Vasquez³⁵ [Machado, 1979, 25].



Fig. 18- A Casa de Sá na actualidade.

Foto: Daniel Ribeiro.

Um dos inquiridos, nascido na vila, salienta que Amarante fora de duas irmãs, uma D. Alda Vasquez e outra Elvira Vasquez. D. Alda morava em Sá³⁶ e Elvira que não tinha filhos doara metade do lugar de Amarante à Ordem do Hospital. A outra teve um filho e a sua parte pertencia

agora aos Cavaleiros³⁷. Este

testemunho é contraditório com o depoimento do capelão Martinho Martins, prestado nas inquirições de D. Afonso III, que refere não os filhos e netos de D. Alda, mas sim os de D. Elvira³⁸. Aliás este depoimento é concordante com o de alguns intervenientes, da Inquirição de 1343, nomeadamente, Domingos Pires³⁹, Martim Gonçalves⁴⁰ e João Pires

³⁴ - João Pedro Ribeiro, na obra *Dissertações Cronológicas e Criticas*, indica a existência de uma sepultura, atribuída a uma D. Alda, existente no mosteiro de Santo Tirso epigrafada, com letras conjuntas quadradas romanas [Ribeiro, 1819, 118].

³⁵ - O inquirido Martim Gonçalves afirma o seguinte: «o dito logo da Marante fora de Dona Alda Vaz, e de Dona Elvira Vaz ambas Irmaãs, que eram ricas Donas filhas de Dom Vasco Martins de Souza» [Saraiva, 1947, 249].

³⁶ - Na Época Moderna, a Casa de Sá, pertencente aos Pinto Vasconcelos Fonseca, era uma das mais nobres da antiga Freguesia de S. Veríssimo, quer ao nível dos edifícios, quer ao nível da extensão das suas propriedades [Craesbeeck, 1992, 167].

³⁷ - «Item Domingos Pires morador em Marante (...) ouvira dizer que [o lugar de Amarante] fora de duas Irmaãs, huã avia nome Donna Alda Vasques, e a outra Donna Elvira Vasques, e que ouvira dizer que eram ricas Donnas, e que foraõ dos Souzaõs e que ouvira, dizer que Donna Alda morava em Saã, e Donna Elvira em hum lugar que chamaõ Granja, e que ouvira dizer que Donna Elvira fora maninha, e que leixara a metade do dito logo da Marante também vinhas como cazas, e que a outra que houvera hum filho, e que desta parte de Donna Alda aviam os cavaleiros aquella parte, que haviam no dito logo de Amarante» [Saraiva, 1947, 240].

³⁸ - Vide nota 23.

³⁹ - Vide nota 36;

⁴⁰ - «Item Martim Gonçalves (...) ouvira dizer que o dito logo da Marante fora de Dona Alda Vaz, e de Dona Elvira Vaz ambas Irmaãs (...) e que ouvira dizer que Dona Alda Vaz entrara por Freira na Ordem do

da Portela⁴¹, outros indicam, apenas que uma das irmãs, a “*maninha*” doou os seus bens à Ordem do Hospital⁴².

Tendo em conta que estes relatos são transmitidos oralmente («*ouvira dizer*») entre a comunidade, por vezes, podem surgir equívocos como este, o que não impede de se admitir a esterilidade de D. Alda, como testemunha o inquirido Martins Gonçalves⁴³.

Esta inquirição também dá algumas indicações acerca do modo como este aglomerado urbano se encontrava demarcado pelos dois senhorios. Alguns dos inquiridos afirmam que as casas que pertenciam à Ordem do Hospital estavam misturadas⁴⁴ com as dos cavaleiros, outros porém, dizem que no lugar de *Marante* «*desde o poço até poente era da Ordem*» e «*desde o poço acima era dos Cavaleiros*» (testemunho do abade de Louredo Martins Pires [Saraiva, 1947, 255]). Os depoimentos de Afonso Mendes e do abade de Vila Garcia [Saraiva, 1947, 265] vão ao encontro desta afirmação, mas em vez de poente, dizem que do «*poço a fundo era do Hospital e do poço acima, ouvira dizer que era dos Cavaleiros*» [Saraiva, 1947, 282]. As informações prestadas nestes depoimentos permitem concluir que a parte mais próxima do rio, a «*fundo*» ou a «*poente*» pertenceria ao Hospital e a parte mais afastada do rio, «*acima*» estaria sob a jurisdição dos Cavaleiros [Machado, 1979, 26]. Como alguns dos inquiridos afirmam que as casas e as propriedades estavam misturadas, poderia eventualmente acontecer, que algumas propriedades estivessem misturadas em algumas zonas da vila e noutras encontrarem-se devidamente separadas ou delimitadas, ou então desconheceriam, por completo, o sistema organizacional dos respectivos senhorios de Amarante, em meados do séc. XIV.

Pode-se concluir que no séc. XIV, a vila de Amarante estava repartida pelos casais da Ordem do Hospital e pelos que correspondiam, aos Cavaleiros⁴⁵, outrora pertencentes

Hospital, e que lhe leixara a dita Ordem a sa parte, que havia no dito logo da Marante, e que Dona Elvira Vaz que leixara a sa parte do dito logo da Marante a seu linhagem» [Saraiva, 1947, 249-250].

⁴¹ - «*Jtem João Pires da Portella (...) ouvira dizer que fora de duas Irmaãs, que haviam nome huma dellas Donna Elvira, e a outra Donna Alda, e que ouviu dizer que huma dellas dera a sua parte a Ordem do Hospital, e a outra, que ficara a sa parte a seos herdeiros*» [Saraiva, 1947, 261 -165].

⁴² - A título de exemplo: «*Jtem Martim Esteves (...) ouvira dizer, que fora de duas Irmaãs, e que huma dellas fora maninha, e leixara a sa parte à Ordem do Hospital, e que a outra leixara a sa parte a seu linhagem*» [Saraiva, 1947, 295].

⁴³ - Vide nota 39.

⁴⁴ - Como por exemplo: «*Primeiramente Affonso Martins (...) disse que não sabia, porque as herdades de huns jacião humas juntas com as dos outros, por tal guisa que heraõ mescradas, e que isso mesmo faziaõ as casas do dito logo de Amarante*» [Saraiva, 1947, 212].

⁴⁵ - A partir do séc. XI, na Península Ibérica começa a aparecer o termo *cabalarius*, para designar todos aqueles que combatiam montados num cavalo. Este conceito tende a designar principalmente o cavaleiro vilão em oposição ao termo *miles*, aplicado aos *milites per naturam*, isto é, aos nobres por

aos descendentes de D. Elvira Vasquez, filha de D. Vasco Fernandes (e não de Vasco Martins de Sousa, como os intervenientes nas inquirições afirmam).

A instalação da Ordem do Hospital, por terras de Amarante parece ter estado intimamente relacionada com a linhagem dos Sousões, que em tempos e gerações diferentes fora presentada com diversas doações. De D. Teresa Gonçalves de Sousa (mãe de D. Alda e D. Elvira) recebera um terço do burgo de Amarante⁴⁶, do Conde D. Mendo (tio das irmãs Vasques e meio irmão de D. Teresa Gonçalves) auferira o seu quinhão da igreja de S. Veríssimo⁴⁷, D. Elvira Vasques, um casal⁴⁸ e de D. Alda uma herdade⁴⁹ e o seu ingresso na Ordem [Marreiros, 1985, 7 - 8].

Nestas inquirições também se encontram informações pertinentes para a compreensão do início do processo de desenvolvimento de Amarante. Um dos inquiridos, João Pelliteiro, ouvira dizer, que D. Vasco Martins de Sousa dera a povoar o lugar de Amarante, em virtude de os povos se lhe queixarem de serem assaltados e roubados, sempre que passavam pelos seus domínios, pelo que D. Vasco trata de promover o seu povoamento passando a proteger, com eficiência, a povoação e de cada casa recebia um *maravedi* [Machado, 1979, 27].

Esta intervenção de D. Vasco Fernandes terá ocorrido entre a segunda metade do séc. XII e os princípios do séc. XIII, pois em 1220, já existia em Amarante um povoamento de configuração urbana, até porque numa data anterior a esta, D. Teresa Gonçalves faz a doação de um terço do burgo de Amarante à Ordem [Marreiros, 1985, 8], será que os 8 casais, que a Ordem possuía na paróquia de S. Veríssimo, pelo ano de 1220, estarão relacionados com a doação de D. Teresa Gonçalves?

O inquirido, João Rodrigues conta, que duas irmãs tinham dois casais em Amarante, na altura, em que a ponte começava a ser construída. Uma delas tornar-se-ia freira da Ordem do Hospital e doara à mesma, os respectivos bens, os da outra irmã foram

nascimento, que não podem descair do seu estado, mesmo que venham, por exemplo a perder o cavalo. Todavia os cavaleiros, por nascimento encontram-se num patamar inferior aos dos *magnates*, *potestades* e *próceres*. Atendendo à terminologia destes conceitos, durante o séc. XII, a categoria de cavaleiros é ainda aberta, incluindo nobres e não nobres. Além disto seria uma via de acesso à nobreza [Mattoso, 1998 (a), 171- 181].

⁴⁶ - A.D.P - Convento da Baliagem de Leça, Caderno de Privilégios, padrões e doações, fl.5v, nº84 e fl.46, nº53.

⁴⁷ - A metade da igreja de S. Veríssimo, que as inquirições de 1220 indicam pertencer à Ordem do Hospital, resultou da doação do conde D. Mendo de Sousa. *Vide* nota 20.

⁴⁸ - A.D.P - Convento da Baliagem de Leça, Caderno de Privilégios, padrões e doações, fl.12, nº233.

⁴⁹ - *Idem*, fl.2, nº11 e fl.2v, nº20.

transmitidos aos da linhagem⁵⁰. João Rodrigues afirma também, que uma parte de Amarante pertencia aos leprosos⁵¹ [Machado, 1979, 27].

Tendo em conta que as irmãs Vasques viveram entre os finais do séc. XII e a primeira metade do séc. XIII, terão sido contemporâneas do arranque das obras de construção da ponte medieval de Amarante, que terá ocorrido entre os anos de 1247 e de 1259. No entanto, à data das inquirições de D. Afonso III (1258), D. Elvira já seria falecida pois apenas são referidos os seus filhos e netos⁵² e D. Alda já estaria em Santo Tirso, como freira do Hospital.

A tradição amarantina atribui a construção da ponte, a S. Gonçalo chegado a Amarante, por volta de 1240-1250. Contudo, há elementos que indicam que já existiria, ou tinha existido uma ponte em Amarante, antes da chegada do santo, provavelmente da Época Romana. Um indicador de tal facto pode ser visto, na descrição dos limites da diocese de Braga, que constam do paroquial Suevo (572- 582), que diz o seguinte: «*per illa aqua de Estola usque in Durio, usque in Duriu, usque in foz de Corrago et inde ad montem Maroni et inde ad Castro quod dicitur Villa Plana et inde ad illa ponte de Tamice et inde per illam aquam usque ad fluvio de Uteros*»⁵³, isto é, os limites da diocese de Braga iam desde o Douro, na foz do Corgo, subiam à Serra do Marão e daí até ao castro de Vila Chã e de lá, até à ponte do Tâmega e, pelo rio, até ao Odres [Machado, 1979, 56].

Esta descrição deixa, bem evidente, a existência de uma ponte sobre o Tâmega, no séc. VI, entre Vila Chã (freguesia do Concelho de Amarante) e a foz do rio Odres (Livração – Marco de Canaveses), localização que pode corresponder à zona de implantação de Amarante.

Também numa doação de 1019, que frei Marcelino da Ascensão⁵⁴ (cronista e pregador geral da Ordem de S. Bento) diz existir no mosteiro do Pombeiro, feita por D. Gomes de Sousa, senhor de Felgueiras, consta a seguinte referencia à ponte de Amarante: «*Pro remedio animae meac, Ego, Dominus Gomesius de Souza domno Monasterio de Polumbario, et viris Sanctis de illo, hereditates, quas emi a Padrono*

⁵⁰ -«*Jtem João Rodrigues (...) disse, que duas Irmaãs, que haviam dous cazaes no dito logo da Marante quando se a ponte do dito logo comessava de fazer, e que ouviu dizer que huma das ditas Irmaãs entrara por Freyra na dita Ordem do Hospital, e lhe leixara a dita Ordem a sua parte que havia no dito logo da Marante, e que ouvira dizer que a parte da outra Irmaã que ficara aos de seu linhagem*» [Saraiva, 1947, 249].

⁵¹ -«*Jtem João Rodrigues (...) disse que era dello da Ordem do Hospital, e delle dos Cavalleiros, e delle dos Gafos*» [Saraiva, 1947, 245].

⁵² - vide nota 23.

⁵³ - Liber Fidei, doc. Nº. 15 [Costa, 1965, 32 – 33].

⁵⁴ - Publicada em: [Sardoeira, 1994, 21 – 32].

Monasterii de Tholones sitas citra pontem Tamicae de Amaranti»⁵⁵ [Sardoeira, 1994, 29-30].

Mais tarde, surge uma nova alusão a uma ponte sobre o Tâmega, numa bula do papa Pascoal II, lavrada no ano de 1114, relativa aos limites da diocese do Porto, que diz o seguinte: «*usque in fauce de Corago, et inde ad Montem Maraoni et inde ad Castrum quod dicitur Villa Plana et inde ad illum pontem de Tamice, et inde per illam aquam usque ad illum fluuium de Utribus*»⁵⁶[Moreira, 1973, 34], ou seja, os limites da diocese do Porto, do Castro de Vila Chã (actual aldeia de Vila Chã do Marão) passavam pela ponte do Tâmega e pela água iam até ao rio Odres. Este documento difere de um outro publicado na Espanha Sagrada, que diz: «*Vila Plana, usque ad antiquum-pontem fluminis Tamice et per ipsum flumen*»⁵⁷, pelo que se poderá depreender, que a essa data, a ponte já não exista [Machado, 1979,56].

Pelo acima disposto, tudo indica, que próximo do local, onde Amarante começava a despontar, existiu uma ponte, com uma cronologia, que se poderá remeter para a Época Romana, pois após o colapso do Império Romano, por diversas razões, jamais se fomentaram as vias de comunicação, quando muito pequenas reparações, junto a aglomerados urbanos. Por falta de manutenção e talvez por uma eventual cheia, a ponte poderia ter ruído parcialmente ou por completo. A derrocada da ponte poderá ter acontecido por volta de 572, pois num documento relativo aos limites da diocese de Braga consta o seguinte: «*in fauce de corrago. inde ad montem maraonis. ad castrum quod dicitur villa plana usque ad antiquum pontem Fluminis tamice. Et per ipsum Flumen usque ad Fluuium utilem qui modo de utribus appellatur.*»⁵⁸ Portanto, os documentos posteriores, relativos aos limites diocesanos ou se baseiam num documento mais antigo, ou consideram que os vestígios de uma ponte arruinada, continuam a ser designados como tal.

As inquirições de 1220 de D. Afonso II voltam a fazer referência a uma ponte em Amarante: «*ergo quod debent homines de ista villa facere ramatam regi ad aliam villam de ultra ponte cum hominibus ipsius ville*»⁵⁹. Estes elementos, de certa forma, contradizem a tradição corrente em Amarante, que atribui a construção da ponte, a S.

⁵⁵ - Este documento, que frei Marcelino da Ascensão cita e indica estar no mosteiro do Pombeiro, ter-se-á perdido, ou estará em parte incerta.

⁵⁶ -Doc. 10 [Erdmann, 1927, 163]

⁵⁷ - Espana Sagrada vol. XV, [Flórez, 2004, 351].

⁵⁸ - Liber Fidei, doc. 554 [Costa, 1965, 148].

⁵⁹ - A.N.T.T.- Inquirições Gerais, D. Afonso II, livro 1, fl. 66v (disponível online), transcrito em : [Herculano, 1888, 141]

Gonçalo⁶⁰. Por esta razão, Albano Sardoeira [Sardoeira, 1994, 32] e mais tarde António de Sousa Machado [Machado, 1979, 57], colocam o benefício de dúvida o vocábulo latino *ultra* (do outro lado) e propõem a leitura *altera* (antiga). No entanto, ao verificarem-se as transcrições, levadas a cabo no reinado de D. Manuel I, das inquirições de 1220, certifica-se que o vocábulo *ultra* não suscita qualquer problemática com a sua leitura e interpretação, podendo-se concluir que, o facto de existir uma ponte, nos idos de 1220, não significa que esta se encontrasse em bom estado de conservação e poderia muito bem estar bastante degradada e constituir um risco elevado a todo aquele que a atravessasse. A crer na Memória local, S. Gonçalo não a reedificaria, mas poderia ter tratado do seu restauro ou reconstrução [Magalhães, 1996, 71].



Fig. 19- Milagre dos Peixes de S. Gonçalo, óleo S/tela, Manuel Correia e Sousa, sécs. XVII – XVIII (1675 – 1725), Capela do Túmulo - Igreja do Convento de S. Gonçalo de Amarante.

Segundo outra versão, S. Gonçalo, quando chega a Amarante constrói uma ponte em pedra para substituir uma já existente, mas em madeira. Ou seja, esta versão da lenda de S. Gonçalo, está em concordância com as inquirições de 1220, onde apenas é citada a existência de uma ponte, não indicando se está em bom

estado de conservação e se é em pedra. Também poderia ter sucedido

a ponte ter ruído por completo, numa data posterior a 1220 e anterior a 1259 (ano da morte do santo) e ser reedificada, anos depois, por Gonçalo de Amarante⁶¹ [Cardoso, 1978, 10]. Frei Marcelino da Ascensão afirma que na ponte existia um escudo com as armas reais, contendo apenas as quinas com os respectivos besantes, não constando os

⁶⁰ - A iconografia de S. Gonçalo está intimamente associada à construção de uma ponte, aliás, a ponte é juntamente com um bordão de peregrino ou um cajado e um evangeliário, um dos atributos de S. Gonçalo de Amarante [Cardoso, 1978, 23].

⁶¹ - As pontes por serem de difícil execução e de grande necessidade, para a comunicação entre diversas populações eram obras de monta. Por esta razão, construir uma ponte era considerado um acto tão piedoso como o tratamento dos doentes ou o auxílio aos pobres, os pontífices são o génio prático da caridade. Por vezes, a construção de uma ponte é levada a cabo, por uma Ordem religiosa. Conhecem-se vários santos pontistas: S. Domingos de Calzada, S. João de Ortega, S. Telmo, S. Raimundo, S. Bénézet e S. Gonçalo de Amarante [Magalhães, 1996, 70 - 74].

castelos. A ser assim, seria de remeter a sua construção, para uma data anterior a 1258, ano em que D. Afonso III introduz os castelos nas armas reais de Portugal [Sardoeira, 1994, 30]. O cronista afirma que este escudo fora picado, por volta de 1540, sem explicar as razões, que desencadearam tal acto [Sardoeira, 1994, 30].

Antes da construção, restauro ou reedificação da ponte de Amarante, nenhuma razão havia para existir um aglomerado urbano, neste espaço. Caracterizado por uma íngreme encosta, com um desnível muito acentuado, de margens altas, rochosas e apertadas, provocando o estrangulamento do leito do rio, o que contribui para o aumento da turbulência das águas, tornando a sua travessia, ainda mais complicada [Machado, 1979, 60]. Este parece ter sido também o local escolhido para a construção da primitiva ponte de Amarante, pois margens estreitas, rochosas e de maior elevação topográfica são as ideais, para a sua edificação tornando a obra menos dispendiosa, mais curta, sólida e de maior facilidade construtiva [Machado, 1979, 60].

Algumas opiniões (transmitidas oralmente) afirmam que a pressuposta ponte romana teria sido construída, um pouco mais a Sul da actual, mais concretamente nos lugares da Torre e Morleiros, precisamente no espaço onde é possível atravessar a vau⁶² o rio, em algumas alturas do ano.

Junto à ponte, existia uma pequena ermida arruinada⁶³, que em meados do séc. XIII seria restaurada e ocupada por S. Gonçalo. De acordo com uma versão da tradição local, a sua construção, ocorreu a quando da chegada do frade pregador, a Amarante [Patrício, 2009, 16]. Como a ponte estabelecia uma ligação às vias de Guimarães/ Braga e Porto, muito frequentadas por peregrinos de Santiago de Compostela, a capela reconstruída ou restaurada, teria por finalidade, ser um ponto de apoio espiritual, que Gonçalo de Amarante, na qualidade de frade pregador, não deixa passar ao lado, fazendo dela um púlpito para o encaminhamento da boa moral cristã [Braunfels, 1975, 188 - 189].

De acordo com Frei Luís de Sousa, o santo instala-se, num local ermo e despovoado, junto ao rio, porque *«era n' aquella idade verdadeiro deserto todo o sitio, e comarca, onde hoje he a villa de Amarante, sitio não só ermo, por apartado de gente, e povoado, mas temeroso»* [Sousa, 1977,169]. Apesar de algum exagero do autor em afirmar que

⁶² - Foi precisamente neste espaço que as tropas Napoleónicas, em 1809, quando forçavam a travessia do Tâmega em Amarante, tentaram sem sucesso, construir uma ponte de cavaletes para poderem prosseguir para Trás-os-Montes [Azeredo, 2004, 72].

⁶³ - Os eremitas estabelecem-se, por norma, nos arredores de estradas e burgos importantes ou em lugares em fase de repovoamento, dado que não procuravam a solidão absoluta [Mattoso, 1997, 121 - 122].

toda a comarca de Amarante era despovoada, é de salientar «*onde hoje é a villa de Amarante*» [Sousa, 1977, 169]. Esta expressão de Frei Luís de Sousa entra em conformidade com a opinião de que o espaço urbano inicial de Amarante se deveria localizar, um pouco mais a Sul, junto ao Ribeiro de S. Lázaro, num local de declive suave, sem as apertadas curvas de nível, que existem no sítio onde fora construída a ponte. Já se havia visto, que mais a Sul a transposição do rio era mais fácil, o que só por si, constituirá um factor aglutinador de povoamento, uma vez que, na falta de uma ponte com as condições mínimas de segurança, a passagem para a margem esquerda do Tâmega teria de ser feita por aqui, ou noutro local com condições semelhantes, ou em última instância por barca.

Pelas referências que as inquirições deixam transparecer, tudo indica que Amarante terá surgido, no espaço correspondente aos actuais lugares da Torre, S^{ta}. Luzia, Bucas e S. Veríssimo (ver anexo: p.36). A corroborar esta possibilidade, está o testemunho de alguns dos intervenientes que afirmam, que D. Alda tinha morado no lugar de Sá e D. Elvira no lugar da Granja⁶⁴. De facto Sá situa-se muito próximo da igreja de S. Veríssimo e Granja um pouco mais afastado, na freguesia de Fregim. Também as inquirições são bastante claras ao afirmarem, que a vila estava repartida por duas paróquias, designadamente a paróquia de S. Veríssimo e a paróquia de Santa Maria Maior⁶⁵. Provavelmente o Ribeiro de S. Lázaro faria a sua demarcação, aliás ainda hoje assim acontece (à margem Norte do Ribeiro de S. Lázaro corresponde à actual paróquia de S. Gonçalo, antiga paróquia de Santa Maria Maior e à margem Sul corresponde a paróquia de S. Veríssimo).

Com a reedificação ou restauro da ponte, a passagem para a margem esquerda torna-se mais rápida e cómoda, provocando uma mutação no eixo viário do burgo e gradualmente a povoação começa a deslocar-se em direcção a este ponto de passagem sobre o rio⁶⁶ que, como se verificou, constituiu um ponto vital, para a origem e desenvolvimento de Amarante, característica que ainda se mantém na actualidade.

Assim sendo, o aglomerado urbano, inicialmente concentrado no eixo de São Veríssimo, Bucas, Torre e Santa Luzia, vai-se deslocando progressivamente em direcção à ponte, transformando o sítio pitoresco e isolado, escolhido por Gonçalo de

⁶⁴ - «*Item Domingos Pires (...) ouvira, dizer que Donna Alda morava em Saà, e Donna Elvira em hum lugar que chamaõ Granja*» [Saraiva, 1947, 240].

⁶⁵ - Vide notas 13 e 14.

⁶⁶ - «*de uma só rua mui comprida até à ponte com suas travessas*» [Costa, 1706, 144].

Amarante, para sua morada e recolhimento, no coração do burgo. Fenómeno que só irá terminar na Época Moderna, mais concretamente após a construção do Convento de S. Gonçalo, sobre a ermida medieval, em 1540⁶⁷. O antigo centro de Amarante transforma-se num subúrbio da nova vila. A própria ermida terá exercido uma função atractiva para a fixação e consolidação de população, no seu espaço envolvente⁶⁸.

Do ponto de vista administrativo, uma vez, que a *Vila d'Amarante* não recebeu nenhuma carta de foral, o conhecimento que se dispõe, limita-se a pouco mais do que a informação que as inquirições deixam transparecer.

Já se constatou, que o rei não possuía nenhum reguengo, nas paróquias de S. Veríssimo e de Santa Maria Maior e que D. Afonso I terá coutado uma parte da povoação (constituída por 20 casais)⁶⁹. Como apenas um interveniente da inquirição de D. Afonso III (o capelão Martim Martins) menciona o Couto, não aparecendo nas demais inquirições, tudo leva a crer que este terá desaparecido, nos finais do séc. XIII ou inícios do séc. XIV [Machado, 1979, 32].

Assim sendo, as principais autoridades de Amarante eram os juízes, eleitos pelo conselho de homens-bons, em número de dois, pelo período de um ano, no dia de S. João⁷⁰. Um era eleito pelos moradores dos casais da Ordem do Hospital e o outro pelos moradores dos casais dos cavaleiros. Depois de eleitos, os juízes faziam o seu juramento perante o Conselho dos Cavaleiros, o juiz eleito pelos casais da Ordem tinha de fazer o seu juramento perante os priores da Ordem⁷¹ [Marreiros, 1985, 15]. Na cerimónia de juramento, estavam presentes os tabeliães do rei. O juramento far-se-ia no local da eleição, depois de terminado o acto eleitoral. Provavelmente existiria um juramento de natureza religiosa, que decorreria na ermida de Nossa Senhora da Assunção (designada nesta altura de igreja de S. Gonçalo), como indica uma testemunha da inquirição de D. Afonso IV⁷² [Marreiros, 1985, 16]. O juiz eleito pelos moradores dos casais dos

⁶⁷ - Sobre a construção do convento de S. Gonçalo de Amarante *vide*: [Cardoso, 1995, 8 – 15].

⁶⁸ - Os centros religiosos que os eremitas fundavam, por mais humildes que fossem, atraíam habitantes e deram origem a vários núcleos habitacionais [Mattoso (b), 1997, 122].

⁶⁹ - *Vide* nota 24.

⁷⁰ - «*Jtem Gonçalo Gonçalves (...) disse que os Moradores do dito logo de Marante em cada hum Anno por dia de Soã Joã enlegiom dous homens bons por juizes*» [Saraiva, 1947, 216 -217].

⁷¹ - Serve de exemplo: «*Jtem loão Rodrigues (...) e que depois que assim erom enlegidos pela guisa que dito he, que ambos juravaõ ao conselho que bem e diretamente osservassem de seos officios, e disse que ouviu dizer que de trinta Annos acà que o iuis da Ordem hia jurar a qualquer que estava na caza de Fregim por a dita Ordem*» [Saraiva, 1947, 245].

⁷² - «*Jtem Pedro Salvado (...) o luis dos Cavalleiros jurava na Igreja de Saõ Gonçalo da Marante*» [Saraiva, 1947, 285 -286].

Hospitalários fazia o seu juramento ao comendador da Ordem que, numa fase inicial, se encontrava no lugar da Granja, transferindo-se em 1303, para a igreja de Santa Maria de Fregim, que passa a pertencer à Ordem do Hospital⁷³ [Marreiros, 1985, 18].

Algum tempo depois, Amarante viria a integrar o restrito e circunscrito grupo das beatrias medievais portuguesas⁷⁴. Este estatuto terá sido atribuído à vila, no séc. XIII, desconhecendo-se porém, o momento da sua atribuição. O primeiro documento, que prova a sua existência, data de 24 de Janeiro de 1387, onde D. João I faz saber aos homens-bons de Amarante «que he de uosso costume que quando o senhor desse lugar morre, uos deuedes a enleger outro qual a uos prouuerr E porque se ora morreo Vaasco Martjnz de Sousa que o dhi era, enlegestes, por uosso senhor dom frey Álvaro Gonçallues Camelo, prior da hordem do sprital e nosso Marichal e pediades nos por mercee, que uo llo confirmasemos e nos vendo o dicto costume e a dcita enliçam e querendo uos fazer graça e merçee, teemos por bem e confirmamos uos llo por uosso senhor, em sua vida”⁷⁵ [Machado, 1979, 36].

Tendo por ponto de partida os dados revelados pelas diversas inquirições, analisadas no presente capítulo, tentar-se-á efectuar uma análise da população amarantina ao longo da Idade Média.

Os estudos de população, para a época medieval, são bastante incertos por não se dispor de elementos estatísticos seguros, contudo, este facto não impede, que se possam tecer algumas conclusões [Mattoso (b), 1995, 13].

Como se havia visto, nas inquirições de D. Afonso II (1220), a Ordem do Hospital detinha, na paróquia de S. Veríssimo, oito casais e o Mosteiro de Vila Cova, um. De Santa Maria Maior, não existe qualquer referência ao número de casais que aí existiam, sabendo-se apenas, que estes rendiam à Ordem, 87 morabitinos.

Podendo-se afirmar simplesmente, que em Amarante, pelo ano de 1220, existiam mais do que 45 almas. Sabendo-se também, que a esposa de D. Vasco Fernandes de Soverosa, D. Teresa Gonçalves de Sousa, doara um terço do burgo de Amarante à

⁷³ - «Primeiramente Afonso Martins (...) que o inviavavam ao Commendador, ou Provedor que estava na caza de Santa Maria de Frigim por a dita Ordem do Hospital» [Saraiva, 1947, 212].

⁷⁴ - As Beatrias constituem uma forma de organização intermédia entre a autonomia concelhia e a submissão senhorial. A sua área de implantação concentra-se sobretudo no Baixo Tâmega e Além-Marão. Para além de Amarante detectam-se beatrias em Ovelha, Santo Isidoro, Canaveses, Paços de Gaiolo, Gontingem, Louredo, Galegos, Tuías, Bretiande, Várzea da Serra, Omezio, Campo Benfeito, Vila Marim, Mesão Frio e Cidadelha [Mattoso, 1995, 284].

⁷⁵ -Doc. 1 206, Vol. I, T. III [Dias, 2004, 139].

Ordem, num período posterior às políticas de povoamento, do marido, no lugar de Amarante, que serão contemporâneas das migrações de populações provenientes das terras densamente povoadas do Entre Douro e Minho, para as de menor demografia, do Tâmega, Lima e faixa litoral a Sul do Douro, até ao Mondego [Mattoso (b), 1995, 24 -25]. Fora desta contabilização, por falta de dados, ficam os casais que se encontram na paróquia de Santa Maria Maior, e os que permaneceram na posse dos Sousões, bem como de outros que fossem de condição livre ou de outros senhores.

Pelas inquirições de D. Afonso III (1258), sabe-se que existiam 124 casais, o que poderá corresponder a cerca de 620 indivíduos⁷⁶, todavia ficaram por contabilizar mais uma vez, os casais e outras estruturas habitacionais de indivíduos de condição livre, o mesmo viria a acontecer na inquirição a Amarante de D. Afonso IV, ao Senhorio da Ordem do Hospital (1343). Nesta inquirição registam-se 164 casais, o que poderá corresponder a cerca de 820 habitantes. Ou seja, entre 1258 e 1343 registou-se na vila de Amarante, um aumento demográfico, na ordem dos 24,4%.

Pela análise dos valores apurados, verifica-se que Amarante vai registando um aumento populacional ao longo da Idade Média. No entanto fica por determinar, de que modo a reedificação ou o restauro da ponte de Amarante contribuiu para este crescimento, ou até que ponto, os maus anos agrícolas, que se sentiram em Portugal entre 1255 e 1262 e conseqüentemente as fomes ou as pestes de 1267, 1273 e 1295, a guerra civil de 1245 a 1248 e a grande depressão, dos anos 30 e 40 do séc. XIV [Mattoso, 1995, 25], influenciaram negativamente este crescimento. Será que os casais abandonados, que um dos intervenientes da inquirição de 1343 refere, serão uma consequência desta situação, ou seria o começo da deslocação do burgo, para o espaço envolvente à ponte e à ermida?

A partir de estudo demográfico de Oliveira Marques, baseado no imposto lançado por D. Dinis sobre os tabeliães do reino, fixado em função do seu número e por localidade, constata-se que a emergente vila de Amarante tinha direito a 2 tabeliães, aos quais cabia pagar 100 libras, facto que a colocava, em sintonia com a maior parte das povoações do Entre Lima e Douro, encontrando-se mais ou menos a meio da tabela, correspondendo à posição dos aglomerados urbanos de média dimensão. Este trabalho não abrange as

⁷⁶ - Para esta abordagem, utilizou-se como multiplicador o número 5 recomendado por Avelino Jesus da Costa, contudo, este é um multiplicador mínimo para ser aplicado a um casal, que não corresponde a uma unidade habitacional equivalente à casa ou ao fogo, mas sim a aglomerados familiares alargados e múltiplos, logo dever-se-ia utilizar um multiplicador maior que 5 [Mattoso (b), 1995, 15].

regiões do Algarve e algumas localidades do Porto ou de Braga, que pertenciam à jurisdição das respectivas Igrejas diocesanas [Machado, 1979, 64].

É de salientar, que o número de tabeliães não se relaciona propriamente com os índices demográficos, mas sim com as transacções comerciais e industriais de uma localidade ou região. Sabemos também, que os tabeliães da Vila de Amarante prestavam serviços às populações de Gestação (parte da margem esquerda do Tâmega) e Soalhães (actual Concelho de Felgueiras), o que denota, a importância da vila no contexto local e regional [Machado, 1979, 64,65].

Pela inquirição de 1343, constata-se que Amarante é um pólo aglutinador das comunidades rurais envolventes, pois dos 21 inquiridos, 14 são naturais de outras localidades, quase todas integradas no termo do actual concelho de Amarante (11) ou nos concelhos limítrofes (Penafiel – 1, Guimarães -1, Marco de Canaveses - 1) e apenas 7 são naturais da vila. A fixação dos não naturais de Amarante ocorre, no início das suas vidas activas, ou seja, estes indivíduos, por questões económicas, sentem a necessidade de se deslocarem para um centro urbano, neste caso a vila de Amarante, facto que é demonstrativo da importância da vila, no contexto local [Marreiros, 1985, 4 -5]. Esta hegemonia económica, associada à sua posição geográfica terá sido determinante, para a criação de uma feira franca, no ano de 1391, que goza de privilégios idênticos aos da de Trancoso («*Dom Joham etc a quantos esta carta virem fazemos saber que nos querendo fazer graça e mercee ao concelho e moradores do julgado d’Amarante a rogo do prior do sprital que nos por elles pedio mercee teemos por bem e mandamos que elles aiam e possam fazer feira no dicto logo em cada huum mês.s.s aos xx dias de cada huum mês e que a dicta feira/ Seia franqueada e aia tal priuyllegio qual há a feira de Trancoso*»⁷⁷). Mais tarde, D. Manuel voltaria a confirmar estes privilégios⁷⁸ [Costa, 2009, 241- 242].

Do Burgo Medieval de Amarante (vide anexo: p. 36) confirma-se a existência de duas paróquias, com as respectivas igrejas matrizes, uma dedicada ao mártir S. Veríssimo e outra a Santa Maria Maior.

Pela doação dos filhos de Gonçalo Mendes de Sousa a D. Toda Soares, em 1192, sabe-se que existiu uma albergaria com igreja, de apoio a peregrinos e viajantes. Uma vez, que do outro lado da ponte, ficavam as terras de Gouveia de Riba Tâmega e de

⁷⁷ - Doc. II-571, Vol. II, T.I [Dias, 2004, 294].

⁷⁸ - A.N.T.T- Leitura Nova, Além Douro, L.1, fl.123V.

Gestação, a albergaria do Covelo do Tâmega⁷⁹, aí existente, não corresponderá à albergaria de Amarante, aqui referida, para a qual, ainda não se pode precisar a sua localização, ao contrário da do Covelo. Esta casa de apoio a peregrinos poderá hipoteticamente, ser procurada, junto do local por onde passava a estrada de Guimarães e do Porto. De facto, ainda hoje existem, próximas dos lugares de Santa Luzia e de S. Lázaro, as ruas do Porto e de Guimarães. Ora, na desembocadura da rua do Porto, existiu, até ao início do séc. XX, uma capela dedicada a S^{to}. Estêvão⁸⁰, de fundação medieval e próximo desta, viria a instalar-se o Hospital da Santa Casa da Misericórdia⁸¹. Seria esta a referida igreja e albergaria que, por sua vez, terão dado lugar ao hospital e capela de S. João (outrora sob a invocação de Santo Estêvão).

No lugar de S. Lázaro, encontra-se uma capela dedicada ao santo protector dos leprosos, que fora a capela da gafaria⁸² que aí existiu e que está documentada desde o ano de 1269⁸³. A gafaria, aliás como era hábito, localizava-se fora da povoação, junto de um ribeiro (Ribeiro de S. Lázaro) e da estrada do Porto.

No lugar de Santa Luzia estava, até ao entubamento do Ribeiro com o nome da mártir, uma ponte do período medieval⁸⁴, que fazia a ligação da rua do Seixedo com a rua da Ordem⁸⁵ (actual Carlos Amarante), que por sua vez, conectava o lugar de Santa Luzia às Ruas do Porto e de Guimarães.

A tradição amarantina refere que, quando S. Gonçalo chega a Amarante, se instala numa capela em ruínas, que trata de reedificar, para dela fazer a sua ermida, sob a invocação de Nossa Senhora da Assunção⁸⁶. Se na altura da chegada do santo, a capela

⁷⁹ - Provavelmente fundada pela rainha D. Mafalda de Sabóia a quando da fundação da sua congénere no Marco de Canaveses. Sobre este assunto *vide* nota 1 do capítulo, "O Mosteiro de Santa Clara de Amarante: Estado da Questão".

⁸⁰ -De fundação Medieval, encontrava-se muito arruinada, quando a Misericórdia dela tomou posse a 6 de Setembro de 1565, que trata de a reconstruir e dedica-a a S. João Baptista. Esta Capela estava ao serviço do Hospital da Misericórdia [Lopes, 2005, 52].

⁸¹ - O Hospital da Misericórdia da Vila de Amarante fora fundado no séc. XVI e permanece em actividade até ao ano de 1850 [Lopes, 2005, 61].

⁸² - A gafaria de Amarante e capela de S. Lázaro já estava edificada e em pleno funcionamento pelo ano de 1269. A Capela foi remodelada em 1716, entretanto fora abandonada e em 1934 é demolida para de novo ser reconstruída [Pinho (b), 1934, 1].

⁸³ - A.M.A.P- Testamentos e doações ao cabido I, Doc. 203, p 356v.

⁸⁴ - Em 1934, apenas restava desta ponte um arco e um bocado de um muro de montante. Na abóbada do arco, existiam marcas de canteiro, que remetem para uma cronologia medieval. Posteriormente, tal como a ponte do arquinho (no actual largo António Cândido), terá sido soterrada, aquando do entubamento do ribeiro [Pinho (a), 1934, 1].

⁸⁵ - A designação desta rua deve-se ao facto da Ordem do Hospital, ter aí possuído uma grande concentração patrimonial [Costa, 2009, 239].

⁸⁶ - Esta Capela aparece pela primeira vez documentada, num testamento de 18 de Maio de 1279, mas designada de igreja de S. Gonçalo, visto que o santo fora sepultado nela. O documento está disponível

estava arruinada, significa que a respectiva capela em ruínas, nunca poderia ser a igreja de Santa Maria Maior que, por ser paroquial, era o local onde se administravam os ofícios litúrgicos da comunidade, logo não poderia estar abandonada ou em ruína. Ou seja, S. Gonçalo instala-se sim num antigo edifício religioso, renegado pelos fiéis da comunidade mais próxima, que se transforma no centro da vida litúrgica, devido à sua acção pastoral, acabando por substituir a de Santa Maria Maior, que poderá estar na origem da capela de S. Martinho (presumivelmente de fundação medieval), demolida no séc. XVII, para se proceder à construção da igreja de S. Pedro⁸⁷. Aliás, esta igreja fica próxima do lugar de Santa Luzia e na margem Norte do Ribeiro de S. Lázaro, em ponto elevado acima do local onde se especula ter surgido a urbe.



Fig. 20- Pormenor da ermida de Nossa Senhora da Assunção, segundo óleo s/tela de António André, representando S. Gonçalo de Amarante, séc. XVII (c. de 1619 – 1625), Museu de Aveiro.

Como se aferiu, antes de 1258 é reconstruída ou restaurada uma ponte entre as duas margens do Tâmega, junto à ermida de Nossa Senhora da Assunção. Dessa ponte, que ruiu durante uma cheia, a 10 de Fevereiro de 1763, apenas resta uma escultura bifaceada do séc. XIV, que representa de um lado Nossa Senhora da Piedade (também designada de Nossa Senhora da Ponte) e do outro uma imagem de Cristo crucificado. O conjunto escultórico encimava um cruzeiro, colocado na parte central do tabuleiro, que

fora retirado poucas horas antes da derrocada e colocado numa janela da igreja do convento de S. Gonçalo [Sardoeira, 1994, 11], onde ainda hoje se pode ver.

Craesbeeck conta, que no lugar dos Lodos (próximo de Santa Luzia e da igreja de S. Pedro) existiam umas inscrições, nas janelas de umas casas, em letra capitular gótica: IHUS e na porta das mesmas casas: MARIA [Craesbeeck, 1992, 312]. Estas inscrições, também são mencionadas pelo padre Francisco de Magalhães, na sua descrição da vila de Amarante, antes da destruição causada pelos exércitos franceses [Magalhães, 2008, 4].

em: A.N.T.T - Colegiada de Guimarães, Particulares, Manuscrito 12, nº30 e transcrito em: [Magalhães, 1996, 217].

⁸⁷ - Sobre a capela de S. Martinho, apenas se sabe que pertencia à Misericórdia de Amarante. Em 1621, com prévio acordo da Misericórdia, a irmandade de S. Pedro, inicia a construção da actual igreja de S. Pedro, no local onde se implantava a referida capela [Craesbeeck, 1992, 294-295].

Por fim, a rematar este grupo de edifícios e vestígios do período medieval, deve-se indicar o recolhimento de mantelatas, fundado no séc. XIII, que vai estar na origem do Mosteiro de Santa Clara de Amarante e que trataremos detalhadamente noutros capítulos deste trabalho.

Não se teve a intenção de traçar um esboço da origem e da evolução de Amarante, ao longo da Idade Média (estudo que ainda se encontra num estado muito incipiente), interessou apenas compreender a vitalidade de Amarante, enquanto local estratégico, em diversos níveis, dos quais se destaca a função de entreposto obrigatório de passagem, entre as Regiões do Entre Douro e Minho com as do Alto Douro e Trás-os-Montes, ao qual não foi alheio o interesse das Ordens Mendicantes, quer dos Dominicanos, que passam na vila, pelo menos desde a chegada de S. Gonçalo (por volta de 1250), estabelecendo-se em definitivo, apenas, no ano de 1540, quer dos Franciscanos. Neste caso, o seu ramo feminino que, à luz da documentação, aqui se fixa a partir de 1333.

Estes condicionalismos geográficos, económicos e religiosos, favoráveis foram determinantes, para a sobrevivência e afirmação, de uma primitiva comunidade de mantelatas, que posteriormente ingressaria na Ordem Terceira Franciscana e só mais tarde, na de Santa Clara, que ao contrário de outras fundações, nomeadamente em Lamego ou em Entre-Ambos-os-Rios (actual freguesia do Torrão – Marco de Canaveses), cujas comunidades foram transferidas para outros locais, a de Amarante, aí permaneceu, até ao séc. XIX.

2.3- A Origem de um Cenóbio Feminino em Amarante

O séc. XIII, como se constatou no capítulo precedente, marca em Amarante o início de um processo de crescimento urbano, que se prolongará até ao séc. XVI.

Tirando proveito da sua posição estratégica, no Norte de Portugal, este território, calcorreado por peregrinos de Santiago, comerciantes, militares e demais viajantes, vai



Fig. 21 - Igreja do Mosteiro de S. Salvador de Travanca – Amarante.
Foto: Daniel Ribeiro

ser um pólo atractivo para o fomento demográfico e urbano de Amarante. Neste contexto, por iniciativa directa de nobres do Entre-Douro-e-Minho, ou por membros da corte, estabelecem-se vários mosteiros (e citando apenas, os que pertencem ao Concelho de Amarante), o de S. Salvador de Travanca¹, o de S^{to}. André de Telões², o de Santa Maria de Jazente³, o de S. Salvador de Lufrei⁴ e o de Santa Maria de Gondar⁵,

todos eles professos na Ordem de S. Bento e os de S. Salvador de Freixo⁶ e de S. Martinho de Mancelos⁷ pertencentes aos Cónegos Regrantas de Santo Agostinho.

Como era habitual, estes mosteiros instalam-se fora dos núcleos urbanos, em locais propícios à agricultura e próximos de importantes eixos viários, tais como a via para

¹ - Fundado no séc. X pelos descendentes de D. Munio Viegas. A construção da actual igreja é patrocinada por D. Gascão Moniz [Rodrigues, 2008, 80]. *Vide* nota 8 do capítulo anterior.

² - Fundado no séc. IX, por D. Rodrigo Forjaz [Garcia, 1997, 68]. Artur Vasconcelos adianta a data de 887, para a sua instituição [Sousa, 2009, 119].

³ - Presumivelmente fundado no séc. XII, para uma pequena comunidade de monjas beneditinas [Sousa, 2006, 43].

⁴ - Provavelmente fundado no séc. XII, para monjas beneditinas [Sousa, 2006, 81].

⁵ - Fundado no séc. XII, em data incerta, por Mem Gundar, cavaleiro de origem asturiana, que acompanhou o Conde D. Henrique em várias campanhas militares. Este mosteiro de monjas beneditinas estava em pleno funcionamento no ano de 1202 como se depreende por um dízimo concedido por D. Sancho I [Barroca, 1998, 97]. Transcrito em: [Azevedo, 1979,220].

⁶ - Desconhece-se a data da sua fundação ou mesmo o seu fundador, no entanto, sabe-se que em 1090, já estava em pleno funcionamento para Cónegos Regrantas de Santo Agostinho [Sousa, 2006, 186].

⁷ - Terá sido fundado em 1109, para Cónegos Regrantas de Santo Agostinho. O actual edifício remonta ao séc. XIII [Sousa, 2006, 190].

Panoias (Vila Real) e Lamego, na margem esquerda do Tâmega, e as vias para o Porto e Guimarães/Braga, na margem direita do rio (vide anexos: p. 35).

Em sintonia com os ideais ou as razões que levam à fundação de mosteiros e igrejas, surge na margem direita do Tâmega, num local próximo do rio, junto de uma ermida, em plano topográfico mais elevado e sobre a íngreme encosta, que desliza abruptamente até ao rio, um pequeno recolhimento de mulheres virtuosas.

A origem deste cenóbio (feminino), que estará na génese do mosteiro de Santa Clara de Amarante, permanece envolta num véu cheio de incertezas de difícil resolução.



Fig. 22- Rainha Santa Mafalda, Óleo S/tela, autor desconhecido, séc. XVIII, Museu de Arte Sacra de Arouca.

A tradição e a memória colectiva atribuem desde os tempos mais recuados, a sua origem à acção directa de D. Mafalda, rainha de Castela e beata da Igreja Católica, filha do rei D. Sancho I e da rainha D. Dulce de Aragão⁸ (vide anexos: pp.12 – 16).

Como se pode constatar, na História Seráfica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco, na Província de Portugal, de Frei Manuel da Esperança: «sem sabermos com certeza neste tempo a sua origem. Dizem que lhe deu princípio D. Mafalda filha d' Elrei D. Sancho I e rainha

de Castela». [Esperança, 1666, 250].

Vejam-se então, alguns episódios da vida de D. Mafalda, que poderão contribuir, para a fundamentação desta memória das populações do Entre Tâmega e Sousa, que confirmam a presença da Infanta na região.

D. Mafalda, uma das filhas mais novas do casal régio, nasce entre os anos de 1195 e 1196⁹. Dois anos depois, a rainha D. Dulce morre e a pequena infanta fica ao cuidado

⁸ - Filha de D. Ramon, conde de Barcelona e de D. Petronilha, rainha de Aragão. Dulce nasceu em data incerta, posterior a 1152 e casou com D. Sancho I em 1175. Mãe de uma vasta prole, terá falecido a 1 de Setembro de 1198, de acordo com o obituário de Santa Cruz de Coimbra ou a 26 de Agosto, segundo outro obituário de Santa Cruz, coincidente com o necrológio de S. Jorge [Benevides, 2009, 109 – 118].

das irmãs mais velhas, Teresa e Sancha e da ama, Urraca Viegas de Ribadouro, filha de Egas Moniz e de Teresa Afonso. Provavelmente, a sua infância terá sido passada na Honra de Louredo (actual Concelho de Penafiel) [Coelho (a), 2005, 25]. Sabe-se também que a sua ama-de-leite, Ourana Peres, em 1236, compra uma herdade em Nogueira, termo de Lousada¹⁰ [Coelho (a), 2005, 25]. Ou seja, também pela *nutrici* da infanta se estabelecem laços com a região do Baixo Tâmega e Sousa, embora a propriedade seja adquirida numa altura em que Mafalda já era adulta, seria bastante provável, que a ama-de-leite tivesse sido recrutada, neste espaço geográfico. Aliás como se verificou, nesta região viviam duas famílias da Alta Nobreza, intimamente ligadas e relacionadas com a corte.

Em 1215, a infanta D. Mafalda ausenta-se do reino, por um breve período de tempo, pois parte para Castela, para se unir matrimonialmente ao jovem rei, Henrique I. Todavia, querelas e jogos políticos, nas cortes de Castela e Leão, provocam a dissolução do casamento, alegando junto do papa o grau de parentesco entre o jovem casal e o matrimónio é anulado. No entanto, até à chegada do decreto papal, o rei falece e Mafalda regressa a Portugal, com o título de Rainha de Castela e Toledo¹¹ [Coelho (a), 2005, 27].

Terá sido depois do seu regresso a Portugal, que D. Mafalda se recolhe ao mosteiro de S. Pedro e S. Paulo de Arouca, que lhe fora doado pelo pai¹². Contudo, tal não implica a separação definitiva, ao local da sua infância, como se pode comprovar pela documentação outorgada na região, que confirma a presença da rainha em Tuíás (Concelho de Marco de Canaveses), em 1218¹³, em Junho de 1221¹⁴ e a 1 de Maio de 1256¹⁵, conforme atesta o documento redigido, pouco antes da sua morte, que terá

⁹ - A professora Maria Helena da Cruz Coelho comprova o nascimento da infanta, a partir do seguinte argumento: Como no foral de Leiria, outorgado por D. Sancho I a 13 de Abril de 1195, apresenta nos selos rodados, apenas os nomes dos filhos varões e os das filhas Teresa e Sancha, poderá ser um indicativo de que Mafalda ainda não seria nascida. À luz da documentação, o seu nome surge pela primeira vez, a 2 de Maio de 1196, numa doação que o rei D. Sancho I lhe faz do mosteiro de Bouças e da herdade do mesmo nome [Coelho (a), 2005, 25, n. 36 et 37]. Sobre o foral e a doação *vide*: Doc. 84 (foral) [Azevedo, 1979, 133 – 137] e Doc. 92 (doação) [Azevedo, 1979, 147 – 149].

¹⁰ - A.N.T.T – Arouca, gav.5, mç.8, doc.18 [Coelho (a), 2005, 25, nota 41].

¹¹ - Bem expresso na legenda do selo com que autenticava os seus documentos: «*sigillum domine Maphalde Dei gracia Castelle et Toleti regine eadem gracia Sancii illustris Portugalie regis filie*» [Coelho (a), 2005, 35 - 36].

¹² - D. Sancho I, no ano de 1210, lega em testamento o padroado do mosteiro de Arouca.

¹³ - Doc. 220 [Coelho, 1977, 353].

¹⁴ - Doc. 229 [Coelho, 1979, 359 – 360].

¹⁵ - Carta de Quitação de D. Mafalda a seu Mordomo Paio Gonçalves; A.N.T.T - Arouca, gav.3, mç.12, doc.30. Transcrito e publicado em: [Coelho (a), 2005, 75].

ocorrido no dia seguinte¹⁶, neste local, ou em Rio Tinto, como consta em algumas publicações de teor hagiográfico¹⁷

Estes exemplos servem apenas para demonstrar, que D. Mafalda se deslocava, com alguma frequência, aos seus domínios, não se limitando à esfera do mosteiro de Arouca.

O testamento da infanta¹⁸, permite identificar algumas das suas possessões na região, tais como, o mosteiro de Paço de Sousa (Concelho de Penafiel), o mosteiro de Tuíás (como se já tinha visto), o mosteiro de Vila Boa do Bispo (Concelho de Marco de Canaveses) e a igreja de S. Martinho de Mouros (Concelho de Resende), bem como algumas propriedades agrícolas, em Fornos, Vila Nova, Canaveses, Quinta de Gontige, Agrochão e Rio de Galinhas (Concelho de Marco de Canaveses) [Coelho (a), 2005, de 107 a 113].

Para melhor administrar o seu vasto património, Mafalda disponha de um séquito

bastante grande de vassallos, constituído por um mordomo, um porteiro, cavaleiros e capelães [Coelho (a), 2005, 33 e 34]. Já se havia constatado, anteriormente, que o Conde D. Mendo de Sousa fora partidário da causa das infantas, terá sido ele também, um membro do séquito de D. Mafalda?



Fig. 23- Igreja de S. Gens de Boelhe – Penafiel, cuja fundação é atribuída à infanta D. Mafalda.
Foto: SIPA

A memória colectiva das populações do Baixo Tâmega e Sousa têm atribuído a D. Mafalda, embora sem qualquer suporte documental, a fundação das igrejas de S. Gens de Boelhe¹⁹ [Rosas, 2009, 129], S. Pedro de Abragão²⁰ [Rosas, 2009, 73] e S.

¹⁶ - A professora Maria Helena da Cruz Coelho sobre a imprecisão em apurar o dia exacto da morte da infanta, à luz da documentação, indica uma data posterior a 1 de Maio de 1256 e anterior a 6 de Julho de 1256, dia em que D. Afonso III executa o seu testamento, a favor do mosteiro de Arouca [Coelho (a), 2005, 37].

¹⁷ - João Ameal refere que a sua morte ocorre em Rio Tinto, no decorrer de uma romagem a Amarante [Ameal, 1957, 391].

¹⁸ - Lavrado antes de 6 de Julho de 1256. A.N.T.T – Arouca, gav.3, mç.3, doc. 2. Publicado em: [Coelho (a), 2005, 81], transcrito em: [Coelho (a), 2005, 75] e traduzido em: [Coelho (a), 2005, 82].

¹⁹ - A fundação da igreja de S. Gens de Boelhe é atribuída a D. Mafalda, filha de D. Sancho I ou à Rainha D. Mafalda de Sabóia, esposa de D. Afonso Henriques. A igreja data do séc. XIII [Rosas, 2009, 129].

²⁰ - Embora já seja citada num documento, datado de 1105, a igreja românica que, da qual apenas subsiste a capela-mor datada do séc. XIII, é atribuída a D. Mafalda [Rosas, 2009, 73].

Salvador de Cabeça Santa²¹ (todas no Concelho de Penafiel) [Rodrigues, 2009, 77], bem como o recolhimento de Amarante, que será o germen do mosteiro de Santa Clara.

Estas fundações, embora se encontrem em dois concelhos diferentes, Amarante e Penafiel, têm em comum, a característica de se implantarem, na margem direita do Tâmega, relativamente próximas do rio e de seguirem os parâmetros da arquitectura Românica. Acerca do edifício amarantino deve-se, no actual ponto do conhecimento, colocar algumas reservas, pois apenas são conhecidas as indicações de Frei Manuel da Esperança: *«era então e foi, depois muitos séculos tão limitada a casa, que toda a cerca junta, escassamente bastava pera se fazer hum claustro»* [Esperança, 1666, 251].

Posto isto, vejam-se algumas questões e problemáticas acerca da fundação do recolhimento de Amarante e a pressuposta ligação à rainha D. Mafalda, na qualidade de principal mentora.

Como se referiu, Frei Manuel da Esperança [Esperança, 1666, 250] e mais tarde o professor José Marques [Marques, 1982,16], baseado no cronista franciscano, admitem que o recolhimento de Amarante fora fundado por D. Mafalda, depois de esta ter reformado para a Ordem de Cister o mosteiro de Arouca, ou seja, depois do ano de 1224.

O Padre Arlindo Magalhães, adianta a data de 1227, justificando com o facto de nesse ano, o Capítulo Geral dos Cistercienses, dar aos abades de Tarouca e Alcobaça a comissão de uma abadia de monjas, que uma filha do rei de Portugal iria construir. Todavia, não precisa a infanta, em questão. Nesta altura, já os mosteiros do Lorvão, Celas e Arouca estavam associados a Teresa, Sancha e Mafalda, respectivamente [Magalhães, 1998, 486-487]. Esta afirmação é fundamentada com um estudo da professora Maria Alegria Marques²², em que indica, baseando-se no Capítulo Geral da Ordem, acima citado, que no ano de 1227, havia em Portugal uma abadia de monjas, em construção, que ao contrário de Arlindo Magalhães, pensa indicando o estudo da professora Rosário Morujão [Morujão; 1991, 22 -28], tratar-se do mosteiro de Santa Maria de Celas (Coimbra), por ser o de fundação mais recente e que certamente ainda estaria, em construção [Marques, 1998, 54].

²¹ - Provável fundação na primeira metade do séc. XIII, relacionada com uma devoção de D. Mafalda a uma relíquia de um mártir (crânio) [Rodrigues, 2009, 77].

²² - Apresentado no Colóquio *«La Introducción del Cister en España y Portugal»*, que mais tarde haveria de rever numa nova versão [Marques, 1998, 1 – 354].

Segundo Arlindo Magalhães, o recolhimento feminino de Amarante, teria assim uma génese cisterciense, baseando a sua tese com as afirmações de Carvalho da Costa («*por ser o sítio aspero, e fragoso*» [Costa, 1705, 144]), que também diz ter sido fundado, pela rainha D. Mafalda, para monjas Bernardas e que posteriormente, as transfere para o mosteiro de Arouca [Magalhães, 1998, 487].

A ser assim, quais ou como seriam as relações entre Arouca e Amarante? Terá começado o recolhimento de Amarante por se tornar mosteiro cisterciense, que depois terá sido abandonado, pela Ordem de Cister, para mais tarde dar lugar a Terceiras de S. Francisco?

A implantação de mosteiros da Ordem dos monges brancos, caracteriza-se de grosso modo, por serem locais afastados de núcleos urbanos e junto de cursos de água. Em Portugal, algumas abadias cistercienses encontram-se em espaço de montanha, como por exemplo, Tarouca²³, Salzedas²⁴ e Aguiar²⁵, ou em colinas e planícies, como nos casos de Alcobaça²⁶ e Seiça²⁷ [Cocheril, 1964, 254 – 255].

Ora em Amarante, o local escolhido não corresponde, ao tipo de implantação topográfica preferida dos cistercienses. Embora próximo de um curso de água, o sítio onde será instituído o mosteiro de Santa Clara insere-se numa encosta com um declive, bastante acentuado, que se lança abruptamente no rio. Fruto da acção humana, este espaço foi aplanado para a construção dos espaços monásticos das freiras de Santa Clara e numa cota inferior, mas a uma escala de maior dimensão, para a construção do

²³ - S. João de Tarouca, segundo alguns investigadores, é o primeiro estabelecimento cisterciense, em território português. É dado como existente, a partir do ano de 1110, enquanto mosteiro beneditino. Foi reformado para os costumes cistercienses, entre 1140 e 1144. Pouco tempo depois é trasladado para um local mais próximo das margens do rio Varosa. A primeira pedra é lançada a 30 de Junho de 1152 e a nova igreja é sagrada a 18 de Junho de 1169 [Sousa, 2006, 101].

²⁴ - A Documentação comprova a sua existência, pelo menos, desde o ano de 1155. É entregue aos monges cistercienses de Claraval para nele introduzirem a sua reforma monástica, tendo sido aceite pela Ordem, a 29 de Maio de 1156. A partir de 1168, iniciam-se as obras do novo mosteiro de Santa Maria de Salzedas, cuja igreja seria sagrada em 1225 [Sousa, 2006, 105].

²⁵ - As origens do mosteiro de Santa Maria de Aguiar estão envoltas numa questão polémica, que tem por base a autenticidade ou a falsidade de dois diplomas de doação um de Fernando II de leão, datado de 1165 e outro de D. Afonso Henriques, lavrado no ano de 1174. Em 1170, aceitam a reforma cisterciense e transferem o mosteiro para a planície de Aguiar [Sousa, 2006, 108].

²⁶ - A fundação do mosteiro de Santa Maria de Alcobaça deve-se à iniciativa de D. Afonso Henriques, com a promulgação de um couto ao lugar de Alcobaça a 8 de Abril de 1153, a S. Bernardo, abade do mosteiro de Claraval, com a condição de que fosse aí fundado um mosteiro cisterciense. Os primeiros monges instalam-se, num local chamado de Chaqueda, próximo do sítio escolhido para construir o actual mosteiro. A sua construção inicia-se em 1178, estando já em funcionamento no ano de 1222. A igreja fora concluída em 1223 e sagrada em 1252.

²⁷ - O mosteiro de Santa Maria de Seiça teve origem numa pequena comunidade de monges ou eremitas, já existente em 1175, ano em que D. Afonso Henriques outorga uma carta de couto. A construção da abadia viria a ser da responsabilidade de D. Sancho I e a 1 de Março de 1195, chegam os primeiros monges provenientes de Alcobaça [Sousa, 2006, 110 – 111].

convento dominicano de S. Gonçalo de Amarante. Esta característica topográfica poderá corresponder a um elemento pouco adequado aos cistercienses. No entanto, algumas fixações da Ordem de Claraval, em Portugal transferem-se para locais mais aprazíveis, mas mantêm-se próximos da primitiva abadia. Tal acontece, por exemplo, com os mosteiros de Alcobaça e de S. Pedro de Águias [Marques, 1998, 53]. Caso existisse uma razão de ordem geográfica, o abandono do mosteiro e a respectiva transferência das religiosas, para Arouca, não seria devidamente documentada? Se bem que as fontes documentais são susceptíveis de perecerem, por várias razões. Mas perder-se-ia até a própria memória das populações locais ou mesmo da comunidade religiosa?

Não se tratará de um facto, mais ou menos fantasioso, que Carvalho da Costa e mais tarde Francisco de Magalhães encontraram, para poder associar o nome de D. Mafalda, reformadora do mosteiro de Arouca, ao de Amarante?

Apesar da Infanta se recolher ao mosteiro de S. Pedro e S. Paulo de Arouca e de o ter reformado para a Ordem de Cister, isto não implica que não tenha podido fundar e/ou gerir um mosteiro professo a outra Ordem, como por exemplo, o mosteiro de Tuíás, que lhe tinha sido doado pela ama, sujeito à Ordem de S. Bento e que, nessa condição permaneceu até à sua extinção em 1545 [Sousa, 2006, 83].

Assim sendo, D. Mafalda poderia ter instituído um pequeno recolhimento em Amarante, sem que este mantivesse qualquer tipo de relação com o mosteiro de Arouca ou com a Ordem de Cister.

No entanto, para os padres Silvestre Cerqueira Ribeiro, Manuel de Vasconcelos (párocos da Vila) e João de Magalhães (cura de S. João de Gatão), responsáveis pelas respostas das memórias paroquiais da freguesia da vila de Amarante, no ano de 1758, afirmam categoricamente, que não se sabe quem fora o fundador do mosteiro de beatas, mas a rainha Dona Mafalda foi sua benemérita, dotando-o com algumas rendas. Ou seja, o recolhimento não é fruto da iniciativa de D. Mafalda, mas a sobrevivência da instituição dependeu das suas acções [Capela, 2009, 135].

Esta possibilidade é bastante válida, muito diferente e contraditória com a memória da instituição, referindo D. Mafalda como benemérita e não como fundadora, todavia esta possibilidade carece de fontes documentais, que a possam corroborar.

Para além dos padres da vila e do cura de Gatão, os demais autores, com excepção de Albano Sardoeira [Sardoeira, 1979, 131] e Francisco Xavier Craesbeeck [Craesbeeck,

1992, 258], aceitam e atribuem a instituição do recolhimento de Amarante, à filha de D. Sancho I, mas sem a precisão de uma data concreta.

Para Francisco Xavier Craesbeeck, a fundação do mosteiro terá acontecido no ano de 1174, afirmando que a essa data, a futura rainha de Castela teria apenas 8 anos de idade e assim, não podia fundar o mosteiro e que a sua origem precede 80 anos, ao princípio da *Villa d'Amarante*²⁸ [Craesbeeck, 1992, 258].

Já se havia comprovado, que a infanta D. Mafalda nasceu entre 1195 e 1196 e não em 1164, como declara Craesbeeck, que também diz ser impossível a fundação de um recolhimento em Amarante, a essa data, uma vez que a vila, só existe como tal, a partir do ano de 1254. Já se confirmou no capítulo precedente, que se pode considerar a existência de um aglomerado urbano, minimamente compacto e distribuído por duas paróquias, em Amarante, pelo menos, desde as inquirições de D. Afonso II, ou seja, a partir do ano de 1220 [Machado, 1979, 20].

Por esta razão, as reticências de Francisco Xavier Craesbeeck, não têm qualquer fundamento. Ter-se-á enganado na conversão das datas da Era Hispânica, para a Era de Cristo?²⁹

Porém, admite a possibilidade da Rainha Santa Mafalda ter dado origem ao recolhimento, corroborando com a afirmação de Fernando Soledade (*«erigido pela Santa Rainha Dona Mafalda»*) [Soledade, 1705, 23]), sem precisar uma data concreta. Como se pode constatar, Esperança apenas diz que o recolhimento de Amarante havia sido fundado, depois de D. Mafalda ter introduzido a reforma cisterciense no mosteiro de Arouca [Esperança, 1666, 250], ou seja, Craesbeeck terá cometido um erro, na interpretação da crónica de Frei Manuel da Esperança.

Albano Sardoeira, por seu lado, numa fase inicial do seu discurso, lança para o ano de 1195, a fundação do recolhimento e suspeita da mesma, alegando que na altura a infanta apenas teria dois anos de idade (para Sardoeira, D. Mafalda terá nascido por volta de 1192) e por essa razão, era completamente impossível, dar início a uma comunidade religiosa, alegando que a ser fundado por uma rainha D. Mafalda, seria de admitir, a sua avó D. Mafalda de Sabóia³⁰, esposa de D. Afonso Henriques, numa data anterior a 1158.

²⁸ - Para Craesbeeck, Amarante tem origem a partir da ermida de S. Gonçalo, fundada no ano de 1254 [Craesbeeck, 1992, 250-251].

²⁹ - Ao somarem-se, à data de 1164, os 38 anos que diferem da era de César para a era de Cristo, obtêm-se o ano de 1202.

³⁰ - D. Mafalda de Sabóia, Filha de Amadeu III, Conde de Sabóia, Moriana e Piemonte e de Mafalda de Albon nascida no ano de 1136 (?), casa com D. Afonso I em 1146 e falece no ano de 1158 [Benevides, 2009, 95 a 108].

Atesta esta teoria com o facto da soberana passar com bastante regularidade, temporadas no seu Paço de Soutelo (Marco de Canaveses) e a ela ser atribuída a fundação da ponte de Canaveses, podendo-se inclusive supor, que durante esse período a rainha se deslocaria a Amarante e instituiria um cenóbio feminino [Cardoso, 1979, 131].

Tal como acontece com Craesbeeck, Albano Sardoeira cometeu um erro ao indicar que o mosteiro fora fundado por D. Mafalda em 1195 [Cardoso, 1979, 131], como se sabe a infanta terá nascido nesse ano ou no seguinte e não em 1192, como expressa Sardoeira. Acerca da fundação ter ocorrido, por iniciativa directa da esposa de D. Afonso Henriques, poderá ser uma possibilidade válida, no entanto, faltam as fontes documentais, tal como acontece para o caso da sua neta, se bem que acerca desta existe uma Memória, que deverá ser tida em atenção, desde que se tenha cuidado em avaliar o grau de fiabilidade da mesma. Mas já que Albano Sardoeira procura esta solução como uma das possibilidades de resposta ao problema da fundação do mosteiro, tendo em conta a data de 1195, não poderá ser tida em consideração, até se encontrarem fundamentos mais válidos para tal.

No entanto, como já foi indicado, o próprio Albano Sardoeira admite a hipótese do mosteiro ter partido da iniciativa directa da infanta D. Mafalda, numa data posterior a 1195 [Cardoso, 1979, 131].

Só a revelação de fosseis directores³¹ ou de fontes documentais poderá esbater estas questões nublosas, em torno da fundação ou do seu principal mentor. Para além de Frei Manuel da Esperança, que refere a existência de um letreiro epigrafado, com o seguinte campo epigráfico: «*Domina Mafalda me Fecit*», no sino da igreja [Esperança, 1666, 251], mais nenhum autor menciona um facto deste género. Este pressuposto fóssil director perde a importância, que um elemento desta natureza detém, pois na verificação que o cronista mandou fazer ao mosteiro, não a encontraram no sino, nem nas paredes da igreja, concluindo que se poderia ter perdido a quando de uma, das diversas remodelações e ampliações da igreja³². Contudo, e face a esta situação, Esperança

³¹ - Fósseis directores são todos os artefactos arqueológicos, encontrados em contexto de trabalho de investigação arqueológica que, pelas suas características muito específicas, são capazes de identificar cronologicamente uma unidade estratigráfica ou estrutura arqueológica, como por exemplo, Inscrições, algumas tipologias de cerâmica, moedas, armas, entre outras.

³² - Os sinos das igrejas, quando atingem o limite do período de utilização por serem na sua maioria em liga de bronze, são fundidos para se poderem fazer novos ou então, outros objectos metálicos. Poderá ser esta uma das razões, por que Frei Manuel da Esperança não encontrou no referido sino, a inscrição.

informa que a tradição da casa afirma que a dita rainha lançou a primeira pedra, fez a igreja e o coro, onde assentou quatro, ou cinco cadeiras [Esperança, 1666, 251].

Uma questão pertinente, para o assunto em análise, afluída por Craesbeeck (que afirma, «*a este citio se chegaram com os prodigios do glorioso São Gonçallo*» [Craesbeeck, 1992, 258]), mas que mais nenhum investigador lhe deu continuidade, fora determinar se eventualmente, o recolhimento tivera, alguma influência, directa ou indirecta de S. Gonçalo, chegado a Amarante por volta de 1247 - 1250 [Machado, 1979, 22]. Ou seja, partindo da condição do cenóbio ser fundado, numa data posterior à chegada do santo.

De facto, o recolhimento de mantelatas foi construído num local bastante próximo, embora a uma cota superior do sítio, onde S. Gonçalo reedifica uma velha capela, para dela fazer a sua ermida [Patrício, 2009, 16]. Terá sido esta situação, de proximidade entre os dois edifícios religiosos fruto do acaso, ou foi intencional? Será que o recolhimento de beatas, teve origem na acção evangelizadora de Gonçalo de Amarante, que na procura de servir as causas divinas leva a que um grupo de mulheres viva em comunidade e em oração, podendo ter o patrocínio de uma rainha, como D. Mafalda de Portugal?

São algumas questões como estas, que se poderão colocar em torno desta presumível relação. No entanto, o actual ponto de investigação, ainda não permite uma resposta credível e devidamente fundamentada. Mas, partindo de fontes documentais, entre os contactos de D. Mafalda, com alguns frades dominicanos, talvez se consiga estabelecer uma eventual ligação entre a infanta e S. Gonçalo, também ele de ascendência nobre (proveniente de Guimarães/ Vizela³³).

Sabe-se por uma carta de quitação passada ao seu Mordomo Paio Gonçalves, no mosteiro de Tuías, já aqui referida, que estavam presentes, entre outras figuras, quatro frades pregadores, seus capelães, frei Paio de Salnes, frei João Angélico, frei João do Santo Justo e frei João do Porto.

No testamento de D. Mafalda constam donativos para os dominicanos do Porto, constituídos por 200 morabitinos velhos (que lhe deviam uns particulares) uma cruz de ouro com uma relíquia do Santo Lenho, uma relíquia de S. Brás e ainda 100 moios do melhor pão do celeiro de Bouças [Marques, 2005, 38 e 109].

³³ - S. Gonçalo nasceu no lugar de Arriconha, freguesia de Tagilde, concelho de Vizela. Pertencente à nobre família dos Pereira [Ameal, 1957, 392] (vide anexos: pp.10 - 12).

Com base nestes documentos, comprova-se que houve de facto, fortes ligações entre a filha de D. Sancho I e os frades pregadores. Embora não se disponha de elementos, que permitam confirmar uma ligação, por intermédio dos capelães da rainha à figura de S. Gonçalo. A análise da documentação da Colegiada de Guimarães³⁴, à qual o santo parece ter pertencido³⁵, poderá confirmar estas ilações, caso sejam detectadas trocas de correspondência entre ambos. Ou seja, mediante o estabelecimento de laços de amizade ou de cordialidade entre D. Mafalda, com os seus capelães pregadores e estes, por seu lado, com a Colegiada e com os dominicanos de Guimarães, poderá contribuir para uma melhor clarificação, do facto do recolhimento feminino ter sido construído, nas proximidades de uma ermida pertencente à referida colegiada³⁶. Pela simples razão de Gonçalo de Amarante e dos capelães de D. Mafalda serem dominicanos, seria natural, que estes se relacionassem entre si, pelo menos nas alturas em que estivessem por Terras do Sousa e Tâmega ou na mínima possibilidade, tenham ouvido falar do pregador eremita de Amarante e vice-versa.

No caso de o recolhimento ter surgido, numa fase anterior, à chegada do pregador e uma vez, que se implanta num espaço bastante próximo ao de uma capela arruinada, seria normal, reedificá-la, com o intuito de aí se implantar o referido recolhimento, aliás como é habitual em tantas outras fundações. Mas porque será que assim não aconteceu? Esta resposta poderá ser encontrada na descrição de Frei Luís de Sousa acerca da fundação do Convento de S. Gonçalo: *«foi necessário, para se dar toda a traça, que a igreja traçada demandava, desfazer ao picão hum mui alto e aspero monte, que pendia sobre a ermida, e sepultura do santo»* [Sousa, 1977, 191], com este relato percebe-se que a ruína da capela localizava-se num espaço de acessibilidade limitada³⁷, para não dizer inacessível, entre uma grande elevação escarpada e um rio, ideal para a vida eremítica, mas não para a fixação de uma comunidade religiosa. Seria esta, uma

³⁴ - A documentação da Colegiada de Guimarães encontra-se devidamente condicionada e arquivada no Arquivo Nacional Torre do Tombo. O seu fundo documental tem sido objecto, de inúmeros estudos, contudo ainda subsistem, muitos documentos, praticamente inéditos [Rosário, 1981, 58].

³⁵ - Gonçalo de Amarante, antes de abraçar a Ordem dos frades pregadores, parece ter sido Cónego da Colegiada de Guimarães. A própria Colegiada difundiu amplamente, o culto a S. Gonçalo, pelas suas igrejas e capelas, durante os sécs. XIII, XIV e XV [Magalhães, 1996, 182].

³⁶ - A igreja de S. Gonçalo de Amarante (reedificada pelo santo e dedicada à Virgem) aparece pela primeira vez documentada, num testamento de Maria João, lavrado no dia 18 de Maio de 1279 [Magalhães, 1998, 487]. Nesta ermida estará sepultado o santo que em 1540, deu lugar à igreja do convento de S. Gonçalo de Amarante, onde fora simulado no local da sepultura, um sarcófago com estátua jacente do santo [Cardoso, 1995, 9].

³⁷ - Com a reconstrução da ponte, junto à ermida, as suas acessibilidades terão sido melhoradas, a própria deslocação do burgo amarantino em direcção à ponte e à ermida, também poderá ter dado um contributo a estas melhorias.

intenção de procurar substituir a capela arruinada e quase inacessível, por uma próxima e mais acessível?

O momento da fundação do recolhimento de Amarante, permanece um mistério, todavia conhecem-se fontes documentais, que o dão como devidamente implantado, no ano de 1272, nomeadamente uma disposição testamentária de Fernando Gonçalves [Teixeira, 2000, 541], seguindo-se outras datadas de 1282, 1284, 1287, 1302, 1308 e 1350 (Estes documentos serão devidamente explorados, no próximo capítulo).

Em suma, verificou-se que a fundação de um recolhimento em Amarante, muito próximo de uma ermida reedificada por S. Gonçalo, é atribuída a D. Mafalda que, embora sem a respectiva validação documental, é consensual ou, pelo menos, admitida por todos os autores, e que este recolhimento irá estar na origem, ao mosteiro de Santa Clara de Amarante. Quanto à questão da data da fundação as opiniões são divergentes, mas pode-se concluir que ela terá ocorrido no séc. XIII, entre os anos de 1224 e 1272, ou então e partindo do pressuposto que o surgimento desta casa religiosa, tem a influência de S. Gonçalo, será de se admitir a possibilidade de esta ter acontecido, entre os anos de 1250 e 1272, ou seja, entre a data que corresponde à sua chegada e instalação em Amarante e a da primeira disposição testamentária, feita ao recolhimento (pelo menos conhecida até ao presente momento). Só a continuidade de trabalhos de investigação arqueológica e histórica poderá, eventualmente, desvanecer algumas dúvidas, ou até mesmo revelar, se de facto foi a rainha Santa Mafalda a instituí-lo.

Tal revela-se essencial para verificar a correcção ou a incorrecção, da memória colectiva.

2.4- De Recolhimento a Mosteiro de Santa Clara

Na então vila de Amarante surgiu, entre 1225 e 1272, um pequeno cenóbio de virtuosas mulheres, que a tradição atribui à Rainha Santa Mafalda, infanta de Portugal e rainha de Castela, filha de D. Sancho I e de D. Dulce de Aragão. Porém, permanecem ainda por descobrir as razões ou os propósitos, da sua fundação, bem como a entidade, a quem este recolhimento seria dedicado.

Estas virtuosas mulheres, também designadas de mantelatas¹ ou beguinas, distinguem-se das monjas ou das freiras, apenas pelo simples facto de não fazerem votos de clausura, podendo manter o contacto com o mundo ou o século [Parisse, 1994,185]. Assim, tanto podiam levar uma vida de recolhimento em comunidade ou isoladamente, nas suas próprias casas [Pedroso, 2010, 469].

De lato modo, estas recolhidas podem designar-se, de “religiosas laicas”. Definição um pouco contraditória, uma vez que às mulheres é vedado o acesso ao clero secular, mas ao professarem numa Ordem religiosa, adquirem como que um estatuto similar [Parisse, 1994, 197].

Estes grupos ou movimentos cristãos femininos são um dos fenómenos urbanos, da Europa cristã, dos sécs. XII e XIII. Desenvolvem as suas actividades principais no acolhimento de peregrinos e viajantes, no asilo e assistência a pobres, enfermos e leprosos, ou simplesmente se recolhem da vida secular e permanecem, em oração e contemplação constante [Parisse, 1994, 197].

De concreto, sobre o cenóbio medieval de Amarante, apenas se pode comprovar a sua existência, a partir de uma série de disposições testamentárias, realizadas no cabido da Colegiada de Guimarães, então sedeada na igreja de Santa Maria da Oliveira: O mais antigo destes testamentos é o de Fernando Gonçalves datado de 1272, que concede 2 libras por pitaça às donas de Amarante («*Item Dominabus de Amaranti Ij libras pro pitaça*») ² (ver anexo: pp.42) Seguindo-se-lhe outro de 12 de Dezembro de 1282, a mando

¹ - A primeira santa mantelata da História da igreja é S^{ta}. Juliana Falconieri (1270 – 1341), descendente de uma família de Florença e sobrinha de Santo Aleixo. Aos 14 anos torna-se na primeira mulher a vestir o hábito da Ordem Terceira das Servas de Maria. Reuniu algumas condiscípulas e fundou a Ordem Terceira Feminina das Oblatas Servitas, designadas mantelatas do hábito adoptado [Pedroso, 2010, 469].

²-A.N.T.T - Colegiada de Guimarães, Particulares, mç. 11, doc. 19. Transcrito em: [Rosário, 1980, 75-76].

de D. Broilhe, que deixa 5 libras, por pitaça, às religiosas de Amarante³ («*Item Freyris de Amarante V libris in pitancia*»⁴) (ver anexo: p. 43). A 12 de Junho de 1284, é feito o de um João Pedro que reserva 10 soldos, para as monjas de Amarante («*Munialibus de Amarante decem sólidos*»⁵). A 6 de Fevereiro de 1287, no de Urraca Esteves é feita a doação de «*sinco soldos as freiras*»⁶. A 20 de Setembro de 1302, no de Maria Domingues são concedidos quatro maravedis para as freiras de Amarante («*Item as freiras de Amarante quarta de maravid*»⁷), também no de Maria Anes, lavrado a 14 de Janeiro de 1308, é feita uma doação de 5 soldos, dos quais metade se destinam à oração («*Item mando as freiras de Amarante sinco soldos e metaome em oraçom*»⁸) e num de Nicolau Geraldês, realizado a 3 de Setembro de 1350, são lhes doados quarenta soldos («*Item mando as freiras de Amarante carenta soldos*»⁹).

Estes documentos, para além de comprovarem a existência e o pleno funcionamento de um recolhimento feminino, em Terras de Amarante, deixam transparecer, uma certa popularidade e estima, que este gozava, junto das populações das localidades circunvizinhas de Amarante, nomeadamente, as da vila de Guimarães.

Esta comunidade religiosa poderia, eventualmente, estar relacionada com as instituições de caridade, existentes na vila, por volta dessa altura, tais como as albergarias (a albergaria do Covelo do Tâmega e a pressuposta albergaria de Amarante, na margem direita do Tâmega) e a gafaria de S. Lázaro.

Apesar destas instituições não se terem instalado nas imediações do recolhimento, a sua comunidade poderia ter a seu cargo a assistência ou o apoio a todos aqueles que a elas recorriam.

Partindo do princípio de que a origem desta comunidade esteve relacionada com a acção evangelizadora de S. Gonçalo, salientada por Francisco Xavier Craesbeeck («*a este citio se chegarão com os prodígios do glorioso São Gonçalo*») [Craesbeeck, 1992, 258]. Delega-se ao cenóbio, não uma função caritativa, mas sim uma actividade centrada na oração e na contemplação dos mistérios divinos. Através da recomendação testamentária de Maria Anes, parece evidenciar-se tal princípio ou norma de vida, pois

³ - A.N.T.T - Colegiada de Guimarães, Particulares, mc.13, doc. 9. Transcrito em: [Rosário, 1980, 79].

⁴ - *Vide* Claridade, nome dado aos numerários, que resultavam das ofertas gratuitas que, os fiéis davam a um mosteiro ou a uma catedral [Viterbo, 1865, 187 e 219].

⁵ - A.M.A.P - Testamentos e Doações ao Cabido, Tomo II, doc. 115, fl.207v.

⁶ - *Idem*, Tomo I, doc. 69, fl.110.

⁷ - *Idem*, Tomo II, doc. 50, fl.95v.

⁸ - *Idem*, Tomo II, doc. 85, fl. 157v.

⁹ - *Idem*, Tomo I, doc. 71, fl.114v.

refere claramente, que metade dos 5 soldos, por si doados, tem de ser canalizados para os gastos com a oração das mantelatas de Amarante, «*sinco soldos e metaome em oraçom*»¹⁰. Ora, na Idade Média, é frequente existirem comunidades femininas, que levavam uma vida em tudo semelhante à das congregações religiosas da época. Tal acontece, porque apenas as elites sociais tinham a capacidade financeira suficiente para ingressar num cenóbio de uma determinada Ordem religiosa. As mulheres de estatuto social mais baixo, que ingressassem num mosteiro, seriam mantidas numa posição subalterna [Parrisse, 1994, 195], permanecendo inclusive, algumas delas leigas, ou melhor, sem professor, para estarem como criadas, ao serviço de uma monja, proveniente de um estrato social mais elevado, ou como serviçais de toda a comunidade religiosa [Parrisse, 1994, 195 - 197].

A acompanhar o crescimento das cidades europeias e como forma de escapar a uma condição subalterna, de religiosas de estatuto social mais elevado em relação a outras de condição mais humilde, surgem espaços constituídos por uma área habitacional, que dispunham de uma ou várias celas, organizadas em torno de um pátio central (claustro) e de uma igreja [Parrisse, 1994, 192]. Espaço em tudo semelhante a um mosteiro, podendo ter acessos directos para o templo ou para o exterior [Parrisse, 1994, 192]. Estes edifícios são designados habitualmente de *beguinarias*, ou simplesmente de *recolhimentos*.

A pouco e pouco as *beguinarias* vão-se organizando em comunidades cada vez mais rigorosas, chegando ao ponto de não existirem grandes diferenças, entre o quotidiano de um recolhimento e o de um mosteiro feminino, professo numa determinada Ordem religiosa [Parrisse, 1994, 197].

Estas mulheres, dedicadas ao serviço divino ou à ajuda ao próximo, podem adquirir várias designações, tais como: devotas, beatas, mantelatas, arrependidas, penitentes ou Madalenas (por terem, por padroeira Santa Maria Madalena¹¹) [Parrisse, 1994, 198]. Não se sabe ao certo qual seria a forma de vida desta comunidade, no entanto depreende-se que o recolhimento de Amarante fora construído para uma comunidade muito pequena de «*mulheres virtuosas*» [Esperança, 1666, 251] e que poderá ter sido este, um destes motivos a justificar a sua criação, pela infanta D. Mafalda.

¹⁰ - Vide nota 7.

¹¹ - A título de Curiosidade, S^{ta}. Maria Madalena é juntamente com S. Gonçalo, S. Veríssimo e Nsa. Sra. da Assunção, padroeira da cidade de Amarante.

Todos os documentos, atrás citados, referem a existência de freiras, em Amarante («*freyris*» ou «*freiras*»)¹², à excepção do testamento de 1287, que as designa, de monjas («*munialibus*»)¹³. Tal como salienta Frei Manuel da Esperança, o facto da documentação denominar este grupo de mulheres como freiras ou monjas de Amarante, poderá ser sinónimo de se estar perante um recolhimento de mantelatas, beguinias ou beatas. Pois tratando-se de religiosas professas numa determinada Ordem, seriam designadas como tal e não freiras de Amarante [Esperança, 1666, 252].

Estas freiras ou monjas de Amarante não poderão ser vistas como sendo uma comunidade, pertencente a uma qualquer congregação religiosa, quando muito, poderiam basear a sua norma de vida, na regra de uma determinada Ordem religiosa feminina.

A aparente confusão, na designação de freiras ou de monjas, que as fontes documentais atestam, deve-se à dificuldade da sociedade baixo-medieval em definir e distinguir os muitos movimentos religiosos femininos, que vão surgindo pela Europa, entre os sécs. XII e XIV, mantendo apenas, entre si, a característica comum da renúncia ao mundo terreno, em prol do mundo metafísico, ou na disponibilidade ao próximo [Parisse, 1994, 198].

Nos finais do séc. XIII, muitas beguinarias da Europa cristã agregam-se às recém-criadas Ordens Terceiras, uma descoberta dos mendicantes, que sortiu maior sucesso entre os franciscanos, que passam a ter a seu cargo o enquadramento espiritual das beguinias [Parisse, 1994, 234]. Situação idêntica poderá ter sucedido com a beguinaria de Amarante, que sentindo de perto o apelo à forma de vida, proposta por S. Francisco e por Santa Clara de Assis, que já se havia implantado em localidades relativamente próximas, tais como Lamego¹⁴, Entre-Ambos-os-Rios (Torrão)¹⁵ e Guimarães¹⁶,

¹² - Vide notas 1,3,5,6,7 e 8.

¹³ - Vide nota 4.

¹⁴ - Trata-se do primeiro mosteiro de clarissas fundado em Portugal, no ano de 1258, sob a invocação de Santa Maria e de Santa Clara, resultante da reunião de algumas mulheres devotas, sob o beneplácito do papa Alexandre IV que a 20 de Fevereiro de 1258, as tomou sob a sua protecção e lhes concedeu a Regra de Hugolino, colocando-as dias depois, sob a obediência e cuidado do Ministro Geral e Provincial dos Franciscanos. Não estando ainda construído o mosteiro, em 1258 e devido à falta de assistência espiritual por parte dos franciscanos, cujos conventos mais próximos se encontravam sediados na Guarda e no Porto, as religiosas são transferidas para Santarém, a mando de D. Afonso III e com autorização do papa Alexandre IV, concedida por Bula de 29 de Abril de 1259. A 28 de Janeiro de 1260, o novo mosteiro já estava edificado, como comprova um documento papal [Sousa, 2006, 293].

¹⁵ - Fundado em 1256 por D. Châmoa Gomes e pelo marido D. Rodrigo Froilas. Em 1427 as religiosas são transferidas para um novo mosteiro, construído na cidade do Porto, com a finalidade de garantir uma melhor segurança da comunidade e dos bens do mosteiro, que era constantemente alvo, de abusos por parte de Nobres locais [Sousa, 2006, 294].

começasse a ser seduzida, por estes novos preceitos (vide anexos: p.34). Fosse como fosse, foi «*crescendo depois na devoção, e no número, vieram a professar a Ordem Terceira de N. P. Seráfico, que andava mui valida em a gente secular. E dellas neste estado de Terceiras Franciscanas, é a primeira memória, que eu pude alcançar de 16 de Abril do ano de Cristo de 1333, sendo muito mais antigas*» [Esperança, 1666, 252]. Esta “primeira memória”, referida por Frei Manuel da Esperança, é uma carta de privilégios, passada em Santarém, por D. Afonso IV, pela qual, o rei toma à sua guarda, encomenda e protecção «*as donas e os seus homens e seus gados e seus erdamentos e posyções e todallas outras cousas*»¹⁷(vide anexos: pp. 44 - 45), proibindo que lhes seja feito, qualquer mal ou violência [Marques, 1982, 16]. Nesta missiva o rei designa o recolhimento de mosteiro: «*ao dito seu mosteiro*». O que poderá ser um indicativo da condição de Terceiras de S. Francisco.

Mais tarde, no dia 26 de Dezembro de 1389, D. João I confirma estes privilégios [Marques, 1982, 16]: «*Dom Joham polla graça de Deus rey de Portugal e do Algarve etc. a quantos esta carta vyrem fazemos saber que nos recebemos em nosa guarda e emcomenda e sob nosso defendimento hás donas d’Amarante que trazem o abyto de Santa Crara e a seu mosteiro e seus homens e a seus guados e seus erdamentos e posysoes e todallas outras cousas*»¹⁸(vide anexos: pp.46 - 47).

Estes diplomas voltariam a ser corroborados por D. João III, no dia 28 de Janeiro de 1536, a pedido da Abadessa e das demais religiosas do mosteiro: «*Pedindo a dita abadesa e freiras por mercee que lhe confirmassemos a dita carta. E visto per mim seu requerimento tenho por bem e lha confirmo e ey por confirmada*».¹⁹

Como Terceiras de S. Francisco terão permanecido até à primeira metade do séc. XV, pois no documento de D. João I, datado de 1389, é expressamente indicado, «*hás donas d’Amarante que trazem o abyto de Santa Crara*», ou seja, a comunidade de religiosas do mosteiro de Amarante, embora vista o hábito da Ordem de Santa Clara, como era permitido às terceiras, não era ainda professa na respectiva Ordem, porque as suas religiosas ainda não tinham tomado os votos. O seu ingresso, no ramo feminino dos Frades Menores, aconteceria, em data incerta, anterior a 1449, como se pode verificar, a

¹⁶ - Trata-se do Convento de S. Francisco de Guimarães, fundado em 1216, a partir de um ermitério, relacionado com a passagem de frei Gualter e frei Zacarias por Portugal, instalado num local chamado Fonte Santa que ficava fora da Vila Vimaranesa. Em 1271, a comunidade muda-se para o interior da Vila [Sousa, 2006, 273].

¹⁷ - A.N.T.T - Chancelaria de D. João III, livro 22º, fl.144. Transcrito em: [Marques; 1982; 41].

¹⁸ - *Idem*, fl. 143. Transcrito em: [Marques; 1982, 42].

¹⁹ - Ver notas 12 e 13.

partir de um documento de D. Afonso V, datado o dia 25 de Abril desse ano, em que o monarca se compromete a conceder, ao agora Mosteiro de Santa Clara de Amarante,



Fig. 24- Pormenor das freiras clarissas na pintura denominada de “Chegada de Inês ao Mosteiro”, da autoria de Bento Coelho da Silveira, séc. XVIII, Igreja da Madre de Deus – Lisboa.

uma esmola anual de 1 000 libras²⁰, pagas pelo almoxarifado de Guimarães [Marques, 1982, 16]. Neste diploma, as religiosas já são designadas de freiras de Santa Clara [Esperança, 1666, 252], ou seja, entre 1389 e 1449, a comunidade de Amarante, professara a Regra Urbaniana²¹ (também designada de Segunda Regra de Santa Clara) [Gonzaga, 1587, 812], integrando no ramo dos Claustrais [Esperança, 1666, 252] e pertencendo à Província de Portugal dos Conventuais ou Claustrais, sedeados no Convento de S. Francisco do Porto.

O mosteiro de Santa Clara de Amarante, não foi o único, em território nacional, a ter tido uma origem, na Idade Média, a partir de um recolhimento de mantelatas. Com um processo semelhante, encontram-se os mosteiros de Santa Clara da Guarda²² e de Nossa Senhora da Conceição de Beja²³ [Fontoura, 2000,47].

Tal como noutras comunidades, a situação económica deste pequeno mosteiro, durante os primeiros anos do reinado de D. Afonso V e durante a regência do infante D.

²⁰ - A.N.T.T - Chancelaria de D. Afonso V, liv.23, fl.38 v.

²¹ - Aprovada pelo Papa Urbano IV, a 18 de Outubro de 1263, com o intuito de resolver as divergências das clarissas sobre a maneira de entenderem a pobreza e sobre a sua relação com o ramo masculino da Ordem. A Regra Urbaniana constitui a etapa final do desenvolvimento da forma de vida de Hugulino. Apesar de recolher elementos de outras regras, acrescenta aspectos novos como a transformação da clausura em voto e a recomendação do uso do escapulário, impõe a sujeição de todos os mosteiros à jurisdição de um cardeal protector, autoriza a aceitação de rendas e possessões. Esta regra pensada para unificar a Ordem acabaria por gerar a sua divisão em dois grupos, o da Regra de Urbano e o da de Santa Clara [Pereira, 1996,343-344].

²² - A primeira referência datada deste mosteiro de Terceiras Seculares de S. Francisco é de 1344. Em 1346, viriam a adoptar a Regra de Santa Clara, condição que é rectificada na bula pontifícia: *Exposuerunt nobis* de Clemente VI, lavrada a 2 de Abril de 1346 [Sousa, 2006, 299].

²³ - Com origem a partir de um recolhimento de mantelatas, o mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Beja foi fundado pelo Infante D. Fernando (irmão de D. Afonso V) e por sua mulher D. Beatriz, primeiros duques de Beja, em 1459, recebendo para tal, licença do papa Paulo II. Em 1463, a comunidade já havia professado a Ordem de Santa Clara, adoptando a regra de Urbano IV [Sousa, 2006, 326 – 327].

Pedro, duque de Coimbra, seria bastante complicada, daí a origem da esmola concedida pelo rei [Marques, 1982, 16].

Frei Manuel da Esperança afirma que, quando entraram na Ordem de Santa Clara, as religiosas não seriam mais, do que cinco e que a primeira abadessa eleita foi Soror Guiomar das Chagas, falecida em 1505 (vide anexos: pp. 18 – 19 et 27) [Esperança, 1666, 252]. Refere também que depois do ingresso na Ordem, o número das Senhoras Pobres de Santa Clara, recolhidas no mosteiro de Amarante, começou a aumentar significativamente [Esperança, 1666, 252].

A emissão do Decreto Apostólico²⁴ de 12 de Janeiro de 1567, obriga as religiosas a guardar clausura e a prestar obediência aos prelados da Regular Observância [Esperança, 1666, 252 – 253], ou seja, passam da condição de Claustrais à de Observantes [Sousa, 2006, 298]. Provavelmente, esta reforma já viria a ser preparada há algum tempo e terá sido, senão a principal, uma das razões para a remodelação da estrutura monástica, patrocinada pelos donatários do concelho de Gouveia de Riba Tâmega, mais concretamente, D. Martim Afonso de Sousa e sua mulher D. Joana de Tovar, a partir de 1560²⁵ (No próximo capítulo abordar-se-á com maior pormenor, a evolução da estrutura monástica). A reforma para o ramo Observante, entra em vigor em 1668 [Esperança, 1666, 254], como sucedeu com os demais mosteiros franciscanos portugueses [Moreira, 2000, 23].

À data da entrada do decreto, o abadessado era ocupado por D. Catarina de Aragão (vide anexos: p. 27), que passa a chamar-se Catarina da Conceição, «conforme o estilo desta nossa observância que desterrando apelidos da nobreza, introduziu o de santos» [Esperança, 1666, 254]. Para ajudar a comunidade a melhor se adaptar aos novos preceitos impostos pela Observância, foram enviadas duas religiosas do mosteiro de Vila do Conde (Soror Joana da Madre de Deus e Soror Joana de Jesus, tia e sobrinha respectivamente, pertencentes à família Ataíde), juntamente com uma secular (Cosma Pinta) que viria a professar, no mosteiro de Amarante. Sentindo a comunidade adaptada aos novos preceitos da Regular Observância, as reformadoras regressam a Vila do Conde [Esperança, 1666, 254].

²⁴ - O Breve Apostólico é decretado pelo Papa Pio V, a pedido do Cardeal D. Henrique para que fossem reformados todos os mosteiros claustrais, existentes em Portugal [Moreira, 2000, 22].

²⁵ - Segundo Teresa Mourão, a reforma dos mosteiros de clarissas constituiu um importante movimento de renovação religiosa geral que, eclodiu em Portugal num evidente contexto de pré-reforma, não chegando, porém, às últimas consequências, pois esbarrou em vários obstáculos, que foram desde a oposição das próprias religiosas e das suas famílias até à da Corte Régia [Mourão, 2004, 52].

De acordo com o cronista da Ordem, este mosteiro começa sem padroeiro, sem fundador e sem rendas, sobrevivendo apenas com os dotes das noviças e com as esmolas que pediam. Numa relação, realizada em 1592, chega-se à conclusão que as religiosas viviam por milagre [Esperança, 1666, 253]. Nalgumas alturas, apenas auferiam de renda algum pão, que quase não chegava para as suas necessidades e recebiam também 10 000 reis de juros com que pagavam ao médico, que cuidava das enfermas [Esperança, 1666, 253]. Antes de se tornarem Observantes, para angariarem alguns numerários, as freiras mais idosas andavam pelos lugares da vila a pedir esmola, depois regressavam ao mosteiro e enviavam mamposteiros, para fazerem a colecta [Esperança, 1666, 253]. Após terem entrado, no ramo franciscano da Regular Observância, as religiosas solicitaram, por duas vezes, autorização, uma ao bispo do Porto, D. Rodrigo Pinheiro (que ocupou a cátedra da diocese, entre os anos de 1552 e 1572) e outra, com a data de 1602, ao rei D. Filipe II de Portugal (III de Espanha), para saírem do mosteiro, a fim de irem pedir esmola pelos lugares da vila, como faziam no tempo em que eram claustrais [Esperança, 1666, 253].

Apesar das dificuldades financeiras do mosteiro, o cronista franciscano garante que, em nenhum momento, a casa das irmãs de Santa Clara deixou de receber «*a piedade cristã*» [Esperança, 1666, 253] dos soberanos de Portugal. Entre estes indica D. Afonso IV, D. João I, D. Afonso V, D. João III e D. Sebastião. Este último monarca concede ao mosteiro de Amarante, um assento da oficina que possuía na Feitoria, antigo concelho de Gestaço, onde se faziam lonas e vedantes para a armada real [Esperança, 1666, 253].

Pelo acima disposto, pode concluir-se que o mosteiro de Santa Clara de Amarante integra a primeira fase de implantação do movimento franciscano feminino em Portugal, a Norte do rio Douro, inserindo-se num grupo de que faziam igualmente parte os mosteiros de Entre-Ambos-os-Rios²⁶ e de Vila do Conde²⁷ [Teixeira, 2000, 541].

Desde a sua origem como recolhimento de mantelatas e, mais tarde, como Terceiras de S. Francisco ou como mosteiro de clarissas, sempre foi muito humilde e com fontes de rendimento limitadas, mas mesmo assim «[a divina Providencia] *em tempo que havia grande necessidade de pão, declarando por elle, que assim as remediava benigna, porque as conhecia servas fieis*» [Soledade, 1705, 24].

²⁶ - Vide nota 14.

²⁷ - Instituído a 7 de Maio de 1318, por D. Afonso Sanches, filho bastardo de D. Dinis e por D. Teresa Martins Telo, sua esposa [Sousa, 2006, 297].

A partir do séc. XVI²⁸, o cenóbio conhece alguma notoriedade, que se expressa na construção de uma parte significativa dos edifícios do conjunto monástico, feita em grande parte pela acção dos seus beneméritos. Data também desta centúria, o mais antigo livro de prazos do mosteiro de Santa Clara de Amarante, que chegou até aos nossos dias, tendo o primeiro registo sido efectuado no dia 8 de Janeiro de 1512²⁹.

²⁸ - O séc. XVI corresponde ao período de maior difusão dos mosteiros de clarissas, em Portugal [Mourão, 2004, 52].

²⁹ - A.D.P – Convento de Santa Clara de Amarante, livro de prazos nº 5, fl.46 (o documento encontra-se destacado do tombo, num dossier em anexo: A.D.P- Convento de Santa Clara de Amarante, documentos avulsos).

2.5 - Caracterização dos Espaços Monásticos:

Da Origem ao Incêndio de 1809.

O conhecimento dos espaços monásticos do mosteiro de Santa Clara de Amarante revela-se complexo pelas múltiplas transformações, que estes sofreram, desde a sua remota origem até ao fatídico dia 18 de Abril de 1809. Com base no remanescente, nos recentes dados fornecidos pela arqueologia e numa circunstanciada análise do fundo documental e bibliográfico apresentam-se novos dados para um conhecimento de etapas ainda brumosas do edificado. Através de um estudo comparativo com outras casas da mesma Ordem em Portugal apresenta-se uma caracterização hipotética evolutiva dos espaços do mosteiro.

Traça-se previamente uma descrição geo-urbana do sítio onde se implantou o mosteiro das clarissas de Amarante. Em seguida caracterizam-se genericamente os espaços monásticos na Idade Média e a sua evolução na Época Moderna, até ao incêndio de 1809.

1 - O Sítio:

O mosteiro encontra-se implantado numa plataforma, a meia encosta entre o planalto do Campo da Feira e o rio Tâmega, mais concretamente sobre a colina, que se estende em declive acentuado até ao rio, junto do local, mas a uma cota superior, da ponte de Amarante e de uma ermida dedicada a Nossa Senhora da Assunção. Sobre esta ermida, viria a ser construído em 1540, o convento dominicano de S. Gonçalo de Amarante.

Este local, nos finais da Idade Média, era extrínseco ao aglomerado urbano, que então apenas começava a perfilar o seu desenvolvimento futuro em direcção à ponte. Ponto estratégico e obrigatório de travessia para Trás-os-Montes e para o Douro Litoral e lugar de peregrinação ao túmulo de S. Gonçalo (um dos locais mais importantes de peregrinação e romaria do Norte de Portugal). Com o tempo este espaço acabou por ser

enquadrado no núcleo da “*villa d’Amarante*”¹, embora se mantivesse, de certo modo, resguardado do bulício e da agitação normal do quotidiano de um centro urbano em franco crescimento. Não pode ser esquecido ainda a efervescência derivada dos movimentos, a esse local, de peregrinações e romarias, determinantes para o desenvolvimento de uma intensa vida urbana.

Deste modo, acautelavam-se as condições básicas para a instalação e sobrevivência de um mosteiro mendicante franciscano feminino. Pois à partida estavam asseguradas a protecção, a manutenção espiritual e o sustento da comunidade de religiosas enclausuradas, mas não isoladas, vivendo na urbe, mas ao mesmo tempo refugiadas dela

[Silva, 2008, 109].

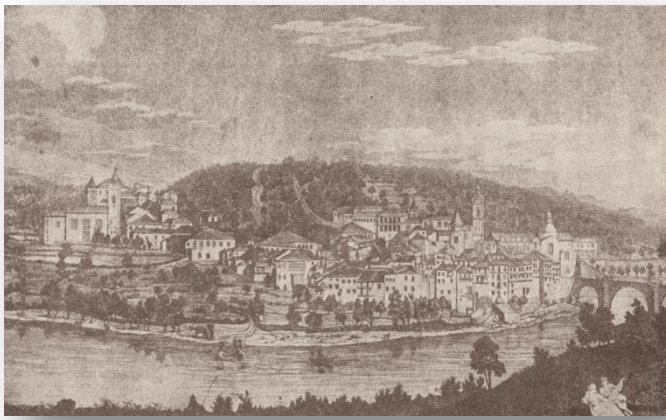


Fig. 25- Gravura da Vila de Amarante, de Gregório Francisco de Queirós, s.d (séc. XVIII), colecção do Eng. Pedro de Alvellos [Cardoso, 1979, 155].

Como acontece com outros mosteiros mendicantes, também o mosteiro de Santa Clara de Amarante, nos finais da Idade Média e ao longo de toda a Época Moderna, parece ter impulsionado o fenómeno urbano na sua envolvente². Se bem que a ponte

e o túmulo de S. Gonçalo tenham sido, à partida os elementos primordiais deste impulso, o surgimento de dois bairros, nas imediações deste mosteiro, designadamente o bairro de Santa Clara e o bairro de S. Sebastião ou da Graça, que actualmente apresentam uma configuração da Época Moderna, ao nível dos elementos construtivos e arquitectónicos, terão tido uma origem medieval, cristalizada na configuração dos seus arruamentos.

¹ - De acordo com Lúcia Silva o mosteiro de Santa Clara de Amarante implanta-se na margem contrária, ao local onde se desenvolve o burgo medieval de Amarante [Silva, 2008, 86]. Considera-se ter havido equívoco nesta informação, pois para além de existirem indícios de ocupação medieval em Amarante, na margem direita do Tâmega, é sabido que a margem esquerda, até à reforma dos concelhos, em 1836, integrava a jurisdição dos concelhos de Gestaço e de Gouveia [Marques (b), 1990, 10 – 14]. Estas povoações ribeirinhas constituíam duas pequenas vilas política, administrativa e judicialmente independentes da então vila de Amarante, embora geograficamente conectadas e agregadas, formando praticamente apenas um aglomerado urbano.

² - A edificação de um convento, quer no interior do tecido urbano consolidado, quer na periferia, representava sempre um elemento de qualificação do espaço em que se inseria, podendo, no primeiro caso, promover processos de renovação urbana e, no segundo, o desenvolvimento de novos bairros [Gaspar, 2002, 90].

No entanto, para além do impulso urbano que este mosteiro exerceu, juntamente com o convento de S. Gonçalo, impôs limites ao desenvolvimento da malha da cidade, impedindo-a de crescer para as vertentes Este e Norte do planalto do Campo da Feira, confinando a então vila, às vertentes Sul e Oeste³.

2- Caracterização dos Espaços Monásticos na Idade Média:

Do primitivo recolhimento de Amarante, que a «tradição constantíssima da casa» [Esperança, 1666, 251], atribui à infanta D. Mafalda, filha de D. Sancho I, pouco ou nada se sabe. A mesma memória diz que esta instituição era constituída por uma pequena igreja e um coro, com quatro ou cinco cadeiras. O cenóbio, incluindo os espaços não edificados, seria delimitado por uma cerca, embora esta ocupasse uma área

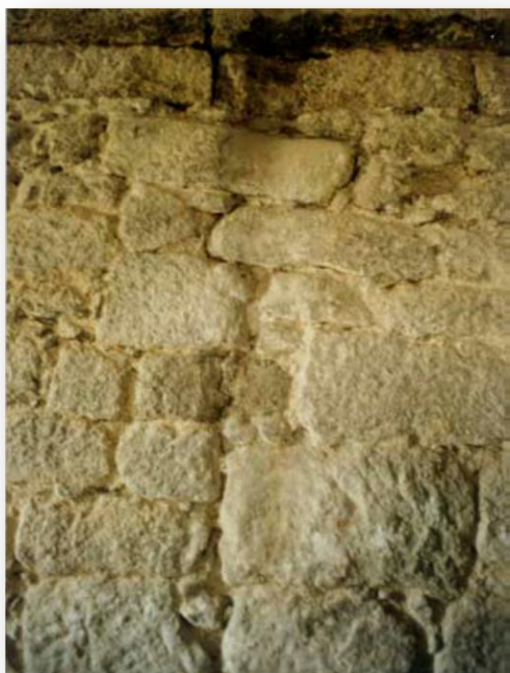


Fig. 26- Desgaste pronunciado de uma parede exterior do alçado Sul do Coro Alto, provocado por uma corrente do sino [Teixeira (a), 2010, 11].

muito limitada. Existia também um campanário que conteve pelo menos o sino, com a epígrafe: «*Domina Mafalda Me Fecit*» [Esperança, 1666, 250 -251], já atrás referido, no capítulo sobre a origem do mosteiro. Quanto a esta epígrafe, o cronista citado não confirma a sua veracidade, por a não ter encontrado, afirmando que se possa ter perdido, por ocasião das obras de ampliação da igreja [Esperança, 1666, 251].

A picagem dos rebocos, no âmbito da primeira fase dos trabalhos arqueológicos, decorridos no mosteiro de Santa Clara, em 1997, permitiu detectar, no alçado Sul da parede do coro alto, um desgaste bastante pronunciado do paramento. Esta situação foi interpretada como tendo sido provocado por uma eventual corrente do

³ - O conjunto de edificações de um convento, tanto pode funcionar, como pólo agregador do crescimento urbano, como representar uma barreira à expansão urbanística, podendo ser um elemento desorganizador do tecido urbano [Gaspar, 2002,88].

sino [Teixeira (a), 2010, 11], de um primitivo campanário, onde poderá ter estado o sino com a referida epígrafe (vide anexos: p. 96).

Até ao momento, os resultados obtidos, pelos trabalhos arqueológicos, que já decorreram no local, não permitem determinar se no momento do ingresso da comunidade de mantelatas, para a Ordem Terceira de S. Francisco, que terá acontecido antes de 1333, se traduziu numa eventual, reestruturação do espaço monástico. O mesmo se pode aplicar, aquando da sua profissão na Ordem de Santa Clara, também ela ocorrida em data incerta, entre 1389 e 1449. Pois as escavações realizadas no espaço da ala Oeste, apenas permitiram identificar a existência de alicerces muito destruídos, ou meras valas de fundação, escavadas na rocha, possivelmente anteriores ao séc. XVI [Teixeira (a), 2010, 23 - 35], mas que, no actual ponto da situação, ainda não é possível determinar na globalidade a sua configuração planimétrica.

Pode especular-se que este mosteiro tenha sido construído de acordo com os pressupostos da arquitectura românica do Entre Tâmega e Sousa⁴. Tendo em conta que as outras igrejas, cuja fundação é atribuída a D. Mafalda, designadamente as de S. Gens de Boelhe [Machado, 2008, 129], S. Pedro de Abragão [Machado, 2008, 73] e de S. Salvador de Cabeça Santa [Rodrigues, 2009, 77], seguiram esta concepção arquitectónica. Tal verifica-se no tipo de aparelho construtivo, em alvenaria granítica isódoma, na tipologia planimétrica de nave única e nas sistemáticas coberturas em madeira, que apenas são exceptuadas na cabeceira na igreja de S. Pedro, que apresenta um abobadamento granítico. A hipótese aventada apenas poderá encontrar confirmação, com o aparecimento de eventuais elementos arquitectónicos, pertencentes a este primitivo templo.

3- Caracterização dos Espaços Monásticos na Época Moderna:

Se durante a Idade Média, Santa Clara de Amarante não passava de um pequeno cenóbio, muito humilde e que mal garantia o sustento básico da comunidade, com a chegada da Idade Moderna assiste-se a um período de viragem, marcado pelo crescimento e afirmação do mosteiro.

⁴ - A Arquitectura Românica dos vales do Sousa e Tâmega dá primazia aos motivos vegetalistas, sobretudo nos capitéis e nas impostas. A maioria dos exemplares apresenta, cabeceiras de perfil rectangular [Machado, 2008, 45 - 52].

Assim, em 1560, esta casa monástica terá sido reedificada e ampliada, pelo quarto donatário do Concelho de Gouveia de Riba Tâmega e comendador de Santa Maria de Gondar [Sousa, 2006, 298], D. Martim Afonso de Sousa e sua mulher, D. Joana de Tovar (vide anexos: p. 17 - 18).

Frei Manuel da Esperança, justifica estas obras de ampliação, como sendo necessárias para garantir espaços condignos «às esposas do Senhor conforme a o espirito da Gloriosa S. Clara» [Esperança, 1666, 251].

Para estas obras de remodelação e ampliação do espaço monástico, as religiosas, trespassaram, em 1554, para os religiosos de S. Domingos do convento de S. Gonçalo de Amarante, parte de um pomar e outras propriedades, com a condição de que estes lhes comprariam o sítio, levantariam uma cerca e lhes construiriam uns dormitórios [Esperança, 1666, 251].

3.1- Igreja:

Por volta de 1560, terá ocorrido uma ampliação da primitiva igreja. Apesar desse facto, a sua dimensão continuaria, ainda assim, bastante reduzida. Como se pode comprovar por uma licença da câmara da vila, datada de 20 de Agosto de 1610, para se efectuar um novo acrescento, pois em dias de procissão não tinha capacidade para recolher as pessoas que as incorporavam [Esperança, 1666, 251].



Fig. 27- Igreja de Santa Clara de Amarante, segundo Gravura de António Joaquim de Sousa Vasconcelos, 1842, colecção Eng. Pedro de Alvellos [Cardoso, 1979, 5].

Considerando que esta ampliação conduziu à igreja que se pode detectar actualmente, procedeu-se a uma cuidadosa análise planimétrica, que permitiu verificar tratar-se de um edifício rectangular, com um comprimento a rondar os 33 m, por uma largura de 8 m e cerca de 563 m², de área total (incluindo a área da capela lateral) e uma proporção de 4,2 (vide anexos: p. 66 - 69). O resultado desta medição, confirma que as dimensões da igreja do mosteiro de Amarante estão em consonância, com as da maioria dos mosteiros de clarissas em Portugal [Silva, 2008, 136],

exceptuando a largura do espaço litúrgico, que é um pouco inferior, não atingindo os 10 m, como acontece com a maioria dos templos desta Ordem.

Ao nível dos paramentos exteriores, para a construção da igreja foi utilizada alvenaria granítica, com uma tonalidade castanho acinzentada de grão mediano, disposta em aparelho de tipo isódomo.

A fachada Sul, voltada para o terreiro (actual largo de Santa Clara) tinha uma traça muito simples, onde se inseria o portal de entrada e se rasgavam, três janelões rectangulares. Ao longo de toda a fachada, corria uma cornija. Mais ou menos a meio, como se pode comprovar através de uma litografia de António Joaquim de Sousa Vasconcelos, datada de 1842, percebem-se dois volumes justapostos, que deverão corresponder a uma das diversas ampliações da igreja (vide anexos: p. 61).

Tal como é habitual, noutras igrejas de conventos ou mosteiros femininos, a entrada é lateral⁵. Com base na gravura citada, verifica-se que o portal de entrada era enquadrado por duas colunas torsas e encimado por um nicho (vide anexo: pp. 61et 118).

Um postal de cerca de 1900 editado por Alfredo Osório (vide anexo, p.63), permite visualizar o carácter simples da cabeceira a terminar em empena triangular, encimada por uma cruz. Mostra ainda mais ou menos a meia altura da fachada, um pequeno óculo, bem como as duas águas, com cobertura em telha cerâmica.

Transpondo o portal de entrada, acedia-se à parte pública da igreja, destinada aos fiéis, também designada de “igreja de fora”. Tal como a maioria dos templos de clarissas em Portugal [Silva, 2008, 145], é de apenas uma nave, desprovido de transepto. A análise planimétrica efectuada permitiu determinar que a parte pública da igreja teria, cerca de 19 m de comprimento, por 8 m de largura, 183 m² de área e uma proporção de 2,4.

O presbitério de Santa Clara de Amarante tinha uma configuração rectangular⁶, em sintonia, mais uma vez, com a maioria dos exemplares existentes em Portugal [Silva,

⁵ - Esta característica específica dos mosteiros de freiras surge a partir do séc. XI/XII. Os mosteiros femininos são o único tipo de edifício da Europa Medieval, resultantes de concepções arquitectónicas relacionadas com questões de género [Gomes, 2002, 229].

As entradas laterais, destas igrejas, durante a Pré-reforma e Contra-reforma (séc. XV e XVI), parecem adquirir um significado ou uma reafirmação de humildade e discrição, que era imposta às Ordens e aos mosteiros femininos [Gomes, 2002, 233 – 234].

⁶ - A cabeceira de uma igreja constituía a grande preocupação dos seus construtores, sobretudo para os franciscanos. A dignidade da capela-mor exigia uma maior solidez e efeito estético. Por norma eram abobadadas, como havia sido permitido, pelo Capítulo Geral de Narbona de 1260. As celebrações religiosas, que decorriam na capela-mor adquiriram um carácter cénico, atraindo as massas, que procuram verdadeiros milagres, no momento da elevação da hóstia sagrada. Esta “encenação” exigia

2008, 139]. Assim verificou-se que a sua dimensão rondaria os 5 m de comprimento por 8 m de largura, correspondendo a uma área, na ordem dos 41 m² e uma proporção de 1,6. Estes dados enquadram a cabeceira desta igreja, na dimensão que é comum a mais de 80% dos presbitérios desta Ordem, presentes em território nacional [Silva, 2008, 139].

A demarcar a capela-mor, sob a invocação de Nossa Senhora da Assunção, existia um arco-cruzeiro, que ostentava um escudo com as armas de D. Tomé de Sousa. Além destas armas, para atribuir a construção da capela-mor, à família de D. Tomé de Sousa pode evocar-se a circunstância de terem hipotecado, com essa finalidade a Quinta de Ponte da Veiga, em Unhão (Concelho de Felgueiras) [Craesbeeck, 1992, 260]. Nesta capela que era cabeça do seu morgado, fora imposta a obrigação de três missas quotidianas «*in perpetuum*» [Craesbeeck, 1992, 260]. O tecto era abobadado, com rompentes e espigão ao centro e florões nos painéis, tudo em pedra escodada e fina [Craesbeeck, 1992, 260], tinha também um grande lampadário de prata, que os padroeiros se encarregavam de alimentar [Craesbeeck, 1992, 260].

Na capela-mor jazem em campa rasa e sem letreiros, D. Martim Afonso de Sousa e D. Joana de Tovar, avós de D. Tomé de Sousa, igualmente Senhor do Concelho de Gouveia de Riba-Tâmega, juntamente com o abade de Tabuado seu tio e o irmão, Gonçalo de Sousa, cavaleiro da Ordem de Malta [Craesbeeck, 1992, 260].

O altar-mor em talha dourada «*muito bem feita*» possuía um retábulo com sacrário e uma tribuna para a exposição do Santíssimo Sacramento, em dias solenes e um trono para a imagem do Menino Jesus. Na parte do evangelho, existia uma imagem de Nossa Senhora da Conceição e do lado da epístola, uma de Santa Clara. Nas memórias paroquiais de 1758⁷, os párocos Silvestre Cerqueira Ribeiro, Manuel de Vasconcelos e João de Magalhães indicam, que o altar tinha sido reedificado de novo e que a nova tribuna ainda estava por dourar. Todavia nada consta, sobre a imagem do Menino Jesus. De facto, o mestre José António Ferreira Vilaça (futuro Frei José de Santo António Vilaça) ficara encarregue, no dia 18 de Novembro de 1754⁸ de executar um novo retábulo⁹ para a capela-mor, com camarim, peanha de tribuna, seis castiçais e uma cruz

um cenário à medida, daí resultam as preocupações com a sua orientação, luminosidade e elementos decorativos [Silva, 2008, 137].

⁷ - As memórias Paroquiais da freguesia/paróquia de S. Gonçalo de Amarante realizaram-se no dia 22 de Maio de 1758 [Capela, 2009, 140] - A.N.T.T- Memórias Paroquiais, vol. III, Memória 57, fls. 423 – 458.

⁸ - A.D.B - Notas do Tabelião Geral, vol. 730, fls. 189v – 190, transcrito em: [Smith, 1972, 706].

⁹ - O retábulo da capela-mor da igreja de Santa Clara de Amarante constituiu o primeiro trabalho, deste artista, professo no mosteiro beneditino de Santa Maria do Pombeiro – Felgueiras. Depois de Amarante

(idênticos aos do retábulo de Nossa Senhora da Boa Memória, existentes na Sé Primaz de Braga), [Smith, 1972, 706], (vide anexo: p. 50 - 53) substituindo o anterior, da autoria de Damião da Costa Figueiredo¹⁰, talhado no ano de 1692¹¹ (vide anexo p. 48 - 49) [Alves, 2008, 133].

A “igreja de fora” teria cerca de 14 m de comprimento por 8 m de largura, com uma área a rondar os 147 m² (incluindo a área da capela lateral) e uma proporção na ordem dos 1,8. Mais uma vez, se verifica que o espaço destinado aos fiéis do mosteiro de Santa Clara de Amarante estava de acordo com as dimensões dos outros mosteiros da Ordem de Santa Clara existentes em Portugal [Silva, 2008, 146 – 147].

Na nave da igreja encontravam-se dois altares colaterais, em talha dourada, o do lado do evangelho, albergava as imagens de Nossa Senhora, ao centro, ladeada pelas de S. Francisco, do lado do evangelho e de Santo António, do lado da epístola, que tinha sido oferecida pelas religiosas de Vila do Conde. No altar colateral do lado da epístola, estava exposta uma imagem do Santo Cristo, ao centro, ladeada pelas imagens de S. João Baptista, do lado do evangelho e de S. João de Capistrano, do lado da epístola [Craesbeeck, 1992, 259 - 260].



Fig. 28- As Ruínas da capela lateral de S. José na actualidade.
Foto: Daniel Ribeiro

Mais ou menos a meio da igreja, encontrava-se a capela de S. José, que foi instituída no mês de Setembro de 1620, pelo Dr. Manuel Cerqueira, para dela fazer o seu mausoléu. Esta capela apresenta de comprimento 5,32 m e de largura 5,6 m, correspondendo a uma área de 56 m². O arco de ingresso na capela é enquadrado, de um lado pela pedra de armas dos Cerqueiras e do outro por uma inscrição, com o seguinte campo epigráfico: ESTA CAPELLA.MA/NDOU. FAZER. O D/OUTOR. MANOEL. /CERQUEIRA.

e ainda no ano de 1754, vai para o mosteiro de S. Martinho de Tibães realizar alguns trabalhos, por aí permanecendo, até ao ano de 1764, na qualidade de entalhador [Alves, 1991, 366].

¹⁰ - Damião da Costa Figueiredo é um arquitecto, desenhador de riscos, escultor e imaginário, natural de Braga, do séc. XVII /XVIII [Alves, 2008, 133].

¹¹ - A.D.B – Nota do Tabelião Geral, vol. 456, fls. 192 v – 193.

CAPP/ELAÕ. DE SUA. MAG (esta) DE. E. DO. SEO. DESEM/BARGO. NA CAZA./
DA. SUPLICAÇÃO M (estr)E/ ESCOLA. DA. SEE. DE. DE/ EVORA. COM. MISSA/
QUOTIDIANA. HE. SENHOR. DESTA. MO/ RGADO. VENTURA. / CERQUEIRA.
DE. VASCONCELOS. [Craesbeeck; 1992, 260]. Actualmente já nada resta deste
campo epigráfico, subsistindo apenas a epígrafe.

A entrada na capela é enquadrada por um arco pleno, em granito, decorado com
pintura mural de motivos geométricos e vegetalistas. O tecto da capela, em abóbada de
berço, com caixotões guarnecidos de florões e rosetões, dispõe no caixotão central, de
um brasão da família Cerqueira, semelhante ao da entrada. A suportar a abóbada, pode
ver-se um entablamento com decoração cruciforme ao nível do friso, que por sua vez,
assenta em modilhões. Na parede da capela abrem-se dois armários embutidos, que
teriam por finalidade recolher as alfaias litúrgicas, necessárias para as celebrações. O
fundo encontrava-se preenchido com um retábulo, que albergava a imagem de S. José.
Grades de ferro encerravam a capela [Capela, 2009, 135] e possuía duas janelas
rectangulares rampeadas, do lado de dentro (vide anexos: p.70 - 72).

Em correspondência e fronteira a esta capela ficava a do Senhor da Agonia, pertença à
Ordem Terceira de S. Francisco, que havia tido anteriormente, a invocação de S. João
Evangelista. A imagem do orago desta capela atraiu desde sempre, muitos devotos
[Craesbeeck, 1992, 262]. O púlpito, de que se conhecem apenas o negativo das escadas
e da base de assentamento, ficava situado junto desta capela (vide anexos: p. 68).

As memórias paroquiais registam algumas remodelações ao nível da disposição das
imagens. No altar colateral do lado da epístola encontravam-se a imagem do Senhor da
Agonia e de Santa Ana [Capela, 2009, 135], ou seja, as imagens do Santo Cristo, de S.
João Baptista e S. João de Capistrano haviam sido substituídas. No altar colateral do
lado do evangelho, não se verificava, por esta altura, qualquer alteração ao nível da
primitiva disposição. A Nossa Senhora, a que Craesbeeck faz referência, será
provavelmente a mesma que os padres Silvestre Cerqueira Ribeiro, Manuel de
Vasconcelos e João de Magalhães indicam como sendo da invocação do Rosário
[Capela, 2009, 135]. Na capela paralela à de S. José encontravam-se as esculturas de S.
João Evangelista e do Senhor dos Desamparados [Capela, 2009, 135]. Esta última
imagem poderá corresponder ao Santo Cristo. Quanto à imagem de S. João Evangelista,
referida como pertencente a esta capela, nas memórias paroquiais e ignorada na
descrição de Francisco Xavier Craesbeeck, pode ter sido de novo aí colocada, se é que
alguma vez foi retirada [Capela, 2009, 135].

A grande importância desta capela radica no facto de ter servido de sede à Ordem Terceira de S. Francisco, até à construção de uma igreja própria para esta Ordem, o que só irá acontecer, na segunda metade do séc. XVIII¹².

A nave da igreja era toda azulejada e o tecto preenchido com painéis pictóricos de figuras de santos [Capela, 2009, 135] emoldurados a talha dourada.

O fervor religioso mantinha permanentemente acesos, no interior da igreja, três lampadários de azeite¹³ [Craesbeeck, 1992, 262].

No piso em lajes de pedra da igreja, foram levantadas 44 epígrafes de lápides sepulcrais (vide anexos: p.29 - 31), organizadas em 7 filas, contendo a primeira fila, 4 sepulturas, a segunda 6, a terceira, quarta, quinta e sexta 7 e por fim a sétima 6 [Craesbeeck, 1992, 262].

As descrições de Francisco Xavier Craesbeeck, de 1726 e as memórias paroquiais de 1758 tornam a igreja de fora de Santa Clara de Amarante, na dependência do mosteiro, de que há, até ao momento, um conhecimento mais alargado.

3.2- Coros:

O coro enquanto pertença da clausura só é acessível, a quem vive no mosteiro, é basicamente um prolongamento da nave para a clausura, daí a designação de “igreja de dentro.” Num mosteiro de clarissas é no coro, que a comunidade monástica assiste e participa nas celebrações litúrgicas, que decorrem na parte pública da igreja, destinada aos fiéis e ao celebrante. É também aqui, que as religiosas fazem as suas orações e entoam os seus cânticos. Para manter e proteger a comunidade religiosa fora dos olhares do exterior, o coro possui dispositivos, tais como grades, portas e panejamentos, destinados a isolar as duas partes do espaço eclesial [Silva, 2008, 141].

¹² -Num trabalho publicado no semanário amarantino Flor do Tâmega, da autoria de Albano Sardoeira, pode ver-se uma gravura da igreja de S. Francisco, construída no Campo da Feira «pela parte do Nascente, está este campo cercado com o muro da cerca das religiosas» [Leal, 1875, 190]. Esta igreja dos Terceiros de S. Francisco, foi demolida, para se poder proceder ao alargamento do antigo quartel de Amarante (actual Hospital de S. Gonçalo) [Sardoeira, 1946, 1].

¹³ - Mediante esta descrição pode-se afirmar que a igreja de Santa Clara de Amarante, praticamente se enquadrava no designado estilo Barroco Português, definido por templos de planta quadrangular, sem capelas laterais com uma capela-mor profunda, de nave coberta com abóbada de canhão com pintura a brutesco, paredes de azulejos policromados (a azul e branco), dispendo de altares em talha dourada, podendo ainda ter painéis com pinturas, nas paredes [Silva, 2008, 24 – 25]. A única excepção de Santa Clara de Amarante era a de possuir uma capela lateral.

O mosteiro de Santa Clara de Amarante dispunha de dois coros, um alto e um baixo, que foram ampliados, entre os finais do séc. XVI e os inícios do séc. XVII, pelo Dr. Manuel Cerqueira [Esperança, 1666, 253].

O coro de Santa Clara de Amarante encontra-se logo após o portal¹⁴ de entrada para a igreja, não existindo o habitual espaço intermédio, entre estas duas partes. Esta dependência não tinha comunicação directa com o claustro.

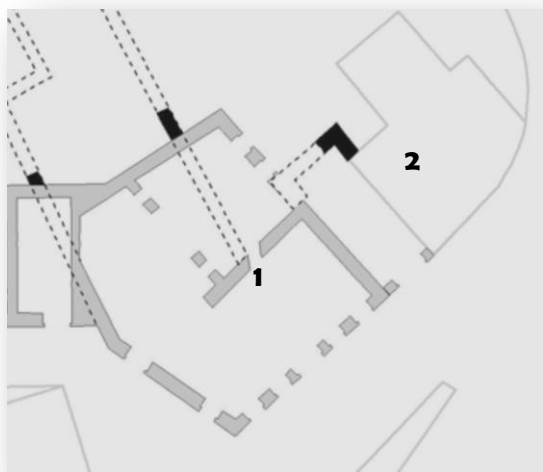


Fig. 29 - Planta do Coro Baixo (1) do mosteiro de Santa Clara de Amarante em articulação com a parte da igreja reservada aos fiéis (2).

A conexão entre a igreja e os coros estabelece-se por intermédio de seis vãos gradeados¹⁵, três em cada andar. No piso inferior, o vão central, de forma quadrangular é de maior dimensão que os laterais, que tem a forma rectangular. Entre o vão central e os laterais, existem duas aberturas na parede, os comungatórios¹⁶, de forma rectangular, com moldura de pedra, que se destinavam, como o próprio nome indica, à administração da

comunhão (vide, anexos: p. 73).

Por outro lado, no piso superior, os três vãos do coro, praticamente idênticos, apresentam forma quadrangular e uma dimensão superior à dos laterais inferiores. A delimitar estes vãos, dispõem-se quatro pilastras dóricas, que ainda apresentam vestígios de policromia.

Enquanto, que o coro alto possuía seis amplas janelas gradeadas, voltadas para o actual largo de Santa Clara, o coro baixo, por se encontrar ao nível da via pública, tinha apenas cinco janelas rectangulares de menor dimensão, colocadas a altura elevada, que permitiam a entrada de luz e garantiam a privacidade das religiosas, face aos olhares exteriores, ao mesmo tempo, que impediam a distração ou a perda da atenção, durante os momentos de oração [Silva, 2008, 141 – 142].

¹⁴ - Na maioria dos mosteiros femininos, o coro encontra-se, no lado ocidental das igrejas, numa posição oposta e frontal, em relação ao altar-mor, pelo que se torna impraticável a existência de uma entrada axial [Borges, 1998, 54].

¹⁵ - «Queremos também que coloque uma grade de ferro de forma conveniente, na parede que separa o coro da capela» - Regra de Urbano IV; XVII; 28 [Pereira, 1996, 358].

¹⁶ - «Pode colocar-se uma placa de ferro que se abra no momento da comunhão, através do qual o sacerdote possa ministrar o sacramento do Corpo do Senhor» - *Idem* [Pereira, 1996, 358].

Uma análise circunstanciada ao nível do coro baixo tornou possível avançar as dimensões aproximadas deste espaço. Assim o comprimento rondará os 14 m, a largura os 8 m e a área 112 m², numa proporção na ordem dos 1,8.

Uma análise comparativa entre as dimensões do coro e as da “igreja de fora”, permite concluir que são idênticas e corroborar a ideia de que a “igreja de dentro” é um prolongamento, para a clausura da “igreja de fora”, possibilitando a realização dos ofícios litúrgicos, para as comunidades de intra e de extra-muros, congregando-as, mas sem as juntar.

Numa perspectiva comparativa da dimensão do coro de Santa Clara de Amarante, com os coros de que se conhecem as medidas, pertencentes a esta Ordem em território português, pode-se concluir, que existe uma sintonia dimensional, com a maioria das destes [Silva, 2008, 142 – 143].

É possível conhecer, alguns aspectos dos coros de Santa Clara, através de menções feitas por Frei Manuel da Esperança, quando se refere a aspectos da vida quotidiana de algumas religiosas veneráveis.

Com base nestas referências tem-se conhecimento da existência de um órgão, junto à grade do coro [Esperança, 1666, 260], de um lampadário junto a uma imagem de S. Gonçalo e do outro, junto a um Crucifixo [Esperança, 1666, 269]. Porém não existe indicação a qual dos coros pertenciam estes objectos.

Ao lado do coro alto situava-se a sala do antecoro, que tinha como função servir de oficina de trabalho de labores femininos¹⁷ («*na casa do antecoro fiando na sua roca*» [Esperança, 1666, 265]).

Através de uma «*Relação Circumstanciada do Estado em que se acha Este Real Mosteiro*»¹⁸, datada de 1789 é possível concluir que a cobertura do espaço era lígnea e que os madeiramentos se encontravam em bom estado de conservação, pois haviam sido anteriormente reparados.

¹⁷ - «*Nas horas e lugares determinados, conforme o estabelecido, ocupem-se com trabalhos úteis e honestos, conscientes de que evitando o ócio, inimigo da alma, não apaguem o espírito de Santa oração e devoção, ao qual todas as demais coisas temporais devem servir*» - Regra de Urbano IV; VIII; 18 [Pereira, 1996, 352].

¹⁸ - A.N.T.T- Ordem dos Frades Menores, Província de Portugal, mç. 19 (Amarante e Outros), doc. 9, fl. 1.

3.3- Sacristia:

Por norma num mosteiro feminino a sacristia estava colocada junto à cabeceira, com o intuito de facilitar o acesso ao altar, comunicando em simultâneo com a igreja, com a clausura e com a rua ou o adro [Silva, 2008, 201]. Apenas deste modo, seria possível o acesso do sacerdote ao templo, para celebrar, e à comunidade monástica, para a administração dos sacramentos ou para o acompanhamento espiritual. As religiosas necessitavam igualmente de aceder à sacristia a fim de preparar as alfaias litúrgicas e os paramentos ou para em contacto directo com esta, tratarem da manutenção da parte pública da igreja, durante o período em que esta se encontra encerrada aos fiéis [Silva, 2008, 201].

Para melhor garantir a clausura, em alguns mosteiros portugueses, a sacristia é dupla, isto é, existe uma parte usada apenas pela clausura e outra de uso exclusivo do sacerdote [Silva, 2008, 201].

No entanto, esta duplicação de espaços nem sempre aconteceu em todos os mosteiros portugueses, professos na Ordem de Santa Clara. Nos casos, em que tal não acontecia, a comunidade preparava as alfaias e os paramentos litúrgicos e cuidava da igreja, com antecedência, durante o período em que o acesso à sacristia estava vedado ao capelão do

mosteiro, conservando-se, deste modo, a estrita clausura [Silva, 2008, 201].



Fig. 30- Pormenor da planta da sacristia, segundo planta topográfica de Amarante de 1950. Escala 1/2000
Câmara Municipal de Amarante

Tal como a capela-mor, a sacristia do mosteiro era pertença dos Senhores de Gouveia [Craesbeeck, 1992, 260]. A sua edificação terá ocorrido, muito provavelmente, aquando da ampliação da igreja, ou seja pelos idos de 1610. Tinha uma localização, separada da capela-mor, do lado do

evangelho [Craesbeeck, 1992, 260]. A existência de vestígios construtivos, no alçado Este da capela de S. José, instituída em 1620 [Craesbeeck, 1992, 261], faz pressupor que a sacristia terá sofrido uma reestruturação, posterior à construção desta capela, pois absorveu, quase na sua totalidade a janela do lado Este da referida capela.

3.4- Torre Sineira:

Como é habitual em qualquer edifício religioso, a sineira por mais humilde que seja, é sempre um elemento, por vezes quase único, caracterizador ou sinalizador, de um edifício eclesial, num conjunto urbano.

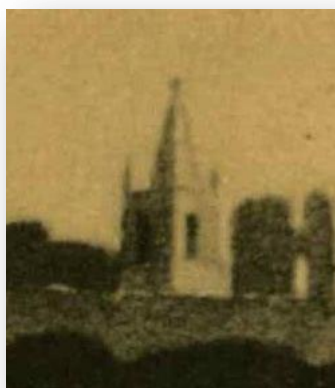


Fig.31- Pormenor da torre sineira de Santa Clara de Amarante, segundo gravura de Amarante, da autoria de Baily, S.d. (segunda década do séc. XIX), Museu Municipal Amadeo de Souza-Cardoso - Amarante.

A observação de uma gravura da Vila de Amarante, realizada no séc. XVIII (vide anexos: p. 60), permite verificar, que a torre sineira estaria adossada ao alçado Norte da igreja. Na proximidade do local onde se implantava o claustro. A gravura mostra também, que a torre ficava paralela ao portal da igreja, tal como vieram a revelar as escavações arqueológicas, que puseram a descoberto alicerces de uma construção adossada ao templo [Teixeira (a), 2010, 35], certamente os da torre sineira.

Através de alguns registos documentais, pode concluir-se que no acesso à escada da sineira existia um alpendre¹⁹.

Nestes é igualmente referida a existência de uma «*varanda do sino*»²⁰. Pode colocar-se a interrogação se esta varanda estaria localizada na parte superior do alpendre, ou seria um pequeno varandim da própria torre sineira. As fontes iconográficas existentes, não permitem responder a esta questão, por terem sido tomadas num plano de observação, que não a contempla.

A observação de várias gravuras de Amarante, datadas do séc. XVIII e da primeira metade do séc. XIX (vide anexos: p.60 - 63), permite afirmar que a torre sineira do mosteiro era de estrutura quadrangular, formada, pelo menos, por dois corpos, sendo aparentemente, o superior mais pequeno, embora apresentando a mesma largura, que o outro. No coroamento desta torre rasgavam-se quatro vãos, destinados aos sinos. Quanto ao remate do topo revela-se difícil, através dos documentos iconográficos disponíveis, saber exactamente como era, em tempos mais recuados. No entanto, é possível concluir que passou a ser rematado por um coruchéu, ladeado por quatro pináculos piramidais,

¹⁹ - A.D.P - Convento de Santa Clara de Amarante, Livro dos Óbitos, fl.18, fl.25, fl.25v, fl.30, fl.30v, fl.36v.

²⁰ - *Idem*, fl.25, fl.25v, fl.30, fl.30v, fl.36v.

após as obras sequentes ao incêndio. Não sendo possível afirmar se terá sido sempre assim, embora seja plausível que tal tenha acontecido.

3.5- *Claustro*:

Num conjunto monástico, o claustro²¹ é logo a seguir à igreja, o espaço de maior importância, pela capacidade em organizar e harmonizar, a área edificada, conferindo-lhe uniformidade. Para além desta funcionalidade arquitectónica, o claustro é também detentor de um carácter simbólico²².

Como muitos mosteiros de clarissas vão desenvolvendo os seus espaços, a partir de pré-existências ou pela expansão da área edificada, à medida que as suas necessidades aumentam, a implantação de um claustro tornar-se uma ótima solução, para conferir ao conjunto uma certa regularidade, unindo e regularizando os diversos edifícios, mediante a criação de quatro naves que se desenvolvem em torno de um pátio aberto e funcionam como corredores de ligação [Silva, 2008, 153]. Com efeito é para este pátio interior, que convergem praticamente todas as dependências monásticas. O claustro pode ser comparado à praça principal de uma cidade, para a qual confluem as mais importantes artérias e onde se concentram os centros de decisão e poder [Silva, 2008, 154].

Em quase todos os mosteiros, existe uma fonte ou um poço de água corrente, a assinalar o centro do claustro, o que para além de dar um certo sentido estético, constitui um elemento essencial à sobrevivência da comunidade monástica, além de ostentar igualmente, um grande significado simbólico²³. A água que abastece os claustros é, na maioria dos casos, captada fora de muros e conduzida para o interior do mosteiro [Silva, 2008, 155].

Regra geral no espaço aberto do claustro existem áreas ajardinadas, onde se cultivavam plantas aromáticas, medicinais e ornamentais (utilizadas para o embelezamento dos altares), podiam haver também árvores de fruto, como por exemplo, laranjeiras e limoeiros. Na Época Moderna, os jardins dos claustros, adquirem um certo

²¹ - A palavra claustro provém do Latim, *claustrum*, que significa fechado. Originalmente designava-se claustro a toda a estrutura monástica, todavia, no decorrer da Idade Média passa a designar apenas, o espaço quadrangular e porticado, em torno do qual, todas as dependências se desenvolvem [Borges, 1998, 34].

²² - O claustro representa simbolicamente, o paraíso e deveria garantir o silêncio, apelar à oração e ao recolhimento [Silva, 2008, 154].

²³ - A fonte de água, no centro de um claustro é uma personificação do mítico Jardim do Éden, de onde brotam os quatro rios do Paraíso [Borges, 1998, 41]. A água tem também um sentido de libertação, renovação e renascimento ou ressurreição, uma clara analogia ao baptismo cristão.

ar urbanizado, devido às ruas lajeadas e aos canteiros contornados, por muretes [Borges, 1998, 41].

Os claustros, portadores de uma função simbólica, relacionada com o Jardim do Éden, são um local de contemplação, de lazer e de convívio. No caso dos claustros das clarissas é necessário que não se tornem demasiadamente excessivos, para não colocar em causa os valores, pelos quais as religiosas fizeram votos. Para evitar estes excessos, os claustros dispõem de alguns mecanismos reguladores, nomeadamente elementos artísticos e decorativos, que compõem o conjunto, tais como por exemplo esculturas, relevos, painéis de azulejos e pinturas²⁴[Borges, 1998, 41].

O claustro do mosteiro de Amarante, já se encontrava a ser estruturado, pelo menos desde meados do séc. XVII, pois Frei Manuel da Esperança salienta, nas suas crónicas levadas ao prelo em 1666, que «Era então, e foi depois muitos séculos tão limitada a casa, que toda a cerca junta escaçamente bastava pêra se fazer hum claustro, que não se fez até hoje. Agora se estendeo pelas terras d'hũa vinha, tapando o caminho, que d'antes as dividia» [Esperança, 1666, 251].

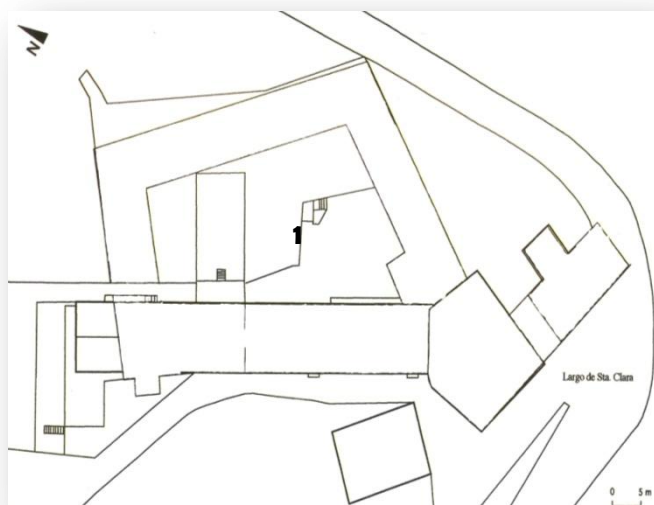


Fig. 32- Projecção do mosteiro de Santa Clara de Amarante, incluindo a área ocupada pelo claustro (1).

Após a conclusão das obras de construção do claustro, provavelmente em pleno séc. XVIII, o mosteiro passa a organizar-se internamente, em torno de um quadrilátero (não trapézio)²⁵ cujo comprimento estaria na ordem dos 40 m, para o lado mais comprido e cerca de 34 m, para o lado mais curto, por uma largura entre

os 28 m, para o lado maior e 16 m, para o lado menor, perfazendo 1220 m² de área. As

²⁴ - Como por exemplo, as alusões a episódios bíblicos, vidas de santos, ou representações de serpentes, dragões, leões, ninfas e outros seres fantásticos, que ao mesmo tempo que embelezavam o espaço, recordavam às religiosas, a virtude das forças do bem e o combate às tentações do mal, recorrendo à retórica do combate entre a luxúria e a virgindade para a frutuosa castidade do corpo e da alma [Silva, 2008, 156].

²⁵ - Por norma, um claustro procura ter uma forma, o mais quadrangular possível, que em associação à cúpula celeste adquire, como que, o significado simbólico do círculo e do quadrado, consideradas, as duas formas geométricas mais perfeitas, conotando-se assim, com um sentido eloquente da união da terra com o céu e conseqüentemente, a intimidade com os mistérios divinos [Borges, 1998, 419].

medidas aventadas permitem situar o claustro dentro dos valores registados noutros mosteiros de clarissas em Portugal



Fig. 33 - O fontanário de espaldar do claustro do mosteiro de Santa Clara de Amarante na actualidade.

Foto: Daniel Ribeiro

[Silva, 2008, 159].

Mais ou menos ao centro do claustro existia um fontanário com tanque e espaldar, que fora construído entre os anos de 1610 e 1620, pelo Dr. Manuel Cerqueira [Teixeira, 2000, 545]. Os fontanários são habituais nos claustros de muitos mosteiros desta

Ordem, em território nacional, embora

não necessariamente, com as características deste. A canalização ou o desvio da água, para o interior do mosteiro, parece não ter sido tarefa fácil e foi bastante dispendiosa: «trouxe de fora cõ muita despeza a agoa, que o mosteiro tem hoje» [Esperança, 1666, 253]. Para comemorar, o fim de tal empresa, o antigo mestre-escola ofereceu no dia, em que a água começou a brotar da fonte, quartinhas e púcaros, para que bebessem da primeira água que jorrasse [Esperança, 1666, 251]. No molduramento do espaldar deste fontanário encontra-se uma inscrição, actualmente com muitas lacunas, mas onde ainda é possível ler o seguinte texto: O DOVTOR ME CER(quei)RA CAPELÃ Đ S. MĐ DESEMBARGADŌR Đ SV CORTE E C(...)R MĒ (t)RĒS(col)A DA SEE DE EVORA MANDOV FAZER(...) F(...)A(...)RICEAGO/ DCA (...) GSTO DE E(...) EMCOMENDE A(...) SVA(...) O COVÊTO/ SCLARA/ ANO DE 161(...)/ SENDO ABBA(...)/ O SOVZA/(...)/ ROMEIRA PRIMA(...)/ DITO SOR (vide anexos: p. 84 - 86).

Ao lado do fontanário encontra-se uma mina de água, com o seguinte campo epigráfico ao nível do lintel: H⁺JS/ ESTA FŌTE FES A M^O/ (...) ²⁶MAR BORGES/ MARIA (vide anexos: p.84 - 87).

Não fugindo à regra o claustro era composto por galerias com arcadas. As galerias segundo se pensa, foram revestidas a azulejos policromados, de tonalidades branca, amarela e azul, com um padrão idêntico aos que revestiam a igreja [Teixeira, 2000, 553]. As arcadas, pelo que é possível apurar, eram constituídas por colunas toscanas

²⁶ - Ao se proceder ao corte, de uma parte do lintel, do vão de acesso à câmara da mina, mutilou-se parcialmente a inscrição.

[Teixeira, 2000, 552]. No decurso das escavações arqueológicas, conseguiu-se detectar uma passagem, entre a Ala Sul do mosteiro e a galeria do claustro [Reis, 2000, 11].

3.6- *Sala do Capítulo:*

A seguir à igreja e ao claustro, em termos de importância, surge a Sala do Capítulo²⁷. Era neste espaço que se tratava dos assuntos relacionados com o mosteiro e onde se reuniam as religiosas, para debater e tomar decisões inerentes à vida comunitária²⁸. Aqui que se procedia à eleição da abadessa, se regulamentavam as normas de vida, se punia quem não as cumprisse e se dava sepultura às mais dignas [Borges, 1998, 52]. Como muitos mosteiros de clarissas se debatiam com falta de espaço, a Sala do Capítulo era usada também, como sala ou oficina de trabalho [Silva, 2008, 163].

Por norma, esta dependência destaca-se no conjunto das outras, tanto pela qualidade da construção, como pelo tipo de arquitectura e decoração, o que releva de ser um espaço de importância, dentro do conjunto edificado [Silva, 2008, 163].

A Sala do Capítulo fica, geralmente voltada a Este²⁹ e comunica com o claustro por meio de vãos, em número ímpar. O acesso ao seu interior faz-se por um dos vãos, que funciona como porta, os demais possibilitavam assistir às reuniões, a partir do lado de fora.

Relativamente ao tipo de planta, existe claramente uma tendência para as formas quadrangulares e rectangulares. Os tectos podem ser abobadados, em caixotão, ou suportados por colunas. É bastante comum, a existência de um banco corrido a toda a volta e por vezes, mesas compridas e uma secretária para a abadessa, podendo ainda ter um retábulo com os patriarcas ou as matriarcas da Ordem [Borges, 1998, 52].

²⁷ - Apesar da Ordem Franciscana não estipular estas dependências, muitos mosteiros dispõem de uma, possivelmente, inspirada nas casas beneditinas. Nas casas masculinas, a Sala do Capítulo estava adjacente ao transepto Sul da igreja. Por vezes, a Sala do Capítulo ocupa uma capela do mosteiro, ou uma antiga igreja, que tenha sido substituída por uma maior ou mais imponente [Silva, 2008, 163].

²⁸ - «A abadessa está obrigada a convocar as suas irmãs a Capítulo, ao menos uma vez por semana, a fim de as advertir, de dar as suas ordens e de as corrigir, impondo-lhes com caridade as penitências proporcionais às negligências e faltas públicas de que se acusam» - Regra de Urbano IV; XXII; 37 [Pereira, 1996, 363].

²⁹ - Em alguns casos a Sala do Capítulo encontra-se na ala Oeste, com menor incidência na ala Norte e muito raramente na ala Sul [Silva, 2008, 163].

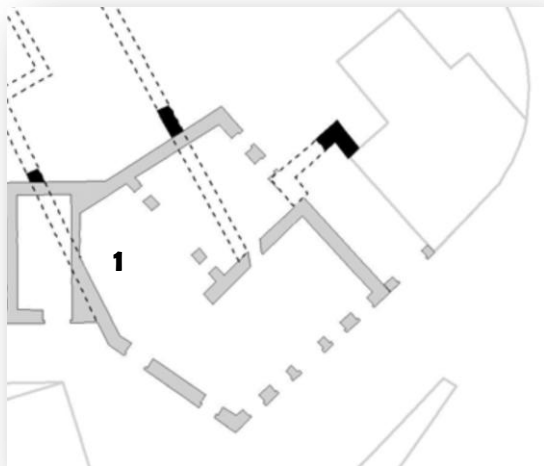


Fig.34 – Planta da sala do capítulo do mosteiro de Santa Clara de Amarante, actual recepção da biblioteca Albano Sardoeira.

anexos: p. 79).

A Sala do Capítulo do mosteiro de Amarante, de planta quadrangular, tinha ainda a particularidade de comunicar directamente com o coro baixo, a partir de dois arcos de volta perfeita.

As intervenções arqueológicas desenvolvidas neste espaço revelaram a existência de uma passagem, actualmente emparedada, que comunicava directamente com a ala Oeste do claustro [Teixeira (a), 2010, 16]. Muito provavelmente, atendendo ao facto, dos vãos da sala capitular estarem voltados a Este, terá existido uma correlação com o pressuposto alpendre de acesso à sineira e ao cemitério das religiosas. É também por esta dependência, que o prolongamento dos edifícios monásticos, definidos pela igreja e pelo baixo coro, se articulavam ao claustro do mosteiro.

3.7- Portaria e parlatório:

A portaria de um mosteiro desempenha um importante papel de mediação, entre a comunidade da clausura e o mundo secular, de extra-muros.

Não é possível afirmar com certeza a localização exacta da Sala do Capítulo do mosteiro de Amarante. No entanto, pelas indicações acima enunciadas, é provável que a sua localização esteja na designada “sala dos arcos”, onde se encontra actualmente, a recepção da Biblioteca Municipal. Pois esta dependência encontra-se voltada a Este, dispõe de três vãos, apenas o do meio permitindo o acesso. O vão central em arco alteado é ladeado por dois janelões rectangulares (vide

Numa parte do conjunto edificado, de um mosteiro feminino encontra-se uma porta³⁰, pela qual, os indivíduos provenientes do exterior acedem à portaria do mosteiro. Este

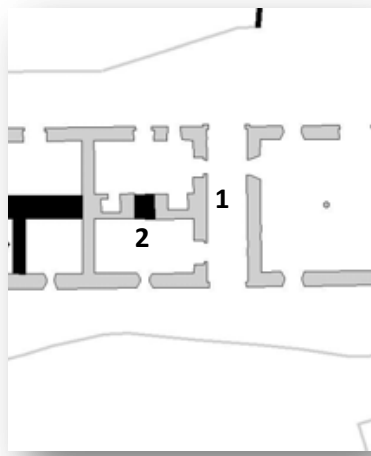


Fig. 35- Planta da portaria (1) e do parlatório (2) do mosteiro de Santa Clara de Amarante.

espaço, guardado por uma irmã porteira³¹, abre-se para um pátio, que pode ser exterior³² ou interior³³, pelo qual se alcançam os parlatórios [Silva, 2008, 205].

Os parlatórios³⁴, tal como outros espaços do mosteiro que permitem o contacto com o mundo secular são duplicados, ou seja, existe um mesmo compartimento que é dividido em duas partes iguais, uma que comunica com a portaria e, por meio desta, com o exterior e outra com o interior do cenóbio, destinado às religiosas em clausura. As

freiras acedem aos parlatórios a fim de poderem receber as suas visitas, que são sempre vigiadas por duas ou mais irmãs³⁵, de modo que as conversas nunca aconteçam em privado [Silva, 2008, 205].

Os diálogos realizam-se junto de espessos muros, com vãos gradeados, de ambos os lados, para impedirem o contacto físico entre os intervenientes e o contacto visual é impossibilitado, devido à existência de pesados panos, de tonalidade escura³⁶. Para se proceder à troca de pequenos objectos, existem rodas³⁷, embutidas nas paredes, que permitem a passagem dos mesmos, de um lado para o outro [Silva, 2008, 205].

³⁰ - «Cada mosteiro tenha uma só porta para entrar e sair da clausura em caso de necessidade, de acordo com o que está estabelecido nesta Forma de Vida. A porta não deve ter postigo ou janela» - Regra de Urbano IV; XIII; 23 [Pereira, 1996, 355].

³¹ - «A guarda da porta deve estar confiada a uma irmã temente a Deus, madura de costumes, diligente e discreta e de idade conveniente» - Idem [Pereira, 1996, 356].

³² - Como por exemplo, no mosteiro da Madre de Deus do Barrô – Resende [Silva, 2008, 205].

³³ - Como por exemplo, o mosteiro das Chagas, em Vila Viçosa [Silva, 2008, 205].

³⁴ - «O locutório comum deve ser construído na capela, ou ainda melhor no claustro, em lugar cómodo e conveniente, para não perturbar a paz da oração» - Regra de Urbano IV; XVI; 27 [Pereira, 1996, 357].

³⁵ - «Não poderão falar às grades, a não ser acompanhadas de três irmãs designadas pela abadessa ou sua vigaria de entre as oito escolhidas por todas as irmãs para o conselho da abadessa» - Regra de Santa Clara; V; 7 [Pereira, 1996, 51].

³⁶ - «Com uma lâmina de ferro perfurada e cravada na parede de maneira a não poder abrir-se. A lâmina deve ser guarnecida da parte de fora com cravos de ferro salientes e um pano preto de lã, de tal forma que ninguém possa ser visto» - idem [Pereira, 1996, 357].

³⁷ - «Mandamos que em cada mosteiro se construa uma roda numa parede exterior da clausura, em sítio conveniente, visível e acessível da parte de fora. Deve ser de tais proporções que não possibilite a passagem duma pessoa dum lado para outro e de tal maneira que não se possa ver de dentro para fora nem de fora para dentro. Abre-se num dos lados um postigo com fechadura de ferro que se deve manter

A portaria e o parlatório do mosteiro de Santa Clara de Amarante localizar-se-ia na ala Oeste, próximo da zona onde o conjunto edificado se eleva e destaca um pouco, em comparação com os restantes edifícios, como se pode comprovar em gravuras, dos sécs. XVIII e XIX. Esta foi muito provavelmente uma solução usada para vencer o desnível do terreno e terá resultado de uma eventual ampliação do mosteiro.

A portaria abria-se para um pátio interior que, por sua vez, dava acesso a um compartimento rectangular, dividido em duas partes iguais, com cerca de 9, 20 m de comprimento por 8 m de largura, perfazendo uma área 73, 6 m², onde se encontram três vãos, que corresponderão ao parlatório e às rodas do mosteiro [Teixeira (a), 2010, 31]. O vão central, de maior dimensão, assemelha-se a uma porta, que por sua vez, seria guarnecido de grades de ferro e panos, para impedir o contacto físico e visual entre as religiosas e os visitantes. Ao lado deste, existem dois vãos um pouco mais pequenos, assemelhando-se a duas janelas, onde provavelmente se encontravam instalados os dispositivos das rodas. O parlatório possuía a mesma dimensão, quer do lado dos visitantes, quer do lado destinado à comunidade religiosa. Era também aqui, que se realizavam e assinavam os autos de empraçamento do mosteiro³⁸.

Pelos dados obtidos nas escavações arqueológicas, tudo leva a crer que o parlatório seria de maior dimensão do que aquela que apresenta actualmente, pois o muro central que divide esta dependência prolonga-se para um compartimento mais recente, que absorveu parte deste antigo espaço monástico [Teixeira (a), 2010, 31].

A portaria, que actualmente apresenta 8,80 m de comprimento por 2,40 m de largura, perfazendo 21,12 m² de área, comunicava directamente com a ala Oeste, das arcadas do claustro, por intermédio de uma porta³⁹.

As escavações arqueológicas realizadas em 2000, no âmbito do projecto de adaptação da Casa da Cerca confirmaram a existência desta passagem directa, entre a portaria e o claustro [Teixeira (a), 2010, 246].

bem fechado nos dias de Verão durante o descanso da tarde» - Regra de Urbano IV; XIV; 25 [Pereira, 1996, 356].

³⁸ - A título de exemplo: *«Em o nome de Deus Amem. Saibam quantos este enstromento de empraçamento em vyda de primeyro se mais não vyrem que em o ano al nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil e quinhentos e setenta e nove anos aos vynte e seis dias do mes de Março no dito ano na vylla d' Amarante em o parlatorio do mosteyro de Samta Clara em a dita vylla...»* - A.D.P- Convento de Santa Clara de Amarante, Livro de prazos 5, fl.1.

³⁹ - *«A nove de Junho de 1740 passou desta vida mortal para a eterna a mulata chamada Tima com todos os sacramentos, está sepultada no semiterio das religiosas, na sepultura 2º que esta de baixo do coberto ao pé da escada da portaria e não tem numero»* - A.D.P- Convento de Santa Clara de Amarante, Livro de óbitos do convento, fl. 14.

3.8- Cozinha e Refeitório:

O refeitório e a cozinha de um mosteiro, embora sejam dois espaços distintos, estão sempre associados um ao outro, comunicando entre si, por vãos e não por portas [Silva, 2008, 171].

Para evitar odores, ruídos e para não perturbar a concentração das religiosas, durante os momentos de oração, o refeitório e a cozinha ficam afastados da zona da igreja e dos coros [Silva, 2008, 167].

Ao contrário de outras dependências, a cozinha segue um plano previamente estabelecido, com o forno principal ou fogo ao centro, ladeado a toda a volta por lareiras. Em alguns mosteiros, existe ou sabe-se da existência de mais do que um forno, mas noutras dependências. Estes fornos destinam-se sobretudo, à cozedura do pão [Silva, 2008, 171].

Por vezes, a cozinha fica próxima ou está voltada para as hortas do mosteiro, encontrando-se por isso afastada ou mesmo fora da área do claustro e próxima da cerca [Silva, 2008, 171].

Ao nível das plantas, as cozinhas dos mosteiros de clarissas tem tendência, para as formas quadrangulares ou rectangulares, conhecendo-se também exemplares de planta irregular, como por exemplo a do mosteiro de Santa Clara de Bragança [Silva, 2008, 171].

À cozinha estava sempre associado o refeitório que, por se destinar a toda a comunidade sentada ao mesmo tempo, ocupava senão a totalidade de uma ala, pelo menos uma boa parte dela. Geralmente os refeitórios localizam-se numa cota superior, em relação ao claustro [Silva, 2008, 167].

Em muitos mosteiros, as mesas estão dispostas ao longo de três paredes, as religiosas sentam-se em bancos corridos e ficam voltadas para o centro da sala. Durante as refeições faziam-se leituras e orações. Por esta razão, é comum existir um púlpito, no refeitório [Silva, 2008, 167].

À entrada do refeitório existe, por vezes, um lavabo ou uma fonte destinada às abluções, antes das refeições [Silva, 2008, 167].

Em alguns mosteiros, os refeitórios são espaços amplos com paredes altas e tectos abobadados, podendo ter mais do que uma nave. Estas características têm por finalidade

garantir uma boa acústica, para as leituras e orações, que decorriam durante as refeições⁴⁰ [Silva, 2008, 167].

No caso dos mosteiros de clarissas, existentes em Portugal, uma parte significativa dos refeitórios, localiza-se na ala voltada a Este, seguindo-se os que ocupam a ala Sul e depois, mas em menor número, os da ala Norte. Não se registou, até ao momento, nenhum caso, em que o refeitório ocupasse a ala Oeste do claustro [Silva, 2008, 167].

A cozinha e o refeitório do mosteiro de Amarante permanecem envoltos, na mais completa penumbra, no actual momento de investigação. No entanto, Frei Manuel da Esperança, ao descrever a vida de uma religiosa virtuosa⁴¹, indica que no refeitório foram colocadas três colunas, para suportarem o peso de uns dormitórios novos, que se tinham construído, entre finais do séc. XVI e inícios do séc. XVII [Esperança, 1666, 259 - 261]. Pode assim concluir-se que, por essa altura, a comunidade religiosa se encontrava em crescimento e que o refeitório se localizaria a nível térreo. Caso contrário, os dormitórios seriam construídos ao nível de um terceiro piso.

3.9- Dormitórios:

Os dormitórios não são só para dormir ou para repousar, mas também para meditar, razão pela qual se deve observar o mais estrito silêncio [Silva, 2008, 175].

A hora do despertar acontece ao toque do sino, que recorda à comunidade a obrigação das primeiras orações do dia. Depois até voltarem a ser horas de recolher, as religiosas não voltam aos dormitórios [Silva, 2008, 175].

Estes espaços, por serem espaços indispensáveis às vivências do mosteiro, acabam por reflectir a sua vitalidade e deixar transparecer para a comunidade extra-muros, a dimensão da comunidade religiosa do intra-muros, pois que a construção, acrescentamento ou ampliação dos dormitórios significa um aumento do número de religiosas.

Nas primeiras casas franciscanas existentes em Portugal, tal como nas de outras congregações, os dormitórios eram comunitários, somente a partir dos sécs. XIV e XV é que estes começam a adoptar o sistema das celas individuais. Esta mudança viria a

⁴⁰ - As refeições num mosteiro franciscano eram revestidas de um certo ritual de celebração e comemoração da última ceia de Cristo, que tantas vezes, serve de inspiração para a decoração dos refeitórios das Ordens religiosas [Silva, 2008, 167].

⁴¹ - Trata-se de soror Isabel do Salvador, natural da cidade do Porto [Esperança, 1666, 259 – 262] (Ver anexos: p. 22).

alterar a configuração dos mosteiros da Ordem Franciscana, que de apenas um piso térreo, à volta de um claustro, passam a ocupar dois pisos, em torno do mesmo claustro, instalando-se, de preferência as celas, no segundo piso, às quais se devem juntar as galerias e os corredores de acesso. Esta transformação dos mosteiros masculinos viria a ser adoptada pelo ramo feminino, mais ou menos na mesma altura, talvez pelas razões, que prendem os mosteiros de clarissas, à dependência espiritual do ramo masculino. Contudo as clarissas sentiram alguma resistência, durante o século XIV, em relação a esta mudança nos dormitórios, nomeadamente da parte do papa Bento XII, que em 1336, as adverte para o cumprimento da Regra de Urbano IV⁴² [Silva, 2008, 176].

A entrada ou a existência na Ordem de algumas religiosas, provenientes de famílias de condição sócio-económica mais elevada, poderá ter desencadeado o processo de abandono do dormitório comum, em detrimento das celas individuais, transpondo assim, para o interior do mosteiro, as influências, que detinham no exterior, independentemente das determinações da Regra ou do cumprimento dos votos, impostos pela Ordem [Silva, 2008, 175]. Somente, em 1666, o papa Alexandre VII, pela Bula *In Suprema*, autoriza a construção de celas nos dormitórios, desde que sejam mobiladas com moderação [Borges, 1998, 47].

Num mosteiro, os dormitórios mais antigos, localizam-se nas áreas mais próximas da igreja, ou melhor do coro, para uma maior comodidade das religiosas, durante as orações da noite. Depois, à medida que o espaço monástico vai sendo ampliado, devido ao aumento da comunidade, estes vão-se estendendo pelas quatro alas do claustro. Em caso de necessidade, inicia-se a construção de um novo, se tal não for possível, levanta-se apenas, um corpo comprido e destacado, do quadrado monástico⁴³ [Silva, 2008, 176].

Sabe-se que os dormitórios do mosteiro de Santa Clara de Amarante começam a ser levantados, a partir do ano de 1554. Como os recursos eram limitados, as religiosas trespassaram umas terras aos frades dominicanos do convento de S. Gonçalo, para que, em contrapartida, estes os construíssem [Esperança, 1666, 251].

Um dos dormitórios do mosteiro de Amarante fora edificado, entre os finais do séc. XVI e meados do séc. XVII, por cima do refeitório, tendo sido neste colocadas três colunas para poder suportar, a nova estrutura, como já atrás se referiu [Esperança, 1666, 261].

⁴² - «*Todas as irmãs que gozam de boa saúde, incluindo a Abadessa, devem dormir vestidas, num dormitório comum, tendo cada uma a sua cama*» - Regra de Urbano IV; V; 12 [Pereira, 1996, 350].

⁴³ - Como acontece, por exemplo, com os mosteiros de Santa Clara-a-Nova de Coimbra e de Bragança [Silva, 2008, 176].

A informação sobre a existência de oratórios nas celas, como por exemplo, um dedicado à Santíssima Trindade [Esperança, 1666, 266] é, mais uma vez, colhida nas referências do cronista franciscano, a algumas religiosas do mosteiro de Amarante, que ficaram na memória da comunidade em estado de graça. Através destes registos do cronista sabe-se também, que existiam celas duplas, divididas por um «*tapamento*» [Esperança, 1666, 261], que conferia alguma privacidade às religiosas, que as partilhavam.

Os dormitórios que ficavam voltados, para a rua do Caminho Novo possuíam janelas gradeadas [Teixeira (a), 2010, 9], por sua vez, os que estavam voltados para o interior da cerca, não tinham qualquer tipo de gradeamento exterior⁴⁴. Esta solução tinha por finalidade assegurar a clausura e impedir o contacto entre os dois mundos, que as paredes do mosteiro dividiam.

A relação do estado do mosteiro, datada de 1798⁴⁵, informa que o das clarissas de Amarante tinha então um total de 84 celas, que à data, se encontravam degradadas ao nível dos madeiramentos. Pode assim concluir-se que os dormitórios possuíam uma cobertura de madeira, embora não seja possível saber de que tipo.

3.10- Mirante:

Os mirantes são um elemento característico dos mosteiros femininos, surgindo habitualmente associados ao coro (alto) ou aos dormitórios [Silva, 2008, 203].

O mirante é praticamente o único elemento vertical, que os mosteiros de clausura apresentam e tem por finalidade ver para fora, sem deixar ver para dentro. Aos mirantes cabe a função de assinalar a posição do mosteiro, no tecido urbano, por ser o corpo que mais se distingue da massa construtiva do restante conjunto monástico e, por vezes, apresentar maior impacto visual do que a própria igreja [Silva, 2008, 203].

Os mirantes permitiam que as religiosas passassem alguns momentos de lazer, de evasão ou mesmo de trabalho, ao mesmo tempo que visualizavam e, de certo modo, passeavam com o olhar a cidade, até onde a vista pudesse alcançar. Ali se poderia gozar

⁴⁴ - As grades monásticas são, o símbolo da clausura que ali se vive e do isolamento do mundo exterior, o elemento que, conjuntamente com as cruces do telhado e mais do que qualquer outro, distingue as fortalezas de Deus das construções civis [Borges, 1998, 48].

⁴⁵ - A.N.T.T – O. F. M, Província de Portugal, mç. 19 (Amarante e outros), doc. 9, fl.1.

a tranquilidade do Sol no Inverno, ou as brisas frescas no Verão, sem nunca serem vistas, pelos de fora [Borges, 1998, 45]. Para que tal, sucedesse, dispunham de rótulas ou adufas [Borges, 1998, 45], uma espécie de grades muito estreitas e cruzadas, na transversal, feitas em madeira ou em tijolo [Silva, 2008, 203].



Fig.36 - O mirante do mosteiro de Santa Clara de Amarante, segundo gravura Vila de Amarante, de Gregório Francisco de Queirós, s.d (séc. XVIII), colecção do Eng. Pedro de Alvellos [Cardoso, 1979, 155].

O mosteiro de Santa Clara de Amarante tinha um mirante, constituído por cinco vãos bastante elevados e paralelos aos janelões do coro alto, voltado para o terreiro da igreja, bastante espaçoso e com boas vistas para o Tâmega [Craesbeeck, 1992, 262].

A observação de uma gravura de Amarante, no séc.

XVIII (vide anexos: p.60), permite comprovar que o mirante ultrapassava a altura superior ao topo da igreja, sendo só superado pelo coruchéu da torre sineira. Por razões de ordem topográfica, o mirante não apresentaria uma elevação muito pronunciada, em comparação com os demais edifícios monásticos, localizados na ala Oeste do mosteiro.

Para além deste mirante, existia um outro localizado sobre a cerca do mosteiro, na parte que ficava voltada para a igreja dos Terceiros de S. Francisco, que era usado pelas religiosas para assistirem às festas e às cavalgadas, que decorriam no terreiro do Campo da Feira [Leal, 2006, 190]. Desconhece-se por completo a cronologia deste mirante, que poderá ter sido construído no séc. XIX, aquando da reparação da cerca, após a passagem da coluna do exército imperial, em 1809 [Magalhães, 2008, 215].

3.11- Enfermaria:

A enfermaria situava-se sempre afastada do núcleo principal do mosteiro, para evitar o perigo de contágio e para garantir um maior sossego das doentes. Em alguns mosteiros esta dependência dificilmente se consegue identificar, visto que a sua estrutura é em tudo semelhante à dos dormitórios [Borges, 1998, 49].

Existente já nos mosteiros primitivos, a enfermaria começa por ser uma cela à parte e, com o passar do tempo, acaba por se transformar num edifício autónomo, atingindo grandes proporções, como por exemplo, a do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. Por

vezes, ficava-lhe próximo ou contigua a casa da convalescença, geralmente constituída com um pórtico ou uma varanda, onde se podia abrigadamente apanhar Sol ou tomar algum ar puro [Borges, 1998, 49].

Como em qualquer casa monástica, também o mosteiro de Amarante tinha esta dependência, da qual se desconhece, por completo, a localização e a configuração. Sabe-se apenas que por volta de 1589 [Esperança, 1666, 258 – 259], se encontrava em pleno funcionamento.

3.12- Cerca:

A cerca de um mosteiro é um elemento fundamental, para qualquer comunidade religiosa, pois que, por seu intermédio, o mundo exterior ficava definitivamente separado do mundo interior. Numa comunidade de religiosas de clausura, como as clarissas, a cerca desempenha um papel fundamental para proteger e encerrar o mosteiro, proporcionando um ambiente propício à meditação e à oração [Silva, 2008, 211], impedindo que do exterior se obtenha qualquer perspectiva visual do interior, ou se perceba a configuração dos espaços monásticos. Fora desta muralha fica apenas a igreja e a fachada do mosteiro, voltada para o meio urbano envolvente, onde se encontram também a portaria e os mirantes [Silva, 2008, 211].

Se a cerca⁴⁶ tem, por um lado, como objectivo desvincular uma parte de um centro urbano e com isto uma comunidade religiosa do mundo secular, impermeabilizando-a, por outro lado, são implementados mecanismos de mediação entre os dois mundos, nomeadamente as rodas, os vãos gradeados e as portas, quer da igreja, quer da portaria, os parlatórios, os confessionários e a sacristia, pois a comunidade secular é fundamental para a sobrevivência de um mosteiro mendicante feminino [Silva, 2008, 184, 211].

No interior da cerca, para além das estruturas habitacionais e vivenciais, existiam espaços de lazer, jardins, hortas, pomares e reservas de água, que chegava a todo o lado por meio de engenhos hidráulicos, condutas a céu aberto ou encanada, tanques ou fontes [Borges, 1998, 45]. Alguns mosteiros dispunham de capelas devocionais, localizadas em locais proeminentes do terreno da cerca, localizando-se os caminhos, que levavam até elas, por entre jardins, hortas, matas e pomares [Borges, 1998, 46].

⁴⁶ - Para combater o ócio, nos mosteiros femininos, ao longo da cerca, podiam decorrer algumas tarefas, como fiar, tecer, bordar, remendar, tratar e cuidar das hortas, jardins e pomares [Borges, 1998, 46].



Fig. 37- Aspecto das cercas do mosteiro de Santa Clara e do Convento de S. Gonçalo, segundo postal de Amarante, “Vista geral do Mosteiro e convento de S. Gonçalo, nº10”, s.d (início do Séc. XX).

A cerca do mosteiro de Santa Clara de Amarante, que já existia desde a Idade Média, foi encurtada, em 1554, tendo passado para os dominicanos do vizinho convento de S.

Gonçalo de Amarante, parte de um pomar e outras

propriedades a esta pertencente, ficando estes com a obrigação de lhes comprar o sítio da cerca e de erguer o muro que a fechasse (*«trespassaraõ nos Padres Dominicicos, pera campo do seu mosteiro vizinho, chamado de S. Gonçalo, a parte de hum pomar, e outras propriedades com condiçõm de que elles lhes comprariaõ o sitio, fariam a obra, e levantariaõ por esta parte hum muro, com que ficassem fechadas»*) [Esperança, 1666, 251].

Provavelmente, no decorrer da Época Moderna a cerca do mosteiro terá conquistado novos espaços e aumentado significativamente a sua área. Pela observação de uma planta topográfica, datada de 1950 (vide anexos pág.), sabe-se que tinha início no fim da ala poente do mosteiro e acompanhava em linha recta a rua do Caminho Novo (onde ainda subsistem alguns troços do muro). Virava à direita, contornava o largo Sertório de Carvalho, também em linha recta, até encurvar um pouco no início da rua Nova. Neste local, encontrava-se instalado na cerca, o mirante do Campo da Feira [Leal, 2006, 190].⁴⁷ Do mirante, prosseguia novamente de modo rectilíneo, até ao actual edifício da Casa das Artes de Amarante (outrora cadeia comarcã), onde inflectia para Este, formando como que um esporão, na zona correspondente ao actual Centro de Saúde e continuando em linha curva, atravessava a mata do Carvalhido, até confrontar com a antiga Rua de Entremuros⁴⁸. Daí seguia paralelamente a cerca do convento de S.

⁴⁷ - A título de curiosidade, foi construído nos anos 80 um edifício comercial e residencial, no limite Sul do actual Largo do Campo da Feira, designado de Edifício Mirante. Estará esta designação relacionada com o desaparecido mirante do mosteiro de Santa Clara de Amarante?

⁴⁸ - A designação da Antiga Rua de Entremuros, advém precisamente do facto, de ser limitada de ambos os lados, pelas cercas do mosteiro de Santa Clara a Oeste e pela cerca do convento de S. Gonçalo a Este.

Gonçalo, até se unir de novo ao espaço monástico, na zona da cabeceira da igreja (vide anexos: p. 37 - 38) [Cardoso, 1990, 2-3].

Não tendo sido encontrado nenhum registo documental, acerca dos jardins, hortas e pomares, que existiriam no interior da cerca, sabe-se apenas que nela houve uma nora [capela, 2009, 135].

3.13- Cemitério:

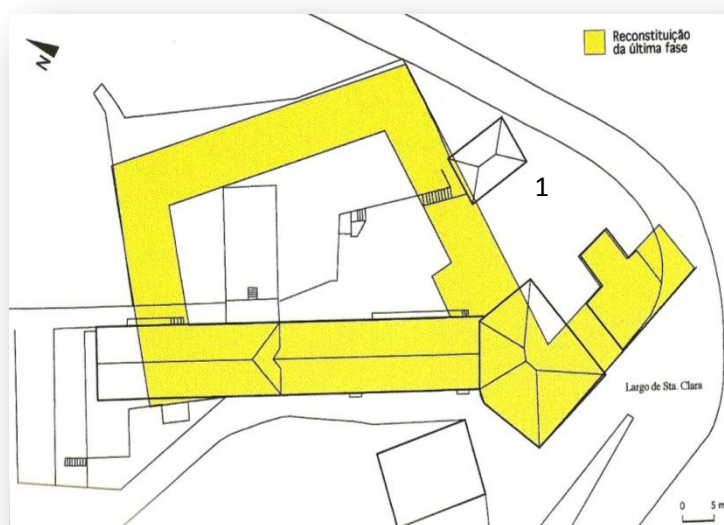


Fig. 38 – O cemitério (1) do mosteiro de Santa Clara de Amarante, segundo projecção da planta do conjunto monástico na Época Moderna [Teixeira, 2000, 549].

Por norma, o claustro e o coro são os espaços ideais para os enterramentos da comunidade religiosa. No entanto, alguns mosteiros dispõem de áreas de enterramento, fora das paredes monásticas, mas no interior

da cerca, constituindo pequenos cemitérios particulares.

No mosteiro de Santa Clara de Amarante existia um cemitério, numa parcela de terreno de forma semi-elíptica (ou em meia lua), localizada entre a ala Sul, a cerca e o alçado Norte da igreja.

Por um obituário do mosteiro⁴⁹, datado do séc. XVIII, este espaço seria precedido por um alpendre, que ficaria localizado junto à ala Sul do mosteiro e limitado a Poente, pelas escadas de acesso ao sino⁵⁰ e à Sala do Capítulo.

Por debaixo deste alpendre foram também sepultadas algumas religiosas, com umas lápides sepulcrais numeradas e outras não.

⁴⁹ - A.D.P. – Convento de Santa Clara de Amarante, livro de Óbitos.

⁵⁰ - Serve de exemplo: «Aos 13 de Janeiro de 1750 passou desta vida mortal para a eterna Theresa Maria Ferreira (...) está sepultada no semiterio das religiosas na sepultura que esta de baixo do coberto para a escada do sino» - A.D.P - Convento de Santa Clara de Amarante, livro de óbitos, fl.18.

No actual estado da investigação, ainda não se dispõe de dados sobre o sistema organizacional da necrópole, nem sobre o número total de sepulturas que aí terão existido.

3.14- *Hospício do Capelão e do Confessor:*



Fig. 39 - O Hospício do capelão e do confessor do mosteiro de Santa Clara de Amarante.
Foto: Daniel Ribeiro

O mosteiro de Santa Clara de Amarante dispunha ainda de um hospício para o capelão e confessor das religiosas⁵¹. Desta forma, se assegurava o cumprimento dos ofícios litúrgicos e tinham, sempre que necessário, um confessor disponível e ao seu serviço. A partir de um prazo lavrado, na Freguesia de Santo

Isidoro (antigo Concelho de Gestaço),

no dia 9 de Fevereiro de 1715⁵², verifica-se que o capelão das religiosas de Santa Clara era, como seria de esperar e como determina a Regra de Santa Clara⁵³, um padre professo na Ordem dos Frades Menores, sendo a esta data o capelão de Santa Clara de Amarante, Frei Sebastião dos Martírios.

Esta dependência monástica, localizada fora de muros, terá sido edificada na Época Moderna, em data incerta. Fica voltada para o largo de Santa Clara e confronta, a Este, com a rua do Caminho Novo. O edifício em pedra granítica, actualmente na posse da família Van Zeller de Macedo, é de planta rectangular, possui dois pisos e dispõe ainda de alguns terrenos anexos, delimitados por uns muros, em tudo semelhantes aos da cerca das religiosas.

⁵¹ - A.N.T.T- Convento de Santa Clara de Amarante, Porto, cx. 2021, capilha 3, caderno 1.

⁵² - A.D.P- Convento de Santa Clara de Amarante, Livro de prazos nº5, fl. 270.

⁵³ - «A Ordem dos Frades Menores sempre nos facultou a graça de um capelão, com um companheiro clérigo de boa reputação e mais dois irmãos leigos de vida santa e de bons costumes, que nos ajudam na nossa pobreza. Pedimos que assim continue a ser, por amor de Deus e do bem-aventurado Pai São Francisco» - Regra de Santa Clara; XII; 5 [Pereira, 1996, 61 – 62].

4- *Tipologia do Mosteiro de Santa Clara de Amarante, na época Moderna:*

Ao longo da Época Moderna o mosteiro de Santa Clara de Amarante, pressionado pelo aumento do número de religiosas, foi dilatando o seu espaço construindo novos edifícios. Deste modo, em vésperas da chegada de uma coluna do exército napoleónico à vila de Amarante, o mosteiro tinha adquirido a forma de um quadrilátero, com uma projecção rectangular.

Esta forma pouco comum de um edifício monástico, resulta da topografia do terreno onde se implantou, bem como da crescente necessidade de ganhar novos espaços, para a ampliação das estruturas edificadas.

O alçado voltado a poente, constituído pela igreja, coros, dormitórios e portaria, inicia-se com três pisos, mas à medida que a cota do terreno vai subindo acompanha-a, perdendo progressivamente, altura e andares [Reis, 2003, 13], terminando apenas com dois pisos.

Os telhados mantêm à mesma altura, até à zona da portaria, onde se elevam um pouco. Esta área corresponderá, muito provavelmente, a um novo corpo, acrescentado aquando de uma das diversas ampliações do mosteiro. Solução que sugere igualmente, uma forma de vencer o desnível do terreno. Uma observação cuidada da gravura do séc. XVIII, dá a entender, que este alteamento do corpo edificado se prolongaria por toda a ala Norte e voltava a baixar, provavelmente, a meio da ala Este.

Por sua vez, o alçado orientado a Sul seria igualmente de dois pisos e fechava o conjunto monástico, definindo e delimitando o claustro.

Há ainda a salientar, que as janelas ainda subsistentes, na parede dos alçados Sul e Este, são ao contrário das demais, em fresta rampeada, dos dois lados. Não foi possível determinar, até ao momento, se esta característica era comum a apenas um compartimento ou se seria uma solução arquitectónica aplicada à totalidade deste alçado, podendo, por isso, corresponder a um período cronológico, muito específico⁵⁴.

Só a continuidade de trabalhos de investigação arqueológica e posterior confrontação dos dados, poderá, eventualmente desvendar algumas questões e dúvidas relacionadas

⁵⁴ - Curiosamente, no convento de S. Gonçalo, algumas janelas correspondentes à primeira fase de obras (entre 1540 e 1600) [Carvalho, 2006, 51 – 59] são rampeadas dos dois lados. Será que os alçados Este e Sul corresponderão senão na sua totalidade, pelo menos em parte, ao conjunto edificado entre os finais do séc. XVI e os inícios do séc. XVII?

com a evolução e as diversas configurações do mosteiro, ao longo da Época Moderna, que correspondeu ao período áureo, da instituição monástica feminina, em estudo.

No ano de 1809, face à eminência da vila de Amarante ser invadida pelo exército napoleónico, as religiosas de Santa Clara decidiram refugiar-se no mosteiro da Madre de Deus de Monchique⁵⁵, tendo aí chegado, poucos dias antes de a cidade do Porto cair nas mãos do general Soult⁵⁶.

Poucos dias passados, a 18 de Abril, o mosteiro de Santa Clara de Amarante não escapa, à onda devastadora da coluna do exército imperial e sucumbe nas chamas de um incêndio⁵⁷, depois de ter sido palco de uma escaramuça, entre os exércitos luso-britânico e francês [Magalhães, 1814, 36, 214 – 215].

Este incêndio destruiu, praticamente quase todas as dependências monástica da Época Moderna, tendo apenas escapado ileso, ou praticamente ileso, a sua igreja [Pacheco, 2009, 118].

⁵⁵ - Vide nota 19 do capítulo 1 da 2ª parte deste trabalho.

⁵⁶ - A cidade do Porto não resistiu aos ataques do exército Napoleónico e capitulou a 29 de Março de 1809 [Azeredo, 2004, 51].

⁵⁷ - A.N.T.T- O.F.M, Província de Portugal (Amarante e outros), mç.19, doc. 24.

2.6 - O Mosteiro de Santa Clara de Amarante no Século XIX



Fig. 40 - Tapeçaria “O incêndio da Vila de Amarante” de Guilherme Camarinha, 1954, sala de audiências do Palácio da Justiça de Amarante.

A destruição provocada no mosteiro de Santa Clara de Amarante pelo exército Napoleónico em 1809, apenas deixou incólumes a igreja [Pacheco, 2009, 118] e o cartório das religiosas [Magalhães, 1814, 35]. Os restantes espaços monásticos foram devastados pelas chamas do incêndio, que lavrou após o ataque a esta casa religiosa [Magalhães, 1814, 214]. Na cerca do mosteiro, que ficava fronteira ao Campo da Feira, foram assentes duas baterias de fogo, para ataque aos exércitos Luso-britânicos¹ [Magalhães, 1814, 215].

Passadas as hostilidades e depois de repelida em definitivo a ameaça imperial a Amarante e, por breves momentos, a Portugal, foi obtida licença para se reconstruir o mosteiro de Santa Clara [Magalhães, 1814, 35].

As obras de reedificação e restauro do cenóbio ter-se-ão iniciado ainda no ano de 1809, tendo sido realizadas de acordo com uma planta estipulada e definida pelas religiosas².

Tendo em conta o já limitado número de freiras (em 1798 eram apenas 22, das quais, 12 eram idosas³) [Magalhães, 1814, 35] e a rentabilização dos custos inerentes aos

¹ - As hostes Luso-britânicas encontravam-se estacionadas no Monte do Calvário, na Eira do Paço e no Adro da Capela de Santo António da Boavista, na margem esquerda do Tâmega, e tinham por objectivo repelirem o exército Napoleónico e impedirem a sua passagem para Trás-os-Montes e Alto Douro pela ponte de Amarante ou a vau pelo açude dos Moreiros [Azeredo, 2004, 74 – 75].

² - A.N.T.T- O.F.M, Província de Portugal, mç. 19 (Amarante e outros), doc. 24, fl.1v

³ - *Idem*, doc.9.

encargos, com as obras de recuperação, apenas se contemplou a reparação do alçado Oeste do edifício e a parte da cerca, que tinha sido desmantelada pelos franceses⁴.

Tendo em vista estes novos desígnios, foi decidido ajustar e concentrar todas as dependências, que até aqui se desenvolviam em torno das quatro alas do claustro, em apenas uma, ficando nos lados Sul, Este e Norte⁵ um pátio aberto delimitado pelas estruturas arruinadas.

Em relação à igreja, sabe-se apenas que decorreram obras de beneficiação, embora nada conste acerca do impacto do incêndio ou da devastação provocada no seu interior, aquando da invasão napoleónica. O mesmo sucedeu em relação a outras dependências, tais como a sacristia, a sineira, os coros, o mirante e a sala do capítulo.



Fig. 41 - O mosteiro da Madre de Deus de Monchique – Porto na actualidade.
Foto: SIPA

Enquanto o mosteiro de Amarante não garantisse as condições mínimas de habitabilidade e fosse capaz de assegurar a clausura às religiosas, estas deveriam permanecer no mosteiro onde se encontravam refugiadas. O Ministro Provincial dos Frades Menores Observantes da Província de Portugal é informado da situação, por um aviso régio de

10 de Junho de 1809⁶, que determinava a sua permanência, na cidade do Porto, pelo tempo necessário até à conclusão das obras de reedificação, ficando sob a dependência da abadessa do respectivo mosteiro de acolhimento, «*mas sustentadas pelas suas próprias rendas, que serão administradas como athe ao presente tinham sido com total separação*⁷».

Durante a permanência das religiosas de Amarante, no mosteiro da Madre de Deus de Monchique, o Príncipe Regente D. João VI decide nomear o juiz de fora da *villa d' Amarante*, Francisco Xavier de Sousa Gavião, administrador do mosteiro, ficando este obrigado a conceder à comunidade os rendimentos necessários para o seu sustento, sendo o restante canalizado para as obras de reedificação dos espaços monásticos⁸.

⁴ - A.N.T.T, Convento de Santa Clara de Amarante, Porto, cx.2021, capilha 3, doc. 18, fl. 12v.

⁵ - *Idem*.

⁶ - A.N.T.T – O.F.M, Província de Portugal, mç. 19 (Amarante e outros), doc. 23.

⁷ - *Idem*, doc. 54.

⁸ - *Idem*, doc. 24.

Para a colecta dos respectivos foros, construiu-se um cofre de três chaves, como «S(ua) A(lteza) R(eal) determinava e mandou»⁹ ao respectivo juiz de fora, que para tal nomeou um escrivão e adquiriu dez livros «autênticos a maneira mercantil»¹⁰, para neles assentar os rendimentos do mosteiro.

Com a nomeação de José de Vasconcelos Lebre, para o cargo de juiz de fora (1814), o valor das rendas do mosteiro, destinado à comunidade religiosa deixou de ser entregue atempadamente¹¹. As religiosas de Amarante ficaram por vezes, desprovidas de alimentos ou sem poderem prestar os devidos cuidados de saúde às enfermas, ou mesmo sem proventos para a realização das exéquias das que viessem a falecer¹². Após um longo e conturbado processo de queixas das religiosas ao rei e ao ministro provincial¹³, o juiz foi afastado do cargo e substituído por Frei Diogo de Santa Catarina (frade da Regular Observância), por designação do Ministro Provincial da Regular Observância da Província de Portugal e confirmado, pelo rei D. Pedro IV, a 17 de Maio de 1826¹⁴.

Paralelamente a esta situação, as religiosas de Amarante também se queixavam do despotismo do administrador por este pretender construir um dormitório comum, não querer colocar cadeiras no coro, imagens na igreja e dotar o mosteiro de celeiro, adega e forno¹⁵.

No entanto, as exigências das religiosas acabaram por ser acauteladas e, em Junho de 1826, o administrador enviou uma missiva, ao rei D. Pedro IV, a informar que o edifício já se encontrava em condições de poder receber de novo a sua comunidade religiosa. As freiras de Amarante tendo sabido desta comunicação, a 7 de Julho¹⁶, suplicam ao seu ministro provincial para participar a sua majestade, que o cenóbio ainda não possuía as condições básicas de habitabilidade, exigidas pela Ordem de Santa Clara. O mosteiro tinha apenas dez ou doze celas e, segundo informavam, algumas «mal arranjadas»¹⁷. Queixavam-se também de que duas das celas, tinham umas janelas demasiadamente largas, em comparação com as demais, que continuavam a manter as dimensões anteriores ao incêndio. Advertiam que tais janelas haviam sido rasgadas a pedido de

⁹ - A.N.T.T – O.F.M, Província de Portugal, mç. 19 (Amarante e outros), doc. 51.

¹⁰ - *Idem*.

¹¹ - *Idem*, fl.1v.

¹² - *Idem*, doc. 54.

¹³ - *Idem*, doc. 50, doc. 52, doc. 53, doc. 54, doc. 55, doc. 56 et doc. 57.

¹⁴ - *Idem*, doc. 58.

¹⁵ - *Idem*, doc. 54, fl.1.

¹⁶ - *Idem*.

¹⁷ - *Idem*, fl. 1v.

duas familiares de duas religiosas, sem que para isso tivessem consultado a opinião da comunidade.

Na mesma carta, as religiosas afirmam recusar-se a regressar a Amarante «*por se achar mal fechado, e aberto o convento por todos os lados*».¹⁸ Pedem também para que o rei que tome as necessárias providências para saber se o edifício é capaz de garantir a estrita clausura e para que providencie a reedificação do hospício do capelão e do confessor. Declaram ainda que apenas regressariam ao seu mosteiro quando estas condições estivessem garantidas¹⁹.

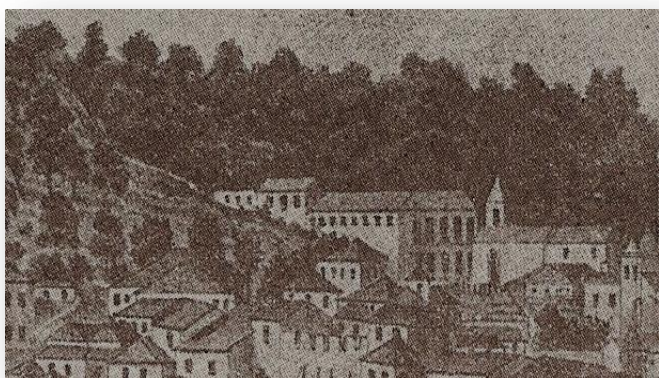


Fig. 42 – Pormenor do mosteiro de Santa Clara de Amarante em 1842, segundo gravura “*Vista da Villa d’ Amarante*”, de António Joaquim de Sousa Vasconcelos, colecção Eng. Pedro de Alvellos [Cardoso, 1979, 5].

Amarante já se encontrava com todas as dependências necessárias devidamente reedificadas e pronto para receber as religiosas, garantindo a clausura. Nessa altura as senhoras pobres de Amarante encontravam-se dispersas pelos mosteiros da Madre de Deus de Monchique (10 religiosas), pelo de Nossa Senhora da Conceição de Braga²¹ (1 religiosa)²² e uma delas estava mesmo fora da clausura, residindo nas imediações da vila de Arcos de Valdevez²³ (vide anexos, p. 55 – 57).

Face a esta circunstância, a regente do reino acha por bem que todas as religiosas, que assim o queiram, regressem a Amarante, no prazo de seis meses. Aquelas que, por algum motivo, preferirem ficar no mosteiro de acolhimento, deverão apresentar pela

¹⁸ - A.N.T.T – O.F.M, Província de Portugal, mç. 19 (Amarante e outros), doc. 54, fl. 1v.

¹⁹ - *Idem*, doc. 54.

²⁰ - *Idem*, doc. 61.

²¹ - Mosteiro fundado em 1625, recebe as primeiras religiosas em 1629, porém as obras de construção só terminariam, em 1728. A igreja foi construída segundo o risco do mestre pedreiro Manuel Fernandes da Silva [Almeida, 2008, 217].

²² - A.N.T.T – O.F.M, Província de Portugal, mç. 19 (Amarante e outros), doc. 72.

²³ - *Idem*.

referida junta dos assuntos eclesiásticos, Breve Apostólico no prazo de três meses, explicando os motivos que as leva a tomar tal decisão²⁴.

Na sequência desta determinação, o regresso de duas religiosas, ao mosteiro de Amarante, fez-se no dia 22 de Janeiro de 1828, como se constata numa autorização de D. Miguel, datada de 2 de Dezembro de 1828²⁵. As restantes dez permaneceram ainda nos mosteiros de acolhimento.

Dado algumas destas terem intenção de permanecer, nos mosteiros de acolhimento, procuram a obtenção de um Breve Apostólico, que lhes permitisse efectuar a respectiva permuta. Devido à morosidade deste procedimento, D. Miguel solicita, ao ministro provincial, a concessão de vistos de permanência²⁶, para as religiosas, que estivessem a aguardar a chegada do documento.

Para acabar com esta situação, a Junta do Exame do Estado Actual e Melhoramento Temporal das Ordens Regulares, a 1 de Março de 1830²⁷, solicitou ao rei D. Miguel, que ordenasse, o regresso ao mosteiro de Amarante, no prazo de trinta dias, das seis religiosas que ainda não o tinham feito (quatro permaneciam no da Madre de Deus de Monchique, uma no de Nsa. Sra. da Conceição e outra fora da clausura, em Arcos de Valdevez²⁸). Só depois da intervenção de D. Miguel é que as religiosas terão regressado ao mosteiro de origem.

O mosteiro de Santa Clara de Amarante ficou marcado, no início do século XIX, como se viu, por nefastas vicissitudes. Provocadas pela passagem do exército napoleónico da Segunda Invasão a Portugal, que quase destruiu por completo o conjunto monástico. Uma vez recuperada a paz deu-se início ao processo de restauro e reedificação dos edifícios monásticos, que só ficaria terminada, em 1827. Esta tarefa originou uma série de questões, entre a comunidade monástica e o seu administrador, que acusaram de abuso de poder e gestão danosa. Uma vez terminadas as obras de reconstrução, houve dificuldade em fazer regressar a comunidade ao seu mosteiro de origem. Tendo esta situação apenas ficado concluída, em 1830.

Com a comunidade de novo instalada e a normalidade e paz pareciam ter regressado ao mosteiro de Santa Clara de Amarante, foi promulgado o Decreto de 5 de Agosto de

²⁴ - A.N.T.T – O.F.M, Província de Portugal, mç. 19 (Amarante e outros), doc. 61.

²⁵ - *Idem*, doc. 67.

²⁶ - *Idem*, doc. 69, doc. 70 et doc. 71.

²⁷ - *Idem*, doc.72.

²⁸ - *Idem*.

1833, que proíbe, todas as admissões ao noviciado e à profissão de votos, seguindo no ano seguinte o decreto de extinção das Ordens Religiosas. A partir desse momento, inicia-se o processo de morte lenta da comunidade religiosa e do mosteiro de Amarante, que se analisa no capítulo seguinte.

2.7 - De Mosteiro a Casa da Cerca

O regresso da comunidade religiosa, ao mosteiro de Santa Clara de Amarante, em 1830, depois de este ter sido recuperado do abalo sofrido durante as invasões francesas, não se iria revelar pacífico. Porquanto, a normalidade viria a ser gravemente perturbada com o decreto de 5 de Agosto de 1833, que proibiu novas admissões ao noviciado [Silveira, 1980, 88].

Atingido por esta deliberação governamental, o mosteiro de Santa Clara de Amarante, que a essa data não teria mais do que 12 religiosas, ficou impossibilitado de receber novas noviças, e iniciou o seu processo de extinção.

Se alguma esperança pareceu existir quanto a uma possível revogação do decreto de 9 de Agosto de 1833, esta rápido se desvaneceu com a promulgação, a 30 de Maio de 1834, do diploma que extingue todas as congregações religiosas existentes em Portugal. Contrariamente às comunidades masculinas, onde os religiosos foram imperativamente obrigados a abandonar os conventos, os ramos femininos permanecem activos. No entanto, mantêm-se a proibição de novas admissões e prossegue o processo de morte lenta de todas as casas femininas, até ao encerramento das suas portas, em definitivo, após a morte da última religiosa [Silveira, 1980, 88].

Para evitar a delapidação dos bens acumulados pelas congregações religiosas, o Ministro dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, Vicente Ferrer Neto de Paiva, decide, a partir de 1857, proceder à inventariação de todos os bens dos conventos. Esta medida foi recebida com alguma resistência por parte das religiosas dos mosteiros, que ainda se encontravam activos [Mattoso (b), 1998, 239].

No mosteiro de Santa Clara de Amarante, que agora se dignava de «*Convento de Santa Clara*», a decisão ministerial é cumprida a 21 de Setembro de 1858, com a inventariação e avaliação de todos os objectos e alfaias litúrgicas. Este rol deu origem ao «*Caderno que contem a descrição das alfaias e mais objectos pertencentes ao culto divino, existentes no convento de Santa Clara da villa de Amarante*»¹. No mesmo contexto realiza-se um «*Caderno que contem a descrição do convento de Santa Clara da villa de Amarante e edefícios annexos, seu estado material, sua avaliação, e bem*

¹ - A.N.T.T - Convento de Santa Clara de Amarante, Porto, cx. 2021, capilha 3, caderno 1, doc. 17.

*assim de alguns moveis nelle existentes»*², onde se descrevem e avaliam os espaços monásticos e se mencionam algumas peças de mobiliário. Num novo registo são inventariados, todas as fontes de rendimento da comunidade religiosa e compiladas no «*caderno que contem a descripção dos Padrões do crédito Público e escripturas de dinheiros mutuados*»³. Num quarto «*Caderno que contem a descripção dos livros, titulos e prazos*»⁴, é feito um registo de todos os documentos, que constituem o cartulário do mosteiro.

Cada um destes cadernos, antes de ser enviado ao então Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, é confirmado e autenticado pelo reverendo José Joaquim da Costa Pinheiro, arcepestre de Amarante.

Para além dos inventários referidos, de teor mais económico, realizam-se outros inquéritos relacionados com o número de religiosas e outro pessoal do mosteiro, que tinham o intuito de controlar o comprimento das ordens governamentais, por parte da congregação religiosa. Através de um destes inquéritos, datado de 14 de Janeiro de 1859⁵ sabe-se que a essa data existiam no mosteiro de Amarante apenas três religiosas, Soror Maria Benedita de Santa Ana, Soror Josefa Narcisa de Nossa Senhora e Soror Ana Augusta de Lacerda Castelo Branco, e que já não existiam nele recolhidas nem educandas. Fica Também a saber-se que estas têm a seu serviço, um capelão, um procurador, um sacristão e três criadas (Joaquina Rosa, Matilde Lopes Coelho e Ana Rita).

A 2 de Maio de 1862⁶, o Ministério da Fazenda decretou a supressão do mosteiro e no dia 10 desse mesmo mês, o delegado do tesouro do distrito do Porto, deu inicio ao processo de inventariação de todos os bens pertencentes às religiosas de Amarante, sendo as instruções procedimentais referentes a este processo, decretadas no último dia desse mês⁷.

No dia 17 de Julho de 1862⁸, a última religiosa do mosteiro de Santa Clara de Amarante, a Madre D. Ana Augusta de Lacerda Castelo Branco, realizou um novo inventário dos bens da instituição e, no dia 30 desse mesmo mês, o arcepestre de Amarante (reverendo José Joaquim da Costa Pinheiro), em nome do arcebispo de

² - A.N.T.T - Convento de Santa Clara de Amarante, Porto, cx. 2021, capilha 3, caderno 1, doc. 18.

³ - *Idem*, doc. 19.

⁴ - *Idem*, caderno 4, doc. 20.

⁵ - *Idem*, doc. 21.

⁶ - A.N.T.T - Convento de Santa Clara de Amarante, Porto, cx.2022, capilha 5, doc.2, fl.1.

⁷ - *Idem*.

⁸ - *Idem*.

Braga⁹, recebeu em depósito, por parte da Repartição da Fazenda do Distrito do Porto, todos os bens do mosteiro destinados à prática litúrgica, como por exemplo as alfaias, as imagens e alguns armários, juntamente com a igreja e os respectivos coros¹⁰.

No dia 18 de Agosto, a última religiosa de Amarante, que nesta altura deveria ter 73 anos de idade¹¹ recolheu-se no mosteiro de Santa Clara do Porto¹², onde viveu os seus últimos anos de vida. Com a saída da última freira e a posterior extinção do mosteiro, a presença de freiras clarissas, por terras de Amarante, chegava ao fim.

O antigo mosteiro de Santa Clara, então integrado na fazenda do Estado, fora avaliado pela última vez, a 30 de Janeiro de 1866¹³, para depois ser vendido em hasta pública, convocada para o dia 17 de Setembro, desse mesmo ano¹⁴.

O lote inscrito no rol com o nº 257, que englobava o edifício monástico, os espaços arruinados, a cerca e as propriedades agrícolas do interior desta, foi avaliado em 6 000 \$00 (reis) e arrematado, por António Pinto de Novais, pela quantia de 2 253 \$ 00 (reis)¹⁵.

A igreja e sacristia, com as suas alfaias litúrgicas e objectos de culto, permaneceram afectas ao culto e são consideradas de utilidade pública. As outras dependências que, pelo contrário, se tornaram propriedade privada, foram desprovidas de todas as passagens e vãos, que comunicavam com o antigo espaço da clausura, mediante o seu emparedamento. Esta medida destinada, a evitar futuros constrangimentos, foi estipulada no «Acto de louvação do Convento e Cerca»¹⁶, como se pode ver no respectivo documento: «*devem louvar a parte das mesmas, que pertencem ao mesmo convento, bem como à despeza que o comprador tem a fazer em tapar de pedra e cal todas as comunicações com a respectiva igreja e sacristia*»¹⁷.

Contudo, a 26 de Setembro de 1883, a igreja e a sacristia, depois de terem sido abandonadas e profanadas¹⁸, foram presentes a hasta pública, inscritas na lista com o nº

⁹ - A.N.T.T - Convento de Santa Clara de Amarante, Porto, cx.2022, capilha 5, doc.2, fl. 22v.

¹⁰ - *Idem*, fl.20.

¹¹ - No último mapa do pessoal do convento, datado de 14 de Janeiro de 1859, soror D. Ana Augusta tinha 70 anos de idade (A.N.T.T- Convento de Santa Clara de Amarante, Porto, cx.2021, capilha 3, doc. 21).

¹² - A.N.T.T - Convento de Santa Clara de Amarante, Porto, cx.2022, capilha 5, doc. 1, fl.1, 1v.

¹³ - *Idem*, capilha 4, doc. 23.

¹⁴ - *Idem*, capilha 2, doc. 13, fl.2.

¹⁵ - *Idem*.

¹⁶ - *Idem*, capilha 4, doc. 24, fl.6.

¹⁷ - *Idem*.

¹⁸ - *Idem*, capilha 4, doc. 28, fl.1v.

5402, tendo sido arrematadas por José Monteiro da Silva, que era à data o proprietário da casa, pela quantia de 600 \$00¹⁹.

A partir da última década de oitocentos, a Direcção Geral dos Próprios Nacionais começou a identificar e a avaliar todos os foros, censos, pensões e quinhões, inventariados como pertencentes ao antigo mosteiro de Amarante, existentes nos concelhos de Felgueiras (a 5 de Janeiro de 1890²⁰, Junho de 1897²¹ e a 1 de Agosto de 1898²²), de Marco de Canaveses (a 2 de Agosto de 1897²³), de Amarante (em Outubro de 1901²⁴ e a 25 de Novembro de 1901, enviadas à Direcção Geral dos Próprios Nacionais a 17 de Maio de 1902²⁵) e de Celorico de Basto (em Julho de 1902²⁶).



Fig. 43- Pormenor da Casa da Cerca, nos anos 40, segundo postal “Viveiros e Vista Parcial – Amarante”, reeditado pelo Círculo Lago Cerqueira, no âmbito das Comemorações dos 125 anos do Nascimento de António do Lago Cerqueira, 2005.

Estando todos os bens devidamente identificados e avaliados, a respectiva Direcção Geral procedeu à sua arrematação, em hasta pública, que se prolongou pelo primeiro quartel do

séc. XX²⁷.

Após a venda, o edificio do antigo mosteiro de Santa Clara de Amarante foi adaptado e transformado em residência unifamiliar. A adequação às necessidades dos seus novos proprietários foi apagando ou camuflando a anterior ocupação do espaço. A própria designação muda então de mosteiro ou convento de Santa Clara, para Casa da Cerca de Cima, ou Casa da Cerca de Santa Clara [Teixeira, 2000, 540].

¹⁹ - A.N.T.T - Convento de Santa Clara de Amarante, Porto, cx.2022, capilha 2, doc. 13, fl.2.

²⁰ - *Idem*, capilha 1, doc. 15.

²¹ - *Idem*, doc. 16.

²² - *Idem*, doc. 17.

²³ - *Idem*, doc. 2.

²⁴ - *Idem*, doc.4.

²⁵ - *Idem*, doc. 6.

²⁶ - *Idem*, doc. 3.

²⁷ - *Idem*, capilha 6.



Fig. 44 - A fachada da casa da Cerca, em 1995.

Foto: SIPA

Estas obras de remodelação implicaram a mutilação e o posterior reaproveitamento de alguns elementos construtivos e arquitectónicos, do antigo cenóbio.

Assim aconteceu, por exemplo, com a torre sineira, que foi demolida entre o último quartel do séc. XIX (vide anexos:p.61) e o início do séc. XX²⁸ (vide anexos: p.63). O derrube da torre poderá ter ocorrido a quando da abertura de uma comunicação directa para o terreiro da casa. Tal demolição estendeu-se a uma parte do corpo da igreja. A igreja reduzida de tamanho passou então a ser designada de Capela da Casa da Cerca. Ficou separada do restante conjunto edificado e passou a dispor de uma entrada axial, tendo sido suprimido o primitivo portal lateral, que foi igualmente desmantelado e substituído por um portão gradeado e delimitado por um molduramento granítico²⁹. Aquando desta intervenção, as paredes que, enquanto pertenceram à igreja, se encontravam revestidas a azulejo, foram rebocadas e caídas.

Por seu lado, na fachada Sul da casa, rasgou-se uma porta com comunicação directa, para o novo pátio [Teixeira, 2000, 550].

A abertura de uma porta de arco pleno, no espaço outrora ocupado pelo coro inferior do mosteiro, voltado para o largo de Santa Clara terá sido uma das obras de remodelação, mais significativas e de grande impacto no conjunto edificado, transformando o antigo coro baixo e a sala do capítulo, a ele anexa, num átrio da casa e consequentemente, numa zona de passagem e de comunicação directa com a rua.

²⁸ - A sineira da igreja de Santa Clara de Amarante é representada pela última vez, numa gravura da autoria de Baily, intitulada "*Aspecto de Amarante*", não datada, embora se possa atribuir à primeira metade do séc. XIX. Numa fotografia de 1900, tirada a partir da freguesia da Madalena, já não se identifica, qualquer indício da sua existência.

²⁹ - Um mapa fotométrico da Vila de Amarante, datado dos anos 50, representa a capela da Casa da Cerca separada por um pátio, do restante conjunto edificado.

Com menor impacto, mas ainda assim significativo, têm-se o corte dos gradeamentos das janelas das antigas celas monásticas, o entaipamento de algumas e a sua substituição, por novas de maior dimensão [Teixeira, 2000, 551].

O revestimento da fachada da casa com azulejos policromados (amarelo, verde, branco e vermelho), decorados em alto-relevo com motivos florais³⁰, os gradeamentos das varandas, em ferro forjado, decorado com motivos vegetalistas e fitiformes e a decoração dos tectos de algumas dependências com estuques profusamente trabalhados, constituem três intervenções de grande valor e sentido estético, que contribuiram para o enriquecimento do conjunto edificado (vide anexos: p. 97).

As antigas alas Norte e Este do mosteiro, profundamente afectadas pelo incêndio de 1809 e não reedificadas foram convertidas em quintal. Para este propósito foi construído um muro que se adossou ao fontanário de espaldar [Teixeira, 2010(a), 20]. Esta intervenção teve por objectivo suportar as terras do referido quintal elevado a mais de dois metros, da cota do antigo claustro. A absorção de parte da fachada Sul pela construção de uma habitação destinada aos empregados da casa e a construção, na face exterior deste alçado, entre a casa dos empregados e a sacristia, agora convertida em lagar, de uma ala para as cavaliças e para a garagem³¹.

De todas as alterações sofridas pelo antigo mosteiro das clarissas, a que constituiu maior perda patrimonial, foi a demolição quase total, por parte da Câmara Municipal de Amarante da igreja arruinada³². Tal decisão teve subjacente, a abertura de um arruamento, entre a rua Joaquim Teixeira de Vasconcelos e o largo de Santa Clara que faria a ligação com a nova rua dos Miradouros³³ (actual rua Capitão Augusto Casimiro), substituindo, em alguns troços, a antiga rua de Entremuros (actualmente na posse de particulares).

³⁰ - Os azulejos relevados da fachada da Casa da Cerca terão sido produzidos na fábrica de Massarelos, no Porto, que foi pioneira na introdução destes motivos em Portugal, a partir de meados do séc. XIX. O seu processo de produção resulta do enchimento de formas com argilas gordas trabalhadas manualmente, através da pressão dos dedos, cujas marcas são perceptíveis nos tardozeiros. As partes mais salientes do relevo são depois adelgadas, escavando-se o barro nas costas para diminuir as hipóteses de deformação, durante a cozedura. Depois de cozidos, estes azulejos são inteiramente esmaltados a branco, recebendo posteriormente uma pintura opaca grosseira, geralmente a verde, azul e amarelo [Meco, 1993, 77 – 79].

³¹ - A.M.A - Livro de Actas da Câmara Municipal de Amarante, vol. 354, fl. 107 (acta de 14 de Junho de 1960).

³² - *Idem*.

³³ - *Idem*, fl. 103v (acta de 24 de Maio de 1960).

Em reunião de Câmara de 14 de Junho de 1960³⁴, foi apresentado o traçado do novo arruamento e assinalaram-se os terrenos e edifícios afectados pela sua abertura. Entre estes conta-se a Casa da Cerca, atingida em algumas parcelas de terreno e estruturas edificadas, tais como o presbitério da capela, o lagar (antiga sacristia) e a garagem. O proprietário da casa, D. Manuel Lobo da Silveira Alvito, pretendendo um melhor esclarecimento, solicitou uma visita dos serviços municipais, às zonas que iriam ser lesadas pelas obras³⁵.

O proprietário, que não aceita a demolição da capela, conseguiu um parecer favorável do executivo camarário relativamente a uma proposta, por si apresentada, sugerindo a transferência da capela para outro local, desde que o município se encarregasse de custear as despesas da sua trasladação³⁶. No entanto, divergências entre as estimativas de custos, orçamentadas por D. Manuel Alvito e pelos serviços municipais³⁷ acabariam por desembocar no processo de demolição da capela e da antiga sacristia, evocando para tal, o regime de protecção de utilidade pública³⁸.

O acto de expropriação concedeu aos anteriores proprietários, o direito a ficarem com os materiais resultantes da demolição³⁹ e alguns deles ainda se encontram actualmente, na posse da herdeira e filha de D. Manuel, a senhora D. Maria Manuel Lobo da Silveira Alvito, designadamente alguns fragmentos de talha resultantes da demolição dos altares laterais. O altar-mor emprestado para um casamento, pouco antes da demolição da capela, ainda se encontra na Casa da Quinta da Soenga, concelho de Resende⁴⁰. Os elementos pétreos permaneceram no local, tendo sido alguns deles furtados, nos últimos anos.

Foi preciso esperar algum tempo, para obstar a que danos irreparáveis como este voltassem a acontecer. Assim, para evitar situações idênticas no futuro, as ruínas da antiga igreja de Santa Clara foram classificadas, pela Direcção-Geral dos Assuntos

³⁴ - A.M.A - Livro de Actas da Câmara Municipal de Amarante, vol. 354, fl. 107, 107v (acta de 14 de Junho de 1960).

³⁵ - *Idem*, fl. 111 (acta de 12 de Julho de 1960).

³⁶ - *Idem*, fl. 126 (acta de 11 de Outubro de 1960).

³⁷ - *Idem*, fl.135 (acta de 22 de Novembro de 1960) e fl.144 (acta de 10 de Janeiro de 1960).

³⁸ - *Idem*, fl. 154 v (acta de 28 de Fevereiro de 1961). Nos termos dos números 1 e 3 do artigo 12.º, da lei nº 2030 de 22 de Junho de 1948, concedida pelo director de Urbanização do Distrito do Porto, publicada em Diário de Governo de 22 de Maio de 1961, nº 121, série II, processo nº12/UM/58 (páginas 3436/7).

³⁹ - *Idem*, fl. 170 (acta de 23 de Maio de 1961).

⁴⁰ - Infelizmente, no âmbito deste trabalho não houve abertura por parte dos proprietários para a visualização e registo fotográfico dos respectivos materiais, no entanto, agradecem-se as informações prestadas.

Culturais, através do decreto nº 735/74 de 21 de Dezembro de 1974, como Imóvel de Interesse Público⁴¹.

Das diversas remodelações que se sucederam na Casa da Cerca, ao longo da segunda metade do séc. XIX e parte do séc. XX, resultou uma planta constituída por dois corpos articulados entre si. Um corpo de planta semi-pentagonal, formado por três pisos, e outro muito extenso e alongado, que mantêm, grosso modo, a configuração monástica. Desenvolvido paralelamente à rua, este corpo vence o desnível entre o largo de Santa Clara, situado a uma cota inferior e o bairro de S. Sebastião a uma cota superior [Reis, 2000, 13].

Enquanto que os andares inferiores apresentam um carácter mais rústico, por se destinarem sobretudo a espaços de armazenamento e de arrumação, o piso superior, reservado à habitação familiar, propriamente dita, destaca-se por um certo modo e requinte “de casa de brasileiro”, quer ao nível da construção, quer ao nível dos acabamentos, designadamente, os tectos estucados, os rebocos, as vidraças e os azulejos policromados [Reis, 2000, 13].

A mudança de funcionalidade do edifício, não implicou uma reformulação total do espaço, esquecendo ou aniquilando por completo as pré-existências. Estas, sempre que possível, foram absorvidas ou reaproveitadas nas novas dependências da casa. No entanto, só um estudo sistemático e aprofundado permitirá determinar quais terão sido as verdadeiras mutações do edifício, para além das que se mencionaram e já conhecidas. O facto do conjunto edificado ter sido intervencionado, por diversas vezes, em tempos relativamente próximos uns dos outros, dificilmente permitirá definir uma cronologia absoluta para todas as obras. Encontra-se também por compreender exhaustivamente o modo como as pré-existências condicionaram ou limitaram as remodelações.

A memória do antigo mosteiro de Amarante, ao longo dos 130 anos de existência da Casa da Cerca, foi caindo no esquecimento das gentes locais. Quando em 1993 a Câmara Municipal de Amarante adquiriu o imóvel e terrenos anexos, poucos elementos evocavam o antigo estabelecimento monástico. Os vestígios desta memória resumiam-se a pouco mais do que às ruínas da capela lateral da igreja (capela de S. José) [Teixeira,

⁴¹ - Publicado em Diário da República, série 1, número 297 de 21 de Dezembro de 1974 (página 1605), segundo os termos dos artigos 2.º, 24.º e 30.º do Decreto n.º 20 985 de 7 de Março de 1932 e do artigo n.º1 do §1º do artigo 19.º Decreto n.º. 46 349 de 22 de Maio de 1965.

2000, 542], à inscrição do fontanário e à cerca, já muito mutilada, devido ao crescimento urbano na alta da cidade [Teixeira, 2000, 539].

A extinção das Ordens religiosas e a arrematação em hasta pública dos seus bens, levou a que, como é sabido, ao longo do séc. XIX e parte do séc. XX, se delapidassem obras de arte, se ocupassem os edifícios com funcionalidades pouco dignas, se mutilassem ou se destruíssem por completo. O mosteiro de Santa Clara de Amarante não foi uma excepção e, tal como se pode comprovar, depois de extinto em 1862, foi sendo alvo de diversas mutilações e reformulações que, pouco e pouco, provocaram a destruição e dispersão dos seus vestígios materiais.

Na actualidade, apesar da classificação das ruínas da capela, os vestígios que ainda restam do antigo mosteiro de Santa Clara de Amarante não escapam, esporadicamente, a actos de vandalismo, destruição ou furto.

2.8 – De Casa da Cerca a Biblioteca e Arquivo Municipais

Nas décadas de 80 e 90 do séc. XX, a Casa da Cerca, vai sendo preterida progressivamente, enquanto residência principal da família Alvito, em prol da Casa do



Fig. 45- A Casa de Cerca, em 1995, antes do início das obras de adaptação a Biblioteca e arquivo municipais, vista aérea.

Foto: SIPA

Carvalho, situada na freguesia de Jazente (concelho de Amarante). A Câmara Municipal de Amarante em 1992, demonstra vontade na sua aquisição, que já dava sinais de abandono.

Apesar do interesse manifestado por esta casa, a autarquia ainda não tinha definido em concreto uma funcionalidade a dar-lhe [Duarte, 1992, 2]. Entre as várias possibilidades, que entretanto surgiram, tais como a instalação de alguns serviços municipais, uma escola superior, uma pousada da juventude, ou a Biblioteca Municipal Albano Sardoeira [Cardoso, 1992, 2]. A escolha acabaria de recair, neste última opção, pois a biblioteca encontrava-se instalada em condições muito deficientes e a necessitar de reabilitação¹.

Esta escolha tinha subjacente a possibilidade de uma recandidatura a um programa de instalação da rede de bibliotecas municipais, promovida pela então Secretaria de Estado da Cultura. Deste modo, haveria mais possibilidade desta candidatura ser aceite, visto

¹ - Até ao ano de 2003, no segundo claustro do antigo convento de S. Gonçalo de Amarante, encontravam-se instalados os serviços administrativos da Divisão de Dinamização Local, a Biblioteca e o Museu Municipal Amadeo de Souza-Cardoso.

ter sido recusada uma anterior apresentada em 1988, por a área da biblioteca do município dispor de um espaço insuficiente e o edifício, onde se encontrava instalada, ser partilhado com outros serviços².

No biénio de 1992/1993, a autarquia de Amarante apresentou uma nova candidatura, optando por uma biblioteca de tipo BM2³, com uma extensão, em Vila Meã. A candidatura viria a ser aprovada pelo Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro (IBNL)⁴, tendo sido o protocolo de intenções, assinado a 18 de Dezembro de 1992 [Cardoso, 1992, 7].

Na reunião da Assembleia Municipal de 28 de Junho de 1993, foi deliberado, por unanimidade, a aquisição da Casa da Cerca, por parte da Câmara Municipal, pela quantia de 95 000 000\$00 [Cardoso, 1993, 2]. O acto de compra e venda realizar-se-ia a 27 de Setembro de 1993.

Tendo em conta que o edifício dispunha de mais área, do que aquela, que seria necessária para o bom funcionamento de uma biblioteca do tipo BM2, a autarquia decidiu instalar também, no mesmo espaço o arquivo municipal. Dado que este se encontrava em condições muito precárias. Em 1994 é aberto um concurso limitado para a escolha de uma equipa projectista, para executar um projecto de adaptação da Casa da Cerca a Biblioteca e Arquivo Municipais. O gabinete de arquitectura António Portugal e Manuel M. Reis, Arquitectos e Associados, Lda saiu vencedor desse concurso e a 9 de Março de 1995⁵ foi celebrado o contracto de execução.

Como o edifício se encontra na área de abrangência de uma zona exclusiva de protecção de um monumento classificado⁶, foi necessário requerer um parecer favorável à sua execução, junto do Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR)⁷, que, por sua vez, determinou a realização prévia de sondagens e trabalhos de acompanhamento arqueológico, no decurso das obras.

² - A.M.A - D.E.M, Adaptação da Casa da Cerca a Biblioteca e Arquivo Municipais, Historial do Processo, p.2 (material não tratado arquivisticamente).

³ - Bibliotecas instaladas em Municípios com mais de 20 000 e menos de 50 000 habitantes. Com uma área bruta de 1828 m², 18 funcionários (número mínimo), um fundo mínimo, inicial de 38 000 documentos (monografias, audiovisuais, electrónicos, sonoros) e a obrigação de efectuar, pelo menos 3400 novas aquisições anuais.

⁴ - Actual Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas, criada pelo decreto-lei nº92/2007 de 29 de Março.

⁵ - A.M.A - D.E.M, Adaptação da Casa da Cerca a Biblioteca e Arquivo Municipais, Historial do Processo, p.2 (material não tratado arquivisticamente).

⁶ - Recorde-se que as ruínas da capela do mosteiro de Santa Clara de Amarante foram classificadas como imóvel de interesse público, pelo decreto-lei nº 735/74 de 21 de Dezembro de 1974.

⁷ - Actual Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR), criado pelo Decreto-Lei nº 96/2007 de 29 de Março, resultante da fusão do Instituto Português de Arqueologia (IPA) e do Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR).

Para se acautelarem as imposições do IPPAR, foi designado o arqueólogo Ricardo Teixeira, para integrar a equipa projectista, e o arqueólogo Victor Fonseca, para a orientação dos trabalhos de escavação arqueológica. Ainda no âmbito do projecto, a Universidade de Aveiro procedeu a prospecções geofísicas, com a finalidade de determinar, os locais onde poderá existir edificado, anterior à Casa da Cerca.

Face às disposições impostas pelos trabalhos de arqueologia, a obra foi faseada em duas partes. A 29 de Abril de 1996⁸, celebrou-se um contracto adicional com o gabinete de arquitectura para a elaboração de um projecto de recuperação da Casa da Cerca, tendo em conta o valor histórico, arqueológico e arquitectónico do edifício.

No ano de 1997, a empresa ARFUS ficou encarregue da execução da primeira fase do projecto, que contempla os trabalhos de limpeza, de desmonte e de escavação arqueológica. Após a conclusão destas tarefas, a equipa de arqueologia emite um parecer favorável ao programa de recuperação e de adaptação da Casa da Cerca, que possa ser compatibilizado com os resultados arqueológicos⁹.

Terminados estes trabalhos arranca a 2ª fase de execução do projecto, que consiste, na adaptação do edifício às novas funções e na valorização dos espaços exteriores. Esta fase deveria estar concluída e ser entregue à Câmara Municipal de Amarante, entre Setembro e Dezembro de 1998¹⁰.

O projecto de arquitectura, por imposição do Instituto Português do Livro e das Bibliotecas (IPLB)¹¹ e do Instituto dos Arquivos Nacionais Torre do Tombo (IANTT)¹² foi realizado de modo que a biblioteca e o arquivo, apesar de ocuparem o mesmo edifício, constituíssem do ponto de vista institucional, administrativo e financeiro, dois espaços independentes¹³. Contudo, para não quebrar a uniformidade do edifício adoptaram-se soluções idênticas e contínuas, ao nível das divisões internas, do tratamento dos paramentos, dos vãos e das coberturas. No mesmo sentido, foi tido o cuidado de realçar e de valorizar os elementos evocativos das anteriores funcionalidades do conjunto edificado, nomeadamente a de mosteiro e a de habitação particular. Foi

⁸ - A.M.A - D.E.M, Adaptação da Casa da Cerca a Biblioteca e Arquivo Municipais, Historial do Processo, p.2 (material não tratado arquivisticamente).

⁹ - D.R.C.N - Processo DRP – 6873 (Adaptação da Casa da Cerca para instalação da futura Biblioteca e Arquivo Municipal de Amarante).

¹⁰ - A.M.A - D.E.M, Adaptação da Casa da Cerca a Biblioteca e Arquivo Municipais, Historial do Processo, p.3 (material não tratado arquivisticamente).

¹¹ - Criado em 1997, para substituir o IBNL, foi extinto em 2007 e substituído pela actual DGLB.

¹² - Actual Direcção-Geral de Arquivos (DGARQ), criada pelo decreto-lei nº 93/2007 de 29 de Março.

¹³ - A.M.A - D.E.M, Adaptação da Casa da Cerca a Biblioteca e Arquivo Municipais, Historial do Processo, p.3 (material não tratado arquivisticamente).

aconselhado um cuidado especial com os elementos dos coros, das ruínas da igreja e com os tectos estucados.



Fig. 46 - Secção de especializados da Biblioteca Municipal Albano Sardoeira – Amarante.
Foto: Daniel Ribeiro

À biblioteca ficou reservada a parte nascente do edifício, constituído por três pisos, com uma área total de 1 826 m². O seu acesso no rés-do-chão é feito pelo alçado lateral Sul, através do desaparecido portal da igreja. Esta entrada

é precedida de um pátio, de

onde se pode observar toda a envolvente do imóvel, nomeadamente os alçados dos coros alto e baixo e as ruínas da igreja [Reis, 2000, 14]. Internamente, a comunicação entre os pisos é feita por escadas e um elevador, cuja caixa funciona num corpo autónomo, colocado no exterior do edifício, a fim de evitar impactos negativos, nas estruturas pré-existentes [Reis, 2000, 14]. No primeiro piso, encontra-se o átrio de entrada, a recepção, o auditório, os sanitários e espaços de arrumação. Na disposição destas valências teve-se o cuidado de dar ênfase à articulação dos dois corpos fundamentais do edifício [Reis, 2000, 14]. O segundo piso foi repartido pela secção infanto-juvenil, subdividida em três espaços distintos, designadamente a área do conto, a sala de leitura e a secção juvenil. Ainda neste andar, instalaram-se a sala de audiovisuais, alguns gabinetes técnicos e os depósitos de difusão e conservação. Por último, o terceiro andar, destinado ao público adulto, foi subdividido por quatro secções, periódicos, literatura de livre acesso, fundo local e especializados [Lopes, 2020, 25]. Neste último andar, encontra-se também um espaço reservado aos gabinetes técnico-administrativos. Todas as valências da biblioteca têm um espaço amplo resultante da articulação dos diversos volumes. Foi também possível manter os tectos ornamentados em estuque e criar ambientes diversificados com abundante luz natural [Reis, 2000, 14].

O espaço reservado aos serviços dispõe de duas entradas directas, uma para o terreiro da biblioteca e outra para a rua do Caminho Novo, garantindo a funcionalidade e circulação de funcionários. Deste modo, cria-se uma funcionalidade diferente do espaço público destinado aos leitores [Reis, 2000, 14 – 15].

As objecções impostas pelo IANTT levaram à opção por um dos dois projectos, que foram apresentados para o arquivo. Para este serviço municipal reservou-se uma área total de 580 m², localizada no remate superior do conjunto edificado.

O acesso foi feito por uma entrada voltada para o terreiro da actual biblioteca, localizada próxima da rua da Cerca. O arquivo municipal desenvolve-se num só piso, dispondo de uma entrada, recepção, sala de leitura, dois gabinetes técnico-administrativos, um depósito, casa das máquinas e sanitários.

Nos pavimentos exteriores deste novo conjunto utilizou-se cantaria granítica no átrio de entrada e brita para o terreiro da biblioteca. Nos pavimentos interiores, do piso térreo usaram-se painéis de betão, e nos restantes madeira. Os tectos, por sua vez, são em betão aparente suportados por vigamentos metálicos no primeiro e segundo piso. Os do terceiro piso, por seu lado, são em placas de gesso com excepção de quatro salas e do vão das escadas que, são estucados em gesso profusamente decorados com motivos florais. Os vãos dos antigos coros alto e baixo foram desentaipados e envidraçados. Para recordar a antiga funcionalidade destes elementos, foi aplicado um gradeamento em barras de ferro assentes num molduramento metálico. Esta solução serve também para melhor suporte das cargas dos pisos superiores¹⁴.

Para o revestimento dos paramentos exteriores foi utilizada uma argamassa à base de saibro e cal, que posteriormente se caiou de branco. No interior do edifício, a alvenaria granítica do primeiro e segundo pisos, foi igualmente caiada de branco. Apenas no terceiro piso, os paramentos foram revestidos com um contraplacado de madeira e gesso. Na escolha dos materiais procurou-se uma solução aproximada, à do edifício original. Os gradeamentos das varandas e porta-janelas, da antiga Casa da Cerca foram mantidos no projecto de recuperação¹⁵.

A aplicação de novos elementos construtivos, fundamentais para a execução do projecto, seguiu o princípio da reversibilidade. Desta forma todas as estruturas acrescentadas foram inseridas numa espécie de caixilharias metálicas, que por sua vez,

¹⁴ - A.M.A - D.E.M, Adaptação da Casa da Cerca a Biblioteca e Arquivo Municipais, Projecto de execução, fundações e estruturas, p.3 (material não tratado arquivisticamente).

¹⁵ - A.M.A - D.E.M, Adaptação da Casa da Cerca a Biblioteca e Arquivo Municipais, Historial do Processo, p.5 (material não tratado arquivisticamente).

se aparafusaram às estruturas primitivas do edifício¹⁶. Tal como por exemplo, nas divisões internas das janelas e das lajes de betão do piso térreo [Reis, 2000, 15]. Os elementos acrescentados são sempre estruturas que aparecem destacadas do existente e cujo desenho resulta da sua própria materialização [Reis, 2000, 15].

Sentiu-se a necessidade de dilatar a área edificada, para tal recorreu-se a estruturas rectangulares em betão aparente que apesar de terem sido construídas numa cota inferior às restantes, se articulam com estas. Esta solução arquitectónica aplicou-se na instalação dos sanitários e nos depósitos da biblioteca e do arquivo¹⁷ [Reis, 2000, 15].

A intervenção de adaptação da Casa da Cerca teve um custo total de 607 093978 € (302 817 293\$00), correspondendo 107 4147, 40 € (215 347 220\$00) à biblioteca e 43 6298,88 € (87 470073\$00) ao arquivo municipal [Sardoeira (a), 2003, 5]. O financiamento do projecto contou com a comparticipação de 110 3381.73 € (221 208000\$00) do sub-programa B do fundo PRONORTE, da União Europeia¹⁸.



Fig. 47 - Durante a inauguração da Biblioteca Municipal.
Foto: Câmara Municipal de Amarante

2004, 21 – 23].

A Biblioteca Municipal Albano Sardoeira foi inaugurada pelo Presidente da República, o Dr. Jorge Sampaio a 1 de Novembro de 2003 [Sardoeira (b), 2003, 1-3]. Acorreram à inauguração centenas de Amarantinos que manifestaram com a sua presença a satisfação e o regozijo pelo novo equipamento cultural [Ribeiro,

¹⁶ -A.M.A - D.E.M, Adaptação da Casa da Cerca a Biblioteca e Arquivo Municipais, Projecto de execução, fundações e estruturas, p.2 (material não tratado arquivisticamente).

¹⁷ - *Idem* p.3.

¹⁸ - A.M.A - D.E.M, Adaptação da Casa da Cerca a Biblioteca e Arquivo Municipais, Historial do Processo, p.7 (material não tratado arquivisticamente).

O arquivo Municipal viria apenas a ser inaugurado a 25 de Fevereiro de 2005, pelo presidente da autarquia de Amarante (o Dr. Armindo Abreu) e pelo presidente do Instituto dos Arquivos Nacionais, Torre do Tombo, o Dr. José Maria Salgado [Basto, 2005, 1 e 7].

Por terminar, ainda se encontram os arranjos do espaço exterior, a conclusão dos trabalhos arqueológicos, a publicação dos seus relatórios e principais resultados, bem como a consolidação, o restauro e a preservação das estruturas e de alguns materiais exumados.

Se durante a fase de ocupação residencial, do antigo mosteiro de Santa Clara, agora designado de Casa da Cerca, a memória da instituição monástica se foi perdendo, o processo de adaptação a Biblioteca e Arquivo Municipais, provocou na comunidade local, ainda que muito lentamente, a sua redescoberta. Para que esta se consolide, é necessário que se dê continuidade aos trabalhos de investigação histórica e arqueológica, se divulguem os seus principais resultados, se conservem os seus vestígios e que se sensibilize os amarantinos para a necessidade da sua protecção e salvaguarda.

Parte III



3.1 - O Projecto de Investigação Histórico-arqueológica: Ponto da Situação.

A compra pela Câmara Municipal de Amarante do edifício da Casa da Cerca e dos terrenos adjacentes, bem como a decisão de adaptar este espaço a Biblioteca e Arquivo municipais, potenciou todo um programa de investigação histórica e arqueológica em grande medida, por se estar perante um monumento classificado¹ como Imóvel de Interesse Público², pelo Decreto de Lei nº 735/74 de 21 de Dezembro de 1974.



Fig.48 – Durante as escavações arqueológicas (sector 6 000).

Foto: Arqueologia e Património

Afecto a uma zona especial de protecção, foi necessária a realização de diversos trabalhos prévios de arqueologia preventiva, e no decorrer das obras o seu acompanhamento por uma equipa técnica de arqueologia³. A classificação, embora tardia, de uma parte das ruínas da igreja do antigo mosteiro de Santa Clara, foi um elemento fulcral para a salvaguarda de todos os bens materiais que, ainda subsistiam *in loco*, evitando-se assim, mais perdas de dados fundamentais para a História de uma das mais antigas instituições amarantinas.

Por imposição do então I.P.P.A.R, iniciam-se em 1996, os trabalhos prévios de arqueologia e de investigação histórica, que ficam sob a responsabilidade do Arqueólogo Ricardo Teixeira.

¹ - Artigo 43º da Lei nº 107/2001 de 8 de Setembro.

² - «Um bem considera-se de interesse público quando a respectiva protecção e valorização represente ainda um valor cultural de importância nacional, mas para o qual o regime de protecção inerente à classificação como de interesse nacional se mostre desproporcionado» - nº 5 do artigo 15º, da lei nº 107/2001 de 8 de Setembro.

³ - Artigo 45º da Lei nº 107/2001 de 8 de Setembro.

A intervenção objectivou procurar e reconhecer possíveis estruturas arqueológicas, e face a estas, a necessidade de coadunar o projecto de arquitectura, de modo a garantir a sua preservação e valorização.

Com esta intervenção arqueológica, também se pretendeu caracterizar e definir alguns dos antigos espaços monásticos e eventualmente, identificar um período de ocupação anterior ao da fundação do mosteiro. Como é prática corrente, neste tipo de trabalhos, foi tida em consideração a salvaguarda dos vestígios encontrados através do seu registo e análise, perspectivando-se ainda a conservação e o restauro de algumas peças [Teixeira, 2000, 543].

A preocupação com os vestígios arqueológicos levou a que, estes fossem articulados ao projecto de adaptação da Casa da Cerca, no sentido de *a posteriori* se poderem vir a desenvolver programas de divulgação e de dinamização do complexo arqueológico do antigo mosteiro [Teixeira, 2000, 543]. Com esta finalidade, aquando da inauguração da biblioteca municipal, foi construído um passadiço metálico sobre as ruínas dos alçados Sul e Este.

Com a colaboração da Universidade de Aveiro e sob a coordenação do Professor Doutor Fernando Almeida, realizaram-se prospecções geofísicas, que abrangeram as áreas mais importantes dos espaços edificados e não edificados⁴. Este procedimento revelou-se bastante importante, pois a partir dos seus resultados, se estabeleceram os locais onde se deveriam realizar as primeiras sondagens arqueológicas, rentabilizando-se assim, esforços, custos e tempo. Para além disto, permitiram identificar e visualizar vários alinhamentos de algumas estruturas, nomeadamente alicerces, pavimentos e canalizações. As prospecções geofísicas possibilitaram ver ainda, a configuração topográfica do solo-base⁵ [Teixeira, 2000, 544].

Após a análise dos resultados obtidos por estas prospecções, procedeu-se à abertura de 11 sondagens arqueológicas (ver anexos: p.114), instaladas em diferentes locais da área abrangida pela Casa da Cerca. A implantação das sondagens teve também em consideração, alguns indícios que a observação das construções existentes deixava antever, bem como as que transpareciam pela análise das fontes documentais e iconográficas. Outras porém foram abertas, devido às exigências do próprio projecto de

⁴ - O relatório da autoria do professor Fernando Almeida encontra-se disponível no Centro de Documentação do Museu Municipal Amadeo de Souza-Cardoso, em Amarante (versão policopiada).

⁵ - Também designado de rocha-mãe ou simplesmente estrato geológico, corresponde ao primeiro nível de sedimentação, desprovido de vestígios de origem antrópica, embora possa ter sido perturbado pela acção humana, como por exemplo, a abertura de valas fundacionais, fossas ou buracos de poste.

arquitectura que, previa a necessidade de se efectuarem desaterros, em determinadas zonas [Teixeira, 2000, 544].

As sondagens, realizadas entre Fevereiro e Abril de 1997 [Teixeira (a), 2010, 15], permitiram identificar os espaços, onde existe maior estratigrafia e potencialmente mais interessantes à investigação arqueológica, pelo facto de neles existirem vestígios materiais sobrepostos e escalonados no tempo, de acordo com os princípios da estratigrafia arqueológica⁶, em detrimento de áreas estratigráficamente consideradas mais pobres com vestígios muito destruídos ou praticamente desprovidas deles, e por essa razão menos interessantes, do ponto de vista arqueológico. Tendo-se verificado ainda, em algumas sondagens, a existência de estruturas arqueológicas conservadas em altura [Teixeira, 2000, 545].

Dos resultados obtidos, destacam-se os que foram alcançados pelas sondagens 1, 3, 6 e 7, que permitiram reconhecer o alinhamento e as estruturas correspondentes à desaparecida ala Sul do mosteiro, cujo alçado interior ainda se conserva a uma altura de

5 m, com os

respectivos

entalhes de

suporte do

sobrado de um

piso superior e

uma janela

rampeada

[Teixeira (a),

2010, 16 - 17].

A sondagem 1 permitiu ainda verificar que uma



Fig. 49 - Plano final da Sondagem 1 [Teixeira (a), 2010, 16].

antiga porta entaipada comunicava com a ala Sul do claustro, da qual se identificaram os seus alicerces. Nesta sondagem, foi também encontrada uma pilastra de uma

⁶ - Conjunto de regras e princípios, que são tidos em conta no decurso de uma escavação arqueológica, baseados em factores naturais de sedimentação, englobando eventuais perturbações de origem humana, natural ou animal, que permitem ao arqueólogo determinar uma cronologia relativa de um determinado estrato arqueológico, baseado nos vestígios materiais daí resultantes. De acordo com estas normas, a decapagem de uma unidade estratigráfica processa-se, do estrato mais recente, para o mais antigo.

pressuposta arcada, bem como a existência de vestígios de um lajeado [Teixeira (a), 2010, 16]. Através dos seus resultados, foi possível reconhecer os indícios de uma porta de acesso à sala do capítulo a partir dos alçados Sul e Oeste do claustro, bem como os indícios das arcadas da sua nave.

As sondagens 2 e 5, localizadas no interior da ala Oeste, implantadas num local onde o projecto de arquitectura previa uma grande afectação do solo, permitiram identificar vestígios de estruturas em tijolo muito destruídas e relacionadas com a fase de ocupação do mosteiro no séc. XIX ou já correspondentes a uma eventual remodelação da residência familiar. Reconheceu-se ainda uma camada de nivelamento para o assentamento de um piso que, terá sido realizado entre os sécs. XVI e XVII, aquando do levantamento das paredes do alçado Sul do mosteiro [Teixeira (a), 2010, 189].



Fig. 50- Muro pertencente à ala Norte do mosteiro, revelada pela sondagem 11 [Teixeira (a), 2010, 20].

Por sua vez, as sondagens 10 e 11 permitiram identificar a localização da ala Norte do mosteiro, encontrando-se ainda diferentes tipos de pavimentos, uns em terra batida e outros em lajeado granítico que, corresponderão a diferentes espaços e cronologias [Teixeira, 2000, 545]. Pelas sondagens 8 e 9, conseguiu-se detectar um espaço exterior ao quadrado monástico, compreendido entre o alçado Norte da igreja e a ala Sul do mosteiro que fora utilizado como cemitério. Deste espaço, foram

estudadas parcialmente duas sepulturas datadas dos sécs. XVI e XVII [Teixeira, 2000, 545]. Pela sondagem 8, foi revelada a vala de fundação do corpo poligonal que remata actualmente o edifício, junto às ruínas da igreja, com uma cronologia a remeter para os sécs. XIX e XX [Teixeira (a), 2010, 19].

Com a sondagem 4, foi possível identificar o alicerce e parte de uma tubagem granítica que, conduziria a água até ao fontanário de espaldar com tanque, localizado no centro do claustro [Teixeira, 2000, 545].

Em finais de Setembro de 1997 com o arranque da segunda fase do projecto de execução, efectuam-se novas campanhas de escavação, implementadas em áreas, onde o programa de arquitectura previa a realização de aterros e remoções de terras [Reis, 2000, 10].



Fig. 51 - Plano final da escavação da zona 2 [Teixeira (a), 2010, 25].

As escavações arqueológicas, realizadas nesta segunda parte do projecto de intervenção concentradas no lanço Oeste da casa e nas ruínas da antiga igreja, corresponderam ao alargamento da sondagem 2, que passa a designar-se de zona 2 e à abertura de uma nova área de escavação, próxima da sondagem 10, daí a denominação de zona 10. Esta nova campanha arqueológica revelou a detecção de estruturas de conexão, entre as alas Oeste e Norte do antigo mosteiro e um divisionamento interno⁷. Nesta área, surgiram níveis bastante evidentes do incêndio de 18 de Abril de 1809 [Magalhães, 2008, 214], de onde se recolheram algumas pederneiras das armas de fogo utilizadas na batalha que, decorreu no seu interior nesse fatídico dia [Reis, 2000, 11].

Na zona 2, detectaram-se níveis de nivelamento de um pavimento em terra batida datado entre os finais do séc. XVI e os inícios do séc. XVII, como comprovam os fragmentos de cerâmica vidrada. Associado a este pavimento aparece uma conduta estruturada com lajes e um muro muito destruído que, apenas conservava três pedras do

⁷ - D.R.C.N- Processo DRP – 6873 (Adaptação da Casa da Cerca para instalação da Futura Biblioteca e Arquivo Municipal de Amarante), Setembro de 2000, p. 212.

alicerce e parte dos negativos que assentavam directamente sobre a rocha [Teixeira (a), 2010, 24]. Numa cota mais elevada, encontraram-se as valas de fundação das actuais paredes do edifício, bem como os níveis de enchimento de um novo piso que ainda conserva algumas lajes. Foram também detectados os negativos de outras paredes, cuja cronologia é atribuída aos sécs. XVII/ XVIII [Teixeira (a), 2010, 24].

No decurso da execução do projecto de adaptação da Casa da Cerca a Biblioteca e Arquivo municipais, realizou-se uma nova fase de escavações arqueológicas. Os trabalhos, iniciados em Maio de 2000, contribuíram para uma melhor definição das diversas transformações e reformulações, operadas no mosteiro de Santa Clara de Amarante.

Para esta nova intervenção arqueológica, decidiu-se dividir as áreas a escavar em 11 zonas distintas, atribuindo a cada uma delas, o primeiro número de serie, das respectivas unidades estratigráficas (foram assim definidas as zonas 1 700, 2 500, 2 900, 4 000, 5 000, 7 000, 8 000, 8 500, 9 000 e 10 000) [Teixeira (a), 2010, 27 – 28] (vide anexos: p.115).

Os trabalhos realizados na zona 2 900 revelaram que uma parede do lado Sul, datada do séc. XIX/ XX, cortava outra mais antiga que correspondia ao prolongamento da desaparecida ala Sul do claustro em direcção ao coro do mosteiro [Teixeira (a), 2010, 30]. Por seu lado, na zona 4 000, que se viria a identificar como sendo a portaria do mosteiro, detectou-se a soleira de uma porta com comunicação directa para o claustro [Teixeira (a), 2010, 246]. Ou seja, a escavação deste sector, revelou a soleira que é referida no registo de sepultura da mulata Tima⁸. Foi ainda encontrada uma conduta estruturada com pedras laterais de escoamento de águas do interior do mosteiro, para a via pública. No espaço contíguo a este, designando de “sala dos cofres”, zona 5000, detectaram-se nas paredes dois vãos, utilizados durante a fase de residência familiar como cofres (daí a designação de sala dos cofres), a ladear um vão central, actualmente emparedado, que corresponderia ao parlatório propriamente dito e que, por sua vez, comunicava através da grade, com um compartimento de dimensões idênticas [Teixeira (a), 2010, 30 e 31]. Nota-se também que este espaço foi encurtado, devido à construção de uma parede. Quer numa quer noutra zona, os muros internos destacam-se pela sua grande espessura. Neste segundo compartimento, designado de zona 6 000, surgiram

⁸ - A.D.P- Convento de Santa Clara de Amarante, Livro de óbitos do convento, fl. 14. *Vide* nota 39, capítulo 5 da parte II.



Fig. 52 — Estruturas em alvenaria muito destruídas reveladas pela escavação do sector 6 000 [Teixeira (a), 2010, 32].

duas estruturas em alvenaria muito destruídas, ortogonais entre si, mas com uma configuração completamente distinta da ala mais recente que, poderão corresponder a uma fase anterior do edifício. Infelizmente, não foi possível atribuir uma cronologia segura a estas estruturas [Teixeira(a), 2010, 31].

Na zona 7 000, surgiram uns entalhes escavados no afloramento rochoso, orientados e muito provavelmente, relacionados com os vestígios mais antigos do sector 6 000, que remeterão para uma estrutura demolida na sua totalidade

[Teixeira(a), 2010, 31].

Por seu lado, no sector 8 000, conseguiram-se identificar os limites da ala Norte do mosteiro e uma divisão interna. Estes elementos remeterão para uma cronologia compreendida entre os finais do séc. XVII e os inícios do séc. XVIII [Teixeira (a), 2010, 32].

Num espaço exterior, situado entre a fachada do actual edifício e a ruína da igreja, designado de sector 10 000, detectaram-se diversas tampas sepulcrais constituídas por lajes graníticas epigrafadas ou simplesmente, numeradas. Nas áreas onde já não se encontrava qualquer tipo de piso ou laje tumular, definiram-se e escavaram-se várias dezenas de sepulturas, onde se exumaram alguns restos osteológicos muito residuais e em mau estado de conservação. A escavação destas sepulturas, genericamente datadas dos sécs. XVI e XVII, permitiu a recolha de algum espólio funerário ou de uso pessoal, relacionado com a indumentária, os adornos ou a devoção dos defuntos, nomeadamente anéis em vidro, contas de rosário, crucifixos, alfinetes e medalhas religiosas [Teixeira (a), 2010, 35].

A intervenção nesta zona, permitiu documentar alguns vestígios dos alicerces de uma construção adossada à igreja que, poderão corresponder à desaparecida torre sineira do mosteiro [Teixeira (a), 2010, 35].

Numa quarta campanha de escavações arqueológicas, que decorreu entre 2002 e 2003, concentrada no quintal elevado da casa, teve-se por objectivo uma melhor definição das estruturas que haviam surgido no decurso das sondagens 6 e 7 [Teixeira (b), 2010, 10].



Fig. 53- O surgimento dos muros da ala Este do mosteiro, aquando dos trabalhos de limpeza e rectificação dos cortes estratigráficos da sondagem 6 [Teixeira (b), 2010, 10].

Durante a limpeza da vegetação, das estruturas e dos cortes arqueológicos da sondagem 6, onde tinham acontecido alguns deslizamentos de terra, surgiu uma estrutura com 5 m de altura, identificada como sendo o alçado do mosteiro voltado a Este. Verificou-se que esta fachada do mosteiro dispunha de uma janela rampeada, em tudo semelhante à que já havia sido detectada, numa fase anterior. Ainda nesta secção, surgiram os vestígios de um pórtico com pilares, que se abria para o claustro [Reis, 2000, 11]. Na ala Este identificaram-se, entre derrubes, diversas estruturas de compartimentos internos e algumas canalizações, a remeterem para diferentes períodos cronológicos. Tais como um pavimento, composto por uma camada fina de carvões e bocados de madeira carbonizada. Abaixo deste piso, depois de diversas unidades estratigráficas ricas em materiais arqueológicos, detectou-se um novo piso, correspondente a uma fase anterior ao incêndio de 1809. Em algumas partes, constatou-se que o referido piso assentava sobre o afloramento rochoso, sendo que noutras, cobria a vala de fundação dos muros do alçado Este [Teixeira (b), 2010, 10 - 26].

Para além das estruturas encontradas, a realização das sondagens e escavações arqueológicas, permitiram a exumação de um conjunto significativo de materiais arqueológicos, tais como fragmentos de cerâmica comum avermelhada ou negra, faianças, porcelanas orientais e grés, com uma cronologia compreendida entre a Idade Média e a Época Contemporânea, dos quais é possível reconstituir total ou parcialmente, algumas peças. Recolheram-se também diversas medalhas devocionais, contas de rosário em azeviche [Reis, 2000, 12], anéis de vidro, dedais, alfinetes, crucifixos e diversas moedas, são de destacar, dois ceitis de D. João III, X reis de D. João V e V Reis de D. Maria I [Teixeira (b), 2010, 19]. Encontraram-se ainda, alguns azulejos com um padrão geométrico, datados do séc. XVII, idênticos aos que revestiam o interior da igreja [Teixeira, 2000, 546].



Fig. 54- Medalha religiosa, Pentecostes, liga de Cobre, nº02025 003 (nº4 [Gomes, 2009, 270]) [Teixeira (c), 2010, 62].

De todos os vestígios materiais recolhidos pelos trabalhos arqueológicos, apenas um conjunto de 15 medalhas foram alvo de estudo, posteriormente publicado nas actas do IIº Congresso Histórico de Amarante [Gomes, 2009, 257 – 279].

Tal como se referiu no primeiro capítulo da parte dois da presente dissertação, as medalhas encontradas são em liga de cobre e têm uma forma redonda, oval ou octogonal. As suas dimensões oscilam entre os 1,7 cm e os 3 cm [Gomes, 2009, 259].

Ao nível das representações, apenas duas são de uma única invocação, uma a S. Bento (medalha 1) e outra a Nossa Senhora das Graças (medalha 15), popularmente designada de Medalha Milagrosa. As restantes invocam duas entidades, uma no anverso e outra no reverso, surgindo em maior número, as da invocação da Imaculada Conceição (medalhas 6, 7, 8 e 14), seguindo-se as do Santíssimo Sacramento (medalhas 6, 7 e 13), depois as de diversas invocações à Virgem Maria (medalhas, 2, 3, 12 e 13) e aos santos da Ordem, designadamente a S. Francisco de Assis (medalha 14), aos Santos Mártires de Marrocos (medalha 8), a S. Pedro de Alcântara e a S. Pascoal Bailon (medalha, 9). Foram também encontradas medalhas às invocações do Sagrado Coração de Jesus (medalha 3) e a outros santos, tais como a S. Carlos Borromeu (medalha 4), a S. João Baptista (medalha 5), a S. João Evangelista, a S. Caetano (medalha 10), a Santo André Avelino (medalha 10), a Santa Ana (medalha 11) a S. Brás (?) (medalha 11) e a

Santa Maria Madalena de Pazzi (medalha 12). Uma das medalhas, em vez de um santo, representa o Pentecostes (medalha 4)⁹ [Gomes, 2009, 269 – 279].



Fig. 55 - O Alto e Baixo Coro, reaparecidos, após a picagem dos rebocos da Casa da Cerca [Teixeira (a), 2010, 10].

A picagem de todos os rebocos do edifício revelou-se extremamente útil, pois permitiu à equipa de arqueologia verificar a existência de diferentes paramentos, resultantes das diversas fases construtivas a que esteve sujeito todo o complexo edificado. Esta análise possibilitou também, o reconhecimento dos materiais empregues na construção, e a partir destes, a atribuição de cronologias relativas às diferentes configurações, apresentadas pelo edifício [Teixeira, 2000, 546].

Deste estudo, importa destacar, os elementos que se encontravam camuflados sobre as camadas de reboco, que permitiram o reconhecimento no alçado voltado a Oeste, dos molduramentos e dos negativos dos gradeamentos das janelas das antigas celas monásticas. Na fachada Sul, detectaram-se os vãos entaipados dos antigos coros. No interior destes espaços, foi possível reconhecer o prolongamento da parede da igreja ao espaço da clausura, bem como o negativo correspondente ao ângulo formado com a desaparecida ala Sul do mosteiro [Teixeira, 2000, 546]. Identificou-se também, no primeiro piso, mesmo ao lado do negativo da junção da ala Poente com a Sul, o desgaste provocado pela corrente de uma antiga sineira [Teixeira (a), 2010, 11] que,

⁹ - Tendo por base uma análise da autoria de Teresa Mourão [Mourão, 2004, 87 – 106], constata-se que as devoções particulares, materializadas em medalhas religiosas, encontradas no mosteiro de Santa Clara-a-Velha de Coimbra são semelhantes, às que se recolheram no mosteiro de Santa Clara de Amarante. Em ambos os mosteiros se identificaram medalhas com a invocação a Jesus Cristo, nomeadamente, ao seu corpo eucarístico, à Virgem Maria, sobretudo, à sua Imaculada Conceição e aos Santos da Ordem, designadamente, a S. Francisco de Assis.

muito provavelmente, terá ficado inutilizada, se já não o estivesse, aquando das obras levadas a cabo, nos inícios do séc. XVII, pelo Dr. Manuel Cerqueira [Craesbeeck, 1992, 259].

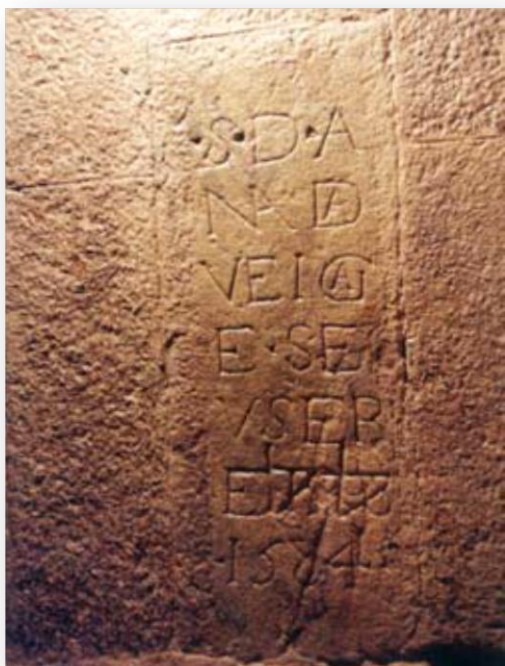


Fig. 56- Laje tumular da sepultura de Ana da Veiga e de seus herdeiros, encontrada descontextualizada do seu local de origem, datada de 1584 [Teixeira (a), 2010, 11].

No pavimento, da então designada “sala dos arcos”, encontraram-se algumas lajes tumulares descontextualizadas, possuindo numeração e, em alguns casos, vestígios de inscrições, como por exemplo, uma datada de 1584, pertencente a Ana da Veiga e seus herdeiros [Teixeira, 2000, 546].

Das sepulturas escavadas, no âmbito dos trabalhos de arqueologia, detectaram-se 26 indivíduos adultos, 1 do sexo masculino, 3 do sexo feminino e 22 indeterminados. Identificaram-se ainda 4 indivíduos sub-adultos. Em relação às faixas etárias apurou-se que os sub-adultos se distribuem entre os 0 e os 3 anos e entre os 3 e os 12 anos.

Para o caso dos adultos, os vestígios osteológicos não permitiram determinar com precisão a idade com que morreram, sendo, no entanto, possível reconhecer que alguns seriam jovens, outros maduros e ainda alguns de idade avançada [Araújo, 2010, 73].

Do ponto de vista patológico, reconheceram-se patologias de cariz oral, nomeadamente desgaste dentário e tártaro, que parecem traduzir uma dieta alimentar pobre em hidratos de carbono e poucos cuidados de higiene oral. Registam-se ainda hipoplasias lineares do esmalte dentário e hiperostose porática [Araújo, 2010, 73].

Ao nível morfológico, verificou-se que os indivíduos eram de estatura baixa, contudo, este resultado não permite tirar uma conclusão, pois em apenas três, foi possível aplicar o respectivo cálculo, o que forma escassa a amostra [Araújo, 2010, 73].

Para além destas conclusões, a antropóloga responsável pela exumação e análise dos vestígios antrópicos, a Dr. Maria Teresa Araújo, conclui que perante as limitações e condicionantes, não foi possível retirar ilações concretas acerca do *modus vivendi* destas pessoas [Araújo, 2010, 74].

Para além dos vestígios encontrados e analisados, no decurso dos trabalhos de arqueologia, pertencentes ao mosteiro de Santa Clara de Amarante, foi também possível verificar pelo «*Termo de recepção do Edifício, bens, livros, títulos, alfaias e mais objectos pertencentes ao suprimido convento das religiosas de Santa Clara de Amarante*¹⁰», datado de 17 de Julho de 1862, que todos os objectos de culto aí existentes foram entregues ao cuidado do arcepestre de Amarante, o reverendo José Joaquim da Costa Pinheiro¹¹. Posteriormente, este prelado da arquidiocese de Braga tê-lo-á encaminhado para a igreja de S. Gonçalo de Amarante. Recorrendo ao arquivo fotográfico da paróquia de S. Gonçalo e à memória do seu sacristão, o Sr. Manuel Ferraz, conclui-se que até à inauguração do Museu Paroquial de Arte Sacra de



Fig. 57- Santa Clara de Assis, madeira policromada e estufada a ouro, séc. XVIII, Museu Paroquial de Arte Sacra de Amarante. Departamento dos Bens Culturais da Diocese do Porto

Amarante, no ano de 1994, algumas das imagens, pertencentes à respectiva paróquia, se encontravam depositadas em espaços pouco condignos da igreja e por essa razão, foram integradas na colecção do museu. Poder-se-á considerar, a partir destas informações, que algum espólio da colecção do museu será muito provavelmente, proveniente do antigo mosteiro de Santa Clara, mais concretamente, as imagens de Nossa Senhora da Conceição¹², de Santa Clara¹³, do Menino Jesus¹⁴ e de Nossa Senhora do Bom Despacho¹⁵, que outrora esteve coroada com uma coroa de prata (actualmente, nada se sabe do paradeiro desta coroa). No documento acima citado, consta ainda uma imagem de Cristo Crucificado, numa cruz arvoreada («*Cristo arvoreado na cruz*»)¹⁶, que poderá corresponder à que se encontra, desde o ano 2000, na capela da reconciliação da igreja de S. Gonçalo. Por localizar, encontram-se ainda as imagens de Santa Ana¹⁷, de Santa Rosa¹⁸ (de

¹⁰ - A.N.T.T - A.H.M.F, Convento de Santa Clara de Amarante, capilha 5, doc. 2.

¹¹ - *Idem*, fl.22v.

¹² - *Idem*, fl.22.

¹³ - *Idem*.

¹⁴ - *Idem*.

¹⁵ - *Idem*.

¹⁶ - *Idem*.

¹⁷ - *Idem*.

Viterbo(?)), que era em pedra, de S. Francisco¹⁹, de Santo António²⁰ e novamente, uma de Nossa Senhora da Conceição²¹ (vide anexos: pp. 110 - 111). Desta listagem constam ainda, outros objectos e alfaias litúrgicas que se terão degradado, nomeadamente toalhas, cortinas e vestes sacerdotais, ou que poderão estar misturados com outros idênticos da igreja de S. Gonçalo, como por exemplo, os cálices, os castiçais e os crucifixos.

Com excepção, das 15 medalhas estudadas e analisadas, pelas arqueólogas, Helena Gomes, Maria da Graça Pereira e Maria Alice Carneiro [Gomes, 2009, 257 – 281], todo o demais espólio arqueológico, permanece inédito. Contudo este, já se encontra devidamente inventariado e a ser indexado, na base de dados do Museu Municipal Amadeo de Souza-Cardoso – Amarante, ficando a aguardar o seu estudo, análise e musealização.

As esculturas da antiga igreja de Santa Clara, actualmente no Museu Paroquial de Arte Sacra de Amarante, encontram-se apenas inventariadas, quer pela tutela do museu paroquial, quer pelo Departamento dos Bens Culturais da Diocese do Porto, aguardando, num futuro próximo, a sua publicação em catálogo.

O Fundo documental do mosteiro, ou relativo a ele, encontra-se disperso por diversos arquivos públicos, nomeadamente o Arquivo Nacional – Torre do Tombo (Chancelarias Regias, Ordem dos Frades Menores da Província de Portugal, Mosteiro de Santa Clara de Vinhais e Arquivo Histórico do Ministério das Finanças), o Arquivo Distrital do Porto (Convento de Santa Clara de Amarante), o Arquivo Distrital de Braga (Notas do Tabelaio Geral), o Arquivo Municipal de Amarante (Livro de Missas do Mosteiro de Santa Clara de Amarante e Actas da Câmara Municipal de Amarante) e o Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, em Guimarães (Mosteiro de Santa Clara de Guimarães, Testamentos e Doações ao Cabido da Colegiada de Santa Maria de Oliveira). Este fundo encontra-se ainda, praticamente inédito, tendo sido apenas conhecidos os documentos, que se utilizaram para a realização da presente dissertação. Na penumbra, permanece ainda, toda uma série de elementos relevantes para a compreensão do quotidiano da comunidade religiosa nos seus diferentes parâmetros, como por exemplo, económicos, sociológicos e religiosos, que se espera, a breve prazo, virem a ser revelados a pouco e pouco, desde que se desenvolvam mais trabalhos de investigação sobre estas temáticas.

¹⁸ - A.N.T.T - A.H.M.F, Convento de Santa Clara de Amarante, capilha 5, doc. 2, fl. 22.

¹⁹ - *Idem.*

²⁰ - *Idem.*

²¹ - *Idem.*

A investigação histórica e arqueológica do mosteiro de Santa Clara de Amarante, ainda se encontra actualmente, num estado muito incipiente, para além dos resultados revelados nos relatórios da intervenção arqueológica, em artigos e comunicações, pouco mais se sabe sobre uma das mais antigas instituições monásticas que, deixaram a marca da sua passagem, no território amarantino.

3.2- Para um Plano de Recuperação das Ruínas do Mosteiro de Santa Clara de Amarante

Uma intervenção de valorização do mosteiro de Santa Clara de Amarante, como em qualquer outro complexo patrimonial, será sempre um processo deveras complexo, por vezes, polémico e com múltiplas perspectivas¹.

Com este pressuposto, a valorização e o restauro das ruínas do antigo mosteiro de clarissas deverão ser executados por uma equipa técnica multidisciplinar, capaz de estipular e de desenvolver um programa que tenha em linha de conta as diferentes realidades inerentes ao valor histórico, artístico e simbólico do complexo patrimonial.

O processo de valorização do mosteiro de Santa Clara de Amarante, que se propõe, será implementado de uma forma faseada, gradativa e com objectivos bem definidos.

1ª- Fase de Intervenção:

Antes de se começar a intervir no mosteiro de Santa Clara de Amarante, deve-se formar um grupo de trabalho², constituído pela Divisão de Cultura, Turismo e Património da Câmara Municipal de Amarante (organismo que é detentor do edifício e terreno, ocupado pela Biblioteca e Arquivo municipais), por uma equipa de arqueologia, por técnicos de restauro arqueológico e por um gabinete de projectistas.

Este grupo poderá vir a ser alargado a outras entidades, como por exemplo, paróquias, associações culturais e recreativas, ao Grupo de Amigos da Biblioteca-museu Municipal, à confraria dos doces conventuais de Amarante e estabelecimentos de ensino, vocacionados para a investigação e intervenção em Património Cultural, nomeadamente universidades, escolas superiores, técnicas e profissionais.

¹ - Uma intervenção numa estação arqueológica, parte de uma reflexão transcendente, que ultrapassa a própria intervenção metodológica. Devendo ser questionado o processo em si, tendo em conta a noção de autenticidade, que é um dos principais pontos de discussão, quando se tratam de questões relacionadas com a conservação e a musealização do Património [Pérez-Juez, 2006, 122].

² - A constituição de uma equipa de trabalho pluridisciplinar é extremamente importante num processo de valorização de um sítio arqueológico, que tem por finalidade, determinar as acções e os procedimentos mais adequados à implementação de um projecto de intervenção. As suas acções devem-se concentrar ao mesmo tempo, num plano de investigação, na execução do projecto/musealização e posteriormente, na sua gestão [Pérez- juez, 2006, 87].

Estabelecida a equipa de trabalho, define-se como objectivo principal, a divulgação dos principais resultados inerentes aos trabalhos, que já ocorreram no âmbito do projecto de adaptação da Casa da Cerca às novas funcionalidades. No decorrer desta divulgação, espera-se sensibilizar a comunidade local, para a importância e para a necessidade urgente de salvaguardar e divulgar o legado, deste antigo mosteiro

mendicante feminino com mais de 700 anos de História.



Fig. 58- Alguns elementos arquitectónicos pertencentes à demolida igreja de Santa Clara.

Foto: Daniel Ribeiro

Assim, num primeiro momento, deve-se proceder à recolha de todos os elementos arquitectónicos resultantes da demolição parcial da igreja de Santa Clara e o seu acondicionamento num espaço, como por exemplo,

no antigo claustro, actual terreiro

da biblioteca, de modo que fiquem protegidos dos agentes erosivos naturais e humanos, tais como da proliferação de fungos, de líquenes, de algas e de musgos, dos condicionalismos atmosféricos, do vandalismo, do furto, da incúria e da falta de sensibilidade humana.

O acondicionamento destes materiais deverá ser feito numa estrutura provisória e resistente, como por exemplo, um estaleiro em metal, a instalar no terreiro, para que fiquem devidamente protegidos da acção dos agentes erosivos. A referida estrutura e o aludido acondicionamento dos elementos arquitectónicos deverão possibilitar, pontualmente, algumas visitas por parte do público.

Esta opção revela-se inestética e será alvo das mais diversas críticas. No entanto, será transitória e abrangerá apenas a fase de implementação do projecto de valorização do complexo arqueológico de Santa Clara de Amarante garantindo, assim, a conservação dos elementos arquitectónicos da igreja.

Durante a sua transferência, dever-se-á proceder ao inventário e catalogação de cada um, pois este trabalho irá contribuir em muito, para o desenvolvimento de acções futuras, no âmbito do programa. Na sua disposição, deve ser tido em conta, o perfil, a tipologia e as características de cada elemento arquitectónico, a fim de melhorar a

apresentação e permitir detectar, mais rapidamente, possíveis conexões e posterior montagem.

Com a retirada dos diversos fragmentos pétreos, que até ao presente momento se encontram acondicionados na capela lateral de S. José, libertar-se-á este espaço para uma melhor contemplação das suas ruínas³, permitindo ainda, no seu interior, ou no restante espaço da antiga igreja, desde que se acautelem as respectivas condições de segurança e de preservação das estruturas, a realização de pequenos eventos, tais como, peças de teatro, sessões de cinema ou debates ao ar livre, que tenham por objectivo primordial, a sensibilização para a preservação e valorização do monumento e do seu valor Histórico.

Com os materiais recolhidos, ao longo das diferentes fases de escavação arqueológica, será possível organizar algumas exposições temáticas, alusivas ao mosteiro de Santa Clara, tais como o percurso histórico da comunidade ou do seu quotidiano, durante um determinado período cronológico, como por exemplo, ao longo da Época Moderna (à luz dos materiais, este é o período cronológico mais abundante, no mosteiro de Amarante).

Estas exposições deverão ser realizadas no átrio, ou na sala polivalente da biblioteca, valências que já foram preparadas para os respectivos efeitos, pois a apresentação do espólio no seu local de origem⁴, enriquece em muito uma exposição e gera um maior impacto nos visitantes, que noutro espaço não seria de todo possível, contribuindo significativamente para a sua sensibilização.

No decorrer da mesma, deverá ser realizado um estudo de visitantes que assinale expectativas, reacções e eventuais frustrações, pois pelo comportamento dos visitantes, se poderão preparar futuras iniciativas que, evitem e corrijam os aspectos negativos e que explorem ou invistam ainda mais nos positivos.

No edifício reabilitado e ocupado pela biblioteca e pelo arquivo, poder-se-ão sinalizar todas as pré-existências preservadas e realçadas pelo projecto de adaptação da Casa da

³ - As Sociedades actuais, ainda mantêm um certo olhar romântico do valor da ruína, que a vêem como um símbolo de um modo de vida passado, grandioso e desaparecido, detentor de mistérios, segredos e até tesouros. As ruínas são também um testemunho do efeito da passagem dos tempos sobre as coisas. Para algumas sociedades, as ruínas são uma justificação, ou o mote para a reivindicação de autonomias, territórios, ou domínio de um povo ou etnia face a outro/a [Pérez-Juez, 2006, 48 -53].

⁴ -Nos últimos anos tem-se assistido a um crescimento exponencial de sítios arqueológicos, musealizados e conservados "*in situ*", juntamente com os respectivos materiais arqueológicos. Desta forma, fica mais clara a compreensão e a interpretação dos Bens Patrimoniais, ao mesmo tempo que se contribui para a criação de um novo pólo cultural, ou um novo destino turístico. O valor Histórico e antropológico, de uma estação arqueológica intervencionada, saem deste processo engrandecidos [Pérez-Juez, 2006, 159 – 161].

Cerca. Sinalização que poderá ser feita com recurso a alguns símbolos colocados nos respectivos negativos ou mesmo à entrada da antiga dependência monástica, caso esta ainda subsista na íntegra ou em parte. Ao mesmo nível dever-se-á distribuir ao visitante, uma pequena brochura que, descodifique os símbolos e dê informações, sobre a organização e a funcionalidade, de cada um dos antigos espaços monásticos (vide anexos: p.



Fig.59- Pré-existências do mosteiro: Alçado de correlação entre as alas Sul e Oeste dos antigos espaços monásticos.
Foto: Daniel Ribeiro

100).

Ao ser disponibilizada uma brochura, que poderá ser substituída por um áudio-guia, o visitante ficará apto a procurar a respectiva sinalização, relativa a cada um dos elementos ou dependências monásticas, despertando a sensação de descoberta e aventura, que o senso comum tantas vezes conota ou busca no património arqueológico, devido em grande parte, a uma certa visão cinematográfica.

Quer para as exposições, quer para o percurso das pré-existências do mosteiro, poder-se-

á produzir um vídeo explicativo da História e do quotidiano da comunidade religiosa feminina de Amarante, bem como da evolução dos edifícios monásticos, desde a sua origem até à actualidade. Este vídeo seria um bom guião para a uma melhor compreensão de toda a realidade patrimonial que, se pretende salvaguardar, ao mesmo tempo que, se procura sensibilizar para a necessidade da sua protecção e fruição.

Em simultâneo a estas actividades, deverão ser publicados os relatórios das diferentes fases de escavação, trabalhos de investigação que entretanto possam surgir e algumas obras de carácter histórico ou monográfico. Não serão de descartar eventuais publicações, destinadas a um público menos especializado ou infanto-juvenil, pois a

salvaguarda do Património deverá abranger todos os cidadãos, independentemente da classe ou estatuto social, habilitações literárias e faixa etária.

2ª- Fase de Intervenção:

A segunda fase do projecto de valorização do mosteiro de Santa Clara de Amarante inicia-se após a avaliação rigorosa de todas as actividades que ocorreram ao longo da primeira. Atendendo que os resultados obtidos surtiram os efeitos que se esperavam, definem-se como objectivos principais para esta nova etapa, a preservação das estruturas arqueológicas e a sensibilização da comunidade local para a importância da



Fig.60 – O sector escavado das alas Sul e Este do antigo mosteiro.
Foto: Daniel Ribeiro

conservação e da valorização⁵ de todo o complexo patrimonial. Assim sendo, nesta fase de trabalhos deve-se proceder à limpeza e à consolidação de todas as estruturas escavadas que, desde 2003, nunca mais foram alvo de qualquer tipo de manutenção ou de preservação. De seguida, procede-se à regularização de todos os cortes estratigráficos que, sujeitos às intempéries, foram derrocando e contaminando algumas unidades estratigráficas e, conseqüentemente, a descontextualização dos materiais arqueológicos que a elas possam estar associados. Terminados os trabalhos, faz-se a cobertura de todas as áreas de escavação, bem como das estruturas que apresentem graves problemas de

⁵ - «A apresentação do Património Arqueológico ao público geral é um método essencial de promoção de uma compreensão das origens e do desenvolvimento das sociedades modernas. Ao mesmo tempo, é o meio mais importante de promoção da compreensão da necessidade da sua protecção.» in Artigo 7, da Carta Sobre a Protecção e a Gestão do Património Arqueológico (1990), ICOMOS.

conservação ou que a exposição contínua aos rigores do tempo tem estado a acelerar o processo de degradação.

A cobertura deverá ser feita com material maleável, como por exemplo, geotêxtil ou plástico para a base e uma camada de brita, areia ou leca⁶, para o enchimento e selagem das áreas escavadas.



Fig. 61- As ruínas da “igreja de Fora” do mosteiro de Santa Clara de Amarante.
Foto: Daniel Ribeiro

Após a conclusão, desta primeira intervenção de conservação das estruturas arruinadas do mosteiro de Santa Clara de Amarante, nomeadamente os espaços correspondentes às antigas alas Sul e Este, iniciam-se os trabalhos de escavação da área ocupada pela igreja, mais concretamente a correspondente ao corpo da igreja. Esta escavação deverá ser feita segundo o método de área aberta (*open area*)⁷ e terá por finalidade, descobrir

eventuais estruturas relacionadas

com algumas das diferentes configurações do templo, reconhecer níveis de enterramento e nestes, a configuração das sepulturas, detectar e determinar cronologias, descobrir elementos do primitivo estabelecimento monástico, cuja fundação é atribuída à Rainha Santa Mafalda e averiguar a possibilidade de uma eventual ocupação do espaço, anterior à construção da igreja.

⁶ - Algumas estações arqueológicas, depois de escavadas, voltam a ser tapadas por várias razões, tais como a falta de fundos, incapacidade de garantir a sua conservação e protecção, dificuldades de acesso, ou ainda por questões urbanas. Esta acção, tem por objectivo conservar e salvaguardar os respectivos bens patrimoniais [Pérez-Juez, 2006, 157 - 159].

⁷ - O método de escavação em área aberta implica a decapagem de toda a superfície de escavação ao mesmo tempo.

Terminadas as escavações neste sector, inicia-se uma nova área de intervenção arqueológica no local do início da capela-mor que, actualmente se encontra a uma cota mais elevada, separada das demais ruínas da igreja por um muro construído na zona do antigo arco cruzeiro.

A escavação desta área permitirá, à partida, detectar o piso do presbitério e o arranque do arco cruzeiro, bem como possibilitará esboçar alguns parâmetros que serão bastante úteis para a progressão das escavações, a realizar no espaço ocupado pela via pública, no decurso de uma próxima fase. Terminadas as escavações e após a consolidação de todas as estruturas, deve-se optar por tapar todos aqueles elementos que, por razões de conservação, não possam permanecer visíveis ou ser musealizados.

Nesta fase do programa, deve-se proceder de seguida, ao desmonte do muro construído após a demolição parcial da igreja que, reaproveitou alguns dos elementos arquitectónicos, deixando apenas, os troços do antigo alçado poente, onde se podem observar alguns negativos e fragmentos de azulejo, as escadas de acesso ao púlpito e uma pilastra da capela de S. João Evangelista, que ficava paralela à de S. José.

Mais uma vez, no final do desmonte deve-se proceder à consolidação da estrutura e colocar uma vedação em torno de toda a área intervencionada.

No decorrer dos trabalhos desta fase, não se devem descuidar acções de sensibilização da comunidade local, convidando-a a participar nas escavações e a visitar o espaço, podendo-se pontualmente, comunicar *in loco* os principais resultados. As exposições e dinâmicas utilizadas, na primeira fase, podem e devem continuar, excepto os eventos que tinham lugar nas ruínas da igreja que podem decorrer no terreiro da biblioteca. Nesta fase, deve-se também lançar um apelo à comunidade local, com o apoio da comunicação social e das redes sociais, para que todos aqueles que tenham na sua posse elementos arquitectónicos, pertencentes ao mosteiro, procedam à sua devolução.

3ª- Fase de Intervenção:

Terminada a segunda fase de intervenção no antigo cenóbio feminino de Amarante, dá-se início à terceira etapa, que terá por objectivo valorizar, conservar e dignificar as suas ruínas com a criação de um centro interpretativo⁸.

⁸ - Um centro interpretativo é um pequeno núcleo expositivo de apoio à compreensão da estação arqueológica. Na maior parte dos casos, é a partir deles que se inicia a visita ao complexo arqueológico [Hernández, 2001, 71].

Após a avaliação das actividades desenvolvidas até então, principiam-se os trabalhos que têm em vista, o cumprimento do estabelecido.

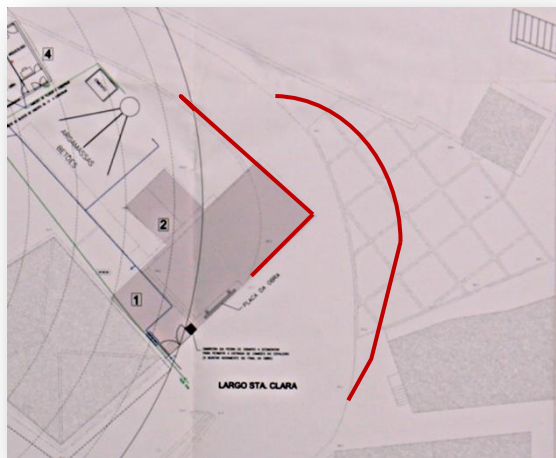


Fig.62- Projecção da capela-mor e sinalização (a vermelho) da área da via pública a ser desviada para a realização das escavações arqueológicas propostas.

A.M.A – D.E.M, Adaptação da Casa da Cerca a Biblioteca e Arquivo Municipais, Projecto de execução, fundações e estruturas, mapa 1 (material não tratado arquivisticamente);

Assim sendo, num primeiro momento, devem-se desviar cerca de 4 m da rua Capitão Augusto Casimiro para ao largo da torre sineira do convento de S. Gonçalo, a fim de libertar a área que seria ocupada pela capela-mor da igreja de Santa Clara.

Depois desta intervenção na via pública pode-se dar início às escavações no espaço correspondente ao presbitério da igreja, tendo em vista a definição e a averiguação do estado de

conservação dos seus alicerces.

O mesmo processo deve ocorrer na área ocupada pela capela lateral de S. João Evangelista⁹ que terá por finalidade, perceber a sua configuração e dimensão.

Terminadas as escavações e consolidadas as estruturas exumadas, é chegado o momento, de se começar a esboçar a criação de um centro interpretativo para o mosteiro de Santa Clara de Amarante.

Para que tal aconteça, deve-se proceder, em primeiro lugar, ao arranjo urbanístico da rua Capitão Augusto Casimiro, agora desviada na direcção do largo da Torre Sineira, encurtando-o, mas de forma a não colocar em risco a estabilidade quer do monumento, quer dos muros em socalco, que protegem o convento de S. Gonçalo, situado debaixo deste morro.

O largo de Santa Clara, também deverá ser alvo de uma requalificação urbana, subindo-se para tal a cota do muro em alvenaria que suporta este espaço, para depois se poder alargar o respectivo largo. Este alargamento irá absorver o jardim rampeado que estabelece a ligação entre o muro e o designado terreiro das freiras (antiga denominação do Largo de Santa Clara). Tendo em conta que o jardim pode vir a ser inviabilizado com

⁹ - «Fronteira a esta capella, fica em correspondência a cappella do Senhor da Agonia (que antigamente era de S. João Evangelista)» [Craesbeeck, 1992, 262].

esta intervenção, uma solução reparadora poderá passar pela construção de um jardim vertical¹⁰.



Fig. 63 – Jardim rampeado entre o largo de Santa Clara e a rua Capitão Augusto Casimiro.
Foto: Daniel Ribeiro

Se possível e em simultâneo com estes arranjos urbanísticos que terão por objectivo a requalificação da área envolvente ao mosteiro de Santa Clara de Amarante, iniciam-se as intervenções de revitalização das ruínas da igreja.

Esta intervenção deverá ser feita em concertação com as diferentes áreas científicas¹¹ da equipa

multidisciplinar¹², que se formou aquando do início dos trabalhos de valorização e será uma forma de remediar todo um processo de destruição que o antigo templo sentiu, desde a saída da última religiosa. Com esta intervenção, não se pretende reconstruir a igreja, mas sim reabilitá-la e dotá-la de uma nova funcionalidade, para além da que já tem na actualidade, enquanto marco histórico¹³, se bem que subaproveitado.

Para que tal seja possível, é necessário fazer uma reconstrução parcial, de todos os alçados que se encontram ao nível dos alicerces, ou cujas paredes se achem muito reduzidas, como por exemplo, em alguns troços do alçado Oeste, solução que é comum, a muitos sítios arqueológicos¹⁴[Pérez-Juez, 2006, 134 – 137]. Nesta reconstrução

¹⁰ - A falta de espaços verdes, nas principais cidades do Ocidente, fez com que fossem criados jardins nas coberturas e superfícies muradas, permitindo o aumento da mancha verde de algumas “selvas de betão”. Um bom exemplo destes jardins verticais, ou fachadas verdes, é um alçado lateral do Oceanário de Vancouver [Klinkenborg, 2009, 96].

¹¹ - «A conservação e o restauro dos monumentos constituem uma disciplina que apela à colaboração de todas as ciências e de todas as técnicas que podem contribuir para o estudo e salvaguarda do património monumental» in Artigo 2º da Carta Internacional sobre a Conservação e Restauro dos Monumentos e dos Sítios.

¹² - Por exemplo, em Santa Clara-a-Velha esteve envolvida, no projecto de intervenção e valorização, uma vasta equipa constituída por arqueólogos, antropólogos, historiadores de arte, arquitectos, botânicos, geólogos e engenheiros [Côrte-Real, 2002, 26].

¹³ - A reabilitação de um sítio arqueológico consiste, no aproveitamento de uma estrutura arqueológica, para a dotar de uma utilidade distinta daquela para a qual foi construída, ou para a sua fruição enquanto recurso cultural. Numa sociedade cada vez mais preocupada com a conservação do seu passado material, a reabilitação começa a perfilar-se como uma prática comum, sobretudo em áreas urbanas [Pérez-Juez, 2006, 141].

¹⁴ - Como por exemplo, em Conímbriga, Torre de Palma, Miróbriga, Citânea de Briteiros, Citânea Sanfins, Castro do Monte Mouzinho, Vila Romana de Sendim, entre outros.

parcial, devem ser diferenciados os elementos originais do edifício que não foram alvo de qualquer remoção do seu contexto original, e aqueles que mesmo fazendo parte do material de construção original, foram repostos [Pérez-Juez, 2006, 136]¹⁵. Esta solução só poderá ser adoptada no presbitério e na capela lateral de S. João Evangelista, caso os alicerces se tenham preservado, na íntegra ou parcialmente.

De seguida, e tendo por base as descrições existentes, algumas gravuras e fotografias da igreja, constrói-se uma estrutura sobre os elementos originais, mas que não interfira com os mesmos e que respeite os princípios da reversibilidade. Esta construção, concebida de acordo com os cânones e os moldes da arquitectura actual, deverá, no entanto, esboçar a configuração do edifício original. Deste modo, será possível dar uma ideia do volume e da forma primitiva do antigo templo¹⁶. No mesmo sentido, pretende-se que seja, uma construção esteticamente atraente e uma referência arquitectónica.

Em relação aos elementos arquitectónicos desconexos, resultantes da demolição da igreja e que aparentemente pertencem aos espaços interiores, dos quais, ainda subsistem vestígios de policromia, depois de limpos e consolidados e se possível conectados, segundo o método da anastilose¹⁷, repor-se-ão no local correspondente ao seu sitio de origem, mediante a sua fixação ou encaixe na estrutura construída sobre as ruínas da igreja.

A entrada quer para o centro interpretativo, quer para a biblioteca deverá continuar a ser comum aos dois espaços. Por esta razão, o edifício construído terá que estabelecer uma ligação ao alçado Sul da actual biblioteca pelo qual, se acede ao seu interior, ao mesmo tempo que repõe a conexão dos espaços da igreja com os vãos dos antigos coros

¹⁵ - «As reconstruções servem duas funções: investigação experimental e interpretação. Elas devem, no entanto, ser empreendidas com maior cautela para se evitar perturbar qualquer evidência arqueológica sobrevivente e devem tomar em consideração as evidências provenientes de todas as origens para se obter a autenticidade. Sempre que possível e apropriado, as reconstruções não devem ser construídas imediatamente sobre os vestígios arqueológicos, e devem ser identificáveis como tal» in artigo 7º, Carta Sobre a Protecção e a Gestão do Património Arqueológico (1990).

¹⁶ - Nas ruínas da igreja de Santa Clara de Amarante, poderia ser implantado um projecto semelhante, ao que foi usado no Centro Interpretativo do Caminho-de-ronda do Castelo de S. Jorge, construído no local de um antigo edifício habitacional, que ruiu com o terramoto de 1755. O projecto de arquitectura foi-se desenvolvendo tendo em conta, a evolução dos trabalhos de arqueologia e dos resultados obtidos. Deste modo, o espaço museológico procurou integrar-se no espírito de um caminho-de-ronda, cuja vedação em ripado de madeira tem por objectivo, desmaterializar uma construção inserida num local, de forte envolvência histórica, emergindo apenas uma estrutura em ferro, madeira, vidro e cobre, apoiada sobre as ruínas, por intermédio de umas estacas em aço. Todo o conjunto é montado em junta seca [Mestre, 2002, 133 – 139].

¹⁷ - «Recomposição das partes existentes mas desmembradas» Artigo 15º, in Carta Internacional sobre a conservação e restauro dos monumentos e dos sítios.

monásticos, a fim de permitir a interacção de duas dependências distintas, mas que funcionavam como uma só (recorde-se que a “*igreja de fora*” se prolongava para a “*igreja de dentro*”, pelas grades dos vãos dos coros). Contudo, devido a esta circunstância ter-se-á de encontrar uma solução, que permita a circulação para a biblioteca, para o terreiro e para o futuro centro interpretativo pelo que, uma das hipóteses será a colocação de uma parede envidraçada, que separe o actual pátio de acesso à biblioteca da restante área da antiga igreja. Esta possibilidade facilitará o restabelecimento da leitura entre o corpo da igreja e os coros, ao mesmo tempo que, mantém o actual circuito de circulação e de organização dos serviços da biblioteca, evitando-se assim, transtornos ou reestruturações no seu funcionamento.

A intervenção na capela lateral de S. José, o único testemunho edificado da antiga igreja, que ainda subsiste na íntegra, dar-se-á ao nível da limpeza e da consolidação das estruturas das quais, alguns dos seus elementos, ainda apresentam vestígios de pintura mural, e ao nível das coberturas, onde se propõe a sua reposição.

O espaço interno do centro interpretativo deverá ter em conta possíveis elementos relevantes, do ponto de vista arqueológico, histórico ou monumental, tais como sepulturas ou estruturas que correspondam a anteriores configurações da igreja e que venham a ser reveladas pelas escavações arqueológicas, devendo por isso, permanecerem *in situ*, adoptando-se para tal, soluções específicas que tenham em vista, a sua musealização e preservação.

Terminados os trabalhos de reabilitação da antiga igreja monástica, inicia-se o longo e trabalhoso processo de musealização e de dinamização desta nova infra-estrutura, que decorrerá numa próxima fase.

4ª. Fase de Intervenção:

Após a conclusão e a avaliação da terceira fase de valorização das ruínas do antigo mosteiro de clarissas, inaugura-se uma nova etapa para a sua requalificação que terá por objectivo a capacitação do centro interpretativo em salvaguardar e promover todos os valores inerentes ao antigo espaço monástico de Amarante, sem contudo, esquecer a sua utilização, enquanto residência familiar. No mesmo sentido, dever-se-á continuar a

sensibilizar todos os visitantes para a necessidade da sua preservação, por intermédio de um programa de musealização lúdico-pedagógico¹⁸, aberto a todos os tipos de público¹⁹.

Assim, o espaço ocupado pela igreja, agora reabilitada e transformada em centro interpretativo, que para além dos elementos conservados e musealizados “*in situ*”, estará equipada e devidamente preparada para a realização de conferências, debates ou tertúlias, visualização de áudio-videos e exposições temporárias²⁰. Com esta reabilitação, as actividades do centro interpretativo podem passar a desenvolver-se independentemente das da biblioteca, não estando o primeiro dependente das vagas da agenda cultural do segundo (que actualmente apresenta uma programação bastante vasta, preenchida e distribuída ao longo do ano).

Para a realização destas iniciativas, por parte do centro interpretativo, o espaço expositivo e de promoção do mosteiro de Santa Clara deverá ser dotado de material adequado a estes eventos, nomeadamente estruturas expositivas desmontáveis, reajustáveis e reutilizáveis.

No decurso de exposições temporárias, alusivas à herança deste mosteiro, devem acontecer eventos, no auditório, no átrio de entrada ou no terreiro da biblioteca, que sejam capazes de potenciar, promover e chamar visitantes²¹ às mesmas.

¹⁸ - Para as sociedades Pós-modernas, o Património Histórico, que nos foi delegado como uma herança, está a converter-se num produto de consumo cultural de massas, desenvolvendo-se campanhas de marketing, submetidas à dinâmica do espectáculo, da publicidade e do entretenimento, desenvolvidas num clima lúdico e festivo, próprio de uma época, em que o ócio se valoriza como um bem extremamente importante [Hernández, 1998, 296 – 297].

¹⁹ -Numa instituição museológica, os visitantes distinguem-se entre um público real e um público potencial. O público real corresponde aos que só por si, frequentam habitualmente os museus e o público potencial, por ignorar a sua existência, ou por desinteresse não os frequenta. Para estes casos, a missão da instituição museológica deverá ser a de entrar em comunicação com ele, nomeadamente através da comunicação social e da publicidade, procurando cativar toda esta massa de potenciais visitantes. Dentro do público real, existem ainda dois grupos, o do público global e o do público especializado. À instituição museológica caberá a capacidade e a responsabilidade, de atrair e corresponder às expectativas de todos estes tipos de visitantes [Hernández, 1998, 269 – 274].

²⁰ - «*A conservação dos monumentos é sempre favorecida pela sua afectação a uma função útil à sociedade: tal afectação é pois desejável mas não deve alterar a disposição ou a decoração de edifícios. É dentro destes limites que se devem conceber e que se pode autorizar as adaptações exigidas pela evolução dos usos e dos costumes*» Artigo 5º in Carta Internacional sobre a conservação e restauro dos monumentos e dos sítios.

²¹ - Uma instituição museológica tem de ser um espaço de interacção entre as suas colecções e os seus visitantes. Para esta dinâmica de enriquecimento mútuo, são necessários novos espaços arquitectónicos e um maior número de profissionais especializados, que a concretizem e sejam capazes de aproximar o público da instituição [Hernández, 1998, 82].

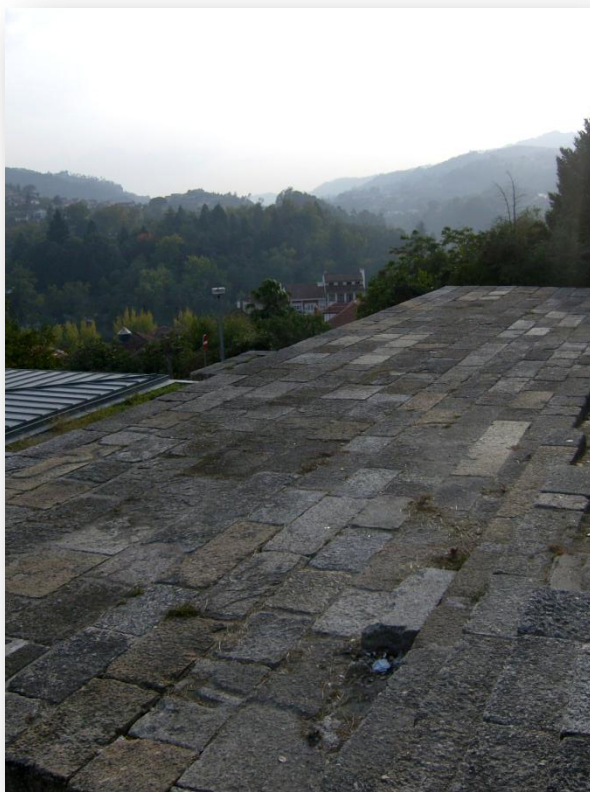


Fig. 64- Espaço das antigas eiras da Casa da Cerca, onde se propõe a instalação de uma cafetaria.
Foto: Daniel Ribeiro

Durante a realização das primeiras actividades do centro interpretativo, tomam-se os procedimentos para o desenvolvimento de um projecto, que contemple a existência de uma cafetaria²², a instalar no local de umas antigas eiras da Casa da Cerca, localizadas na vertente superior da ala Oeste do edifício actual, fora do perímetro ocupado pelas quatro alas do antigo mosteiro, mas no interior do perímetro da sua antiga cerca.

A instalação dessa cafetaria neste espaço permitirá usufruir de uma agradável envolvente paisagística,

voltada para a cidade, para o parque florestal e para o rio, complementada com uma esplanada e área ajardinada situada entre a eira e o arquivo municipal. Os serviços da biblioteca, arquivo e centro interpretativo ficarão assim dotados com um espaço de restauração e de lazer. Será possível, à cafetaria prolongar o seu período de funcionamento para além do horário dos serviços aqui instalados, pois esta não interfere com os seus espaços.

Pretende-se que esta cafetaria seja um veículo de promoção do mosteiro de Santa Clara de Amarante, mediante a adopção de soluções decorativas que vão ao encontro deste pressuposto, devendo igualmente, organizar e promover alguns eventos relacionados com a cozinha e a doçaria conventual, dando maior relevância aos doces tradicionais de Amarante²³ que aqui tiveram a sua origem. Um exemplo, para o cumprimento deste desígnio, poderá passar pela realização de mostras ou feiras de

²² - Tal como acontece na maioria dos museus, muitas estações arqueológicas musealizadas dispõem de áreas de descanso e de lazer, como por exemplo, restaurantes e cafetarias, que em alguns sítios marcam pela diferença, por serem temáticos à estação arqueológica [Pérez-Juez, 2006, 179]. Veja-se por exemplo, o restaurante do Museu Monográfico de Conímbriga.

²³ - Actualmente encontram-se em preparação dois trabalhos de investigação, que pretendem encontrar a forma, de como se perpetuou o saber fazer dos tradicionais doces conventuais de Amarante, após a saída da última religiosa do mosteiro, no ano de 1862.

doçaria conventual, encontros de empresários e comerciantes do sector, oficinas pedagógicas e pequenos cursos (workshops).

Ainda nesta fase de intervenção em Santa Clara de Amarante, devem iniciar-se alguns trabalhos pontuais de escavações arqueológicas nas áreas correspondentes ao claustro, ao cemitério das religiosas e às alas monásticas, a fim de se dissiparem algumas dúvidas e problemáticas relativas ao mosteiro e à casa, designadamente as respeitantes à cronologia e à organização espacial.

As escavações arqueológicas decorrentes nesta fase, deverão ser realizadas em campanhas pontuais, espalhadas ao longo do ano e abertas à participação da comunidade local, a estudantes ou estagiários de arqueologia, história, história da arte, antropologia, e de outras áreas científicas que pretendam igualmente participar.

Com a realização destas campanhas pontuais de arqueologia espera-se que, a comunidade local se envolva nos trabalhos de escavação que se sinta estimulada a conhecer um pouco mais da História deste mosteiro, que tome parte no projecto de intervenção e que contribua activamente, para a sua salvaguarda e fruição²⁴.

Esta é também a fase mais propícia para o desenvolvimento de publicações científicas, alusivas às mais diversas temáticas relacionadas com este cenóbio professo na Ordem de Santa Clara, pois neste ponto da intervenção, já se disporá de bastantes elementos para uma melhor compreensão e análise das mais diversas realidades materiais e não materiais, deste complexo arqueológico. Estas obras de conteúdo mais científico deverão ter, sempre que possível, uma edição menos erudita, destinada a um público menos especializado ou familiarizado com estas temáticas.

A quarta fase de intervenção será porventura, a mais demorada e prolongada no tempo, em comparação com as anteriores. Durante este período, dever-se-ão desenvolver as suas actividades, sempre com a intenção de se chegar aos mais diversos tipos de públicos, pois só assim, se conseguirão cumprir os objectivos e transmitir a sua mensagem.

²⁴ - «A participação activa pelo público geral deve fazer parte activa das políticas para a protecção do património arqueológico. Isto é essencial onde estiver envolvido o património de povos indígenas. Esta participação deve ser baseada no acesso ao conhecimento necessário para a formação da decisão. A disponibilização de informação ao público geral é, por essa razão, um elemento importante na protecção integrada», in artigo 2º da Carta Sobre a Protecção e a Gestão do Património Arqueológico (1990).

5ª Fase de Intervenção:

A quinta fase de intervenção no mosteiro de Santa Clara de Amarante terá por objectivo a definição e a escavação de toda a área da estação arqueológica do antigo espaço monástico.

A única distinção entre as escavações que se pretendem realizar nesta nova etapa, com as que já se haviam iniciado na anterior, está apenas na periodicidade e continuidade das respectivas campanhas. Enquanto que, na anterior, os trabalhos de arqueologia teriam uma duração limitada e pontual, nesta deverão ser contínuos ou praticamente contínuos, acautelando-se sempre a conservação e a consolidação das estruturas.

Também nesta fase, a comunidade local deverá ser convidada a participar ou a tomar parte nas escavações arqueológicas, criando-se para tal, programas de voluntariado²⁵.

Estas escavações deverão num primeiro momento, definir toda a área ocupada pela ala Este, pois é em grande parte desta, que se detectam as estruturas mais monumentais.



Fig. 65 – Área ainda por escavar, correspondente às antigas alas Norte e Este do mosteiro de Santa Clara de Amarante.
Foto: Daniel Ribeiro

Sendo por isso, estes os melhores exemplares, para serem reconhecidos pelas populações locais, enquanto elementos detentores de importância histórica e patrimonial, dignos de serem salvaguardados e valorizados²⁶. Também

²⁵ - Vários municípios ou centros de estudos arqueológicos desenvolvem programas de escavações arqueológicas, abertas à comunidade local, com maior incidência nas camadas mais jovens, que nelas participam, desempenhando as tarefas, sob a vigilância atenta de um arqueólogo ou técnico de arqueologia.

²⁶ - Para uma parte significativa, da sociedade actual, o Património Arqueológico é visto como algo sem interesse, que não é mais do que um simples aglomerado de pedras velhas, que causa transtornos e atrasos, em contexto de obras públicas ou privadas [Pérez-Juez, 2006, 33].

pelos indícios que se conhecem de anteriores trabalhos arqueológicos realizados neste sector, se verifica que nesta ala, juntamente com parte da ala Sul, ainda se preservam algumas divisões internas, facto que constitui, só por si, uma razão bastante válida para o investimento neste espaço. Neste local, podem vir a ser identificadas algumas das dependências monásticas que até ao momento, permanecem por definir. Terminados os trabalhos de escavação desta ala e após a consolidação das suas estruturas, dever-se-á avançar para as restantes, nomeadamente a Sul e a Norte. As escavações da ala Sul contribuirão, certamente, para uma melhor percepção da articulação de algumas dependências monásticas com o claustro, designadamente a sala do capítulo, a torre sineira e o cemitério das religiosas.

Por sua vez, na ala Norte do antigo mosteiro, definir-se-ão os elementos de articulação com as alas Oeste e Este, bem como se determinarão cronologias e elementos fundamentais para a percepção do quadrado monástico.

Definidas as quatro alas monásticas, os trabalhos de escavação devem-se concentrar agora no espaço ocupado pelo claustro e terão por finalidade, determinar a sua configuração, detectar eventuais reformulações ou reestruturações, assim como, avaliar o estado de conservação dos seus elementos. A escavação desta área permitirá estabelecer uma eventual relação entre o fontanário de espaldar que, se encontrava sensivelmente ao centro do pátio monástico com a mina de água que, lhe fica próxima.

Após a conclusão destes trabalhos, as escavações deverão decorrer no espaço semi-circular, localizado no interior da cerca, mas fora do quadrado monástico, utilizado como cemitério para a comunidade religiosa. A investigação arqueológica desta área terá por finalidade averiguar a sua articulação com os espaços monásticos que lhe ficam próximos, nomeadamente o alçado Norte da igreja, a sacristia, a torre sineira, a ala Sul do claustro e a cerca. Permitirá igualmente verificar o sistema organizacional do respectivo cemitério, bem como exumar, para análise, os restos osteológicos dos diversos enterramentos que aí ocorreram. A análise dos vestígios antrópicos será relevante para um melhor conhecimento da comunidade religiosa aqui residente, permitindo determinar a esperança média de vida, as principais causas de morte, doenças, hábitos de higiene, alimentação ou algumas das práticas fúnebres, tais como a colocação de moedas ou a inumação acompanhada de algum espólio de uso pessoal, nomeadamente rosários, brincos, medalhas e anéis²⁷.

²⁷ - Em Santa Clara-a-Velha de Coimbra, os estudos antropológicos permitiram calcular a esperança média de vida da comunidade religiosa, estatura, patologias [Côrte-Real, 2008, 46 – 47] e alimentação

No decorrer destes trabalhos de escavação, deverão ser realizadas diversas comunicações e publicações, relacionadas com os resultados obtidos, onde se referem ainda, as principais problemáticas, resultantes da sua progressão.

Finda a escavação de toda a área monástica, consolidadas e devidamente protegidas as suas estruturas, bem como tratados os materiais arqueológicos, preparam-se as ruínas, para a sua integração no circuito de visita do centro interpretativo, colocando para tal, plataformas metálicas para a circulação dos visitantes, evitando-se assim o desgaste das estruturas pela afluência constante de público²⁸.

Nesta fase de intervenção, o centro interpretativo do mosteiro de Santa Clara de Amarante deverá apostar na venda de artigos de promoção, na exploração da cafetaria, nos ingressos de visita e nos eventos culturais, como importantes fontes de receita.

Com a conclusão das campanhas de escavação, publicação e comunicação dos resultados e preparação de um circuito de visita, dá-se por terminada mais uma fase de intervenção no antigo mosteiro de Santa Clara de Amarante.

6ª Fase de Intervenção:

A sexta e última etapa de intervenção nas ruínas do mosteiro de Santa Clara de Amarante só deverá ter início, após a verificação do sucesso das iniciativas anteriores, traduzido em grande afluência de visitantes e na participação destes em iniciativas e eventos culturais e ainda no centro interpretativo, caso a opinião pública a reconheça.

Com estes pressupostos e, havendo disposição orçamental, estabelece-se como objectivo para esta fase de acção na estação arqueológica a transformação do centro interpretativo do mosteiro num núcleo museológico do tipo museu de sítio²⁹.

[Côrte- Real, 2008, 55]. No acto da exumação das sepulturas identificaram-se ainda vestígios do hábito (fragmentos de pano e cordão), anéis, brincos e rosários. Em algumas reconheceram-se ainda os fechos e os cantos metálicos de livros de horas [Côrte-Real, 2008, 57].

²⁸ - A afluência massiva de visitantes provoca o desgaste das estruturas arqueológicas, caso estas não disponham de mecanismos, capazes de os corrigir. Torna-se por isso, imperativo quando se realiza um plano de valorização de uma estação arqueológica, dispor de um plano de gestão e de prevenção do seu impacto, nas estruturas arqueológicas [Pérez-Juez, 2006, 279].

²⁹ - A Concepção de um museu de sítio está intimamente relacionada com a necessidade de preservar *in loco* os materiais resultantes de um processo de escavação. Estes museus evidenciam especificidades museológicas, resultantes da natureza das suas colecções, que contrariamente a outras, necessitam de mecanismos museográficos muito precisos para serem devidamente expostas, apreciadas e compreendidas. Um museu de sítio é também um complemento à compreensão da estação arqueológica [Fernández, 1993, 140 – 142].

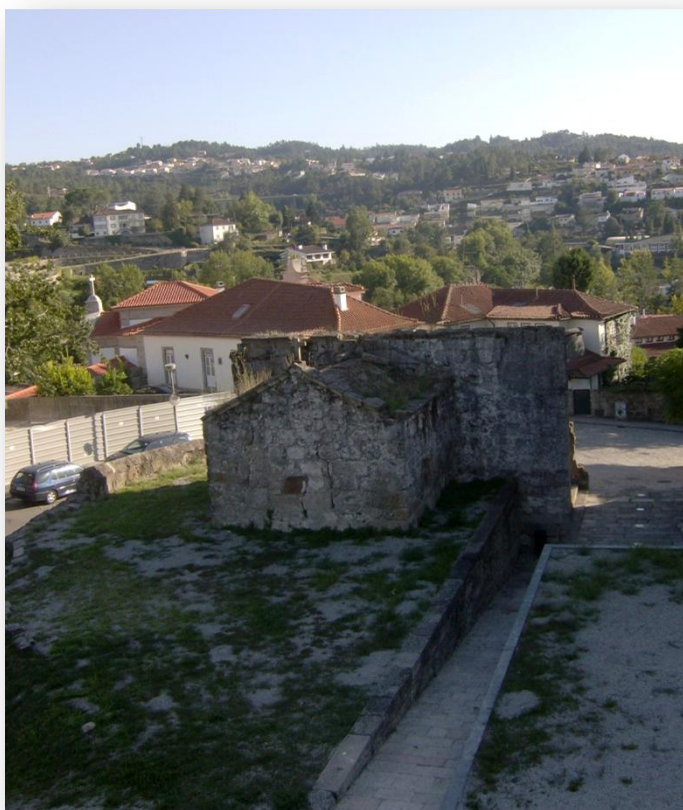


Fig. 66 – As ruínas da igreja de Santa Clara vistas a partir da ala Sul do mosteiro.

Foto: Daniel Ribeiro

História, o Passado e a Memória Local. Passando assim, as suas linhas programáticas a desenvolverem-se, pelo menos, em dois pólos museológicos, um orientado para as artes plásticas e para a história local e outro voltado para o legado patrimonial do mosteiro de Santa Clara de Amarante.

Assim sendo, para o cumprimento deste novo desafio, dever-se-á proceder a uma revitalização das ruínas das três alas monásticas, escavadas e consolidadas no decorrer das anteriores fases de intervenção.

Tal como nas ruínas da igreja, num primeiro momento, deve-se proceder ao desmonte de todos os elementos posteriores à fase de ocupação monástica, como por exemplo, as escadas e os muros, correspondentes à casa dos caseiros e às cavaliças, incluindo um muro que absorveu a parte exterior do alçado voltado a Este.

³⁰ - Fundado em 1947, pela acção e tenacidade de Albano Sardoeira, então vereador da Câmara Municipal de Amarante. Esta unidade museológica é associada à biblioteca municipal, criada em conjunto, daí a designação de Biblioteca-museu municipal. Tem por objectivo primordial, conservar e recolher todos os bens culturais que a Câmara possa obter, como valor de arte ou elemento de estudo para o conhecimento das diversas realidades culturais do concelho de Amarante. A partir dos anos 80 a biblioteca-museu envereda por uma maior especialização na vertente da arte contemporânea. Nos anos 90, dá-se a cisão da instituição surgindo o Museu Municipal Amadeo de Souza-Cardoso e a Biblioteca Municipal Albano Sardoeira [Cardoso, 1996, 7 – 14].

Este será um espaço de carácter monográfico integrado no plano de gestão do Museu Municipal Amadeo de Souza-Cardoso³⁰. Contudo, esta integração só será possível se o museu municipal reformular a actual linha de acção, deixando de ser apenas um museu de arte contemporânea, para também se vocacionar, para uma vertente mais

histórica, promovendo a

De seguida, inicia-se a reconstrução parcial de algumas estruturas, assinalando os elementos acrescentados, mesmo que estes sejam parte integrante da respectiva estrutura, só as reconstruções por anastilose, escusam de ser diferenciadas.

Terminados estes trabalhos de restauro, tomam-se as diligências necessárias para a construção de um edifício sobre as estruturas arqueológicas, que seja um reflexo da configuração original do antigo espaço monástico, aplicando-se uma solução semelhante à que fora realizada na igreja, mantendo-se no entanto, a preocupação com o princípio da reversibilidade. Também este novo edifício deverá ser construído segundo os cânones e os materiais da arquitectura contemporânea, devendo estar em concordância com as principais características do projecto implementado na biblioteca, arquivo e igreja, de modo que, a leitura global do espaço edificado seja o mais uniforme possível.

Esta nova construção deverá permitir uma visualização quase panorâmica de praticamente todas as estruturas arqueológicas, não inviabilizando o valor da ruína e permitindo a sua leitura na íntegra. Face a esta exigência, deve ser dada primazia ao aço, ao ferro, ao vidro, ao acrílico e à madeira, como os materiais de construção mais adequados, pelo menos para as zonas de contacto com as estruturas arqueológicas, em detrimento do betão, do gesso ou da pedra.

A construção de um edifício sobre as estruturas arqueológicas revela-se essencial, tendo em consideração que o complexo arqueológico se encontra em espaço urbano, e portanto, carecendo de espaços livres disponíveis que possibilitem a edificação de um núcleo museológico, ao lado das ruínas. Este núcleo, em muito valorizará as próprias ruínas, tornando-as mais atractivas, ao mesmo tempo que contribuirá para a sua preservação, protegendo-as de eventuais actos de vandalismo e dos rigores climáticos.

Esta construção deverá desenvolver-se e absorver toda a área ocupada pelas três alas do mosteiro destruídas no incêndio de 18 de Abril de 1809, deixando o espaço do claustro livre de qualquer construção, permitindo que o visitante visualize e reconstrua mentalmente a sua configuração original, auxiliado pelas linhas orientadoras do edifício. Internamente, todas as estruturas existentes, incluindo os vestígios de remodelações posteriores dos espaços, deverão obrigatoriamente ser mantidos e assinalados. Para além das estruturas arqueológicas, este deverá ser dotado de instalações sanitárias, de uma loja, de áreas de descanso, de salas de exposições, de gabinetes técnicos, de salas para os serviços educativos, de reservas e de um centro de documentação, para além da

cafeteria, da recepção e do espaço polivalente da antiga igreja, que nesta fase, já se encontram em pleno funcionamento.

O espaço expositivo deverá ser organizado tendo em conta, por exemplo, o estado de conservação das estruturas arqueológicas, das dependências às quais correspondem e das respectivas cronologias.

A área constituída pelo antigo cemitério das religiosas para além de ser musealizada, poderá ser intervencionada, de modo a que, funcione como espaço de lazer e descanso, podendo ser construído, desde que não se interfira com os vestígios arqueológicos, um pequeno jardim que contribuirá certamente para o bem-estar dos visitantes. Neste local, ainda subsiste um pequeno pano da cerca monástica que deverá ser restaurada e fechada, a fim de recriar um ambiente, semelhante ao original, possibilitando ainda a realização de alguns eventos culturais ou oficinas pedagógicas.

Com este novo espaço museológico, pode-se libertar a área, até aqui, ocupada pelo centro interpretativo, instalado na recuperada igreja monástica, convertendo-a mais numa sala polivalente, destinada a espectáculos, sessões de cinema e de teatro e não tanto, em sala de exposições, onde por vezes, se poderá transformar num local sacralizado, a fim de reviver a sua utilidade original, promovendo ao mesmo tempo, o culto a Santa Clara que actualmente, ainda manifesta bastante popularidade em Amarante. Apesar das diferentes utilizações deste espaço, nunca se deverão retirar ou camuflar, os seus dispositivos informativos e explicativos.

A construção deste novo edifício terá como principal objectivo, valorizar, promover e divulgar o legado do mosteiro de Santa Clara de Amarante, nas suas mais diversas vertentes. Estes princípios basilares cumprir-se-ão, por intermédio de uma arquitectura atractiva capaz de impressionar, pela existência de um programa museológico sedutor, lúdico e pedagógico, pelo desenvolvimento de programas culturais diversificados e orientados a vários públicos, pelas estratégias de comunicação desenvolvidas com a comunidade local, bem como pela qualidade e singularidade dos serviços da cafeteria e das áreas de descanso.

Com esta fase, dão-se por terminados os trabalhos de intervenção nas ruínas do mosteiro de Santa Clara de Amarante, contudo, a valorização do legado deste mosteiro não se conclui com a intervenção nas suas ruínas, mas manter-se-á nos objectivos das actividades, do núcleo museológico, que por sua vez, desempenharão um papel fundamental e essencial para o sucesso deste programa de intervenção.

A valorização de um complexo patrimonial, como este de Santa Clara de Amarante, constitui um processo bastante complicado e moroso que tem a seu desfavor, o mau estado de conservação, o abandono e o esquecimento das suas estruturas, por parte da comunidade local que se alheou desta realidade patrimonial, em resultado da destruição, mutilação e desagregação que, o legado do antigo mosteiro foi sofrendo ao longo dos últimos 150 anos.

No entanto, a situação poderá reverter-se com a implementação de um projecto como este, que procure nas diferentes fases de acção estimular a comunidade local para a necessidade da sua valorização, conservação e perpetuação, o que é conseguido com a sua integração ou acompanhamento nos trabalhos, quer de investigação, quer de conservação e restauro, bem como usufruindo dos seus espaços, participando nos diversos e múltiplos eventos, podendo ainda implementar projectos de desenvolvimento económico e cultural a partir deste antigo mosteiro de clarissas.

Efectivamente, se a população não conhecer minimamente esta realidade patrimonial, nem dela tirar qualquer proveito, muito dificilmente a sua herança se perpetuará pelas gerações vindouras.

3.3 - Musealizando um Espaço....

A musealização de um sítio arqueológico tem forçosamente de recorrer à museologia¹, que é na sua prática museográfica², uma opção frequente e essencial à conservação de uma realidade patrimonial. Constatase, aliás, que desde os anos 70 do séc. XX, existem cada vez mais sítios arqueológicos musealizados que passam assim, a ser vistos como realidades mais próximas, actuais, populares e autênticas, capazes de transmitir ao público, a sensação de um “salto no tempo” [Raposo, 1999, 51].

Numa estação arqueológica, a musealização *in situ*³, contrariamente a qualquer outra solução, tem como principais vantagens, proporcionar aos visitantes um contacto mais directo com os vestígios do passado nos seus respectivos contextos, permitir o seu relacionamento com o espaço envolvente (geológico, climático, paisagístico e humano), garantir uma nova funcionalidade a uma realidade patrimonial, que até aqui se encontrava abandonada, ao mesmo tempo que se assegura a sua preservação, dando origem a um novo espaço cultural ou a um novo elemento de atracção turística [Raposo, 1999, 63].

A partir das vantagens enunciadas, traçar-se-á um plano de musealização para o complexo arqueológico do mosteiro de Santa Clara de Amarante.

¹ - A museologia é a ciência do museu, estuda a História e a sua função na sociedade, as formas específicas de investigação e conservação física, de apresentação, animação, difusão, de organização, funcionamento, a arquitectura ou a reabilitação de edifícios destinados a museu, suas tipologias e deontologias [Fernández, 1993, 34].

² - A museografia trata os diversos aspectos de funcionamento de um museu, desde o seu planeamento arquitectónico, passando pelos aspectos administrativos e pelo tratamento das suas colecções. Ou seja, a museografia trata em concreto dos aspectos técnicos de funcionamento de um museu [Fernández, 1993, 37].

³ - A mudança mais radical dos últimos anos, no que toca à conservação e valorização de estações arqueológicas foi a manutenção *in situ* de uma grande parte das estruturas arquitectónicas, escultóricas e pictóricas, musealizando-as favorecendo, desta maneira, a sua conversão num destino turístico. Terá sido uma tomada de consciência, cada vez mais clara do significado e da importância do contexto para o património arqueológico, que originou a sua conservação no local de origem, facilitando a sua compreensão, melhorando o seu acesso e evitando erros insubsanáveis, causados pelo levantamento e descontextualização dos vestígios arqueológicos [Pérez-Juez, 2006, 159].

1- *Objectivos Museológicos Esperados:*

A realização de um programa museológico no antigo mosteiro de Santa Clara de Amarante, mais tarde convertido na Casa da Cerca, terá como objectivos principais, a divulgação, a salvaguarda e a fruição em pleno, de todo o complexo arqueológico.

A execução do programa de musealização, sustentado nestes objectivos, deverá seguir uma concepção do tipo exposição didáctica⁴ [García Blanco, 1999, 65], em que se pretende criar um plano que estimule a auto-descoberta e a auto-aprendizagem que será inferida pelos visitantes, de um modo lúdico e descontraído.

2- *A Ideia e a Temática do Programa Museológico:*

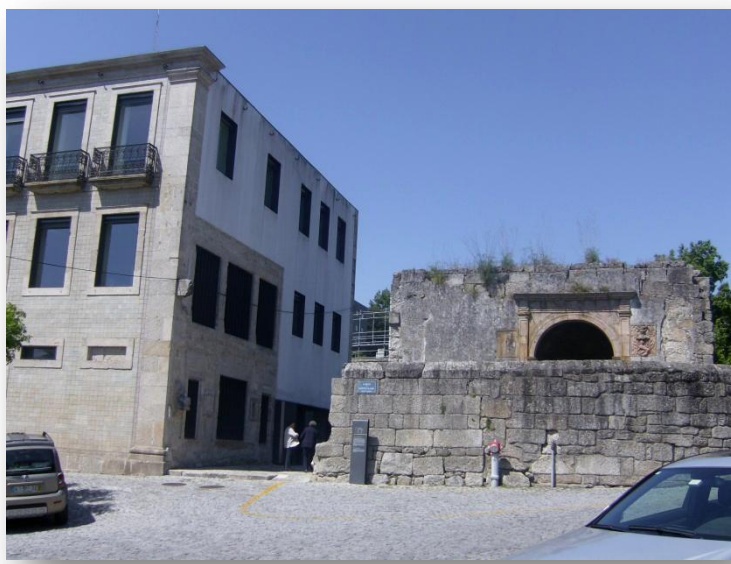


Fig. 67- A entrada para o complexo patrimonial do mosteiro de Santa Clara de Amarante, visto a partir do largo de Santa Clara.
Foto: Daniel Ribeiro

Embora os trabalhos de escavação estejam longe de estar concluídos, pelos resultados que já se obtiveram, é possível desenvolver um programa museológico para o mosteiro de Santa Clara de Amarante, se

bem que a realização de futuras campanhas arqueológicas poderão, eventualmente ditar uma reformulação ou um aperfeiçoamento do programa.

Atendendo ao facto de se estar perante vestígios arqueológicos, ter-se-á particular atenção, à forma de como estes são apresentados, pois os materiais desta natureza, na sua maioria constituídos por objectos de uso quotidiano, acabam em muitos casos, por

⁴ - De acordo com Ángela García Blanco o termo didáctico, aplica-se às apresentações museológicas cujos procedimentos favorecem o “ensinar a aprender”, isto é, a auto-descoberta, porque são concebidas como modelos em que se reconstrói um processo de Investigação [García Blanco, 1999, 64-65].

ser integrados em exposições que reduzem e simplificam as suas propriedades intrínsecas, a uma mera amostragem justificativa e comprovativa da autenticidade de uma narrativa histórica. Neste tipo de exposições, os objectos arqueológicos ficam enquadrados num contexto expositivo repleto de textos, gráficos e fotografias, que acabam por esquecer e desvalorizar parte das suas propriedades intrínsecas, designadamente tecnológicas, formais, tipológicas, funcionais e simbólicas [Mourão, 2004, 119, 120].

No entanto, ao se enveredar por um discurso com estas características, acabar-se-ia por criar uma exposição de arqueologia, bastante restritiva e incompreensível aos visitantes comuns, em detrimento de um público mais especializado.

Assim sendo, serão tidas em conta na concepção da ideia para o mosteiro de Santa Clara de Amarante, estas particularidades e ter-se-á inclusive, o cuidado de investigar e de analisar devidamente todos os objectos antes de serem expostos numa exposição.

No mosteiro de Santa Clara de Amarante será preparado um discurso expositivo que, tenha em consideração todos os tipos de visitantes, desde os adultos sem qualquer conhecimento de ter existido um mosteiro de freiras na cidade, aos adultos com conhecimento e curiosidade em saberem um pouco mais sobre uma das mais antigas instituições de Amarante, passando pelo infante-juvenil em idade escolar, e por um tipo de público altamente especializado, conhecedor e apreciador de exposições e sítios arqueológicos ou familiarizado com a temática monástica mendicante.

Para uma melhor clarificação dos potenciais visitantes a Santa Clara de Amarante, será extremamente importante a realização de estudos de visitantes⁵, no decurso das primeiras iniciativas, no âmbito do programa de intervenção, cujos resultados serão extremamente úteis para a preparação de um circuito de visita adequado ao tipo de público esperado, procurando responder e não defraudar as suas expectativas.

Deste modo, propõe-se para o mosteiro de Santa Clara de Amarante, um discurso expositivo com um carácter histórico, capaz de explicar, definir e caracterizar o processo evolutivo do espaço monástico, desde as suas origens atribuídas à infanta D. Mafalda, até à sua extinção no ano de 1862.

⁵ - A avaliação de exposições incide sobre a interacção dos visitantes com as exposições, os programas dos museus e o impacto que tais inter-acções provocam sobre os domínios cognitivos e não cognitivos do público. Esta tarefa é extremamente importante para se saber se o projecto museológico está a ir ao encontro dos objectivos propostos, se os visitantes compreendem o sentido da exposição, se existem demasiados objectos, textos e interactivos expostos, se as legendas são acessíveis, entre outros parâmetros. A avaliação não responde de uma só vez, a todas as questões, no entanto ela evita que a equipa do museu cometa várias vezes as mesmas falhas ou erros [Tobelem, 2007, 199 – 200].

A posterior reformulação e adaptação em residência particular e mais tarde em biblioteca e arquivo municipais, também serão igualmente lembradas, embora de uma forma mais breve. O fio condutor do circuito de visita seguirá uma perspectiva histórica e evolutiva do antigo espaço monástico, esboçando o quotidiano desta comunidade religiosa feminina de clausura, referindo os seus beneméritos e algumas freiras que, por diversos motivos, se destacaram e ficaram na memória das restantes, enquanto modelos e exemplos a seguir.

Com esta ideia museológica para o mosteiro de Santa Clara espera-se conseguir cativar e instruir, num primeiro plano, a comunidade local, independentemente do seu estatuto económico, social ou intelectual, que frequentará o núcleo museológico, enquanto espaço de lazer, instrução e investigação. Os demais visitantes nacionais ou estrangeiros deverão ser, pelos mesmos motivos, convidados a frequentar este espaço, onde ficarão a perceber um pouco mais da História não só do mosteiro, mas também da própria cidade, compreendendo ainda os seus valores culturais, espirituais e mentais.

As diferentes temáticas da vida das clarissas de Amarante, bem como do próprio mosteiro, deverão ser exploradas pelas primeiras exposições que, se realizarem no âmbito da programação do centro interpretativo.

Uma destas exposições poderá ser, por exemplo, baseada numa apresentação do espólio resultante das escavações arqueológicas, outra sobre as devoções do mosteiro, constituída essencialmente pelas esculturas religiosas e pelas descrições das imagens que aí existiam, uma relativa ao espólio fúnebre de todos aqueles que fizeram do mosteiro, a sua última morada, uma alusiva aos fragmentos arquitectónicos da igreja ou mesmo uma sobre a temática da vida quotidiana da comunidade religiosa numa determinada época. Poderão ainda efectuar-se algumas exposições alusivas à evolução dos espaços monásticos, à questão da fundação, aos aspectos económicos da comunidade, bem como sobre a remodelação e a conversão do mosteiro em residência familiar, incluindo os seus aspectos quotidianos, entre outras. Estas exposições poderão ser complementadas e enriquecidas com dispositivos multimédia que explorarão de uma forma mais atractiva, alguns dos aspectos ou das temáticas expostas.

No decorrer destas exposições realizar-se-ão inquéritos, a fim de se poder começar a traçar um perfil mais concreto do tipo de público que, frequentará um pressuposto núcleo museológico do mosteiro de Santa Clara de Amarante. Com os resultados obtidos construir-se-ão as suas principais linhas programáticas que, procurarão corresponder com as motivações e as expectativas dos seus futuros visitantes.

3- Um Circuito de Visita, para o Núcleo Expositivo de Santa Clara de Amarante:

Atendendo ao cumprimento dos objectivos e à ideia proposta para o complexo arqueológico de Santa Clara de Amarante, esboçar-se-á um circuito de visita capaz de despertar em cada etapa, a curiosidade do público e que seja um estímulo a que não se sinta enfadado à medida que prossegue na exposição. Tal como sucedeu em Santa Clara-a-Velha de Coimbra e na maioria dos centros interpretativos, museus monográficos e de sítio, não se pretende em Santa Clara de Amarante expor todos os artefactos arqueológicos, mas apenas uma amostragem de alguns objectos que permitam uma melhor interpretação e compreensão da mensagem, que se pretende transmitir. No entanto, o espólio exumado no mosteiro de Santa Clara deverá estar disponível, na sua totalidade, à investigação que é inclusivamente, uma das missões básicas de um museu.

3.1- Percurso de Vista à Igreja de Santa Clara de Amarante:

O percurso de visita ao núcleo expositivo tem início no local da antiga porta da igreja, onde deverá estar um novo portal, que evoque pela sua configuração, o primitivo.

Neste local, deverá estar um funcionário que terá por principal função receber e orientar os visitantes, no percurso ao mosteiro de Santa Clara de Amarante (*vide anexos: p.100*).

Nesta recuperada igreja, convertida em espaço polivalente e multifuncional, deverão estar em permanência, para além dos elementos recolocados nos seus locais de origem, os fragmentos arquitectónicos, cuja localização ou já não é possível determinar ou a sua reposição já não será viável. Deverão ser também instalados os retábulos ou as partes destes que ainda subsistem, bem como as imagens, actualmente na posse da paróquia de São Gonçalo, que por estarem afectas ao culto, poderão ser substituídas por réplicas. O mesmo deverá acontecer com os azulejos, pertencentes à igreja, exumados nas escavações arqueológicas.



Figs. 67 e 68-Alçado Norte da igreja do mosteiro de Santa Clara de Amarante com negativos dos painéis azulejados e fragmentos de azulejos exumados no decurso das escavações arqueológicas.

Fotos: Daniel Ribeiro

Os azulejos poderão ser dispostos em painéis, colocados ao lado das paredes que ainda apresentam negativos de terem sido azulejadas. Com esta solução museológica, o visitante compreenderá facilmente que as marcas rectangulares existentes na superfície parietal dos alçados Norte e Sul da igreja, correspondem aos negativos de painéis azulejados que faziam o seu revestimento interior, como refere Francisco Xavier Craesbeeck: «*nesta igreja que está toda azulejada*» [Craesbeeck, 1992, 262].

A inscrição colocada do lado esquerdo, à entrada da capela lateral de S. José poderá ser reconstituída, mediante o levantamento realizado por Craesbeeck, aquando da compilação das “*memórias ressuscitadas da villa d’Amarante*”, dos inícios do séc. XVIII (ESTA CAPELLA.MA/NDUO. FAZER. O D/OUTOR. MANOEL. /CERQUEIRA. CAPP/ELAÕ. DE SUA. MAG DE. E. DO. SEO. DESEM/BARGO. NA CAZA./ DA. SUPLIÇÃO M E/ ESCOLA. DA. SEE. DE. DE/ EVORA. COM. MISSA/ QUOTIDIANA. HE. SENHOR. DESTE. MO/ RGADO. VENTURA./ CERQUEIRA. DE. VASCONCELOS [Craesbeeck, 1992, 260]), contudo, esta reconstituição não será aplicada na epigrafe, que actualmente não apresenta qualquer marca de ter sido gravada, sugerindo a hipótese de ter sido pintada. Assim sendo, propõe-se a colocação, de uma placa acrílica translúcida gravada com o respectivo campo epigráfico, sobre a original. O mesmo se sugere para o piso do templo que poderá voltar a ter de modo semelhante, a simulação das sepulturas epigrafadas, tendo por base novamente, o levantamento de Craesbeeck [Craesbeeck, 1992, 263 – 267] (vide anexos: pp.30 - 31). No entanto, esta opção só será viável caso não surjam elementos de maior relevância, nas cotas inferiores ao piso original da igreja, como por exemplo, estruturas

pré-existentes. Se no decurso das escavações arqueológicas, porventura, surgir alguma laje tumular, correspondente às que foram desenhadas por Francisco Craesbeeck, nessa laje é escusado oacrílico gravado, podendo manter-se à mesma, mas anepígrafo, até por uma questão de conservação.

Será neste espaço que deverá funcionar, até à implementação da sexta fase do programa de intervenção, o centro interpretativo do sítio arqueológico, devendo ser este o local ideal para a realização de exposições temporárias, visualização de filmes e documentários alusivos à temática franciscana e ao mosteiro de Santa Clara de Amarante, podendo ainda decorrer tertúlias e mesas redondas, se bem que estas actividades científicas devem acontecer, de preferência, no auditório da biblioteca que está devidamente equipado para tais funcionalidades. Tratando-se de um espaço polivalente, aplicar-se-á um sistema de iluminação⁶ que facilmente se adapte e ajuste às diferentes iniciativas que aí possam ter lugar.

A visita à renovada igreja de Santa Clara poderá ser acompanhada por uma sonoridade alusiva a uma comunidade de religiosas, como por exemplo, música gregoriana de um coro feminino, interrompida em alguns períodos, por uma voz masculina a relatar a descrição do templo, baseada nos apontamentos de Francisco Xavier Craesbeeck [Craesbeeck, 1992, 259 – 262] e nos dos padres Silvestre Cerqueira Ribeiro, Manuel de Vasconcelos e João de Magalhães (responsáveis pelas memórias paroquiais de Amarante) [Capela, 2009, 135].

Da igreja, o visitante é convidado a descobrir os elementos do antigo mosteiro que ainda subsistem no edifício ocupado pela biblioteca.

3.2- Circuito pelas Reminiscências de um Mosteiro de Santa Clara:

Este percurso inicia-se à saída da igreja, onde o visitante recebe uma brochura ou um áudio-guia, com a descrição dos elementos ou das dependências subsistentes do antigo mosteiro na actual biblioteca, e parte à sua descoberta no interior do edifício que para os devidos efeitos se encontram devidamente assinalados, como se havia referido no capítulo anterior.

⁶ - O sistema de iluminação, num museu é um dos factores que mais interfere na exposição das suas colecções, permitindo que se alcancem bons resultados estéticos e funcionais, quando se finaliza a montagem de uma exposição. A iluminação adequada permite o equilíbrio entre os objectos exibidos, a forma de os expor e a conservação dos mesmos [Hernández, 1998, 242].



Fig.69 – O antigo coro baixo do mosteiro, actualmente transformado e adaptado a auditório da Biblioteca Municipal Albano Sardoeira.

Foto: Daniel Ribeiro

Terminada a visita e a busca às reminiscências do mosteiro o visitante é agora, convidado a assistir a um documentário⁷, projectado no auditório da biblioteca, relacionado com a evolução do edifício monástico ao longo dos tempos, ou seja desde a sua fundação até à actualidade, passando pela extinção, transformação em

residência familiar e posterior adaptação em biblioteca e arquivo municipais. Apesar do longo período cronológico de abrangência, o vídeo deverá ser o mais sintético possível, não podendo ultrapassar os 20 minutos para não se tornar enfadonho, nem provocar o desinteresse do público.

Terminada a visualização do vídeo, os visitantes seguem para o edifício construído sobre as ruínas das alas Sul, Este e Norte do mosteiro, segundo os parâmetros definidos, no capítulo 3.2.

3.3- Circuito pelas ruínas do Mosteiro de Santa Clara de Amarante:

Apesar da estrutura do edifício a construir, só poder ser delineada após a conclusão de todos os trabalhos de escavação e de consolidação, poder-se-á especular que o melhor espaço para a instalação da recepção do núcleo museológico, se localize sensivelmente a meio da Ala Sul. Este espaço, para além da recepção propriamente dita, deverá ter uma pequena loja, áreas de descanso e sanitários, podendo ainda existir eventuais vestígios preservados *in situ*. Propõe-se que esta construção se abra directamente para o claustro e que seja, se as estruturas arqueológicas o permitirem, embelezado com algumas floreiras. Esta proposta contribuirá para aumentar as áreas de

⁷ - A mais-valia da linguagem cinematográfica é a sua capacidade de acrescentar novos sentidos à realidade, novas leituras que passam pelas emoções e pelos afectos, e que poderão suscitar reacções diferentes de espectador para espectador. É na sua ambiguidade que está a riqueza e a possibilidade de se chegar mais longe, transcendendo a ideia de um documento puro e apostando na experimentação [Costa, 2008, 12].

descanso, de descontração e de lazer do núcleo museológico, ao mesmo tempo que ajudará a reviver, uma das funcionalidades de um claustro monástico.

Da recepção e após a aquisição dos ingressos de entrada, o público acede ao espaço expositivo (vide anexos: p.100 - 102).

3.3.1- 1ª- Sala Expositiva – “O Espaço e o Tempo: Amarante na Idade Média”:

A primeira sala poderá localizar-se no primeiro piso do espaço que, ainda conserva uma parte do alçado da ala Sul do mosteiro para não interferir com as estruturas arqueológicas.

O ambiente desta secção museológica deverá ter uma luz difusa, onde existirá uma maquete⁸ da cidade, no séc. XIII. A acompanhar a maquete, serão dispostos uns pequenos dispositivos de áudio-video que explicarão e contextualizarão o espaço urbano



Fig. 70 – A 1ª Sala expositiva poderá ser enriquecida com a escultura de Nossa Senhora da Ponte/Nossa Senhora da Piedade, séc. XIV/ XV.

de Amarante, na Idade Média. Numa das paredes, deverá ser exibido um vídeo que contextualizará geograficamente o território amarantino. Esta sala poderá ser enriquecida ainda, com alguns materiais provenientes de escavações arqueológicas desenvolvidas na cidade e que estejam relacionados com este período, no entanto, o local ideal para a sua exposição ao público será noutra espaço museológico e não neste. O espaço poderá ficar mais apelativo, se forem sonorizados ruídos naturais, tais como o barulho do vento, da água e de animais, bem como de outros mais urbanos, que remetam para a época medieval, como por exemplo, pessoas a falar, a caminhar ou a trabalhar (o barulho de um carro de bois a passar, o trote de um cavalo, um ferreiro a martelar, etc...).

⁸ - É cada vez mais frequente, o recurso a maquetas em exposições museológicas, que podem ser reconstruções fiéis de uma determinada realidade ou simplesmente idealizadas. A sua construção desenvolve-se ao longo de diversas fases. Numa primeira recolhe-se toda a documentação pertinente, de seguida efectua-se o levantamento e a reprodução da topografia do terreno, segue-se a construção da realidade a retratar, procede-se aos seus acabamentos e por fim, tiram-se algumas fotografias, que servirão para a montagem de alguns audiovisuais [Hernández, 1998, 209].

Desta sala passa-se a uma nova dedicada à fundação do recolhimento feminino de Amarante.

3.3.2- 2ª- Sala Expositiva - “Um Cenóbio Feminino em Amarante”:

Nesta nova sala existirá, logo à entrada, um painel colocado ao centro, que impeça a visualização para o seu interior e terá por objectivo despertar o efeito de surpresa no visitante. No painel constará o seguinte texto⁹ do cronista Frei Manuel da Esperança: «Ao lado desta vila, onde se acha mais alta, aparece hum mosteiro da Ordem de Santa Clara» [Esperança, 1666, 250]. Transpondo este vestíbulo, o visitante deparar-se-á com um espaço de luzes difusas e incidentes apenas nos objectos expostos, mas ao contrário da anterior, aberto para o claustro permitindo a sua visualização e contemplação. Deverá ser tido no entanto, o cuidado de manter o aspecto de penumbra, que se conseguirá com a colocação de uma tela nos vãos das janelas.



Fig. 71- Escultura da Rainha Santa Mafalda existente no Largo Rainha Santa Mafalda – Arouca, 1986.
Foto: Paulo Duarte (Panorâmico)

Logo à entrada estará colocada uma escultura realizada, de preferência por um escultor local, da rainha de Castela, D. Mafalda de Portugal, seguindo-se o seguinte excerto da crónica de frei Manuel da Esperança: «Dizem que lhe deu Principio D. Mafalda, filha d’ElRei D. Sancho I, & Rainha de Castela, quando depois de viúva, sem consumir matrimónio, tornou pera Portugal» [Esperança, 1666, 250]. Este texto será complementado com a reprodução de uma pintura da rainha D. Mafalda, juntamente com um pequeno ecrã que exhibirá um vídeo de curta duração, sobre a vida da infanta de Portugal recolhida no mosteiro cisterciense de Arouca, depois de ter enviuvado e visto o seu casamento anulado [Coelho (a), 2005, 27]. Este vídeo dará especial enfoque às obras localizadas no Entre Tâmega e Sousa, atribuídas a D. Mafalda, nomeadamente as igrejas de S. Gens de Boelhe [Rosas,

⁹ - Numa exposição, os textos ajudam a transmitir a mensagem pretendida ou apenas de uma parte da mesma e auxiliam o visitante, a integrar e a compreender, diferentes objectos dispostos num mesmo espaço. A diversidade dos tamanhos e formas das letras hierarquizam as diferentes mensagens de uma mesma exposição, é necessário ter em conta que um texto muito extenso pode anular os próprios objectos [Hernández, 1998, 208] e enfadar os visitantes.

2009, 129], S. Pedro de Abrugão [Rosas, 2009, 73] e S. Salvador de Cabeça Santa (todas no Concelho de Penafiel) [Rodrigues, 2009, 77] e o recolhimento de Amarante.

Segue-se então uma serie de painéis relacionados com o recolhimento de Amarante, mais uma vez, recorre-se à crónica de frei Manuel da Esperança, para introduzir o tema: *«he tradição constantissima da casa, & há memorias nella de que a dita Rainha lançou a primeira pedra, fez a igreja, & coro, onde também acrescentou quatro ou sinquo cadeiras»* [Esperança, 1666, 251]. O visitante deverá ser informado de que a memória do mosteiro dizia que no sino, existia uma inscrição que comprovava a respectiva rainha, como a fundadora do mosteiro: *«Domina Mafalda me Fecit»* [Gonzaga, 1587, 812]. Se no decorrer das escavações arqueológicas, surgirem elementos arquitectónicos a remeterem para uma cronologia medieval, será nesta secção que os respectivos materiais deverão ser expostos. Ainda neste espaço, o visitante deverá ficar a par de algumas informações relacionadas com a tipologia de cenóbio, fundado em Amarante.

Para esta nova temática, poderá ser criado com os expositores¹⁰ ou painéis, um pequeno compartimento, que criará quase uma segunda sala, onde se abordará melhor, este assunto. A introdução ao tema pode fazer-se recorrendo ao cronista franciscano: *«Não era porém a fabrica pera mosteiro de freiras, porque a esse convinha campo mais largo, & maiores edificios. Seria pera ermida d'algum Santo de sua devaçãõ ou pera recolhimento (& isto he o mais certo) de molheres virtuosas»* [Esperança, 1666, 251]. Seguir-se-ão outros, relacionados com o quotidiano e a espiritualidade das mantelatas, designadas por Frei Manuel da Esperança, de *“mulheres virtuosas”*.

A vida deste tipo de “monjas laicas” será demonstrada com recurso à reprodução de gravuras e pinturas medievais, textos explicativos (baseados em Michel Parisse [Parisse, 1994, 185, 199] e em Susana Pedroso [Pedroso, 2010, 469]) e com a visualização de um pequeno vídeo informativo, capaz de atrair a atenção dos visitantes. Ainda neste espaço, colocam-se dois ou três ecrãs tácteis, à disposição dos visitantes, onde constarão digitalmente, os testamentos de 1272¹¹, 1282¹², 1284¹³, 1287¹⁴, 1302¹⁵, 1308¹⁶ e 1350¹⁷,

¹⁰ - As vitrinas e os expositores do núcleo museológico do mosteiro de Santa Clara de Amarante, deverão seguir o modelo modelar de Hahn [Hernández, 1998, 213].

¹¹ - A.N.T.T - Colegiada de Guimarães, documentos Particulares, mç.11, n. 19. Transcrito em: [Rosário, 1980, 75].

¹² - *Idem*, mç.13, n.9. Transcrito em: [Rosário, 1980, 79].

¹³ - A.M.A.P - Testamentos e Doações ao Cabido, Tomo II, doc. 115, p.207.

¹⁴ - *Idem*, Tomo I, doc. 69, p.110.

¹⁵ - *Idem*, Tomo II, doc. 50, p.95.

¹⁶ - *Idem*, Tomo II, doc. 85, p. 157.

¹⁷ - *Idem*, Tomo I, doc. 71, p.114.

com a sinalização da parte relativa ao mosteiro das donas de Amarante, juntamente com as transcrições e respectivas traduções. O suporte expositivo dos ecrãs tácteis será completado com diversas reproduções dos documentos e de cortesãos medievais.

Ao centro desta subsecção, colocar-se-á uma maquete com uma simulação do recolhimento de Amarante. A maquete terá maior ou menor rigor, consoante os resultados obtidos pelos trabalhos arqueológicos. Estes espaços serão acompanhados pela sonorização de música de temática medieval.

Desta secção, segue-se para uma nova dedicada ao processo evolutivo do recolhimento até se ter tornado num mosteiro da Ordem de Santa Clara.

3.3.3- 3ª - *Sala Expositiva – “De Recolhimento a Mosteiro de Santa Clara”:*

Esta secção terá duas mensagens diferentes e simultâneas, no entanto, o visitante assimilará uma de cada vez. Assim sendo, de um lado, apresentam-se num painel animado com um dispositivo multimédia as principais razões que terão levado as “*virtuosas senhoras*” de Amarante, à semelhança de outras comunidades de beguinhas



Fig.72- Freiras Clarissas, pormenor de um dos frontais do túmulo da Rainha Santa Isabel, Mestre Pêro, 1330, igreja do mosteiro de Santa Clara-a-Nova de Coimbra [Côrte-Real, 2008, 35].

da Europa [Parisse, 1994, 234], a ingressarem na Ordem Terceira de S. Francisco. De seguida, o visitante deverá deparar-se com a carta de protecção, concedida em Santarém por D. Afonso IV, no dia 16 de Abril de 1333¹⁸, sucedendo-se a de D. João I, lavrada a 26 de Dezembro de 1389¹⁹, onde se verifica que as donas *d’Amarante*, já usam o hábito de Santa

Clara, e a de D. Afonso V com a data de 25 de Abril de 1449²⁰ que comprova o seu estado de freiras da Ordem de Santa Clara. Estes documentos serão apresentados num dispositivo semelhante ao que será aplicado nos testamentos provenientes da Colegiada de Guimarães, apresentados na secção anterior. A complementar os ecrãs tácteis, serão colocadas gravuras de freiras da Ordem de Santa Clara, como por exemplo, uma reprodução das religiosas representadas num dos

¹⁸ - A.N.T.T - Chancelaria de D. João III, livro 22º, fl.144. Transcrito em: [Marques, 1982, 41].

¹⁹ - *Idem*, livro 22º, fl. 143. Transcrito em: [Marques, 1982, 42].

²⁰ - *Idem*, Chancelaria de D. Afonso V, liv.23, fl.38 v.

frontais do túmulo da Rainha Santa Isabel, da autoria de Mestre Pêro [Goulão, 2009, 58 – 61] e dos reis intervenientes, D. Afonso IV, D. João I e D. Afonso V, juntamente com algumas notas bibliográficas dos respectivos monarcas.

Paralelamente a este espaço desenvolve-se um sistema expositivo semelhante, relativo à temática da origem e do desenvolvimento, dos dois ramos da Ordem Franciscana.



Figs. 73 e 74 - A Estigmatização de S. Francisco e Santa Clara de Assis, iluminuras, livro de horas de D. Duarte, Arquivo Nacional Torre do Tombo, fl. 26 v e fl. 28 v.

Para tal, será colocado num painel interactivo um friso cronológico, que contenha os momentos essenciais da História dos Frades Menores, contextualizados com alguns factos da História da Europa e de Portugal. Este painel deverá ser enriquecido com objectos alusivos à Ordem de S. Francisco, ou à espiritualidade franciscana, provenientes de colecções

particulares que eventualmente,

possam ser doados ou deixados em depósito, ao núcleo museológico de Santa Clara de Amarante, nomeadamente esculturas, pinturas, gravuras medalhas, livros entre outros, que contribuam para o enriquecimento desta temática. Ainda nesta ala, mas destacado do painel anterior, será disposto um novo, mas apenas alusivo à Ordem de Santa Clara que dê especial atenção à origem e ao desenvolvimento das clarissas, primeiramente na Península Itálica, depois em alguns países europeus e em Portugal, juntamente com alguns aspectos morais, espirituais e vivenciais. Para além de um friso cronológico, o painel deverá apresentar os parâmetros principais das várias Regras da Ordem, a estrutura orgânica, de uma comunidade religiosa e alguns elementos relacionados com a sua espiritualidade e prática religiosa, como por exemplo, a adoração eucarística e aos Mistérios da Natividade e da Paixão de Cristo [Fontoura, 2000, 21]. Podendo ainda ser completado com esculturas, pinturas, gravuras ou mesmo reproduções e réplicas de santas clarissas ou freiras da Ordem, em momentos de adoração ou de contemplação.

Interessante seria também, a exposição de uma custódia, neste painel expositivo, proveniente de uma igreja ou de um particular. Esta secção encerra rematando com um pequeno painel, junto à saída, que terá impresso o seguinte texto: «*Em todos estes estados de Beatas, Terceiras & Freiras de Santa Clara: nos dous tempos da Claustro, & Observancia: sempre as acompanhou aquela grande Senhora, a Santa Pobreza digo, cujo nome ambos os Santos Seraficos, Francisco, & Clara, trouxeram no coração*» [Esperança, 1666, 253].

3.3.4- 4ª - Sala Expositiva – “O Mosteiro”:

Nesta nova sala será apresentado todo o processo evolutivo do mosteiro de Santa Clara de Amarante, desde a Idade Média até ao incêndio de 18 de Abril de 1809.

Ao centro deste espaço, que se pretende amplo e com grande panorâmica para o claustro do antigo mosteiro, colocar-se-á uma maquete representativa de todo o edifício monástico, numa forma aproximada à que teria no dia do incêndio. A ladear a sala existirão pequenas subsecções, relacionadas com o processo evolutivo do mosteiro, ao longo dos tempos.

Uma destas pequenas subsecções será dedicada aos **régios beneméritos**. A introdução a este subtema pode ser feita com a citação, do seguinte excerto do cronista franciscano: «*Não lhes faltava porém a Piedade Chistam, & da Real temos sinaes manifestos nas esmolos d’ElRei D. Afonso V: & IV do nome, D. João I, e o III, as receberão debaixo do seo emparo; e ElRei D. Sebastião lhes fez mercê do assento da Feitoria...*» [Esperança, 1666, 253].

Nos expositores deverão constar reproduções de pinturas ou gravuras, dos respectivos reis, que serão acompanhadas de algumas notas bibliográficas e por baixo, algumas moedas exumadas em Santa Clara de Amarante, cunhadas nestes reinados, como por exemplo, os ceitis de D. João III.

Estas reproduções poderão ser substituídas por obras de arte (figurativas), pertencentes à instituição museológica, resultantes de concursos de arte, subordinados a esta temática.

Aos beneméritos reais segue-se uma subsecção dedicada aos **principais mentores e patrocinadores das obras do mosteiro**, ou seja, os Senhores do Concelho de Gouveia de Riba Tâmega, D. Martim Afonso de Sousa e a sua esposa D. Joana de Tovar [Craesbeeck, 1992, 64 (vol.1) - 260 (vol. 2)] e o Dr. Manuel Cerqueira, mestre escola da

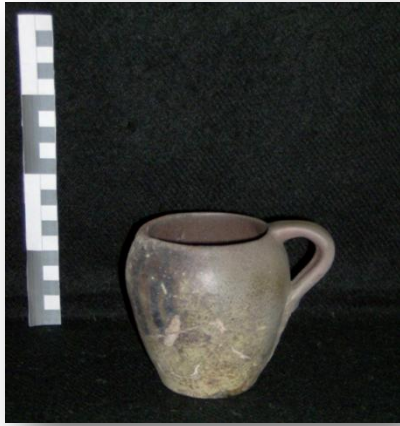


Fig.75 - Um pucarinho em cerâmica comum, recolhido nas escavações arqueológicas do mosteiro de Santa Clara de Amarante, Época Moderna.
Foto: Daniel Ribeiro

Sé de Évora e capelão real. Tal como, na subsecção dos beneméritos reais, este espaço será constituído pela reprodução ou mesmo por obras de arte originais e produzidas para o efeito, que os representem. Ao lado, deverão constar alguns elementos biográficos e as beneficências que por seu intermédio foram realizadas no cenóbio.

Uma vez que, o Dr. Manuel Cerqueira, no dia em que a água começou a correr da fonte, que construiu para o mosteiro, ofereceu às religiosas púcaros e quartinhas, para que com elas bebessem dessa primeira água [Esperança, 1666, 253], expor-se-ão aqui, alguns destes objectos, datados da época Moderna e recolhidos no decurso das escavações arqueológicas.

Se for exumado espólio funerário, proveniente das sepulturas destes beneméritos, o melhor local para a sua exposição e apreciação por parte do público, será também nesta subsecção.



Fig.76- Algumas moedas em liga de cobre e ouro, recolhidas em contexto de escavação no mosteiro de Santa Clara de Amarante, Época Moderna.

Aos reais e nobres beneméritos, segue-se um novo espaço, dedicado à **gestão económica do mosteiro**. Para esta temática será disposto num painel um pequeno texto explicativo sobre a gestão dos bens nos mosteiros de clarissas que será complementado com algumas reproduções das marcas dos tabeliães que, autenticavam os documentos de emprazamento. Ao lado será instalado um interactivo que permitirá ao visitante visualizar alguns emprazamentos, juntamente com as respectivas transcrições. Por

debaixo deste painel, serão dispostas algumas moedas exumadas em contexto de escavação.

Ao lado deste painel, constará um novo com um mapa que assinalará os locais de onde as religiosas de Santa Clara de Amarante recebiam prazos, numa determinada época, como por exemplo, ao longo do séc. XVIII.

Por fim, numa quarta e última subsecção desta temática, apresentar-se-ão as diferentes **configurações do espaço monástico**, até ter adquirido a forma que apresentava no dia 18 de Abril de 1809. Este assunto será abordado, a partir de um dispositivo multimédia que reproduzirá e explicará o processo evolutivo do mosteiro, a partir da visualização de uma projecção em três dimensões que reconstituirá as diferentes configurações do edifício. Ao mesmo tempo, esta animação recriará as várias dependências monásticas, tendo em conta as descrições existentes e os resultados obtidos pelos trabalhos de investigação. Ao lado deste dispositivo, existirão num painel, devidamente identificados, alguns textos explicativos relacionados com as funcionalidades de cada uma das dependências monásticas.

Esta subsecção deverá expor os elementos arquitectónicos que, por diversas razões, não podem ser repostos ou deixados nos seus locais de origem.

3.4- *Secções Expositivas Instaladas nas Ruínas do Mosteiro:*

A partir do espaço expositivo dedicado à configuração do mosteiro de Santa Clara, o visitante inicia agora uma nova etapa no seu percurso expositivo, em que é convidado a mergulhar no quotidiano da comunidade religiosa que aqui viveu ao longo de mais de 500 anos. Para que este “mergulho no tempo” seja o mais verdadeiro possível, descerá ao primeiro piso e circulará por entre as ruínas das alas Este e Norte e parte da Sul do mosteiro, recuperadas, absorvidas e protegidas pelo edifício que alberga o núcleo museológico de Santa Clara de Amarante.

Se até aqui o discurso expositivo seguia uma orientação cronológica livre e independente das estruturas arqueológicas conservadas, agora serão estas, que ditarão e definirão o fio condutor da exposição.

Neste sentido, dar-se-ão, apenas algumas indicações de secções expositivas pertinentes para a compreensão do legado deste mosteiro de clarissas.

3.4.1 - 1ª - *Secção – “As Rotinas no Mosteiro”:*

Esta não será propriamente uma secção, mas antes uma espécie de vestíbulo para todos os espaços expositivos dedicados à vida quotidiana no mosteiro de Santa Clara de

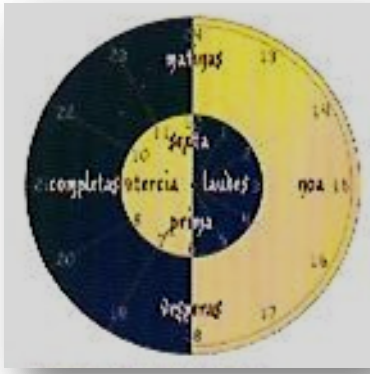


Fig. 78- Relógio de horas canónicas [Côrte-Real, 2008, 48].

Amarante. Por este motivo, esta pequena secção deverá ficar instalada logo no início do percurso sobre as ruínas.

Assim sendo, será apresentado num painel, um esquema com a organização de uma comunidade de freiras clarissas que para além da indicação dos cargos, deverá incluir também as funções de cada uma. A este esquema, segue-se um novo relacionado

com as rotinas diárias da comunidade religiosa. Em ambos os esquemas deverão constar representações de freiras clarissas a realizar algumas das tarefas quotidianas.

3.4.2- 2ª - Secção - “As Devoções do Mosteiro”:



Fig.79 - Menino Jesus, madeira policromada e estufada a ouro, séc. XIX, Museu Paroquial de Arte Sacra de Amarante. Departamento dos Bens Culturais da Diocese do Porto

Nesta secção serão expostas algumas das principais devoções públicas e privadas da comunidade religiosa do mosteiro de Santa Clara de Amarante, identificadas pelas descrições da igreja de Francisco Xavier Craesbeeck [Craesbeeck, 1992, 259 - 262], pelas dos intervenientes das memórias paroquiais de 1758 [Capela, 2009, 135] e pelo inventário dos objectos de culto e das alfaías litúrgicas, realizado pela vigária do mosteiro, soror Maria Benedita de Santa

Ana, a 21 de Setembro de 1858²¹.

Uma vez que, a maioria destes cultos se materializavam na igreja e que na sua musealização se optou, por aí colocar os originais ou na impossibilidade,

as suas réplicas²², será oportuno expor-se nesta secção, esculturas e pinturas das entidades, mais significativas deste espaço, bem como de outras que se encontravam nas celas ou no coro. Para a constituição desta secção dever-se-á recorrer às colecções do

²¹ - A.N.T.T - Convento de Santa Clara de Amarante, Porto, cx. 2021, capilha 3, Caderno 1, doc. 17.

²² - As réplicas devem ser usadas em museus apenas quando os originais já não existam ou estejam desaparecidos, quando se encontrem na posse de outra entidade, cuja doação, empréstimo ou depósito seja inviabilizada e a sua presença seja imprescindível para a compreensão da mensagem da exposição, bem como por questões de segurança ou de conservação [Hernández, 1998, 207].

Museu Municipal Amadeo de Souza-Cardoso e à generosidade de particulares que, possam vir a fazer doações ou depósitos de alguns dos objectos pretendidos. Em última instância, colocam-se reproduções de pinturas, gravuras ou mesmo réplicas de esculturas, representativas dos respectivos cultos. Das devoções públicas passa-se para o domínio das devoções particulares, não só da comunidade de religiosas mas também de todos aqueles que foram recebidos no espaço público da igreja, para serem sepultados e que praticaram em vida uma espiritualidade de inspiração franciscana, materializada nas medalhas devocionais, como por exemplo, as do culto à Imaculada Conceição, ao Santíssimo Sacramento e aos Santos da Ordem. Os expositores deverão permitir a visualização das duas faces de uma mesma medalha e dispor de dispositivos que permitam uma visualização ampliada dos mesmos, nomeadamente fotografias, desenhos ou um multimédia.



Fig. 80 – Conta em azeviche representando o Apóstolo Santiago, exumada nas escavações arqueológicas do mosteiro de Santa Clara.

Foto: Daniel Ribeiro

Ainda no âmbito das devoções, segue-se um novo painel expositivo, relacionado com os rosários, as contas, como por exemplo, a conta em azeviche, com uma representação de vulto, do apóstolo S. Tiago, as cruzes e outros objectos ou apenas partes, usados durante os momentos de oração. A composição deste painel deverá ser constituída com a reprodução de gravuras, pinturas e outras obras de arte que, apresentem freiras da Ordem de Santa Clara em oração, ou em contemplação. O melhor local, para a apresentação desta secção será no aconchego das ruínas das antigas celas monásticas ou nos seus espaços adjacentes, como por exemplo, os corredores de circulação, pois era por estes

espaços que a comunidade se deslocava diariamente em direcção ao coro, onde oravam. Esta secção poderá ser enriquecida com excertos das devoções de algumas notáveis religiosas, divulgadas pelo cronista da Ordem, tais como a devoção à agonia de Cristo na Cruz [Esperança, 1666, 257, 258 e 269], às Onze Mil Virgens [Esperança, 1666, 257], ao mistério da Natividade de Cristo e à sua Infância [Esperança, 1666, 260, 265], ao Santíssimo Sacramento [Esperança, 1666, 262], à Virgem Maria [Esperança, 1666, 263], à Santíssima Trindade [Esperança, 1666, 266] e a S. Francisco de Assis [Esperança, 1666, 267]. Contudo, manter-se-á, por enquanto, o anonimato das suas

devotas. Neste local, serão também expostas as jarras e outros artefactos que serviam para embelezar os altares e os oratórios, onde as religiosas e os fiéis prestavam culto.

Propõe-se uma sonoridade composta por cânticos gregorianos femininos, em tom muito suave.

3.4.3- 3ª - Secção – “Os Lavoros do Mosteiro”:



Fig. 81 – Dedais e alfinetes recolhidos no decurso das escavações arqueológicas do mosteiro de Santa Clara de Amarante.

Foto: Daniel Ribeiro

[Esperança, 1666, 265] e «*Fiava & trabalhava fazendo obras de preço, o qual todo empregou numa alampada, & num cofrinho de prata: este pera se guardar o infinito tesouro de Christo Sacramentado*» [Esperança, 1666, 262]. Atendendo que durante o tempo em que se ocupavam com estes afazeres, as religiosas assumiam uma postura mais descontraída e liberta da rigidez a que estavam sujeitas, durante as outras horas do seu dia-a-dia, como se pode depreender, a partir da biografia da Madre Branca de S. João (vide anexos: p. 24) (que se scandalizou e admoestou as companheiras por terem proferido um gracejo, indigno a uma comunidade religiosa de clausura [Esperança, 1666, 266]), procurar-se-á recriar, neste espaço, um ambiente mais descontraído, colorido e luminoso, preferencialmente aberto para o claustro, onde se ouvirá a sonorização de conversas de vozes femininas, cânticos populares, recitações de poesia e algumas risadas.

Neste espaço, dedicado aos labores femininos do mosteiro serão expostos os objectos relacionados com a fiação, a tecelagem, a costura, os bordados e as rendas, mais concretamente, os alfinetes, os dedais, as agulhas, os furadores, as tesouras e os fusos.

A introdução a esta temática faz-se com duas breves citações de Frei Manuel da

Esperança, relativas a duas religiosas veneráveis:
«*estando na casa do antecoro fiando na sua roca*»

Os expositores desta secção deverão ser enriquecidos com algumas imagens ilustrativas de freiras a fiar na roca, a tecer ou a bordar, ou mesmo a ensinar os labores a jovens pupilas e educandas²³.

3.4.4- 4ª - Secção – “A Preparação e a Confeção dos Alimentos/A Cozinha”:

Esta secção deverá ser instalada nas ruínas da cozinha, caso as escavações arqueológicas a consigam detectar e caso esta permita que, se instalem nas suas ruínas os dispositivos necessários à apresentação dos materiais arqueológicos, cuja funcionalidade, seria a preparação, a confeção e o serviço dos alimentos.

Os expositores a instalar deverão simular uma bancada de cozinha e os respectivos louceiros. Junto à lareira ou ao forno serão colocadas as louças e os utensílios de



Figs. 82 e 83 – Tigelas em faiança e pucarinho, prato covo em vidro de chumbo e tigela em cerâmica comum.

Fotos: Daniel Ribeiro

preparar e de confeccionar os alimentos, como por exemplo, as facas, os alguidares, as panelas, as púcaras e as frigideiras. Num espaço mais afastado da lareira ou das lareiras, instalar-se-ão as vitrinas de tipo louceiro que, apresentarão os serviços de louça, em cerâmica comum, de servir e de ir à mesa, tais como as terrinas, as molheiras, os pratos, as travessas, as bilhas, as quartinhas, os copos e os pucarinhos. Ao lado desta colocar-se-á outra semelhante, mas que conterà apenas os serviços de louças finas e importadas, nomeadamente cerâmicas vidradas, faianças, porcelanas e majolicas. Num quarto expositor com forma de uma bancada colocar-se-ão apenas os talheres.

²³ - Esta temática poderá estabelecer uma correlação com os bordados tradicionais de Amarante e ser explorada pelos serviços educativos e de marketing, do núcleo expositivo.

A sonorização deste espaço será constituída essencialmente pelos ruídos habituais de uma cozinha, designadamente o crepitar da madeira a arder, o mexer de uma panela, ou o toque dos pratos a serem arrumados ou encastelados.

Na disposição dos objectos ter-se-á mais atenção, às tipologias e não tanto às cronologias, embora estas constem nas respectivas legendas.

3.4.5- 5ª - Secção – “A Alimentação”:



Fig. 84 – Vestígios de osteológicos recolhidos em contexto de escavação resultantes da alimentação da comunidade religiosa.

Foto: Daniel Ribeiro

Anexo à cozinha costuma estar o refeitório do mosteiro [Silva, 2008, 171] e mais uma vez, caso as estruturas arqueológicas o permitam, será neste espaço que se abordará a temática dos hábitos alimentares da comunidade religiosa de Santa Clara de Amarante. No entanto, a criação de uma secção expositiva relacionada com esta temática carece de uma série de trabalhos de investigação e análise, posteriores às escavações arqueológicas, nomeadamente análises polínicas dos sedimentos decapados nas escavações e

zooarqueológicas de todos os vestígios de fauna, exumados das lixeiras e estrumeiras do mosteiro. Também a partir dos livros de prazos do mosteiro, se ficará a saber um pouco mais dos hábitos alimentares das religiosas, visto que, a maioria dos pagamentos eram feitos em géneros e tinham como destino principal, a alimentação das religiosas [Côrte-Real, 2008, 51].

Só depois destes trabalhos será possível apurar a dieta alimentar da comunidade religiosa de Santa Clara de Amarante e verificar as quantidades médias anuais gastas, em bens alimentares.

Obtidos os resultados, colocar-se-ão numa vitrina, com forma de uma mesa (o ideal seria reconstruir uma das mesas do refeitório, caso fosse possível), modelos artificiais dos principais alimentos consumidos no mosteiro, colocando-se também, devidamente identificados, alguns vestígios osteológicos e malacológicos, resultantes da dieta alimentar das religiosas de Amarante, exumados no decurso das escavações arqueológicas. Num painel explicativo, deverão constar textos e imagens relativos às refeições de um mosteiro de clarissas, que incluirá os períodos de jejum e de abstinência, determinados pelo cumprimento da Regra²⁴.

Será igualmente, projectado neste espaço, um vídeo alusivo aos tradicionais doces conventuais de Amarante, que aqui tiveram origem. Neste pequeno documentário, demonstrar-se-á o método tradicional de fabrico de tão afamadas iguarias, ao mesmo tempo que se procurará traçar um quadro histórico, do seu percurso para o exterior do mosteiro até terem surgido nas primitivas confeitarias de Amarante, na qualidade de especialidades da Casa²⁵.

Ao contrário das anteriores secções expositivas, nesta não deverá haver qualquer tipo de sonorização, lembrando aos visitantes, que as refeições de um mosteiro de freiras de Santa Clara decorrem em silêncio absoluto²⁶, só perturbado pelas leituras realizadas no púlpito, por uma religiosa.

3.4.6- 6ª - Secção – “O Vestuário e os Adornos da Comunidade Religiosa”:

A secção dedicada ao vestuário e aos adornos da comunidade religiosa deverá ser instalada num espaço mais intimista das ruínas, como por exemplo, nas celas monásticas. Num destes espaços, será colocado num manequim um hábito da Ordem de Santa Clara na Época Moderna, que por sua vez, será acompanhado por um painel com uma ilustração dos diversos elementos que o constituem, podendo estar embutidas neste painel, algumas componentes do vestuário das religiosas de Amarante recolhidas pelas escavações arqueológicas. A não ser possível a sua inclusão, colocar-se-ão ao lado,

²⁴ - «As irmãs devem jejuar em todo o tempo. Porém, na festa do Natal do Senhor, seja qual for o dia da semana, podem tomar duas refeições. Segundo o parecer da abadessa, sejam compassivamente dispensadas do jejum, as mais jovens, as doentes e as que fazem serviço fora do mosteiro. Mas quando houver manifesta necessidade, as irmãs não sejam obrigadas ao jejum corporal». – Regra de Santa Clara; cap. III; 8.

²⁵ -Vide nota 1, capítulo 2, Parte III.

²⁶ - «Guardem também sempre silêncio na igreja, no dormitório e no refeitório, mas aqui só durante as refeições». - Regra de Santa Clara; cap. V, 2.



Fig. 85- Algumas peças em azeviche do vestuário e dos adornos das religiosas de Amarante.

Foto: Daniel Ribeiro

numa vitrina, como por exemplo, os colchetes, os botões, os alfinetes, os atilhos, os fragmentos do cordão da cinta, do calçado e dos tecidos das vestes. De qualquer modo, existirá um segundo painel, com mais alguns destes objectos. O conjunto enriquecer-se-á com algumas reproduções de obras de arte da Época Moderna que, tenham representadas estes objectos, de preferência em contextos monásticos.

Num outro suporte expositivo, em tudo semelhante aos anteriores, serão dispostas algumas contas de colar (na sua maioria em azeviche), brincos, alfinetes de peito, anéis e

pulseiras.

3.4.7 - 7ª - Secção – “Os Hábitos de Higiene da Comunidade Religiosa”:



Fig. 86- Um bacio em vidrado de chumbo recolhido em contexto de escavação no mosteiro de Santa Clara de Amarante.

Foto: Daniel Ribeiro

Como que a dar continuidade à secção anterior segue-se uma nova dedicada aos utensílios de higiene pessoal, como por exemplo, as escovas, os pentes, as pinças, as tesouras para as unhas e os bacios. A disposição destes objectos deverá ser feita tal como a anterior, de preferência, no aconchego das ruínas de uma eventual cela monástica.

3.4.8 - 8ª - Secção – “Notáveis Religiosas de Santa Clara de Amarante”:

Este novo espaço dedicado às religiosas, que pelas suas acções se tornaram numa referência para as outras, deverá ser instalado num local de circulação do antigo

mosteiro, como por exemplo, um corredor ou uma sala relativamente ampla. Esta secção deverá ser intersectada ou até comunicar com os restantes espaços expositivos relacionados com o quotidiano da comunidade. Esta opção permitirá que o visitante retenha melhor a ideia de que os artefactos que, vai visualizando ao longo do seu percurso expositivo, eram manuseados e utilizados por um grupo de religiosas que tinham um rosto e uma identidade própria.

Para a materialização desta ideia museológica, colocar-se-ão pinturas, realizadas de preferência por artistas locais, que representem as veneráveis religiosas de Amarante. A pintura de cada uma será acompanhada por uma breve biografia. Desta forma se retratará e se salvará do esquecimento, a vida da Madre Guiomar das Chagas (falecida em 1505)²⁷ [Esperança, 1666, 255], a de Soror Antónia, e a de Soror Ana das Chagas (falecidas em 1530) [Esperança, 1666, 255 - 256], a de Soror Joana e de uma outra Soror Antónia (que morreram em 1574) [Esperança, 1666, 256 - 257], a de Soror Úrsula (falecida em 1576) [Esperança, 1666, 257 - 258], a da Madre Margarida (que morreu numa Sexta-feira, no dia 15 de Março de 1580) [Esperança, 1666, 258], a de Soror Guiomar (falecida a 3 de Outubro, véspera do dia de S. Francisco de 1589) [Esperança, 1666, 258 - 259], a da Madre Isabel do Salvador (que faleceu na Páscoa de 1602) [Esperança, 1666, 259 - 260], a de Soror Ana de S. João (falecida em finais de Setembro de 1602) [Esperança, 1666, 260], a de Soror Maria de Santo António (que morreu no dia 15 de Setembro de 1614) [Esperança, 1666, 262 - 263], a de Soror Luzia dos Reis (falecida a 20 de Outubro de 1620) [Esperança, 1666, 263 - 264], a da Madre Branca de S. João (que faleceu no Domingo de Ramos, dia 16 de Abril de 1628, por volta das 22 horas) [Esperança, 1666, 265 - 267] e a da Madre Guiomar Teresa do Cenáculo (falecida em 1748) [Faria, 1994, 83]. Todas elas lembradas na comunidade Santa Clara de Amarante, como exemplos, de devoção, sacrifício, caridade e empenho na conduta dos valores morais da Ordem.

Para além destas religiosas veneráveis, outras houve, que se destacaram por razões mais do foro material. A este grupo pertencem as três fundadoras do mosteiro de Santa Clara de Guimarães, as Sorores Helena Joana e Catarina de Andrade, irmãs e filhas de

²⁷ - Frei Manuel da Esperança terá cometido um lapso, ao indicar o nome da primeira abadessa do mosteiro de Amarante professa na Ordem de Santa Clara, afirmando no capítulo IV da sua obra, que a primeira abadessa do mosteiro falecida em 1505, foi Soror Guiomar das Chagas [Esperança, 1666, 251] enquanto, que no capítulo V, numa nova alusão, refere-a chamando-se Soror Margarida das Chagas [Esperança, 1666, 254]. Sem se saber qual dos dois nomes corresponde à realidade, optou-se pelo primeiro.



Fig. 87 - Representação das filhas de Baltazar de Andrade profetas no mosteiro de Santa Clara de Amarante (?), relevo da portaria do mosteiro de Santa Clara de Guimarães, séc. XVII.

Foto: Daniel Ribeiro.

Santa Clara de Vinhais, com o intuito de o governar e de o reformar [Esperança, 1666, 268], aliás o auge deste mosteiro, acontece precisamente durante o abadessado desta religiosa, proveniente do de Amarante [Mattoso, 2002, 392] (sobre a biografia de cada uma destas religiosas vide anexos: p. 18 -26).

Para não tornar esta secção demasiadamente repetitiva e enfadonha, nunca serão expostas as dezoito notáveis religiosas ao mesmo tempo, optando-se por apresentar temporariamente, apenas cinco de cada vez e ir revezando, pelo menos de três em três meses. As suas vidas poderão ser lembradas em conjunto, caso se realize uma exposição temporária ou uma publicação.

Será a partir deste espaço, que se propagara a sonorização de cânticos gregorianos femininos em tom muito suave, para as restantes secções dedicadas a alguns aspectos do quotidiano da comunidade religiosa do mosteiro de Santa Clara de Amarante.

3.4.9- 9ª - Secção – “O Trágico dia 18 de Abril de 1809”:

A nona secção, instalada quase no final do percurso de visita, terá por objectivo lembrar o incêndio do mosteiro no dia 18 de Abril de 1809, aquando da passagem do exército napoleónico por Amarante, no âmbito da segunda invasão Francesa.

A introduzir esta temática estará um pequeno vídeo que explicará muito resumidamente o processo que desencadeou a invasão da colina das tropas francesas, à então vila de Amarante e o conseqüente rasto de destruição, provocado pela sua



Fig. 88 – Amarante Incendiada, gravura de António Joaquim, s.d (séc. XIX), Museu Municipal Amadeo de Souza-Cardoso - Amarante.

passagem. Ao lado desta visualização estarão expostos alguns artefactos recolhidos nas escavações arqueológicas do mosteiro, tais como pedreneiras, balas, e eventualmente, armas e outros vestígios deste violento episódio. Porém, não será este o local indicado para uma musealização deste episódio extremamente

importante e marcante na História de Amarante²⁸.

O vídeo, tal como os anteriores, deverá ficar instalado num painel que tenha uma representação da vila de Amarante incendiada, como por exemplo, a gravura de António Joaquim, intitulada: “*Amarante incendiada*” que integra a colecção do Museu Municipal Amadeo de Souza-Cardoso.

A sonoridade para este espaço deverá ser feita, a partir de uma composição musical, datada dos inícios do séc. XIX, que por sua vez, será acompanhada por ruídos das armas de fogo de uma batalha do séc. XIX, sucedidos pelos de um incêndio.

3.4.10- 10ª - Secção – “Das Cinzas Reerguido”:

Praticamente ao lado da secção anterior, existira esta nova, que será dedicada ao processo de recuperação e de restauro de uma parte dos edifícios monásticos.

A introduzir a temática, será apresentada uma projecção digital em três dimensões, do processo de destruição e a posterior reedificação do mosteiro no séc. XIX. Ao lado desta projecção serão expostos alguns materiais relacionados com a reconstrução e o restauro do edifício. Também se colocarão imagens reproduzidas ou originais, dos principais intervenientes neste processo, designadamente dos reis D. João VI, D. Pedro IV, da regente D. Isabel Maria, de D. Miguel, dos Juizes de Fora, Francisco Xavier de Sousa

²⁸ - Ao longo de 14 dias, a então vila de Amarante, foi palco de uma valorosa e esforçada resistência das forças luso-Britânicas, face à investida da coluna napoleónica [Azeredo, 2004, 78].



Fig. 89- D. Isabel Maria, infanta regente de Portugal, litografia, Charles Joseph Hullmandel, 1826, Biblioteca Nacional de Portugal.

Gavião e José de Vasconcelos Lebre e do administrador do mosteiro Frei Diogo de Santa Catarina.

Junto aos suportes, que irão expor cada uma destas individualidades serão disponibilizados os respectivos documentos em versão digital, num ecrã interactivo ou táctil. À saída desta secção, serão colocados alguns objectos quotidianos das religiosas que sejam datados do séc. XIX. Esta sala terá pela última vez, neste núcleo expositivo, a sonorização de música gregoriana

3.4.11 - 11^a - Secção – “O Fim do Mosteiro, o Início da Casa da Cerca”:

A penúltima secção deste núcleo expositivo será dedicada à transformação do mosteiro em casa solarenga.

Logo no início desta sala, existirá um pequeno texto relativo ao processo de extinção do mosteiro, complementado com um painel interactivo, que explique o conturbado período da História de Portugal, ao longo do séc. XIX, que inclua a questão da extinção das Ordens Religiosas.

Em seguida, apresentar-se-ão em formato digital e segundo os moldes anteriores, os Autos de Louvação²⁹ e a conseqüente venda em hasta pública do mosteiro de Santa Clara de Amarante.

O restante espaço será constituído, pela reprodução ou projecção de fotografias desta fase de ocupação do antigo cenóbio, pela apresentação em texto, vídeo, ou uma sonorização das memórias, dos seus últimos moradores e eventualmente um ou outro objecto do seu quotidiano familiar, bem como algum espólio exumado, pelas escavações arqueológicas, datado dos sécs. XIX e XX.

Para a sonoridade deste espaço, será escolhida música clássica do séc. XIX ou ópera que, seja capaz de transmitir a sensação de um certo ambiente burguês e palaciano oitocentista. O conjunto poderá ainda ser enriquecido com a colocação no tecto desta

²⁹ - A.N.T.T- Convento de Santa Clara de Amarante, Porto, cx.2022,capilha 4, doc.22; et, *idem*, cx. 2021, capilha 5, doc. 2.

secção, de uma réplica ou de uma reprodução dos tectos estucados, que se conservam em algumas salas da actual biblioteca municipal.

3.4.12- 12^a - Secção – “Recuperando Fragmentos da História de um Mosteiro Feminino”:

Esta não será propriamente uma sala expositiva, mas antes uma espécie de galeria de “regresso no tempo”, onde se disponibilizarão num painel, fotografias³⁰, desenhos e textos síntese, relativos ao longo processo de intervenção no sítio arqueológico que, poderá ser enriquecido com um pequeno vídeo. Este espaço já não terá qualquer sonoridade e deverá comunicar directamente com o claustro.

3.5- Percurso pelo Claustro e pelo Cemitério das Religiosas:

Ao sair da última secção, o visitante poderá desfrutar de alguns momentos de descanso e de contemplação, podendo ainda por intermédio deste aceder à cafetaria ou então regressar à recepção, onde poderá adquirir alguns artigos alusivos ao núcleo expositivo de Santa Clara de Amarante e visitar, antes de ir embora, o cemitério das religiosas, se ainda o não fizera, aquando do início da sua visita.

Quer no claustro, quer no espaço aberto ocupado pelo cemitério do mosteiro, deverão estar, apenas para além das estruturas arqueológicas conservadas, alguns painéis ou placas informativas acerca das mesmas, como se pode ver, na maioria das estações arqueológicas. O painel informativo que será colocado no local do antigo cemitério monástico, para além da apresentação dos planos gerais das diversas sepulturas, deverá apresentar a reprodução de alguns objectos exumados, pelas escavações arqueológicas nesta área, bem como, as formas e os modos de enterramento não só das religiosas, mas também dos que se encontravam no espaço público da igreja. Deste modo, se criará *in loco*, um pequeno **núcleo da exposição permanente dedicado à morte**.

³⁰ - A fotografia detém de um grande potencial de comunicação, podendo demonstrar e transmitir toda uma série de aspectos, difíceis de mostrar por outros meios, ajudando a evocar sentimentos humanos. No entanto, o poder comunicativo de uma fotografia deverá ser sempre complementado com um texto. As fotografias numa exposição são bastante úteis para explicar o meio ambiente em que se inserem, o uso e o modo de realização de determinados objectos [Hernández, 1998, 207].



Fig. 90 – Espaço do antigo cemitério das Religiosas do mosteiro de Santa Clara de Amarante.

Foto: Daniel Ribeiro

Atendendo aos resultados de escavação e à própria conservação das estruturas arqueológicas, o percurso de visita proposto poderá eventualmente, sofrer algumas alterações ou reajustamentos ou mesmo, se necessário suprimir uma ou outra secção expositiva. Nestes casos, a situação poderá ser

remediada com recurso às exposições temporárias.

Além do espaço expositivo este núcleo museológico deverá contar com gabinetes técnicos, sanitários, reservas arqueológicas e áreas de arrumação. Propõe-se ainda a constituição de um centro de documentação, a funcionar nos espaços do arquivo ou nos da biblioteca municipais.

4- Actividades de Promoção e de Dinamização:

Os museus na actualidade, procuram cada vez mais, estimular a população local, a visitar os seus espaços e a “consumir” os seus serviços.

Neste contexto, como já foi referido aquando do programa de recuperação das ruínas do mosteiro de Santa Clara de Amarante, será implementado um programa de promoção e de dinamização cultural que contribuirá para o sucesso e para a sustentabilidade do projecto, ao mesmo tempo que consciencializará e apelará à preservação e salvaguarda, de todo o complexo arqueológico.

Assim sendo, nos espaços de Santa Clara de Amarante, deverão decorrer iniciativas culturais de qualidade que sejam capazes de responder as estes desígnios, tais como espectáculos de música, dança, teatro, sessões de cinema (de preferência com um certo carácter histórico), entre outros.

Também a realização de recriações ou encenações históricas, ou mesmo ceias e/ ou jantares são actividades de promoção muito em voga, em centros históricos e sítios arqueológicos, pois de uma forma lúdica e pedagógica, por vezes, um pouco branqueada, são capazes de promover, divulgar e revelar alguns episódios históricos ocorridos num determinado local. No mosteiro de Santa Clara de Amarante poderia ser recriado o jantar que os herdeiros do Dr. Manuel Cerqueira ofereciam às religiosas, no dia de S. José [Esperança, 1666, 253 – 254], ou a simulação de alguns factos mais históricos, como por exemplo, a fundação do mosteiro atribuída à infanta D. Mafalda, a passagem dessa comunidade de mantelatas à condição de freiras clarissas, a saída de Soror Catarina da Cruz para dirigir o mosteiro de Vinhais, a simulação dos combates entre os exércitos luso-britânico e napoleónico, entre outros.

Importante será também a criação de uma mascote para o núcleo museológico do mosteiro de Santa Clara de Amarante. Essa mascote poderá ser uma freira da Ordem, chamada irmã Guiomar, em homenagem à mais antiga abadessa de que se tem memória, que contará a história do mosteiro ao público infanto-juvenil e acompanhará os jovens

visitantes em algumas actividades

lúdico-pedagógicas,

desenvolvidas pela instituição.

Apesar do mosteiro de Santa Clara ter sido extinto em 1862, o mesmo poderá ser refundado numa plataforma digital, como por exemplo, no *Second Life*³¹.

Pretende-se que esta recriação

seja a mais fidedigna possível, daquilo

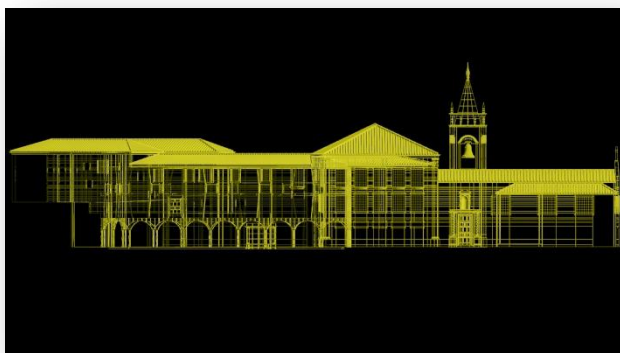


Fig. 91- Linhas mestras para uma reconstrução digital do mosteiro de Santa Clara de Amarante a aplicar na plataforma de mundos *Secund life*.

Gerson Matos, com coordenação científica de Daniel Ribeiro

que terá sido o mosteiro de Amarante, antes do incêndio de 1809, esta refundação digital, não irá de modo algum, originar uma comunidade religiosa de franciscanas, mas sim um espaço que inspirado numa comunidade de freiras clarissas, dê a conhecer um pouco mais, do quotidiano e da evolução histórica do mosteiro, possibilitando a partilha e a conversação acerca de algumas temáticas da História da Ordem dos Frades Menores que proporcione diversão e lazer, e que cada participante desempenhe a função de uma

³¹ - Encontra-se em fase de preparação um projecto, que visa recriar na plataforma de mundos virtuais *second life* a cidade de Lisboa, anterior ao terramoto de 1 de Novembro de 1755. Este projecto é desenvolvido pelo Centro de História da Arte e Investigação Científica da Universidade de Évora (Informação retirada do site do projecto: <http://lisbon-pre-1755-earthquake.org>).

figura histórica do mosteiro. O ingresso nesta comunidade virtual deverá ser feito apenas pelos visitantes ou pelos interessados que se desloquem ao local. Ainda neste âmbito deverá ser disponibilizada uma visita virtual ao seu núcleo expositivo e às diversas exposições temporárias que aí possam vir a decorrer, que assim se tornam de certo modo, permanentes.

Estes são apenas alguns exemplos, de diversas acções de promoção e de dinamização, que tenham por objectivos principais a salvaguarda, a divulgação e a fruição de um espaço cultural. À instituição caberá a responsabilidade de gerir públicos, espaços e programas culturais.

5- Para a Sustentabilidade de um Núcleo Museológico:

Um plano de recuperação ou de requalificação de um sítio arqueológico é um projecto bastante dispendioso, que em alguns casos, não tem qualquer plano de viabilidade económica ou promocional. Contudo, mesmo os complexos patrimoniais com programas de gestão e de promoção de sucesso, se vêem a braços com diversos constrangimentos financeiros³².

Partindo-se desta preocupação, a intervenção na estação arqueológica do mosteiro de Santa Clara de Amarante, deverá ter em consideração a sustentabilidade económica do projecto. Com este intuito, serão realizadas candidaturas a fundos comunitários destinados à regeneração e à recuperação urbana, revitalização local ou de apoio a equipamentos culturais. Para além destes quadros de apoio financeiro, promovidos pela União Europeia, dever-se-ão criar políticas e acções de sensibilização, que visem a captação de mecenas, particulares ou empresariais, que auxiliem no financiamento do programa de revitalização e posteriormente, na realização das actividades e eventos culturais. Caberá à instituição a responsabilidade de promover, publicitar e agilizar o acesso aos espaços do núcleo expositivo, aos seus mecenas e beneméritos. A criação de uma liga de amigos para o mosteiro de Santa Clara de Amarante constituirá uma mais-

³² - «Certos projectos, pela sua ambição aparente e pela riqueza potencial das ruínas sobre que se implantam, apenas poderão ser seriamente considerados se forem levados às últimas consequências, ou seja, se forem perspectivados como Conímbriga [...]. Por outro lado, importa questionar quantas Conímbrigas poderão ser criadas no País, sendo certo que a já existente sobrevive mal, em grande parte precisamente porque a divisão dos mesmos recursos se faz agora por muito maior número de cestos» [Raposo, 2003, 184].

valia financeira e promocional, de apoio à gestão e programação da instituição, bem como para a capitalização de novos públicos.

A criação de uma gama de artigos para venda alusivos ao núcleo expositivo, baseada em elementos arquitectónicos e decorativos da estação arqueológica ou a produção de réplicas de alguns objectos encontrados nas suas escavações, tais como cerâmicas, faianças, azulejos e peças de joalheria, permitirão um aumento significativo das receitas em caixa, que poderão ser aplicadas na manutenção e na gestão do núcleo museológico. Devem-se também reproduzir para o mesmo efeito gravuras, pinturas e esculturas, pertencentes ao mosteiro ou relacionadas com a História do mesmo. A mascote do museu, vocacionada para os visitantes mais jovens, poderá ser igualmente usada na criação de uma gama de artigos, exclusivamente destinados ao público infanto-juvenil.

Imprescindíveis são as publicações de catálogos das exposições temporárias e permanentes, monografias, estudos, guias de visita e cadernos didácticos que, para além do importante papel de divulgação científica, darão um contributo económico à instituição, permitindo de certo modo, uma retoma do investimento feito em investigação.

A organização e a realização de eventos culturais, mais do que a sensibilização e a capacitação de novos públicos, constituirá uma importante fonte de receita, se bem que algumas actividades deverão ser gratuitas e destinadas à promoção do mosteiro de Santa Clara de Amarante. Ainda neste âmbito, poder-se-á alugar e ceder em determinadas alturas, alguns espaços do núcleo expositivo, para a realização de eventos sociais, congressos de empresas, sociedades ou de grupos civis, desde que estes, não constituam um perigo para a boa imagem da instituição, nem interfiram com a integridade e a conservação do complexo arqueológico.

A constituição de um centro nacional ou regional de estudos franciscanos, no mosteiro de Santa Clara de Amarante, dará um excelente contributo, para a promoção, divulgação e capacitação de mais e novos públicos e com isto, um aumento significativo de visitantes e de produções científicas que, cooperarão para um acréscimo de receitas. Do mesmo modo, o estabelecimento de parcerias ou o trabalho em rede, com outras entidades culturais de defesa e promoção do Património Cultural local, regional, nacional e até internacional, serão um excelente veículo de promoção e de divulgação de uma realidade patrimonial mais ampla e não circunscrita a um local, potenciando o estabelecimento de percursos ou rotas culturais, bem como para um aumento

significativo da oferta turística e cultural do concelho de Amarante³³. Aliás todos estes



Fig. 92 – Montra da Confeitaria da Ponte, especializada na confecção dos Tradicionais Doces Conventuais de Amarante.

Foto: Daniel Ribeiro

doces tradicionais de Amarante, os estabelecimentos de restauração, os equipamentos hoteleiros, os agentes e operadores turísticos, as casas e oficinas de artesanato e artigos locais.

Todos estes aspectos colaborarão, para a sustentabilidade do projecto proposto para o mosteiro de Santa Clara de Amarante, para o desenvolvimento de alguns sectores económicos locais, bem como para o aumento da oferta cultural não só concelhia mas também regional, capaz de abranger toda a região do Baixo Tâmega, Sousa e Grande Porto.

6 - Um Plano de Gestão:

O plano de musealização para o mosteiro de Santa Clara de Amarante apresentado necessita de uma equipa de trabalho e de coordenação, que extravase, mas que coopere com o grupo interdisciplinar, responsável pelo projecto de valorização.

Assim e uma vez, que os espaços pertencem, na totalidade ao município de Amarante, cujo organismo responsável, pela tutela é Divisão de Cultura, Turismo e Património

³³ - O turismo arqueológico, gerido de forma sustentável pode desencadear importantes benefícios de desenvolvimento, nos centros Urbanos onde está localizado. Assim aconteceu em Astorga, Gijón e Cartagena, todas elas, localidades que sentiram a necessidade de reconverter a sua economia [Pérez-Juez, 2006, 281].

Cultural (DCTPC)³⁴, propõe-se que seja este organismo municipal a coordenar, a traçar e a executar o plano de musealização, recorrendo para tal, aos quadros técnicos e especializados do Museu Municipal Amadeo de Souza-Cardoso (que integram a respectiva divisão municipal).

Com esta medida, começa-se desde a primeira etapa de execução do projecto de intervenção, a elaborar um plano de gestão do sítio arqueológico, em estrita união com o museu municipal que, deverá para tal, redefinir ou reformar a sua linha de orientação e de acção, actualmente apenas vocacionada para a arte contemporânea, para passar a integrar também, uma vertente mais histórica e voltada para o Património Cultural Local. Só assim será possível que um centro interpretativo do mosteiro de Santa Clara de Amarante, numa primeira fase e um núcleo museológico do tipo museu de sítio, na última etapa de execução do programa, possa estar englobado e devidamente enquadrado na gestão e na programação do museu municipal.

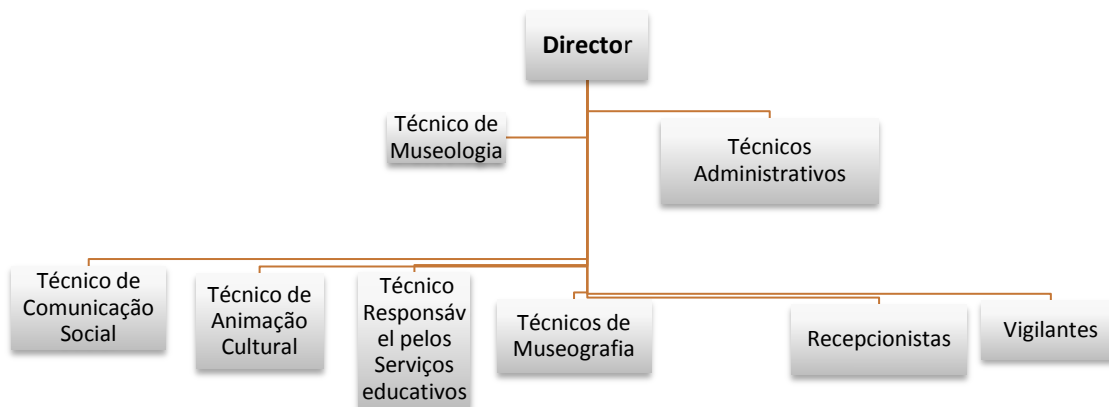


Fig. 93 – Organigrama proposto para a Gestão do Núcleo Museológico do mosteiro de Santa Clara de Amarante

³⁴ - Criada pelo despacho nº 19 390 de 31 de Dezembro de 2010, publicado em Diário da República, 2ª série, a Divisão de Cultura, Turismo e Património Cultural tem por missão coordenar e promover o desenvolvimento das actividades culturais e turísticas, salvaguardar e promover o património cultural, bem como dinamizar e democratizar o acesso à leitura.

Nesta disposição o projecto de musealização proposto para Santa Clara de Amarante deverá contar com um director³⁵, que poderá ser o chefe da Divisão de Cultura, Turismo e Património Cultural da Câmara Municipal de Amarante ou um técnico, a quem ele deposite a sua confiança ou considere que, seja a pessoa mais indicada e adequada às funções que, lhe são propostas, entre as quais, a responsabilidade de supervisão e coordenação de todos os trabalhos e actividades inerentes ao programa museológico e ao estabelecimento de um diálogo permanente, entre a equipa de valorização e intervenção no sítio arqueológico e os funcionários da autarquia, a quem caberá a responsabilidade da musealização dos espaços.

Ao director segue-se um responsável pelo desenho e definição de um circuito de interpretação e visita à estação arqueológica (técnico de museologia).

Este técnico terá como principal missão, desenvolver e criar o discurso museológico de todo o complexo arqueológico de Santa Clara de Amarante, caberá a si a hercúlea tarefa de transpor e simplificar para o comum visitante os principais resultados, inerentes a todas as actividades científicas resultantes dos trabalhos já desenvolvidos³⁶, aquando da adaptação do edifício às actuais funcionalidades, bem como dos que venham a ser revelados, no âmbito de um programa de valorização patrimonial do antigo mosteiro feminino. Este técnico de museologia deverá acompanhar, juntamente com o director, todas as fases de intervenção.

A equipa de musealização deverá integrar um animador (técnico de Animação Cultural) e um responsável pelos serviços educativos, que terão por objectivo, desenvolver e coordenar todas as actividades de promoção e animação cultural que, decorram no antigo espaço monástico. O bom desempenho das suas acções será extremamente importante para a rentabilidade do investimento e para a sensibilização da comunidade local que poderá igualmente retirar alguns dividendos económicos.

Para além, destes quadros técnicos, é necessária também, desde o arranque das primeiras actividades de divulgação e dinamização do legado do antigo mosteiro franciscano feminino, a colaboração de um técnico responsável pela comunicação (técnico de Comunicação Social) que deverá delinear uma estratégia de aproximação às

³⁵ - Ao director de um museu são requeridas capacidades intelectuais e conhecimentos altamente profissionais inspirados numa conduta deontológica de alto nível [Boylan, 2006, 7].

³⁶ - Para o público em geral, os resultados obtidos pela actividade arqueológica consistem numa complexa amálgama de observações teóricas e científicas, sobre os materiais e os contextos físicos aos quais estavam associados. A partir das últimas décadas do séc. XX, a comunidade arqueológica tem procurado formas de mediação entre as duas comunidades, recorrendo para tal à realização de exposições [Mourão, 2004, 117].

comunidades locais e regionais, capaz de as estimular e aliciar à participação nas diferentes actividades ou simplesmente a procurar conhecer e a descobrir um pouco mais, o respectivo bem patrimonial³⁷.

Por fim, é fundamental a colaboração de todo o corpo técnico especializado do museu municipal, para a execução e montagem das diversas exposições.

Para a realização de um programa museológico em Santa Clara de Amarante, torna-se imprescindível a colaboração de arquitectos, designers, electricistas, técnicos de som, luz e especialistas em multimédia, que mediante as necessidades e o desenvolvimento do programa, deverão ser recrutados ou convidados a integrarem a equipa técnica.

A gestão financeira deverá ser da inteira responsabilidade dos corpos administrativos e financeiros do museu municipal, nomeadamente a secretaria do museu e do Departamento de Administração Geral da câmara municipal, podendo contudo, numa fase mais avançada do programa, dotar este espaço de um corpo administrativo próprio.

À medida que o plano de execução do programa de musealização do mosteiro de Santa Clara de Amarante avança, a autarquia de Amarante sentirá a necessidade de reforçar os quadros técnicos do museu municipal, pois a pouco e pouco, irão ver acrescidas as suas tarefas, que serão acompanhadas de um aumento gradual das exigências que, os visitantes e a comunidade local neles irão depositar. Ao não serem acauteladas ou asseguradas estes parâmetros, o sucesso deste novo pólo cultural ficará comprometido e a credibilidade da divisão cultural do município será seriamente afectada, não só por parte das comunidades locais ou regionais, mas também ao nível nacional ou mesmo transnacional.

Pois numa sociedade Pós-moderna, uma instituição museológica tem de ter a capacidade de surpreender positivamente os seus visitantes, só desta maneira ganhará prestígio e será bem sucedida nas suas iniciativas. Obviamente que a presença de uma boa colecção, devidamente exposta, constituirá um dos aspectos mais positivos para uma boa impressão por parte dos seus visitantes, mas a existência de um corpo técnico multidisciplinar, competente e bem gerido, forma uma das principais garantias para o seu sucesso [Boylan, 2006, 147].

³⁷ - Uma política de comunicação bem estruturada, necessita, por um lado, de deter de uma boa cooperação, entre os diferentes serviços da instituição museológica, para se poder reunir toda a informação útil e necessária aos visitantes e por outro, depende largamente da eficiência dos métodos de comunicação externa [Boylan, 2006, 115].

Muito provavelmente, o discurso museológico aqui perspectivado, será alvo de algumas alterações, reajustamentos ou mesmo anulações que, surgirão à medida que os trabalhos de investigação histórica e arqueológica se forem desenvolvendo, no entanto, atendendo aos elementos recolhidos, no presente momento, este programa museológico será uma das várias hipóteses, que se podem implementar neste antigo mosteiro de clarissas.

Como em qualquer complexo patrimonial, quando se pretende promover um programa de valorização, existe sempre mais do que um caminho e caberá aos seus mentores, a definição dos objectivos que pretendem alcançar, optando por um ou por outro, tendo sempre em vista, a sua conservação, divulgação, fruição e sustentabilidade.

Apesar das dificuldades sentidas, no decurso de uma intervenção em património cultural, espera-se com este programa museológico, contribuir para a salvaguarda e para a promoção do legado do mosteiro de Santa Clara de Amarante que, a ser aplicado, o possa perpetuar pelas gerações vindouras, no melhor estado de conservação possível.

Conclusão

Embora marcando com a sua presença, há mais de 700 anos, a malha urbana da cidade, o mosteiro de Santa Clara de Amarante, como se verificou, parecia estar até há bem pouco tempo condenado ao esquecimento. Para esta situação em muito contribuiu num primeiro momento, a extinção da sua comunidade religiosa e, num segundo, a posterior remodelação e adaptação às funções de residência familiar.

A presente dissertação, sustentada em três princípios basilares, a História, o Património e a Museologia, procurou aprofundar e clarificar o processo evolutivo da comunidade religiosa feminina de Amarante, desde a fundação até à sua extinção, no âmbito das reformas do liberalismo. De igual modo, teve em atenção o valor patrimonial material e imaterial, resultante da sua presença em terras de Amarante.

A partir deste importante legado, criou-se um programa de valorização e de musealização que tem por objectivo a sua preservação, divulgação e fruição. Só desta forma se evitará a perda ou o esquecimento, por completo, do legado da instituição religiosa mais antiga da cidade de Amarante.

Após uma análise detalhada de toda a bibliografia que foi possível recolher, verificou-se que é mais ou menos consensual atribuir a fundação de um recolhimento para mantelatas em Amarante à infanta D. Mafalda, filha de D. Sancho I. Porém, alguns autores colocam algumas reservas a esta questão, evocando razões de ordem cronológica. Atendendo a esta problemática, fez-se primeiramente uma contextualização do jovem burgo amarantino na Idade Média. No âmbito desta tarefa, chegou-se à conclusão que Amarante, beneficiando de vantagens geográficas, conseguiu afirmar-se no seu contexto regional, tornando-se num importante núcleo económico, social e religioso, do Entre Sousa e Tâmega.

Face a estes factores, entre os quais se destacam a afluência constante de peregrinos de Santiago e a atracção emanada pela carismática figura de S. Gonçalo, surgem em Amarante instituições que procuram prestar assistência, não só aos peregrinos, mas também aos mais necessitados. Com esta disposição, D. Mafalda, educada no vale do Sousa, poderá ter impulsionado a criação de um recolhimento feminino na então emergente vila de Amarante.

A vida destas “*virtuosas mulheres*”, confirmada à luz da documentação, no ano de 1262, tanto poderia estar orientada para a contemplação e para a oração, como ser dedicada, quase por exclusivo, a acções de caridade e de assistência a peregrinos e aos mais desfavorecidos.

Por volta de 1333, seduzidas pelo *modus vivendi* dos franciscanos, que já se haviam instalado nas proximidades de Amarante, tornaram-se à semelhança de outros recolhimentos femininos, Terceiras de S. Francisco e ingressaram na Ordem de Santa Clara, na primeira metade do séc. XV.

Os espaços monásticos deste mosteiro de clarissas vão-se dilatando ao longo de toda a Época Moderna, impulsionados sobretudo pelo aumento significativo do número de religiosas. Tal como acontecia noutros mosteiros, algumas das obras de beneficência resultaram da iniciativa dos seus beneméritos e patronos, como por exemplo, os donatários do concelho de Gouveia de Riba Tâmega e o Dr. Manuel Cerqueira.

Até ao arranque dos trabalhos arqueológicos em 1997, pouco ou nada se sabia acerca da configuração dos espaços do mosteiro de Santa Clara de Amarante, pois estes foram sendo adulterados com as sucessivas remodelações efectuadas ao longo dos séculos XIX e XX.

No entanto, a partir de uma análise circunstanciada de outros mosteiros da mesma Ordem, foi possível descobrir algumas das dependências monásticas de Santa Clara de Amarante. Para além dessa descoberta, recorreu-se ao fundo documental, bibliográfico e iconográfico existente, e conseguiu-se caracterizar alguns dos seus espaços, tais como a igreja, os coros, a portaria, os locutórios, os mirantes, o claustro, o cemitério, a cerca e o hospício do capelão e do confessor. Foi ainda possível determinar a cronologia de algumas destas dependências e concluir que as suas dimensões estavam em sintonia com os valores médios, de outros mosteiros da Ordem de Santa Clara.

Todo este trabalho foi realizado numa relação constante de averiguação e de cruzamento dos dados arqueológicos com as fontes documentais. Porém, nem todas as dependências foram reveladas, permanecendo na mais obscura penumbra a cozinha, o refeitório, a enfermaria e os dormitórios. Somente uma eventual e necessária retoma das campanhas arqueológicas, poderá trazer à luz do dia, num futuro que se espera próximo, estas importantes dependências monásticas.

Constatando-se, pela bibliografia existente, que se encontrava por fazer todo o processo histórico do mosteiro, a partir do incêndio de 1809 (no contexto da Segunda Invasão Francesa) até à extinção da comunidade religiosa em 1862, recorreu-se às

fontes documentais, até aqui inéditas, e descobriu-se todo o historial da última fase deste mosteiro de clarissas. Só assim foi possível traçar o processo histórico do cenóbio de Amarante, desde a sua nebulosa fundação até à actualidade, passando, obviamente, pelo período em que foi adaptado a residência familiar e mais recentemente às novas funções de Biblioteca e Arquivo municipais.

Constatou-se que, deste longo percurso histórico, resultou uma quantidade bastante significativa de bens patrimoniais que, face a diversas circunstâncias, se foram perdendo, dispersando ou mutilando. Outros, porém, mantêm-se activos, mas um pouco desvinculados do local onde tiveram origem, como por exemplo, o culto a Santa Clara e os tradicionais doces conventuais de Amarante.

Na presente dissertação, para além da identificação de cada uma das diferentes realidades patrimoniais, procurou-se saber o seu estado actual, do ponto de vista científico, e o contributo que cada um destes bens já deu, ou pode ainda vir a dar, para a construção de um conhecimento mais completo e fundamentado deste complexo monumental, classificado como imóvel de interesse público.

Reconheceu-se ainda que, apesar de abrangido por um regime de protecção, o legado material do mosteiro de Santa Clara de Amarante, mais concretamente as estruturas arqueológicas e parte dos elementos arquitectónicos da sua igreja, se encontram à mercê das intempéries, do vandalismo e da incúria humana.

Neste sentido e na demanda de uma solução para a resolução destes problemas, se definiu neste trabalho um programa de intervenção e de musealização, capaz de abranger todo o legado do antigo mosteiro das clarissas de Amarante.

Atendendo às dificuldades que um programa de intervenção em património cultural pode por si só acarretar, a que se acrescentam constrangimentos de ordem financeira, optou-se por apresentar um plano de acção para o mosteiro de Santa Clara de Amarante, distribuído por seis fases distintas e graduais, com objectivos bem definidos. Perspectivou-se também a avaliação das actividades desenvolvidas ou promovidas entre cada uma das diferentes etapas do projecto e esboçaram-se programas de sensibilização, destinados à comunidade local, tendo sido também previsto o seu envolvimento e participação nas diferentes fases de execução.

Como uma intervenção num complexo monumental não fica completa sem se vislumbrar a sua fruição por parte dos visitantes, procedeu-se à criação de um projecto de musealização para o antigo mosteiro das clarissas de Amarante.

Neste âmbito, a partir da sua realidade patrimonial, traçou-se um circuito de visita aos seus vestígios materiais, onde de uma forma lúdica, pedagógica, interactiva e descontraída, se revelam alguns dos principais momentos históricos deste complexo monumental. Teve-se em atenção neste programa desenvolver um percurso de visita abrangente a todas as diferentes fases de ocupação do sítio, dando-se primazia ao seu funcionamento, enquanto mosteiro de uma comunidade religiosa de freiras da Ordem de Santa Clara, pela simples razão de ter sido esta, que mais tempo perdurou e que maior impacto causou no local, onde se implantou. De igual modo, se planificou o discurso museológico, com a finalidade de mostrar por intermédio dos vestígios materiais exumados no local, o quotidiano de um mosteiro de clarissas, salientando sempre um ou outro aspecto concreto, das vidas das suas notáveis, que ficaram imortalizadas na memória das suas irmãs e nas crónicas de Frei Manuel da Esperança.

Como a musealização de um espaço requer sempre um plano estratégico de promoção, definiram-se também algumas estratégias para o seu sucesso e sustentabilidade.

A presente dissertação de mestrado contribuiu também, com um estudo de caso, para uma melhor definição da História da Ordem de Santa Clara em Portugal, nomeadamente dos mosteiros que, à semelhança do de Amarante, tiveram origem a partir de uma primitiva comunidade de mantelatas.

Espera-se também com este trabalho potenciar novos projectos de investigação, que tenham por objectivo a clarificação ou o aprofundamento de alguns aspectos históricos, patrimoniais ou mesmo museológicos do mosteiro de Santa Clara de Amarante, pois assim como o caminho se faz caminhando, a investigação se faz investigando.

Bibliografia

Manuscritos:

Arquivo Distrital de Braga:

A.D.B – Nota do Tabelaio Geral, vol. 456, fls. 192 v – 193.

A.D.B- Notas do Tabelaio Geral, vol. 730, fls. 189v – 190.

Arquivo Distrital do Porto:

A.D.P- Convento da Baliagem de Leça, Caderno de Privilégios, padrões e doações, fl. 2, n. 11, fl. 2v, n. 20, fl.5v, n. 84, fl. 12, n. 233, fl.46, n. 53.

A.D.P - Convento de Santa Clara de Amarante, Livro de Óbitos, fl. 14, fl.18, 25, 25v, 30, 30v, 36v.

A.D.P – Convento de Santa Clara de Amarante, Livro de Prazos n. 5, fl. 1, fl.46, fl. 270;

A.D.P – Convento de Santa Clara, documentos avulsos.

Arquivo Histórico do Ministério das Finanças:

A.H.M.F- Próprios Nacionais, Inquirição de D. Afonso IV e do Prior do Hospital sobre a Vila de Amarante, T.I, fl.296v – 299.

Arquivo Municipal Alfredo Pimenta – Guimarães:

A.M.A.P – Testamentos e Doações ao Cabido, Tomo I, doc. 69, fl. 110, doc. 71, fl. 114v, doc. 203, fl. 356v, Tomo II, doc. 50, fl. 95v, doc. 85, fl. 157v, doc. 115, fl. 207 v.

A.M.A.P - Convento de Santa Clara de Guimarães, mç. 291 (1), fl. 4 – 7.

Arquivo Municipal de Amarante:

A.M.A - D.E.M, Adaptação da Casa da Cerca a Biblioteca e Arquivo Municipais, Historial do Processo, pp. 2, 3, 5 e 7 (material não tratado arquivisticamente).

A.M.A - D.E.M, Adaptação da Casa da Cerca a Biblioteca e Arquivo Municipais, Projecto de execução, fundações e estruturas, pp.2 – 3, mapa 1 (material não tratado arquivisticamente);

A.M.A - Livro de Actas da Câmara Municipal de Amarante, vol. 354, fl. 107 (acta de 14 de Junho de 1960), fl. 103 v (acta de 24 de Maio de 1960), fl. 107 - 107v (acta de 14 de Junho de 1960), 111 (acta de 12 de Julho de 1960), fl. 126 (acta de 11 de Outubro de 1960), fl. 135 (acta de 22 de Novembro de 1960), fl. 144 (acta de 10 de Janeiro de 1960), fl. 154 v (acta de 28 de Fevereiro de 1961), fl. 170 (acta de 23 de Maio de 1961).

Arquivo Nacional Torre do Tombo:

A.N.T.T- A.H.M.F, Convento de Santa Clara de Amarante, cx. 2021, capilha 1, docs. 2, 3,4, 6,15, 16, 17, capilha 2, doc. 13, capilha 3, cadernos, 1, 2, 3 e 4, docs. 17, 18, 19, 20, 21, capilha 4, docs. 23, 24, 28, cx. 2022, capilha 5, docs. 1, 2, capilha 6.

A.N.T.T – Arouca, gav.3, mç.3, doc.2, mç.8, doc.18; mç. 12, doc. 30.

A.N.T.T - Colegiada de Guimarães, Particulares, manuscrito 12, nº30, mç. 11, doc. 19, mç. 13, doc. 9.

A.N.T.T - Chancelaria de D. Afonso V, liv.23, fl.38 v.

A.N.T.T - Chancelaria de D. João III, liv. 22º, fl.144 *Idem*, fl. 143.

A.N.T.T – O.F.M, Província de Portugal, mç. 19, (Amarante e outros), docs. 9, 23, 24, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 61, 67, 69, 70, 71, 72.

A.N.T.T- O.F.M- Santa Clara de Vinhais, livro 6, fl.1.

A.N.T.T- Inquirições Gerais, D. Afonso II, liv. 1, fl. 24v, fl. 66v.

A.N.T.T- Inquirições Gerais, D. Afonso III, liv. 5, fl. 91.

A.N.T.T- Leitura Nova, Além Douro, L.1, fl.123V.

A.N.T.T – Pendurada, XII, 22.

A.N.T.T- Memórias Paroquiais, vol. III, memória 57, fls. 423 – 458.

Biblioteca Nacional – Lisboa:

B.N.P – Códice 558 (Francisco Alpoim Menezes, História de Amarante, 1814, p. 35).

Direcção Regional de Cultura do Norte:

D.R.C.N - Processo DRP – 6873 (Adaptação da Casa da Cerca para instalação da futura Biblioteca e Arquivo Municipal de Amarante).

Impressos:

AA.VV (1); Boaventura (São); *in Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*; Volume IV; Página Editora; Lisboa; 1998.

AA.VV (2); Mártir, Santos Mártires de Marrocos *in Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*; Volume XVI; Página Editora; Lisboa; 1998.

ABREU, Laurinda; Um parecer da Junta do Exame do Estado actual e Melhoramento Temporal das Ordens Regulares, nas vésperas do decreto de 30 de Maio de 1834, *in Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*; Porto; Faculdade de Letras da Universidade do Porto; 2004.

ALMEIDA, Álvaro Pereira de; Portugal Património: Guia – Inventário, Braga; Volume I; Lisboa; Círculo de Leitores; 2008.

ALMEIDA, Fernando Ernesto Rocha; Relatório de Prospecção Geofísica, Intervenção na Casa da Cerca 1997 – 2003 (Policopiado); Porto, 2010.

ALVES, Manuel; Santa Clara e as Clarissas em Portugal, VIII Centenário do Nascimento de Santa Clara 1193/94; Lisboa; Biblioteca Nacional; 1994.

ALVES, Natália Marinho Ferreira (Coord); Dicionário de Artistas e Artífices do Norte de Portugal; Porto; Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade; 2008.

ALVES, Natália Marinho Ferreira; De Arquitecto a Entalhador. Itinerário de Um Artista nos Séculos XVII e XVIII; *in 1º Congresso Internacional do Barroco*, Volume I; Porto; Reitoria da Universidade do Porto; 1991.

ALVES, Natália Marinho Ferreira; Vilaça, Frei José de Santo António Ferreira, *in Dicionário da Arte Barroca em Portugal*; Lisboa; Editorial Presença; 1989.

AMARAL, António Caetano do; Para a História dos Costumes de Portugal; Porto; Livraria Civilização Editora; 1945.

AMEAL, João, Santos Portugueses; Porto; Livraria Tavares Martins; 1957.

ARAÚJO, Maria Teresa; Casa da Cerca – Convento de Sta. Clara de Amarante, 1997 – 2003, Relatório Antropológico (Policopiado); Porto; 2010.

ATTWATER, Donald; Dicionário de Santos; Publicações Europa-América; Mem Martins; 1992.

AZEREDO, Carlos de; A Invasão do Norte; 1809, A Campanha do General Silveira Contra o Marechal Soult; Lisboa; Tribuna da História; 2004.

AZEVEDO, David; Experiencia Humana de Francisco de Assis, *in I.º Seminário, O Franciscanismo em Portugal, sécs. XIII – XVI*; Lisboa; Fundação Oriente; 1996 – 2000.

AZEVEDO, Rui de, **COSTA**, Avelino de Jesus da et **PEREIRA**, Marcelino Rodrigues; Documentos de D. Sancho I (1174 – 1211), Volume I; Coimbra; Universidade de Coimbra; 1979.

BALLART HERNÁNDEZ, Josep et **TRESSERRAS**, Jordi Juan i; Gestión del Patrimonio Cultural; Barcelona; Ariel; 2001.

BARROCA, Mário Jorge; A Virgem com o Menino da Igreja Velha de Gondar (Amarante); *in Actas do I.º Congresso Histórico de Amarante; Volume III, Património, Arte e Arqueologia*, Amarante, Câmara Municipal de Amarante, 1998.

BASTO, Adriano; Arquivo Municipal foi inaugurado, *in O Jornal de Amarante* (Semanário); nº1292; ano 25; Amarante; 2 de Março de 2005.

BEÇA, Adriano; O General Silveira, a sua Acção Militar na Guerra da Península; Amarante; Câmara Municipal de Amarante (edição fac-similada); 2009.

BELEM, Padre Frei Jeronymo de; Chronica Serafica da Santa Provincia dos Algarves, da Regular Observancia do nosso Serafico padre S. Francisco; livro II; Lisboa; Oficina de Ignacio Rodrigues (Mosteiro de S. Vicente de Fora); 1750 - 1758.

BENEVIDES, Francisco da Fonseca; Rainhas de Portugal; Livros Horizonte (Edição Fac-similada); Lisboa; 2009.

BORGES, Nelson Correia; Arquitectura Monástica Portuguesa na Época Moderna (notas de uma investigação); Separata da Revista Museu, IV Série, nº7, Porto, 1998.

BOYLAN, Patrick J; Comment Gérer un Musée; Manuel Pratique; UNESCO; Paris; 2006.

BRANDÃO; Domingos de Pinho, Obra de Talha Dourada, Ensamblagem e Pintura na Cidade e na Diocese do Porto, Documentação, Volume I – (séc. VX a XVII); Porto; Diocese do Porto; 1984.

BRAUNFELS, Wolfgang; Arquitectura Monacal en Occidente; Barcelona; Barral; 1975.

BROCARDO, Teresa; Livro de linhagens do Conde D. Pedro, edição do fragmento manuscrito da Biblioteca da Ajuda (séc. XIV); Lisboa; Imprensa Nacional Casa da Moeda; 2006.

CALDAS, Pe. António; Guimarães, Apontamentos para a sua História; Guimarães; Sociedade Martins Sarmento *et* Câmara Municipal de Guimarães; 1996.

CAPELA, José Viriato; Matos, Henrique *et* **BORRALHEIRO**, Rogério; As Freguesias do Distrito do Porto, nas Memórias Paroquiais de 1758; Braga; Edição do Autor; 2009.

CARDOSO, António; S. Gonçalo de Amarante, Lenda e História, o seu culto, iconografia Amarantina, Exposição Biblio-iconográfica; Amarante; Câmara Municipal de Amarante; 1978.

CARDOSO, António (coor.); Marânus, Antologia de Textos Sobre Amarante, a terra e as gentes; Amarante; Câmara Municipal de Amarante; 1979.

CARDOSO, António; Entremuros/Apresentação, *in* Entremuros n.º1, (periodicidade ocasional); Amarante; Grupo dos Amigos da Biblioteca Museu Municipal; 1990.

CARDOSO, António; Assembleia Municipal, *in* *O Jornal de Amarante* (Semanário); n.º715; ano 14; Amarante; 1 de Julho de 1993.

CARDOSO, António; Câmara Municipal de Amarante adere ao Programa da Rede da Leitura Pública e assina protocolo em Lisboa, *in* *O Jornal de Amarante* (Semanário); n.º688; ano 14; Amarante; 17 de Dezembro de 1992.

CARDOSO, António; Câmara vai comprar a Casa da Cerca, *in* *O Jornal de Amarante* (Semanário); n.º665; ano 13; Amarante; 2 de Julho de 1992.

CARDOSO, António; O Convento de S. Gonçalo de Amarante, Utilização e reutilizações, *in* *Monumentos* (periodicidade Semestral); Lisboa; Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais; Setembro de 1995.

CARVALHO, Lúcia Maria Ribeiro; A Construção do Convento de S. Gonçalo de Amarante, *in* *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias*, Volume II; Porto; Faculdade de Letras da Universidade do Porto; 2006.

CASSOTI, Marsilio; Infantas de Portugal, Rainhas em Espanha; A Esfera dos Livros; Lisboa; 2008.

COCHERIL, M; L' implantation des abbayes cisterciennes dans la Péninsule Ibériques, *in* *Anuario de Estudios Medievales*, Volume I; 1964.

COELHO, Maria Helena da Cruz; O Mosteiro de Arouca, do séc. X ao séc. XIII; Arouca; Câmara Municipal de Arouca e Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda; 1988.

COELHO (a), Maria Helena da Cruz; Arouca, Uma Terra, Um Mosteiro, Uma Santa; Arouca; Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda e Museu de Arte Sacra de Arouca, 2005.

COELHO (b), Maria Helena da Cruz; As Feiras em Tempos Medievais, *in* Actas do 3º Encontro de História; Vila do Conde; Câmara Municipal de Vila do Conde; 2005.

CÔRTE-REAL, Artur; **SANTOS**, Paulo César; **MOURÃO**, Teresa *et* **MACEDO**, Francisco Pato de; Intervenção no Mosteiro de Santa Clara-a-Velha de Coimbra, *in* *Estudos Património*, nº 2 (periodicidade semestral); Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico – Departamento de Estudos; 2002.

CÔRTE-REAL, Artur; Mosteiro de Santa Clara de Coimbra, do Convento à Ruína, da Ruína à Contemporaneidade; Lisboa; Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico; 2008.

COSTA, Américo; Dicionário Chorográfico de Portugal Continental e Insular; Porto; Livraria Civilização; 1930.

COSTA, António Carvalho da; Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica, do Famoso Reyno de Portugal, Tomo I; Lisboa; Oficina de Valentim da Costa Deslandes; 1706.

COSTA, Augusto; Convento de São Gonçalo de Amarante – Intervenções, *in* *Monumentos*; nº3; Lisboa; Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais; Setembro de 1995.

COSTA, Avelino de Jesus da; Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae, Tomo I; Braga; Junta Distrital de Braga; 1996.

COSTA, Catarina Alves *et* **MOURÃO**, Catarina; Imagem em Movimento nos Museus: Experiências e práticas *in* *Museologia.pt*; nº2, ano II; Instituto dos Museus e da Conservação; 2008.

COSTA, Paula Maria de Carvalho Pinto da; Os Hospitalários em terras de Amarante (séc. XIII – XVI; *in* *II Congresso Histórico de Amarante, Tomo III, Volume I, Política, Sociedade e Cultura*; Amarante Câmara Municipal de Amarante; 2009.

CRAESBEECK, Francisco Xavier da Serra; Memórias Ressuscitadas da Província de entre Douro e Minho, no ano de 1726, Volume I e II; Ponte de Lima; Edições Carvalhos de Basto (edição fac-similada); 1992.

DAIX, Georges; Dicionário dos Santos do Calendário Romano e dos Beatos Portugueses; Terramar; Lisboa; 2000.

DIAS, José Alves (Coord.); Chancelarias Portuguesas: D. João I, Volume I, Tomo 3 *et* Volume II, Tomo 1; Lisboa; Centro de Estudos Históricos; 2004.

DIAS, Lino Tavares; Tongobriga; Lisboa; Instituto Português do Património Arquitectónico; 1997.

DUARTE, Agostinho; Assembleia Municipal aprovou compra da Casa da Cerca, *in Notícias do Tâmega* (Semanário); nº 13; ano 1; Amarante; 16 de Julho de 1992.

ERDMANN, Carl; Papsturkunden in Portugal; Berlim; Weidmannsche buchhandlung 1927.

FERNÁNDEZ, Luis Alonso; Museologia, Introduccion a la Teoría y Práctica del Museo; Madrid, Istmo; 1993.

FERREIRA, António Carlos; Roteiro Natural de Amarante; Amarante; Câmara Municipal de Amarante; 2001.

FONTOURA, Otília Rodrigues; As Clarissas na Madeira, Uma Presença de 500 anos; Centro de Estudos de História do Atlântico *et* Secretaria Regional do Turismo e Cultura; Funchal; 2000.

FRAGA SAMPEDRO; Maria Dolores; Arquitectura Franciscana en La Antigua Custodia de Coimbra de los Frailes Menores (séc. XIII – XIV) (Policopiado); Santiago de Compostela; 1992.

GARCÍA BLANCO, Ángela; La exposición, un médio de comunicación, Madrid, Akal; 1999.

GASPAR, Jorge; Os Espaços Conventuais e o Metabolismo da Cidade, *in Conversas à volta dos Conventos*; Évora; Casa do Sul Editora; 2002.

GOFF, Jacques Le; As Ordens Mendicantes *in Monges e Religiosos na Idade Média*; Terramar; Lisboa; 1994.

GOMES, Paulo Varela; A Fachada Pseudo-Frontal nas Igrejas Monásticas Femininas Portuguesas, *in Conversas à volta dos Conventos*; Évora; Casa do Sul Editora; 2002.

GONÇALVES, Joaquim Cerqueira; Sabedoria e Arte de Ser Franciscano, *in I. Seminário, O Franciscanismo em Portugal, sécs. XIII – XVI*; Lisboa; Fundação Oriente; 1996 – 2000.

GONZAGA, Francisco; De Originaei Seraphicae Religionis Franciscanae Eius Progressibus, de Regularis Observantiae Institutione, Forma ad Ministracionis ac Legibus, Admirabilidi Eius Propagatione; Roma; Typographia Dominici Basae; 1587.

IMACULADO CORAÇÃO, Madre Maria Cruz Clara do; A Ordem de Santa Clara em Portugal; Federação das Clarissas em Portugal; Braga; Editorial Franciscana; 1976.

KLINBORG, Verlyn; Por Cima das Ruas, *in National Geographic Portugal*, nº- 98 (periodicidade Mensal); Lisboa; Grupo RBA; Maio de 2009.

LALANDA, Maria Margarida; Clarissas (Ordem de Santa Clara), in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*; Lisboa; Círculo de Leitores; 2000.

LEAL, Augusto Soares d’Azevedo Barbosa de Pinho; Portugal, Antigo e Moderno, Dicionário, Geográfico, Estatístico, Chorográfico, Heraldico, Archeológico, Histórico, Biográfico e Etymológico, de todas as Cidades, Villas e Freguesias de Portugal, Volume I; Braga; Barbosa & Xavier Lda; 2006.

LOPES, F. Felix; António (Santo), in *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura Verbo*; Edição Séc. XXI, Volume II; Lisboa, S. Paulo; Editorial Verbo; 1998.

LOPES, F. Felix; Francisco de Assis (São), in *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura Verbo*; Edição Séc. XXI; Volume XII; Lisboa, S. Paulo; Editorial Verbo; 1998.

LOPES, Flávio *et* **MACHADO**, Maria José; Património Arquitectónico e Arqueológico Classificado, Porto, Volume II; Lisboa; Instituto Português do Património Arquitectónico; 1993.

LOPES, Maria José Queirós; Misericórdia de Amarante, Contribuição para o seu Estudo; Amarante; Santa Casa da Misericórdia de Amarante; 2005.

LOPES, Maria José; Leitura pública em Amarante; in *Amarante Municipal* (periodicidade ocasional); nº5; Amarante; Câmara Municipal de Amarante; Julho de 2002.

MACEDO, Francisco Pato de; Santa Clara-a-Velha de Coimbra, Singular Mosteiro Mendicante; Coimbra; Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; 2006.

MACHADO, António de Sousa; Amarante Medieval; Amarante; Edição do Autor; 1979.

MAGALHÃES (a), Arlindo de; S. Gonçalo de Amarante, Um vulto e um Culto; Vila Nova de Gaia; Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia; 1996.

MAGALHÃES (b), Arlindo de; São Gonçalo de Amarante, Cónego da Colegiada de Guimarães?; in *II – Congresso Histórico de Guimarães; Volume. V; Sociedade, Administração, Cultura e Igreja em Portugal no séc. XII*; Guimarães; Câmara Municipal de Guimarães *et* Universidade do Minho; 1996.

MAGALHÃES, Arlindo de; Amarante Medieval em documentos da Colegiada de Guimarães, in *Actas do Iº Congresso Histórico de Amarante, Volume I, tomo I, História Política Sociedade e Economia*; Amarante; Câmara Municipal de Amarante; 2000.

MAGALHÃES, Pe. Francisco de Azevedo Coelho de; História de Amarante; Amarante; Câmara Municipal de Amarante (Edição Fac-similada); 2008.

MARQUES (a), Bernardo de Serpa; **PEDROSA**, António de Sousa *et* **PEDROSA**, Fantina Tedim; *Apresentação Geográfica do Concelho de Amarante in* Entremuros nº.1, (periodicidade ocasional); Amarante; Grupo dos Amigos da Biblioteca Museu Municipal; 1990.

MARQUES (b), Bernardo de Serpa; *Formação e Evolução Territorial do Concelho de Amarante in* Entremuros nº.1, (periodicidade ocasional); Amarante; Grupo dos Amigos da Biblioteca Museu Municipal; 1990.

MARQUES, A. H. de Oliveira; A Sociedade Medieval Portuguesa; Lisboa; Livraria Sá da Costa Editora; 1971.

MARQUES, José; A Assistência aos Peregrinos, no Norte de Portugal, na Idade Média, *in I congresso Internacional dos Caminhos Portugueses de Santiago de Compostela*; Porto; Faculdade de letras da Universidade do Porto; 1989.

MARQUES, José; Os Franciscanos no Norte de Portugal, nos Finais da Idade Média; Porto; Arquivo Distrital do Porto; 1982.

MARQUES, Maria Alegria; Estudos Sobre a Ordem de Cister em Portugal; Lisboa; Edições Colibri; 1998.

MARREIROS, Rosa; O Senhorio da Ordem do Hospital em Amarante (sécs. XIII – XIV), sua Organização Administrativa e judicial; Porto; Separata de Estudos Medievais, nº5/6 – 1984/85; 1985.

MATTOSO (a), José (coord.); História de Portugal, A Monarquia Feudal; Lisboa; Editorial Estampa; 1997.

MATTOSO (a), José; Identificação de Um País, Ensaio sobre as Origens de Portugal, 1096 – 1325, I – Oposição; Lisboa; Editorial Estampa; 1995.

MATTOSO (b), José; Identificação de Um País, Ensaio sobre as Origens de Portugal, 1096 – 1325, II – Composição; Lisboa; Editorial Estampa; 1995.

MATTOSO, José; Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa; Lisboa; Imprensa Nacional Casa da Moeda; 1997.

MATTOSO (a), José; Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros, A Nobreza Medieval Portuguesa, nos Séculos XI e XII; Lisboa; Guimarães Editores, 1998.

MATTOSO (b), José (coord.); História de Portugal, O Liberalismo; Lisboa; Editorial Estampa; 1998.

MATTOSO, José *et* **FARINHA**, Maria do Carmo Jasmins Dias; Inventário, Ordens Monástico/Conventuais; Lisboa; Torre do Tombo; 2002.

MATTOSO, José; O Enquadramento Social e Económico das Primeiras Fundações Franciscanas; *in Obras Completas, Portugal Medieval, Novas Interpretações*; Lisboa; Círculo de Leitores; 2002.

MECO, José; O Azulejo em Portugal; Lisboa; Edições Alfa; 1993.

MESTRE, Victor; **GASPAR**, Maria Alexandra *et* **GOMES**, Ana M; Reabilitação do troço Sul/Nascente do Caminho-de-Ronda do Castelo de São Jorge, Lisboa; *in Monumentos*; nº17 (Periodicidade Semestral); Lisboa; Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais; Setembro de 2002.

MOREIRA, António Montes; Franciscanos, Das Origens à Divisão da Ordem (1217 - 1517), *in Dicionário de História Religiosa de Portugal*; Lisboa; Círculo de Leitores; 2000.

MOREIRA; António Montes; Implantação e Desenvolvimento da Ordem Franciscana em Portugal séculos XIII – XVI, *in I Seminário, O Franciscanismo em Portugal, sécs. XIII – XVI*; Lisboa; Fundação Oriente; 1996.

MOREIRA; Domingos A; Freguesias da Diocese do Porto, elementos onomásticos Alti-medievais, Iª Parte, IIª Parte, Fasc. A; Separata do Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto; Porto; Câmara Municipal do Porto; 1973 (Iª Parte), 1974 (IIª Parte).

MORENO, Humberto Baquero; O Poder Real e o Franciscanismo no Portugal Medievo, *in I.º Seminário, O Franciscanismo em Portugal, sécs. XIII – XVI*; Lisboa; Fundação Oriente; 1996.

MORUJÃO; Maria do Rosário; Um mosteiro Cisterciense feminino: Santa Maria de Celas (séc. XIII a XV); dissertação de Mestrado (policopiado); Porto; Faculdade de Letras da Universidade do Porto; 1991.

MOURÃO, Teresa da Paz Sanches de Miranda; Entre Murmúrios e Orações, Aspectos da Vida Quotidiana do Convento de Santa Clara-a-Velha, Captados Através do Espólio Funerário (séculos XVI e XVII), Proposta de Exposição, Volume I; Coimbra; Faculdade de letras da Universidade de Coimbra; 2004.

NORTON; Manuel Artur; Livro Velho de Linhagens (subsídios para a sua Ordenação); Lisboa; Instituto Português de Heráldica; 1971.

PACHECO, Nilton Pedro Dias; Deus, Pátria e Restauro: A acção da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais na Salvaguarda dos Monumentos Religiosos de Amarante, *in II Congresso Histórico de Amarante, Património, Arte e Arqueologia*; Amarante; Câmara Municipal de Amarante; 2009.

PARISSE, Michel; As freiras *in Monges e Religiosos na Idade Média*; Lisboa; Terramar; 1994.

PATRÍCIO, António; Lendas de S. Gonçalo e de Amarante, Amarante, Paróquia de S. Gonçalo, 2009.

PEDROSO, Susana; Mantelatas in *Dicionário Histórico das Ordens e Instituições Afins em Portugal*; Lisboa; Gradiva; 2010.

PELÚCIA, Alexandra Maria Pinheiro; Martim Afonso de Sousa e a sua Linhagem: A Elite Dirigente do Império Português nos Reinados de D. João III e D. Sebastião, policopiado; (dissertação de Doutoramento); Lisboa; Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2007.

PEREIRA, Frei José António Correia (Coord); Fontes Franciscanas I, S. Francisco de Assis; Braga; Editorial Franciscana; 2005.

PEREIRA, Frei José António Correia (coord); Fontes Franciscanas II, Santa Clara de Assis; Braga; Editorial Franciscana; 1996.

PEREIRA, Paulo; Arte Portuguesa, A Arquitectura Gótica; Lisboa; Fubu Editores; 2009.

PÉREZ-JUEZ GIL, Amalia; Gestión del Patrimonio Arqueológico; Ariel; L'Hospitalet; 2006.

PINHO (a), José de; Materiais para o Estudo do Povo Amarantino, A Albergaria do Covelo do Tâmega; in *Semanário Flor do Tâmega*; ano 47; nº 2 443; ano 47; Amarante; 29 de Outubro de 1933.

PINHO (b), José de; Materiais para o Estudo do Povo Amarantino, A Albergaria do Covelo do Tâmega; in *Semanário Flor do Tâmega*; ano 47; nº 2 444; Amarante; 5 de Novembro de 1933.

PINHO (c), José de; Materiais para o Estudo do Povo Amarantino, A Albergaria do Covelo do Tâmega; in *Semanário Flor do Tâmega*; ano 47; nº 2 445; Amarante; 12 de Novembro de 1933.

PINHO (a), José de; Materiais para o Estudo do Povo Amarantino, A ponte de Santa Luzia; in *Semanário Flor do Tâmega*; ano 48; nº 2 454; Amarante; 14 de Janeiro de 1934.

PINHO (b), José de; Materiais para o Estudo do Povo Amarantino, A Gafaria de S. Lázaro in *Semanário Flor do Tâmega*; ano 48; nº 2 457; Amarante; 4 de Fevereiro de 1934.

RAPOSO, Luís; Arqueologia e Museu: Experiências Portuguesas Recentes, in *Museologia.pt*, nº.3; Lisboa; Instituto dos Museus e da Conservação; 2009.

RAPOSO, Luís; Benefícios e Custos da Musealização arqueológica *in situ*, in *Arqueologia e História*, Volume LV; Lisboa; Associação dos Arqueólogos Portugueses; 2003.

RAPOSO, Luís; Museus de Arqueologia e Sítios Arqueológicos Musealizados – Identidades e Diferenças, in *O Arqueólogo Português*, série IV, Volume XVII; Lisboa; Museu Nacional de Arqueologia; 1999.

REIS, Manuel Maria *et* **PORTUGAL**, António; Casa da Cerca de Amarante – Adaptação a Biblioteca e Arquivo Municipal de Amarante; Amarante; Câmara Municipal de Amarante; 2000.

RIBEIRO, João Pedro; Dissertações Chronologicas e Criticas sobre a História e Jurisprudência Ecclesiastica e Civil de Portugal; Tomo IV, Parte I; Lisboa; Academia Real das Sciencias; 1819.

RIBEIRO, Nicolau; Presidente da República inaugurou nova biblioteca; *in Amarante Municipal* (periodicidade ocasional); nº8; Amarante; Câmara Municipal de Amarante; Junho de 2004.

RIBEIRO, Nicolau; Recuperação da Casa da Cerca; *in Amarante Municipal* (periodicidade ocasional); nº0; Amarante; Câmara Municipal de Amarante; Janeiro de 2000.

RIVIÈRE, Georges Henri; La Museología; Torrejón de Ardoz; Akal; 1993.

RODRIGUES, Jorge; Arte Portuguesa, da Pré-História ao Século XX, O Modo Românico, Vol. 2; Lisboa; Fubu Editores; 2009.

ROSÁRIO, Frei António do; Convento de S. Domingos e a Colegiada de Guimarães; *in I Congresso Histórico de Guimarães e a sua Colegiada; Volume II*; Guimarães; Câmara Municipal de Guimarães; 1981.

SARAIVA, José Mendes da Cunha; Livro dos Forais, Escrituras, Doações, Privilégios e Inquirições, Volume I; Lisboa; Arquivo Histórico do Ministério das Finanças; 1946.

SARDOEIRA, Albano; Capelas de Amarante que desapareceram; *in Semanário Flor do Tâmega*; ano 61; nº 3107; Amarante; 25 de Agosto de 1946.

SARDOEIRA, Albano; A Antiga Ponte Fortificada de Amarante, Referências a Outras Pontes; Amarante; Amarante; Grupo dos Amigos da Biblioteca Museu de Amarante; 1994.

SARDOEIRA, João Vítor; Presidente da República inaugura biblioteca; *in O Jornal de Amarante* (Semanário); nº 1223; ano 24; Amarante; 5 de Novembro de 2003.

SARDOEIRA, João Vítor; Presidente da República inaugurou Biblioteca Municipal; *in O Jornal de Amarante* (Semanário); nº 1221; ano 24; Amarante; 22 de Outubro de 2003.

SILVA, Lígia Paula Simões; Arquitectura Monástica de Clarissas em Portugal (tese de doutoramento) Volumes I, II e III (policopiado); Corunha; Universidade da Corunha, Escuela Técnica Superior de Arquitectura, Departamento de Construcciones arquitectónicas; 2008.

SILVA, Manuel de Souza da; Nobiliário das Gerações de Entre-Douro-e-Minho; Volume I e II; Ponte de Lima; Edições Carvalhos de Basto Lda; 2000.

SILVEIRA, Luís Espinha da; A Venda dos Bens Nacionais (1834 – 43): Uma Primeira Abordagem, *in Análise Social*; Volume XVI; Lisboa; Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa; 1980.

SMITH, Robert C; Frei José de Santo António Ferreira Vilaça, Escultor Beneditino do Séc. XVIII, Volume I *et* II; Lisboa; Fundação Calouste Gulbenkian; 1972.

SOLEDADE, Fernando da; História Seráfica Cronológica da Ordem de S. Francisco, na Província de Portugal, Tomo III; Lisboa; Oficina Manoel e Joseph Lopes Ferreira; 1705.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos (Coor); Ordens Religiosas em Portugal, Das Origens a Trento – Guião Histórico; Lisboa; Livros Horizonte; 2006.

SOUSA, Frei Luis de; História de S. Domingos; Volume II; Porto; Lello e Irmão Editores (edição fac-similada); 1977.

SOUSA, Ivo Carneiro de; A Infância de S. Gonçalo de Amarante, *in Entremuros*, nº1 (periodicidade ocasional); Amarante; Grupo dos Amigos da Biblioteca Museu Municipal de Amarante; 1990.

TEIXEIRA, Francisco Manuel de Almeida Correia; A arquitectura Monástica e Conventual Femininas, em Portugal, nos sécs. XIII e XIV (tese de doutoramento) policopiado; Faro; Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve; 2007.

TEIXEIRA, Luís Manuel; Dicionário Ilustrado de Belas-Artes; Lisboa; Editorial Presença; 1985.

TEIXEIRA, Ricardo Jorge Abrantes; O Convento de Santa Clara de Amarante (Casa da Cerca); História e Arqueologia; *in Actas do I Congresso Histórico de Amarante, Volume III, Património Arte e Arqueologia*; Amarante; Câmara Municipal de Amarante; 2000.

TEIXEIRA (a), Ricardo Jorge Abrantes; Casa da Cerca – Convento de Sta. Clara de Amarante 1997 - 2003; Relatório de Escavação Arqueológica 1997 e 2000 (policopiado); Porto; 2010.

TEIXEIRA (b), Ricardo Jorge Abrantes; Casa da Cerca – Convento de Sta. Clara de Amarante 1997 - 2003; Relatório de Escavação Arqueológica 2002 e 2003 (policopiado); Porto; 2010.

TEIXEIRA (c), Ricardo Jorge Abrantes; Casa da Cerca – Convento de Sta. Clara de Amarante 1997 - 2003; Relatório de Tratamento, Estabilização e Restauro de Peças (policopiado); Porto; 2010.

TOBELEM, Jean-Michel; Le nouvel age des musées, Les institutions culturelles au défi de la gestion; Paris; Armand Colin; 2007.

VASCONCELOS, Artur; Igreja Românica de Telões/ Igreja de Santo André. O Percurso de Perdução das Formas; *in Actas do II Congresso Histórico de Amarante, Volume I, Tomo I, Património, Arte e Arqueologia*; Amarante, Câmara Municipal de Amarante, 2009.

VIEIRA, José Augusto; Minho Pitoresco; Lisboa; Livraria António Maria; 1886 – 1887.

Webgrafia:

ARQUIVO DISTRITAL DO PORTO; Disponível em: <http://www.adporto.pt>; consultado em: 06/04/11, às 17:08.

DIRECÇÃO GERAL DE ARQUIVOS, ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO; Disponível em: <http://dgarq.gov.pt>; consultado em: 28/06/11, às 15:22.

LISBOA ANTES DE 1755 (SECUND LIFE); Disponível em: <http://lisbon-pre-1755-earthquake.org>; consultado em: 11/08/11, às 16:14.

MATRIZPIX; Disponível em: <http://www.matrizpix.imc-ip.pt>, consultado em: 13/10/11, às 15:22.

MONUMENTOS; Disponível em: <http://www.monumentos.pt>, consultado em: 15/10/11, às 11:36.

MUSEU DA PURCIUNCULA; Disponível em: <http://www.porziuncola.org/museo>; consultado em: 31/08/11, às 11:06.

MUSEU DE AROUCA; Disponível em: <http://museudearouca.planetaclix.pt>, consultado em: 12/10/11, às 16: 48.

ORDEM DOS FRADES MENORES; Disponível em: <http://www.ofm.org.pt>; consultado em: 04/ 05/11; às 18: 38.

PANORÂMICO – FOTOS DO MUNDO; Disponível em: <http://www.panoramio.com>; consultado em: 10/10/11; às 23: 50.

VISITAS VIRTUAIS A MONUMENTOS NACIONAIS; Disponível em: <http://www.culturaonline.pt/MuseusMonumentos/Pages/visitasvirtuais>; consultado em: 12/08/11; às 21: 44.